

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande

Vice-Governador do Estado do Espírito Santo
Givaldo Vieira

Secretária de Estado da Cultura
Maurício José da Silva

Subsecretário de Estado da Cultura
Erlon José Paschoal

Gerente de Ação Cultural
Christiane Wignerón Gimenes

Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
Nádia Alcuri Campos

Assessor Especial
Sérgio Blank

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretária Geral: Nádia Alcuri Campos

Secretária Adjunta: Juliana Sabino Simonato

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Conselho Fiscal: Fernando Antônio de Moraes Achiamé; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves (coordenador); Adilson Vilaça; Estilaga Ferreira dos Santos; Francisco Aurélio Ribeiro.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier da Costa

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: contato@ihges.com.br

www.ihges.com.br

EDITORIAL

Trata-se, o presente, do sexagésimo sétimo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, e vem a público no ano em que o periódico completa noventa e cinco anos de publicação.

Desde 1917 o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo vem cuidando de publicar sua *Revista*, como exigiram todos os estatutos pelos quais se regeu até hoje. Se não se pode dizer que a publicação se fez de forma ininterrupta, no entanto foi propósito que animou todas as Diretorias ao longo de seus quase cem anos de funcionamento o registrar as atividades da Casa e dos associados através deste que é um documento da evolução histórica do Instituto e do modo de escrever a História do Espírito Santo no decorrer do tempo.

De fato, atentos à importância que tem a nossa *Revista* — ela própria, documento histórico da nossa instituição e da evolução da mentalidade que nos rege ao longo destes quase noventa e sete anos — neste ano de 2012 o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo fez realizar mesa redonda sobre o seu periódico, em que falaram designers e pesquisadores, pondo em relevo aspectos gráficos, de sua composição e formatação, e também de conteúdo, chamando atenção para o conjunto da produção intelectual que, dentro das vertentes que nos são relevantes, registram o esforço dos associados no escrever, a seu modo, a História do Espírito Santo.

A trajetória intelectual da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* tem continuidade pela publicação deste sexagésimo sétimo número, que traz quinze artigos de associados e não associados à Casa e três pronunciamentos de associados em ocasiões relevantes.

Os assuntos abordados vão desde a vertente econômica da história capixaba — ferrovias, bancos de fomento, o café, ainda o nosso

principal produto — à história da educação e também dos órgãos de segurança pública estaduais, demandas bastante atuais nos tempos que vivemos hoje no Espírito Santo. A *Revista* continua aberta à vertente da História da Cultura, o que vem sendo bem explorado pelos pesquisadores, contando-se neste número três textos de assuntos diversos sobre esse tema. Para nossa satisfação, a memória da própria Casa do Espírito Santo vem desafiando ultimamente os esforços dos estudiosos, de que é exemplo o texto de Gisele da Luz Rodrigues sobre o acervo material do Instituto.

A pôr em relevo, também, o registro da concessão da Comenda Jerônimo Monteiro pelo governo do estado ao associado correspondente estrangeiro Geert A. Banck, que neste ano vê publicada a segunda edição de seu livro *Dilemas e Símbolos*, anos depois da publicação da primeira, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Banck também faz publicar, neste número da *Revista*, seu artigo Classe, Raça e Hierarquia: Ensaio sobre a Vida Intelectual de Vitória, 1920-1930, que contempla um período importante da história de Vitória e do Espírito Santo. E que tem, ainda, um significado especial na trajetória do pesquisador, que pretende, com ele, encerrar seu ciclo de estudos sobre a terra capixaba.

Convictos da importância de que se reveste a publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* para o público leitor em geral e, mais ainda, para os estudiosos da História, Geografia e demais ciências afins referentes ao nosso estado nesses noventa e cinco anos é que a Diretoria entrega ao público mais este número do nosso periódico.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

Enfoque Sociológico da Ciência do Direito | 9

Daniel Franzotti Donadello e Graziela Maria Deprá Bittencourt

Nacionalismo Econômico | 25

Ivan Borgo

A Contribuição do Bandes para a Economia Capixaba | 29

Aline Liquer Corrêa e Mayara Lyra Bertolani

Uma Cidade e suas Ferrovias: Vitória e a mais-valia da Capital | 61

Leandro do Carmo Quintão

O Café no Espírito Santo — Sul da Província | 71

Gabriel Bittencourt

Síntese da Evolução Territorial e do Quadro Demográfico Atual de Santa Maria de Jetibá | 91

Ricardo Brunow Costa

Cidade Presépio | 109

Aldo José Barroca

Ideias e Ações Político-Religiosas de Padre Antônio Vieira — Século XVII | 113

Michel Dal Col Costa

A Saga de Judeus no ES — História e Ficção se mesclam nos sonhos de Neida Lúcia Moraes e Samuel Machado Duarte | 143

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Origem das Famílias Simonetti e Villa | 173

Ormuz Barbalho Simonetti

O Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada da PMES (RO-TAM/PMES) | 177

Gelson Loiola

“A Alma das Coisas” de Consuelo Salgueiro | 209

Karina de Rezende Tavares Fleury

O Acervo do IHGES, à Luz da Cultura Material | 217

Gisele da Luz Rodrigues

História da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Luiz Jouffroy” (EEEFM “Luiz Jouffroy”) | 235

Maria Lúcia Pizzáia de Sousa

Classe, Raça e Hierarquia: Ensaio sobre a Vida Intelectual de Vitória, 1920-1930 | 247

Geert Arent Banck

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Comenda Jerônimo Monteiro | 287

Processo Histórico e Conformação de Territórios | 293

Brás da Costa Rubim e a Historiografia do Espírito Santo | 297

ARTIGOS

ENFOQUE SOCIOLÓGICO DA CIÊNCIA DO DIREITO

Daniel Franzotti Donadello*

Graziella Maria Deprá Bittencourt*

O homem nem sempre resolveu seus conflitos utilizando-se da razão, da inteligência. Outrora tais conflitos eram dirimidos de forma instintiva. O direito nasce a partir do momento em que o homem começa a estudar formas de reger a conduta entre ele e seu semelhante. Neste sentido, filosofava Kant citado na obra de Francisco Weffort (p. 86, 2000):

A natureza quis que o homem produzisse, a partir de si mesmo, tudo aquilo que vai além do ordenamento mecânico de sua existência animal, e que ele não partilhasse de nenhuma outra felicidade ou perfeição a não ser aquela que ele mesmo, independentemente do instinto, criasse por sua própria razão.

Para compreendermos o fenômeno jurídico cremos que a melhor opção seria de reportarmos — como numa máquina do tempo — a períodos antigos e de lá para cá trilharmos a trajetória evolutiva dessa ciência.

O *homo habilis*, por volta de 2.300 a.C., não se sabe exatamente

* Daniel Franzotti Donadello é mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e professor dos Cursos de Direito do Centro Universitário de Vila Velha (UVV) e Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha.

* Graziella Maria Deprá Bittencourt é especialista em Direito Público e Processual Público pela Faculdade Cândido Mendes/Consultime de Vitória, assessora jurídica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e ex-professora dos Cursos de Direito da UVV, da Faculdade Estácio de Sá de Vitória e do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC).

por que, passou a ter hábitos de um ser carnívoro. Desde então, percebeu que deveria caçar para alimentar-se.

O problema é que nem todos teriam as mesmas condições de caçar, devido ao biotipo, idade ou outros elementos, tais como os velhos, as crianças e as mulheres nos períodos mais avançados de gestação, etc. Cientistas afirmam que o fato do *homo habilis* ir à caça, alimentar-se e trazer consigo o que restava para seu bando, configura a primeira forma de sociedade até então estudada. Essa seria a forma primitiva de sociedade e o alimento a primeira idéia de propriedade, na visão de Maximillianus (p.13, 2001).

Por ser inerente ao homem viver em grupo com seus pares, essa rude forma societária expande-se até galgar o patamar de tribo. Podemos dizer que o convívio humano, por mais simples que seja, é passível de divergências. Então, mesmo nessas tribos primitivas já existiam regras de conduta e hierarquia. O poder era do mais forte, do mais rápido, do mais temido. O elo entre o poder do chefe tribal e os poderes divinos quase sempre era inevitável.

Após a descoberta da escrita, destacamos as grandes e antigas civilizações como Grécia, Egito e Roma. Os seres humanos criaram impérios até então nunca vistos. O aglomerado humano era grande e as regras de convivência concentravam-se agora nas mãos dos imperadores e dos grandes sábios e sacerdotes.

Na Grécia antiga, o direito e a religião confundiam-se. O mesmo evento se verificava no antigo Egito, onde o faraó era visto como um deus vivo. Só no Império Romano consegue-se apartar direito de religião. É lá o berço de nossa cultura jurídica. Os romanos já distinguiam o direito civil do direito das gentes, escreveram a Lei das XII Tábuas e governaram o império absorvendo a cultura estrangeira, separando norma jurídica de norma divina.

Historiadores e cientistas do direito afirmam que a Idade Média foi marcada por um retrocesso. O poder estava nas mãos do rei,

mas também nas da Igreja, dos senhores feudais e, mais tarde, com as corporações. O ideal divino mistura-se ao direito novamente.

Com a ruptura do modelo feudal e a chegada da Era Moderna, do capitalismo, da burguesia e dos Estados centralizados, a Europa Continental respira novamente os ares do antigo direito romano, agora com nova roupagem, adequado à realidade. Num primeiro momento o Absolutismo Monárquico impera. A força da massa burguesa abre o mercado e toma o poder.

Com Napoleão o mundo é apresentado à idéia da codificação do direito. Após a Revolução Industrial, o direito atendia aos caprichos da burguesia, adequando-se, ainda que em proporções bem ínfimas, aos anseios do proletariado. A Revolução Francesa estrutura os direitos de primeira dimensão e assim vai sendo construída a ordem jurídica das democracias ocidentais.

1. Sociedade e direito

Vislumbramos de forma sucinta a evolução do direito durante os tempos. Sabemos que onde existir relação humana sempre haverá necessidade de regras. Grandes pensadores já citavam a dependência do homem em viver junto aos seus semelhantes. Aristóteles pregava que “o homem é um animal político” (*zoon politicon*). Martins Fontes ressaltava que “o homem obedece ao Espírito Gregário, é um ser que vive em bando como os pássaros”.

Pode-se dizer que o homem vincula-se a dois mundos: o mundo natural — que fazemos parte dele e formamos com os outros seres uma única unidade — e o mundo cultural — que nos destacamos dos demais seres devidos à nossa inteligência. O direito surge no mundo cultural, pois é fruto da inteligência humana.

Como dito na bela digressão de Reale (p. 9, 2005):

Não pensem que haja só continentes geográficos, formados de terra, mar, etc. Há continentes de outra natureza, que são os da história e da cultura, os do conhecimento e do operar do homem.

Os primeiros conflitos de interesse foram delimitados pela vontade do mais forte (seleção natural). Com o passar dos tempos, o homem percebe que é importante estudar formas de resolver suas lides mais civilizadamente. Os estudos para reger o comportamento humano criaram o que hodiernamente chamamos ordenamento social.

Compreendem o ordenamento social as normas morais, os costumes, os princípios, as normas éticas, religiosas, as normas de etiqueta e também as normas jurídicas. O ordenamento jurídico está contido no ordenamento social e dele faz parte.

Tentando distinguir a norma jurídica das demais normas do ordenamento social, Reale (p. 44, 2005) expõe que:

Se analisarmos os fatos que se passam em geral na sociedade, ou os que nos cercam em nossa vida cotidiana, verificamos que regras sociais há que cumprimos de maneira espontânea. Outras regras existem, todavia, que os homens só cumprem em determinadas ocasiões, por que a tal são coagidos. Há pois uma distinção a fazer-se quanto ao cumprimento espontâneo e o obrigatório ou forçado das regras sociais.

Nesse sentido, Kant já se manifestava na crítica da Razão Prática. Para o pensador a diferença entre norma jurídica e norma moral, não está no cumprimento de uma obrigação, mas sim no motivo que leva ao seu cumprimento. Uma ilustração seria o caso de um senhor saldar uma dívida bancária, pois se assim não fizer poderá sofrer sanções.

Este senhor ao salda-la estará cumprindo uma norma jurídica, mas não uma norma ética. Só estaria ela cumprindo a norma ética

se o fizesse por livre vontade e não por medo da força sancionatória que sofreria.

Nesse pensar, observamos que tanto para Reale quanto para Kant a distinção entre norma jurídica e norma moral está na forma pela qual é cumprida e no motivo pelo qual a norma foi respeitada.

2. A sociologia do direito na visão de Eugen Ehrlich

Ehrlich é considerado por muitos autores o pai da Sociologia Jurídica. Em sua obra “Fundamentos da Sociologia do Direito” (*Grundlegung der soziologie des Rechts*), editada em 1913. O autor afirma ser a Sociologia Jurídica ciência autônoma do Direito, aquela que trata dos fatos, dos conhecimentos, não tendo a intenção de atingir nenhum fim prático, conforme exposto nos estudos de Lorenz (p. 89, 1997).

Por outro lado, Ehrlich entende ser a jurisprudência prática apenas uma arte de o Direito atender as particulares necessidades da vida jurídica. Assim, a única ciência do Direito possível seria a Sociologia Jurídica, pois esta não atenderia somente as palavras, mas também aos fatos sociais.

Em seus estudos, o doutrinador cria uma divisão do direito muito peculiar: existiria o direito vivo, o direito posto pelos juízes e o direito estatal. O primeiro seria aquele criado no seio da sociedade, o direito das instituições sociais, como a família, as associações de moradores, entre outros. As regras de conduta e a relação intersubjetiva também representam o direito vivo. Trata-se do direito em ação.

Noutra ótica, o direito dos juízes seria as normas de decisão do magistrado. A operação das normas nos tribunais, chamadas pelo autor de estatais indiretas. Por fim, teríamos o direito estatal engloban-

do as normas de interpretação denominadas por Ehrlich de estatais indiretas. São normas impostas pelo Estado de maneira unilateral.

Ainda quanto ao pensamento de Eugen Ehrlich, comenta Lorenz (p. 86, 1997):

É certo que a ordem jurídica se não a vimos apenas do ponto de vista do juiz decisor, mas como um dado sócio-histórico, é a “ordenação da vida” facticamente vigente numa comunidade jurídica, ou seja, reconhecida como vinculante e obedecida de forma preponderante. Distingue-se de quaisquer outras “ordens” pela sua peculiar referência de sentido à idéia de Direito. Mas é isto, justamente, que o positivismo sociológico de Ehrlich não consegue valorizar, por que lhe falta — tal como ao seu reverso, o positivismo formal da teoria pura do direito de Kelsen.

3. Direito e outras normas sociais

Adentremos, então, na relação entre a norma de direito e as demais normas, como exemplo a moral. São variados os ângulos os quais se pode notar o fenômeno jurídico. Pode ele ser bilateral, caso vislumbremos as relações do direito particular; pode ser unilateral, se partirmos do prisma do direito estatal, em que o Estado e suas normas imperam. O direito, ainda, pode ser norma geral como pregava Rousseau, mas este também o totalitarismo.

Diversos doutrinadores costumam distinguir o direito das demais normas por ser norma jurídica sancionadora. Porém, onde se encaixaria o direito internacional? A norma moral e a social também produzem conseqüências, logo podem ser sancionadas.

Creemos que o direito distingue-se das demais normas sociais por ser a norma jurídica institucionalizada por um poder competente e com plenos poderes de execução.

4. As instituições sociais e direito

Analisando o direito do ponto de vista de sua criação, defrontamo-nos com uma problemática antiga: o confronto entre a teoria estatalista e a teoria das instituições. A primeira sustenta ser o direito fruto exclusivo do Estado. Só o Estado detém o poder de criar normas jurídicas e aplicá-las com o uso da força. Em contrapartida, a teoria das instituições, defendida pelo italiano Santi Romano, citado por Norberto Bobbio (p. 28-33, 2005) critica radicalmente ser o Estado o único criador das normas jurídicas.

Romano comenta que não basta apenas existir uma sociedade para ser instituição. Precisa haver organização e ordem. Então temos como instituições sociais à família, a propriedade, o Estado, o governo, a Igreja, o comércio, partidos políticos, casamento, etc.

5. Norma jurídica x conduta

Estamos defronte de conceitos estudados durante os tempos, sob diferentes posições e interpretações. Atribuímos a Kant, em sua Crítica da Razão Pura, o mérito de primeiro doutrinador a distinguir norma e de conduta. Para ele a norma seria um fator *a priori* e a conduta um fator *a posteriori*. A primeira pertenceria ao mundo do “dever ser” e a segunda ao mundo do “ser”. É como se a norma existisse de maneira abstrata, flutuando sob nossas cabeças (no âmbito das idéias) e só se concretizaria quando um indivíduo praticasse uma conduta contrária àquela norma. Esta, então, é quem irá regradar a conduta.

Hans Kelsen, inspirado na Escola Neokantista de Baden, assume tal ideia e em sua obra Teoria Pura do Direito distancia ainda mais os dois conceitos. Para Kelsen, o direito seria apenas as normas e seus estudos, a conduta deveria ser estudada por outras ci-

ências, como a sociologia. Na visão kelseniana não importa se a norma é justa ou injusta, ética ou não ética, moral ou não moral; o que importa é que deve ser cumprida pelo simples fato de ser norma (*dura lex, sed lex*).

É um estilo positivista, radical, sem uma preocupação com valores e com fatos que também junto as normas integram o direito. Os estudos de Kelsen chegavam a esse extremo porque sua ambição era provar ser o direito uma ciência autônoma, pura e de métodos próprios, distinguindo assim o direito da sociologia.

Os doutrinadores pós-Kelsen preocupam-se em tentar unir a norma e a conduta, sendo este tema, até a atualidade, objeto de extensas discussões acadêmicas.

6. Relações sociais e o direito

Segundo Paulo Dourado de Gusmão (p. 35, 2010) podemos afirmar que:

[...] a vida social é constituída de uma rede de relações sociais que, grosso modo, podem ser caracterizadas, como notou Gurvitch, como sendo de “aproximação”, de “afastamento” (oposição) e “mistas” (aproximação-oposição). Casamento, família e contrato social (sociedade comercial, civil), por exemplo, são constituídos de relações do tipo “aproximação”, enquanto os conflitos entre indivíduos ou grupos e o direito de propriedade, de relação de “oposição” ou “afastamento”.

É interessante ainda salientar que, segundo o mesmo autor, as relações de aproximação podem se tornar de oposição. Um exemplo é o casamento que não deu certo, acarretando em separação dos cônjuges. Da mesma forma as relações de oposição podem reverter-

se em aproximação. Um exemplo é a separação que reverte-se em união, pela reconciliação do casal.

O importante é percebermos que em todos os tipos de relações sociais o direito está presente. O direito, como relação social, assume um aspecto distinto da classificação de Gusmão. Observando isso num clássico exemplo do contrato de aluguel — a relação jurídica existente é formada por dois pólos: locador e locatário. O locador tem o direito de receber a quantia contratada, porém, poderá abrir mão desta sem nenhum ônus jurídico. Já o locatário tem o compromisso (dever) de pagar o aluguel sempre que findar o prazo ajustado. Vemos, neste caso, uma relação de direito — dever ou, em outras palavras, o locador exerceria o direito subjetivo (faculdade de agir) e o locatário o direito objetivo (obrigação de agir).

7. Revolução social e o direito

Revolução, segundo Gusmão (p. 45, 2010) significa:

[...] a mudança violenta e brusca, podendo ser radical ou não, de normas, valores, idéias, padrões, ordem, sistema jurídico-positivo. É a ruptura brusca, violenta ou não, da ordem e da tradição. Pode haver revolução na moda, como na Economia (Revolução Industrial), na religião (Protestantismo), e na política (Revolução Francesa, Revolução Inglesa, etc.).

Sempre que há uma revolução, há uma mudança brusca na ordem das coisas. Portanto, sempre haverá uma ruptura no sistema jurídico acarretando também modificações no direito daquela região. Pode-se dizer assim que as revoluções são fontes materiais de direito, pois através delas são criadas novas normas jurídicas que substituem as que se formam em função da revolução.

Um exemplo de revolução política que modifica o regime político e a ordem jurídica é o golpe de Estado. José Afonso da Silva (p. 763, 2011) afirma que em muitos casos, o estado de exceção – tal qual o estado de defesa e o estado de sítio — “configurará puro golpe de estado, simples arbítrio”. O Brasil, por exemplo, foi palco de diversos golpes no passado, como no regime ditatorial de Vargas e no período de 1964 a 1978.

8. A relação direito-poder

Houve épocas em que o poder estava acima de tudo e de todos. Nos Estados Absolutistas era assim. Ainda hoje, existem esparsas ditaduras em que o poder do soberano é inquestionável, fazendo efeito além das normas jurídicas emanadas pelo próprio Estado.

Seguindo os acontecimentos históricos notamos uma evolução no plano jurídico-político, principalmente depois do advento dos Estados Democráticos de Direito. Nesses estados, como é o caso do Brasil, o ordenamento jurídico deve estar acima das decisões do soberano.

O sistema jurídico funciona como uma espécie de limitador do poder do soberano de governar. Temos como exemplo o direito tributário. Esse ramo do direito tem como esteio maior seus princípios, os quais limitam o poder do Estado de cobrar tributo. Vejamos o caso do princípio da anterioridade. Dispõe a Constituição da República em seu art. 150, III, b, que:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios [...] cobrar tributos [...] no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou

Outro exemplo seria o direito penal. Apenas será considerado delinquente aquele indivíduo que infringir a norma penal tipificada. Nesse caso o Estado não poderá punir aquele que praticar uma conduta não tipificada.

O poder está caracterizado no Brasil, especificadamente, na Constituição da República, em seu artigo 2º, como aquele que “emana do povo”. Por não podermos todos juntos governar ao mesmo tempo, ou por sermos uma democracia participativa, escolhemos nossos representantes, conferindo poderes a cada um que devem ser utilizados em prol do bem comum.

Nossa Carta Política traz em seu texto alguns mecanismos que nos permitem exercer, em alguns momentos, o poder de forma direta. Tais mecanismos são o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Por isso, a democracia em nosso país é considerada semi-direta.

É interessante ressaltar, ainda, que grande parte do brasileiros acredita que o poder está nas mãos dos representantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e que a população não tem voz ativa. Todavia, teoricamente o que ocorre é o contrário.

Um exemplo nacional que a ser citado — tratando de norma jurídica posicionada acima do poder — é o impeachment do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Outro paradigma a ser analisado sobre o tema é que, sem o poder, o direito não teria eficácia. Do que adiantaria o ordenamento jurídico, posto se não houvessem formas de garantir tal ordenamento? O direito tem como garantia a força imposta pelo poder que legitimou tal direito. Neste cerne, Rudolf Von Ihering (p. 27, 2004) defende a ideia de o direito ter de um lado a balança para manter o equilíbrio da justiça e do outro a espada, para fazer valer-se através da força, do poder quando necessário.

9. Sociedade, estado e direito

A sociedade advém da necessidade do homem viver em bandos, aglomerado. Se assim não fosse, seria difícil vivermos. O ser humano não é auto-suficiente, dependemos uns dos outros para sobreviver e, por isso, vivemos em sociedade.

Dentro das sociedades humanas há uma disseminação de instituições, cada qual em sua área de atuação, e todas mantidas pela organização e ordem segundo o italiano Santi Romano, citado por Bobbio (p. 29, 2005).

A sociedade, em determinado momento, sentiu necessidade de uma instituição dominante que pudesse imperar e fazer valer os direitos fundamentais dos seus indivíduos. Nesse momento, surge o Estado que é, nas palavras de Hegel, “o Deus terreno”. Foi dada, a essa instituição maior, obrigações de zelar pelos seus súditos e poderes para manter a ordem social.

O Estado, para atingir seus objetivos de preservar a ordem e lutar pelo bem comum, lançou mão de um conjunto de normas constituídas e impostas por ele, poder competente, e legítimo. Essas normas são chamadas ordenamento jurídico estatal e têm na coerção garantia de sua eficácia.

A origem da palavra Estado é bem colocada pelo professor Dalmo Dallari (p. 59, 2011):

A denominação Estado (do latim *status* = estar firme) aparece pela primeira vez em “O Príncipe” de Maquiavel, escrito em 1513, passando a ser usado pelos italianos sempre ligado ao nome de uma cidade independentemente, como, por exemplo, *stato di Firenze*. Durante os séculos XVI e XVII a expressão foi sendo admitida em escritos franceses, ingleses e alemães.

Como podemos perceber, existiu o Estado antigo (grego e romano), o Estado Medieval e mais tarde o Moderno, esse último é o Estado conhecido por todos nós, dotado dos elementos território, soberania, população, e possuidor de um escopo: o bem comum. Lembramos que o Estado Moderno nem sempre zelou pelo bem da coletividade. No princípio ele nasceu do Absolutismo.

Encerrando esse pensamento, oportuno registrar a lição do professor Michel Temer (p. 29, 2002) a respeito do Estado do direito e da sociedade:

Ao falar-se em sociedade, fala-se em direito. O Estado é uma sociedade. É sociedade política, de fins políticos. Como é de fins comerciais a sociedade comercial; de fins literários a sociedade literária; de fins recreativos a sociedade recreativa. Todas, porém, juridicamente organizadas. É o direito que as estrutura, que lhes dá forma. O direito corporificador da sociedade estatal instala-se em documento denominado constituição. Nela se encontram os preceitos normativos identificadores do Estado.

10. Considerações finais

Fechamos essa etapa de nossos estudos observando ser o fenômeno jurídico bastante complexo, carregado de conceitos e visões diferenciadas. É isso que o torna bonito elevando-se ao nível das mais belas ciências.

Por falar em ciência, temos também nesses breves comentários, o interesse de demonstrar inexistirem razões para distanciar direito de sociedade. Esta não sobreviveria sem aquele. Da mesma forma o direito não existiria sem a sociedade.

Por muitas vezes verificamos doutrinas defendendo o sistema jurídico como sistema fechado, perfeito, completo, pois pensamos

serem esses argumentos mera ficção de quem observa o direito de forma estrita e fria.

O direito está no seio da sociedade, evoluiu conforme a tal, está sempre em mutação, pois a sociedade também está — e deve ser compreendido — como sistema aberto, imperfeito. Como compararmos a ciência jurídica às ciências exatas, se elas pertencem ao grupo das ciências humanas?

Nesse diapasão, expomos nosso estudo a fim de demonstrar a relação sociedade-Estado-direito, partindo do princípio de que tanto o Estado quanto o direito são frutos da necessidade social de sobrevivência. Sem o advento do imperioso Estado impondo regras, a sociedade se autodestruiria e o Estado sem direito seria instituição impotente.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2005.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTRO, Celso A. Pinheiro. *Sociologia do direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 19.ed. São Paulo, 2008.
- FUHREV, Maximillianus Cláudio Américo. *Resumo de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 43. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MACHADO NETO, A. L. *Sociologia jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política*. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Ática, 2000.

NACIONALISMO ECONÔMICO

*Ivan Borgo**

Resumo: O Nacionalismo Econômico de Friedrich List (1789-1846) e suas implicações no comércio internacional.

Dizia Friedrich List que a Inglaterra, ao buscar supremacia baseada em sua manufatura, no comércio e na navegação, contribuiu incomensuravelmente e continuava a contribuir dia a dia para aumentar a força produtiva de toda a humanidade. A ideia está expressa em seu “Sistema Nacional de Economia Política”, publicado em 1841, onde sistematiza o nacionalismo econômico no novo contexto da Revolução Industrial.

É possível que a afirmativa possa surpreender porque vinda de um dos mais importantes líderes nacionalistas alemães que se via frente ao domínio inglês no campo econômico. É verdade que nele ainda subsistem idéias expansionistas não propriamente pacíficas, mas este é um dado particular e menor em sua formulação geral.

Na época, meados do século dezenove, a Alemanha era uma colcha de retalhos, dividida em principados autônomos abertos ao livre-cambismo internacional, sendo a Inglaterra o principal parceiro. Paradoxalmente, no âmbito interno, as relações econômicas entre os principados eram dificultadas por tarifas alfandegárias. Quem viaja pelo Reno pode ver numerosos castelos ao longo do rio que, além de representar cartões postais de grande beleza, foram também, numa época, entrepostos alfandegários. List, então, apóia a luta para acabar com as tarifas entre os principados e pela imposição delas nas importações de produtos industrializados. Não era importante, dizia ele, que os preços de produtos importados fossem

* Associado do IHGES desde 1966.

menores do que os que se produzissem internamente. Para a nação, o importante é que fossem desenvolvidas “forças produtivas” internas. Enquanto isso deveriam ser estabelecidas tarifas que ele chamou de “educativas” até que o potencial de forças produtivas pudesse se efetivar e a nação desenvolvesse um equilibrado sistema agrícola-manufatureiro-comercial, caracterizando o que chamou de “nação normal”. Atingido esse ponto, o relacionamento com outros países deveriam se estabelecer com base no livre-câmbio, de acordo com os princípios da Escola Clássica inglesa. Enfim, deveria ser seguido o exemplo da Inglaterra que, segundo ele, na época, já era uma “nação normal”.

Uma séria ameaça é que as “tarifas educativas” poderiam produzir “infantes eternos” quando interesses adquiridos brandissem argumentos nacionalistas que pouco teriam a ver com os interesses gerais. Mas este era um problema político.

Comparativamente, as coisas eram muito mais quentes, ao tempo do mercantilismo, na velha Europa de meados do século quinze a meados do século dezoito. Ali não havia trégua entre os países e o comércio internacional assemelhava-se a uma guerra. Não havia possibilidade de ganho recíproco. Se um ganhava no intercâmbio, o outro perdia. Além do mais, alguns como Antoine Montchrétien (1575-1621), colocavam a glória militar e a grandeza territorial de sua pátria à frente da prosperidade econômica. Uma repetição, aliás, da idéia imperialista de povos antigos como os assírios. Ainda mais, numa passagem de livro publicado em 1615, dizia ele: “São os estrangeiros, como sanguessugas, que se agarram ao grande corpo da França, sugam o melhor de seu sangue e o devoram. São piolhos sangrentos que sugam a seiva...”. Quem já não ouviu paródias semelhantes que, como um eco, vem sendo ouvidas através dos séculos?

O pensamento belicoso de Montchrétien é boa ilustração da diferença estabelecida por Schumpeter entre os imperialismos an-

tigos e o moderno. O imperialismo imposto por uma casta militar cuja lógica é apenas a guerra, a glória, e de outra parte o imperialismo, onde o aspecto militar é apenas resquício de estruturas antigas. Aqui o objetivo maior é o de fazer comércio num ambiente o mais pacífico possível. Obviamente, o país dominante tentará levar vantagem imediata. Mas a História recente mostra que esta pode ser uma situação transitória. A tecnologia desenvolvida pelo Ocidente, a partir da Revolução Industrial, tem a possibilidade de ser absorvida universalmente e, em consequência, acelerar o desenvolvimento das “forças produtivas” nacionais. Exemplos são a ascensão dos “tigres asiáticos” e da própria China. Se lhes falta criatividade para garantir o progresso, como afirma o historiador inglês Paul Johnson, em entrevista recente, é algo a ser verificado. O incontestável é que já houve mudanças fundamentais na vida de suas populações no sentido de retirá-las da letargia e do conformismo fatalista, embora o caminho a ser percorrido na melhoria das suas condições gerais de vida seja ainda muito longo. Por exemplo, a China, com todo o seu crescimento, que a torna a vedete dos emergentes, para ficar no aspecto econômico, é inferior ao Brasil tanto no item “saneamento básico” como em gastos per capita em saúde e, afinal, sabemos que não temos por aqui nenhuma maravilha nesses dois tópicos.

De toda forma, não é difícil associar essa nova postura de povos até há pouco marginalizados da “corrente principal” do mundo econômico com essa idéia de List da “nação normal”. No caso, firmemente apoiados no comércio com o exterior.

Pensadores modernos como Samuelson não hesitam em qualificar a idéia do comércio internacional baseada nos custos absolutos/comparativos como de alta relevância social. Afirma ainda Samuelson que a economia política tem encontrado poucos princípios mais profundos.

Para ficar na ideia elementar dos custos absolutos, na área de produção agrícola: se um povo, por orgulho nacional ou qualquer ideia de isolamento, quiser construir estufas e produzir bananas em terras geladas, tudo bem. Claro que não era isso o que List pensava ao falar em desenvolvimento de “forças produtivas”. O razoável seria esse país gelado produzir morangos, por exemplo, e um país tropical produzir bananas. Em tese, a troca dos excedentes de morangos e bananas entre eles resultaria em benefício mútuo, dadas as condições naturais de produção de cada um. A ideia dos custos comparados avança ainda mais nessa direção, com formulações mais refinadas e sempre com a ideia-chave de que o comércio internacional pode ser conveniente para todos os participantes na troca.

Mas tais pensamentos só tomaram corpo quando a ideia de riqueza migrou da esfera dos metais preciosos, ouro e prata, para a de bens. Ou seja, no Ocidente, a partir de meados do século dezoito com os fisiocratas franceses.

Mudando o que deve ser mudado, a “nação normal” passou a ser um objetivo planetário, ao menos para as sociedades comprometidas com o bem-estar das suas populações, na medida em que bens e serviços passam a ser mais importantes que a glória militar ou ideias de hegemonia em qualquer campo. Os propósitos de integração de mercados como o Mercado Comum Europeu, e o Mercosul, estão dentro da lógica do pensamento de List.

Excetuadas visões “restauradoras” que propõem utopias construídas no vento, creio que no imaginário brasileiro está consolidada a ideia do país como “nação normal” onde a educação em todos os níveis é ponto decisivo e a melhoria crescente da qualidade de vida da população um programa a ser racionalmente perseguido. Os adversários conscientes ou inconscientes de tal ideia nos remetem ao mundo do século dezessete de Montchrétien.

A CONTRIBUIÇÃO DO BANDES PARA A ECONOMIA CAPIXABA

*Aline Liquer Corrêa**
*Mayara Lyra Bertolani**

Resumo: O Banded foi criado em 1967 como resposta do Governo Estadual à crise da economia capixaba agravada pelo programa de erradicação dos cafezais. Inicialmente como Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), teve como objetivo atuar como principal instrumento de revitalização da economia. Em 1969, transformada em Banded, passou a ter atribuições e responsabilidades tracejadas pelo Banco Central do Brasil. O café, nesse período, era a principal atividade econômica que movimentava o modelo primário agroexportador, alimentando o comércio, o porto de Vitória, gerando uma parcela significativa da renda e emprego no Estado. O Governo Estadual à época criou várias instituições e alguns mecanismos importantes, dentre eles o Banco de Desenvolvimento, trabalhando para que o Governo Federal instituisse um sistema específico de incentivos fiscais para o Estado: Geres/Funres e o Fundap. Além disso, atuou atraindo e financiando novos investimentos, sendo também fundamental para o desenvolvimento dos Grandes Projetos.

Palavras-chave: Banded, Grandes Projetos, Economia Capixaba.

1. Introdução

Até a primeira metade do século XX, a economia capixaba apresentava-se estagnada, tendo seus índices de crescimento menor do que a média nacional. A partir dos anos 70, na direção da política econômica nacional, o Estado tomou um rumo distinto daquele existente até então. Nesse contexto, teve início a formulação do que

* Aline Liquer Corrêa é graduanda em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

* Mayara Lyra Bertolani também é graduanda em Economia pela UFES.

veio a ser os “Grandes Projetos Industriais”, dando forma concreta à modernização econômica do Espírito Santo.

Desestrutura-se, portanto, um modelo primário exportador, em função de um novo padrão de acumulação — o urbano-industrial. Com uma infraestrutura bem montada (transportes, comunicação, energia e portos), o Espírito Santo passou a viabilizar sua maior integração ao capitalismo nacional e internacional com a implantação desses “Grandes Projetos”. Este fato marca as grandes mudanças na economia com ampla diversificação em sua base produtiva, que de domínio agroexportadora, passou a ser identificado a partir de um modelo econômico centrado em *commodities* industriais de produção em larga escala.

O Bandes, em todos esses anos de existência, desempenhou papéis que foram cruciais para o desenvolvimento, avanço da industrialização e consolidação de uma economia diversificada no Espírito Santo. Foi o grande pensador do desenvolvimento capixaba; assumiu a função de órgão máximo de estudos e de planejamento do Estado, e financiou investimentos de pequenas/médias empresas e agricultura no território capixaba. No final dos anos 70, o Bandes começou a perder sua importância no que se relaciona analisar os diversos setores da economia capixaba, principalmente por consequência dos desajustes da economia brasileira. O banco retomou seu valor a partir do início da década de 2000, e essa revitalização se deu com seu direcionamento para o microcrédito.

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a contribuição do Bandes para a economia capixaba, bem como seu papel na formatação dos Grandes Projetos, sua retomada de importância pós década perdida e por fim, os novos desafios para o Espírito Santo. Para tanto, o artigo foi dividido em cinco tópicos, além desta introdução. O primeiro pretende-se descrever, entre outras coisas, o processo de criação do Bandes, primeiramente chamado CODES,

evidenciando seu papel naquela época. O segundo item estará voltado para a atuação do banco no que diz respeito aos investimentos para o território capixaba, tangenciando principalmente o Governo de Christiano Dias Lopes.

No terceiro tópico aborda-se a participação do Bandes na formação dos Grandes Projetos de Impacto, destacando a situação econômica do Espírito Santo, e enfatizando que no Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos estabeleceu-se a importância de se instalar projetos industriais no Estado. Em seguida, no quarto item, destaca-se a atuação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo no período de 1980 a 2012. Aborda-se a crise da esfera nacional no período dos anos 80, bem como a ação do Bandes relacionada à questão econômica do território Capixaba, não deixando, desta forma, que o Estado fosse afetado drasticamente com o cenário nacional. No quinto item, faz-se uma análise dos desafios para o Bandes pós término do Fundap. Pondera-se a respeito da perspectiva do Governo do Estado em relação ao Bandes, e sobre os possíveis passos da Instituição. E por fim, são evidenciados alguns comentários em termos de considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

2. A Criação da Codes e Transformação em BANDES

Ainda na década de 50, com o início da crise do café, houve um rompimento do equilíbrio e da dinâmica tradicional da cafeicultura capixaba, abrindo-se novas frentes de diversificação econômica. Na década de 60 o Espírito Santo apresentava um quadro econômico desalentador. A agricultura correspondia metade da produção global da economia e, em termos de finanças públicas, o café respondia por 35%, quase 2/3 da arrecadação estadual (PELISSARI, 2001).

Essa crise afetou drasticamente o desempenho da economia estadual devido à grande importância da cafeicultura, além de uma profunda crise social, com um alto índice de desemprego, pois aproximadamente 70% da população viviam na área rural, basicamente atrelada à lavoura cafeeira.

A economia capixaba já apresentava sinais de esgotamento e de gestação de uma crise no interior de seu modelo desenvolvimentista (VILLASCHI et al., 2011a). Buffon (1992) afirma que os sinais de falência do modelo de desenvolvimento instalado no Estado já eram evidenciados na década de 40, devido ao saldo migratório negativo. O Espírito Santo, nessa época, deixou de atuar como uma região absorvedora de população, tornando-se “expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas” (VILLASCHI et al., 2011a).

Esses sinais se intensificaram quando o Governo Federal praticou uma política de erradicação dos cafezais de baixa produtividade e qualidade em meados do século XX. Essa política lançou o Estado na pior crise econômica de sua história. Para se recuperar foi necessário iniciar um processo de transição de uma economia agrário-exportadora, centrada na cafeicultura, para uma economia urbano-industrial.

Rocha e Morandi (1991) indicam que houve dois momentos da indústria no estado. O primeiro, dentro do contexto da segunda metade do século XX, que representou o crescimento fomentado por capital local de pequeno porte, estruturado por medidas provenientes do Governo do Estado. Esta fase é identificada por baixa diversificação econômica, com manutenção das formas políticas “tradicionais”. No segundo momento, os autores identificam a diversificação econômica baseada em atividades não tradicionais, comandada, em sua maioria, por grandes capitais privados (nacionais e internacionais). A “segunda fase”, a partir de 1974, diferencia-se

da anterior pela subordinação da dinâmica de acumulação realizada no estado às determinações do poder centralizado do Governo Federal, retratando o momento em que determinadas relações capitalistas hegemônicas ocupam o território nacional. É período em que os grandes parques industriais da CST, ARACRUZ CELULOSE, SAMARCO e as pelotizações da CVRD, instalam-se definitivamente e consolidam a produção e exportação de matérias primas, e ao mesmo tempo, auxiliam na integração do Espírito Santo ao mercado nacional por meio de seus polos industriais.

Assim, dentre outras medidas importantes, em 1967 foi criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES) com intuito de conduzir a industrialização do Estado, como forma de desenvolvimento de revitalização da economia capixaba, abalada com a erradicação dos seus cafezais. (PELISSARI, 2001).

Em 1º de fevereiro de 1967, Dias Lopes¹ sanciona a lei 2.279, criando a CODES, uma empresa de economia mista, que estaria voltada para o planejamento, estudos necessários à implementação e coordenação de uma política de desenvolvimento, além do financiamento a atividades produtivas, com base nos recursos de fundos públicos que administrava ou captava junto a outros organismos da esfera federal. (PEREIRA, 1997, p. 181).

Entre 1967 a 1969, os recursos da CODES se somaram aos da indenização da erradicação dos cafezais já injetados na “economia capixaba” pelo IBC-GERCA, possibilitando a formação de um montante de capital capaz de viabilizar importantes investimentos industriais em pequenas e médias empresas (ROCHA E MORANDI, 1991).

¹ Christiano Dias Lopes foi o primeiro governador eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, durante o Golpe Militar, e governou o Espírito Santo no período compreendido entre 1967 a 1971.

Contudo, logo nos estudos de implantação da empresa, ficou claro que ela não atingiria seus objetivos limitando-se a aplicação de recursos provenientes do IBC. Essa única fonte seria algo bloqueador, ainda mais porque se sabia que empresas do mesmo setor em outros Estados da Federação agiam independentemente, captando recursos com órgãos federais e internacionais (MEDEIROS, 1977).

É importante ressaltar que a atividade financiadora da CODES desenvolveu-se de forma peculiar. Como o empresário capixaba desconhecia este tipo de ação fomentadora, desde o início os técnicos da companhia tiveram que efetuar uma espécie de peregrinação catequizadora, procurando os empreendedores para oferecer-lhes dinheiro, porque se não houvesse aplicações, o numerário retornava para o IBC/GERCA. E a esta característica pode-se atribuir uma parcela de culpa pelo fato de se ter verificado muitos financiamentos feitos às pressas e que resultaram em falências, com detalhes que comprometeram a CODES. Aliás, os problemas de falências e de projetos mal analisados deveram-se, também, à inexperiência dos técnicos e diretores da companhia, que trabalharam inicialmente — como era de se esperar dentro de um limite estreito de competência técnica e política, competência essa que eles foram desenvolvendo com o tempo sem, entretanto, chegar a uma racional idade definida para a aprovação dos projetos — o que só aconteceria depois da transformação em Banco de Desenvolvimento (MEDEIROS, 1977, p. 81).

Nos três anos de existência da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo — CODES (1967/69), foram intermediados recursos de várias fontes, dentre as quais se destacaram o IBC-GERCA com 72% do total, o Governo Estadual com 13,4%, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDE(S),

com 8,11%. A CODES financiou 37 projetos industriais, sendo 26 projetos de ampliação de fábricas já existentes, e 11 instalações de novas plantas industriais (ROCHA E MORANDI, 1991).

Os gêneros industriais mais beneficiados com tais financiamentos foram os de produtos alimentares (indústria de carne, de café e de açúcar) com 59,8% e os referentes à madeireira e imobiliário com 11,1%. A tabela a seguir mostra os detalhes da alocação dos recursos por setor industrial.

Tabela 1 – Aplicação dos recursos do IBC-GERCA do programa de diversificação econômica das regiões cafeeiras do Espírito Santo 1967/70

FINALIDADES	%
Projetos Agroindustriais	
Indústria de Leite	0,85%
Indústria de Carne	23,93%
Indústria de Mandioca	1,71%
Indústria de Ração	1,71%
Indústria de Madeira	5,98%
Indústria de Açúcar	16,24%
Indústria de Sital	1,71%
Indústria de Algodão	3,42%
Indústria de Móveis	5,12%
Indústria de Vestuário	0,85%
Indústria de Latas	5,12%
Indústria Avícola	1,71%
Reflorestamento	12,82%
Indústria de Café	17,09%
Total	100,00%

Fonte: Guarnieri (1979) apud Rocha e Morandi (1991).

No dia 20 de junho de 1969, através da Lei Estadual 2413, a CODES foi transformada em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), tendo atribuições e responsabilidades tracejadas pelo Banco Central do Brasil (D' ARAUJO, 2010). Isso

ocorreu, pois o Governo Federal, na época, incentivava a transformação das companhias de desenvolvimento estaduais em bancos de desenvolvimento, sob o controle e fiscalização do Banco Central (PELISSARI, 2001).

[...] procedeu-se à transformação da CODES em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES). De fato, esta opção ficou praticamente definida pela Resolução 93 do Banco Central de 26/08/68, que já estava preocupado com a proliferação de companhias de desenvolvimento por vários estados fora de sua área de fiscalização, já que não se enquadravam nas definições existentes de instituições financeiras. Por esta resolução, define Banco de Investimento, suas operações típicas e toma a expressão “Banco de Desenvolvimento” privativa do banco público de investimento. A lei estadual n. o 2.413, de 20/06/69, autorizou a transformação e o aumento necessário de capital da CODES, bem como as demais providências para o enquadramento nas novas exigências do Banco Central. Em 11/12/69, foi emitida a carta patente 1-333, autorizando o início de funcionamento do BANDES como sucessor da CODES. As funções do BANDES, assim, foram definidas por esses documentos, e especificadas em seu estatuto social como compreendendo empréstimos para capital fixo e de movimento, para elaboração de projetos industriais ou rurais que visem ao aumento da produtividade; participação no capital social de outras empresas; prestação de garantias em empréstimos contraídos no país e no exterior. (BACEN, Res.93).

Quase com os mesmos objetivos da CODES, expandidos devido a maior disponibilidade de recursos, o BANDES assumiu a função de órgão máximo de estudos e de planejamento do território capixaba (MEDEIROS, 1977). O surgimento do banco estava

diretamente relacionado com os problemas econômicos regionais existentes e com a demanda por crédito de médio e longo prazo, que se intensificou com o processo de industrialização.

De acordo com a prática desenvolvimentista do Bandes, a industrialização era a saída para a grave crise econômica pela qual passava o Espírito Santo. Além disso, incentivava o ressurgimento de uma indústria tradicional² e o beneficiamento local dos poucos produtos primários que o Estado produzia, em especial café e derivados de carne. Para alcançar as taxas de crescimento econômico almejadas, o Bandes buscou atrair empresários de fora do Estado.

Nunes (1997) ressalta a importância da industrialização afirmando ser a solução para as incertezas surgidas devido às mudanças da época.

Pensemos na industrialização. Ela cria novas oportunidades para coalizões políticas assim como novos tipos de conflitos, oferece novas bases para a composição política, mina o poder das elites fundiárias e torna impossível para elas governar de forma oligárquica. Além disso, promove a emergência de novos atores coletivos. Isso significa que, ao mesmo tempo, a industrialização cria novas oportunidades e evita a ocorrência de várias outras alternativas (NUNES, 1997, p. 26 apud PELISSARI, 2001, p. 75).

Como banco de desenvolvimento, o Bandes teve como missão viabilizar investimentos que gerassem empregos, renda e competitividade da economia tendo como meta prioritária incentivar a instalação daquelas indústrias que utilizassem, principalmente, matéria-prima existente no Estado. Segundo Pelissari (2001), com o objetivo de alcançar sua missão, o banco financiava e viabilizava

² Produtos alimentares, minerais não metálicos, vestuário, etc.

projetos voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, identificando novas oportunidades de negócios, de maneira a auxiliar no cumprimento dos planos e objetivos do Governo.

3. A Articulação do BANDES nos Investimentos para a Diversificação da Economia Capixaba

A relação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) teve início com a fundação do banco, em 1967. A articulação com o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) com o Bandes se iniciou na década de 1970.

Após diversas tentativas de convencer o Governo Federal de que o Espírito Santo necessitava de recursos para diversificar a sua economia, em 1966, o IBC-GERCA reconheceu a necessidade premente de uma forma de apoio mais consistente à economia capixaba e ao governo do Espírito Santo. Nessa lógica, foi realizado um estudo sobre a situação econômica do Estado, que resultou na decisão em que os recursos financeiros do grupo executivo seriam alocados para as terras Capixabas.

Em mais um de seus apelos ao Governo Federal, o governador Christiano Dias Lopes, impetrou para o Espírito Santo, como Rocha e Morandi (1991) definem, uma política específica de desenvolvimento regional, consubstanciado no Decreto Lei 880, de 18 de setembro de 1969, que conferiu ao contribuinte do imposto sobre a renda, pessoa física ou jurídica, domiciliada no Espírito Santo, o direito de aplicar as deduções do imposto relativas ao Decreto-lei 221 (pesca), Decreto-lei 55 (turismo) e Decreto-lei 157 (compra de ações) em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados em territórios capixaba.

Neste mesmo Decreto Lei foi criado o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), constituído pelos recursos advindos dos incentivos fiscais, com o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos industriais e agropecuários que estivessem localizados no Estado.

O crescimento urbano acelerado fomentava a expansão das atividades industriais típicas do território do Espírito Santo, consolidando um mercado interno crucial para concentrar significativa parcela do poder de compra capixaba (VILLASCHI et al., 2011b).

A partir de 1970 até 1974, o FUNRES e o Bandes, financiaram 40 projetos industriais, sendo 10 de ampliação e 30 de implantação, concentrados principalmente nos gêneros de produtos alimentares, minerais não metálicos, metalurgia e têxtil, cujas participações relativas no total aplicado, até 1973, foram respectivamente, de 37,8%; 20,7%; 7,5% e 7,4%. (ROCHA E MORANDI, 1991, p. 84).

A indústria que, na década de 1950 crescera negativamente devido, em sua grande parte, à situação de crise da economia cafeeira, teve sua taxa de crescimento extremamente oposta em apenas uma década e meia depois.

A participação do Bandes com GERCA/FUNRES foi de grande relevância para o desenvolvimento econômico capixaba. Caracterizada pelo pequeno investimento e utilizando benefícios fiscais de incentivo ao setor, a economia cresceu à passos largos de 1960 à 1975 (ROCHA E MORANDI, 1991). Foi uma década e meia de diversificação de produção e modificação na estrutura, que antes era dominada por um único produto e passa a ser melhor distribuída em gêneros alimentares, minerais não metálicos, metalurgia e têxtil.

4. A Participação do BANDES na Formação dos Grandes Projetos

Arthur Carlos Gerhardt Santos³ assumiu o governo consciente das necessidades e possibilidades do Estado, pois esteve três anos à frente da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CO-DES), instituição essa que vinha pensando nos problemas que estava ocorrendo no território capixaba (MEDEIROS, 1977).

Essa preocupação surgiu devido à erradicação dos cafezais, pois cerca de 180 milhões de pés de café considerados antieconômicos no Espírito Santo foram erradicados, desencadeando a perda de 60 mil empregos diretos. Segundo Villaschi et al., (2011b), firmava-se a convicção de que a superação da dependência histórica do café, na visão do Governo, deveria ser construída a partir de premissas bem mais ousadas sobre a inserção do Espírito Santo no processo de desenvolvimento econômico nacional e mundial.

Segundo Medeiros (1977), para Arthur Gerhardt, o plano de desenvolvimento do Espírito Santo baseava-se em montar uma infraestrutura de acordo com suas vantagens locais, apoiada pelo Governo Federal. Tornaria possível, assim, a atração de grandes capitais nacionais e estrangeiros, utilizando o Porto de Vitória com o objetivo de despertar os grandes investidores para as possibilidades territoriais. Ainda, segundo o autor,

[...] com uma infraestrutura que passou a constituir-se numa das melhores do país, ao lado de suas tradicionais vantagens locais, o Espírito Santo iniciou a década dos anos 1970 em condições de receber os empreendimentos mobiliza-

³ Governador do Espírito Santo no período compreendido entre 1971 e 1974, técnico nomeado pela Revolução de 1964.

dos pelo governador Arthur Carlos. Orientados basicamente para mercados externos, eles foram denominados Grandes Projetos de Impacto e acarretarão, por suas características de escala e tecnologia, nova dimensão à economia estadual (MEDEIROS, 1977, p. 96).

De acordo com o Plano de Ação 1975/1979 — que visava o desenvolvimento de projetos na infraestrutura e na siderurgia e a diversificação agrícola no território capixaba — o crescimento das atividades de exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos pelo Complexo Portuário de Vitória/Tubarão ensejou a construção de moderna infraestrutura econômica em torno da Grande Vitória (modernização portuária, telecomunicação e interligação energética com FURNAS), o que, aliado aos investimentos em transportes (duplicação ferroviária Vitória-Minas, construção BR-262 e BR-101), por parte do governo federal nos últimos anos, tem permitido ao Estado fazer valer suas excelentes condições locais, sobretudo para os projetos que se voltam para o mercado externo. (MEDEIROS, 1977).

A conjugação de esforços dos Governos Federal e Estadual viabilizou uma mudança radical na economia do Espírito Santo, obrigando-o a deixar sua dependência da monocultura cafeeira secular para ligar-se ao grande capital internacional, em menos de uma década. De acordo com Nader,

Os chamados Grandes Projetos de Impacto, ou Grandes Projetos Industriais, ligados a esses investimentos passaram a definir a dinâmica de quase todo o desenvolvimento estadual, caracterizando a importância econômica do Espírito Santo em todo o território nacional e, quiçá, no mundo. Além disso, as indústrias que se abriam atraíram para a cidade a população rural capixaba que ficou desempregada depois da erradicação dos cafezais improdutivos (NADER, 2007, p. 5).

Assim, foi no governo de Arthur Carlos Gerhardt que se estabeleceu a importância de se constituir projetos industriais para o território capixaba. Nesse período, portanto, foram implantados os Grandes Projetos, e nessa composição o Bandes foi o guardião da política de desenvolvimento a partir do capita local. Buffon (2012) corrobora sobre a atuação do banco no período que corresponde à formulação dos Grandes Projetos.

O próprio Bandes assumiu este papel de formulador e executor das políticas de desenvolvimento do Estado. Durante muito tempo ele foi o protagonista deste processo. Assim, os estudos que o banco fez ligados aos setores produtivos, à micro e pequena empresa, aos encadeamentos industriais dos Grandes Projetos foram importantes para gerar e até mesmo redesenhar toda uma estratégia do Estado centrado nesses projetos.

Santos (2012) aborda a questão dos Grandes Projetos, esclarecendo os motivos pelos quais o mesmo não teve seu desempenho afetado pela crise da época.

Esses empreendimentos tinham uma escala internacional, que dependiam de capitais estrangeiros e de um acordo do Governo federal, através do BNDE(S). É muito importante frisar que o Bandes participou nesse período apoiando projetos de médio e pequeno porte, e os mesmos faziam parte da cadeia produtiva dos Grandes Projetos. É importante ressaltar que esses Grandes Projetos foram afetados pelas crises internacional e nacional, comprometendo, assim, a economia do Espírito Santo, porém de uma forma indireta, afetando somente as atividades econômicas locais, e não o banco como um todo.

Devido a esse rápido crescimento da economia capixaba, em 1973 foi concluído o Plano de Desenvolvimento Integrado da Mi-

corregião de Vitória (PDI), que sugeria promover a coesão dos vários projetos setoriais em andamento, tais como a ampliação do complexo portuário, a instalação de um distrito industrial, o abastecimento de água e saneamento, a urbanização de áreas conquistadas ao mar e outros que propiciassem um instrumental de planejamento e ordenação indispensáveis a um desenvolvimento harmonioso. Além disso, eram previstas a participação do Bandes e do Fórum Intermunicipal de Debates, o primeiro como Agente Financeiro e o segundo com a função principal de agir na intercomunicação entre os níveis municipais para a elaboração e implantação do PDI.

Segundo Rodrigues (1973), a implantação dos Grandes Projetos trouxe para o Bandes uma série de implicações, tais como: multiplicação do nível de aplicações, elevando, assim, o seu capital; mudanças no esquema de trabalho, apoiado em programas que objetivou a correção de desequilíbrios setoriais/regionais e efetivou as oportunidades que surgiram na época; tornaram possível uma maior grau de especialização em sua função de financiadora, reduzindo os ônus dos pré-investimentos. Com isso, o Bandes exerceu, dentro das condições possíveis, as atividades do planejamento setorial mais imediatas e pragmáticas, e isso só foi possível porque tal instituição passou por uma reestruturação administrativa.

Pode-se considerar que o Bandes foi o grande pensador do desenvolvimento capixaba até o final da década de 70, principalmente com a crise cafeeira. Nessa fase, foi fundamental para a implantação e consolidação daquelas atividades econômicas voltadas à geração de renda que a cafeicultura não proporcionava mais. Segundo Santos (2012), era uma instituição que estudava a ambiência econômica local, tornando-a capaz de atrair investimentos novos para Estado. Além disso, os financiava, bem como atuava no fomento no seu sentido pleno, desde estudos até o apoio aos grandes projetos.

Segundo Rodrigues (1973), o aparelho estatal não estava preparado para enfrentar as tarefas e responsabilidades emergentes da implantação dos grandes projetos de impacto.

Em 1971, [...] estavam já consolidados os mecanismos de captação e aplicação dos incentivos fiscais, fruto do esforço do governo anterior. Também, o sistema financeiro estadual já estava articulado e funcionando: o BANESTES estava reorganizado e estavam também estruturadas a Distribuidora de Títulos e a Companhia Seguradora. Embora esses fossem pontos importantes, o próprio diagnóstico da CODES/BANDES apontava que os incentivos fiscais autorizados pelo Decreto 880/69, os incentivos à industrialização e os recursos provenientes do FUNDAP não eram capazes de propiciar grandes saltos econômicos na estrutura da economia capixaba (VILLASCHI et al., 2011b, p.89).

Tabela 2 – Grandes Projetos de Impactos

Projetos	Empresas	Localização	Ano de Construção/ Operação	Investimento em US\$
Usina Siderúrgica de Tubarão	Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	Porto de Tubarão (Grande Vitória)	1.ª fase: 1977/1980 2.ª fase: 1980/1983	1.ª fase: 2,3 bilhões 2.ª fase: 3,8 bilhões
Usina de Laminados Não-Planos (Projeto de Expansão)	Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi)	Jardim América – Cariacica (ES)	1977	50 milhões
Usinas de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce	Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	Ponta de Tubarão – Vitória (ES)	Itabrasco: 1977 Hispanobras : 1977 Nibrasco: 1977	Itabrasco: 55 milhões Hispanobras: 55 milhões Nibrasco: 110 milhões

Usina de Pelotização Samarco	Samarco	Praia de Ubu – Anchieta (ES)	1977	190 milhões
Aracruz Celulose S/A	Aracruz Celulose S/A	Barra do Riacho – Aracruz (ES)	1978	410 milhões
Superporto de Tubarão para CST	Porto de Tubarão - CST	Porto de Tubarão (Grande Vitória)	1980	200 milhões
Terminal de Exportação de UBU	Terminal de Exportação de UBU	Praia de Ubu – Anchieta (ES)	1977	50 milhões

Obs.: Projetos Portuários no Canal da Baía de Vitória

- 1) Melhoria do atual Cais Comercial de Vitória e do Canal de a cesso – investimento da ordem de US\$3,5 milhões;
- 2) Construção do Cais de Capuaba/ Atalaia (Terminal do Corredor de Exportação GO/MG/ES) – início de operação em 1977 e investimento de US\$40 milhões;
- 3) Construção do Cais de Jaburuna (para Containers) – início de operação em 1978 e investimento de US\$16,5 milhões;
- 4) Construção do Cais de Aribiri (carga geral) – início de operação em 1982 e investimento de US\$42 milhões;
- 5) Ampliação, melhoria e adaptação do Cais do Jabour (Terminais de açúcar, petróleo, melação e álcool, cimento e gusa) – início de operação em 1978 e investimento de 5 milhões.

A estimativa de acréscimo de pessoal ocupado pela operação dos projetos de construção e melhoria do Canal da Baía de Vitória é de aproximadamente 2.000 pessoas.

Fonte: Medeiros (1977)

Tabela 3 – Previsão de investimentos e números de empregos diretos dos Grandes Projetos

Discriminação	Investimento (US\$ milhões)	N.º de Empregos
1) Complexo Siderúrgico	4.260	9.850
Grande Vitória	4.070	9.400
Município de Anchieta	190	450

2) Complexo Naval	90	4.000
3) Complexo Portuário	405	2.025
Grande Vitória	307	2.000
Município de Aracruz	48	-
Município de Anchieta	50	25
Total Geral	4.755	15.875
Grande Vitória	4.467	15.400
Outros Municípios	288	475

Fonte: Medeiros (1977)

Esses projetos eram considerados Grandes Projetos porque continham escala efetiva ou potencial superior às maiores operações e extrapolava a capacidade do GERES e do BANDES, seja em termos de investimento ou de emprego, conforme tabela 3; estrutura empresarial individualizada, incluindo-se os programas setoriais, somatórios de diversos projetos; prazo de execução provável compreendido entre 1974 e 1983; probabilidade de efetivação estimada acima de 50% de chances de ocorrer; disponibilidade de dados a nível, pelo menos, de previsibilidade ou estudo preliminar (RODRIGUES, 1973).

Os Grandes Projetos além de explorarem os recursos naturais e a posição geográfica do Espírito Santo, provocaram uma elevação na população, que conseqüentemente, elevou a demanda por serviços de toda ordem, principalmente aqueles ligados às demandas urbanas. A indústria de construção civil provocou um aumento da demanda pela indústria de materiais de construção, que, por sua vez, demandaria a indústria extrativa mineral; o aumento da população ensejaria demanda para a indústria alimentícia e de bens de consumo, em linha direta com a silvicultura, agricultura e pecuária; a montante e a jusante dos Grandes Projetos floresceriam toda uma gama de indústria dos ramos metalúrgico, mecânica, química, material elétrico, material de transporte (SILVA, 1993).

Assim, pode-se dizer que durante o Governo Arthur Santos, foi realizada uma das principais transformações pelas quais passaria o Espírito Santo, mudando — radicalmente e definitivamente — a natureza do espaço econômico capixaba. Até o início da década de 70, o Estado foi o *locus* da acumulação capitalista concentrada nas atividades tradicionais, liderados pelo capital local, sem nenhum rompimento profundo com a atividade cafeeira (monocultura de exportação). A partir daí, passou a ser o *locus* da ampliação, sendo que a reprodução seria a do grande capital, boa parte internacional, com lógica própria e distinta do processo experimentado anteriormente (VILLASCHI et.al 2011b). A participação do Bandes nessa fase da economia capixaba contribuiria decisivamente para lançar o Espírito Santo entre os estados industrializados e integrado à lógica nacional e internacional. Como resultado, a economia do Estado nos anos 80 seria caracterizada pelos investimentos das grandes empresas e pelas PMEs (pequenas e médias empresas) que obtiveram um grande crescimento ao longo do processo de industrialização.

5. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo: Análise de sua Atuação no Período 1980-2012

No final dos anos 70, finalizados os elementos principais da instalação dos Grandes Projetos, o Bandes começou a perder sua importância em termos de pensar o Espírito Santo, ou seja, no que se relaciona a estudar a estrutura capixaba e analisar os diversos setores da economia. Isso era consequência dos desajustes da economia brasileira, na década de 80, que passou a enfrentar problemas econômicos graves. No aspecto econômico, a crise no Brasil direcionou a economia a uma espiral inflacionária, provocando uma

queda nos níveis de poupança do setor público, e criou um ambiente de incertezas que dificultou a retomada dos investimentos. Esse fato coincidiu com o movimento que ocorreu no Brasil em que se contestou a lógica de manter um banco de desenvolvimento nos Estados, refletindo, assim, em impasses para a continuidade do Bandes.

O Bandes foi criado numa época em que os estados eram destituídos de instituições que pudessem regulamentar, pensar e implementar as políticas de desenvolvimento. A criação de instituições no território capixaba ocorreu no governo de Dias Lopes constituindo uma secretaria de planejamento e o Banco de Desenvolvimento, que eram voltados ao fomento e ao apoio do desenvolvimento do Estado.

Para Lima (2012), os anos 80 foram um período de inflação muito alta, não havia planejamento que resistisse. Em épocas assim, é difícil planejar e aplicar políticas públicas adequadamente. Dessa forma, ele destaca que o método utilizado para manter os recursos para a capitalização do banco se deu por meio de aplicações financeiras, aproveitando-se do cenário da época.

Nesse período, na esfera nacional, observou-se um aprofundamento da dívida externa, um descontrole das contas públicas e uma distensão política que se agravou devido à transição do regime militar para o democrático (VILLASCHI et al., 2011c). Tais elementos foram responsáveis pela inibição do crescimento brasileiro, que girou em torno de 2% ao ano durante a década de 80.

De acordo com Santos (2012), durante meados desta década, quando o país estava passando por tais crises principalmente devido a uma falta de planejamento na economia capixaba e no Brasil, o banco continuou a financiar empreendimentos que visavam fortalecer e incentivar a diversificação das cooperativas agrícolas do Estado do Espírito Santo.

[...] do ponto de vista da diversificação, da interiorização do desenvolvimento e da democratização do acesso ao crédito, nós tivemos um movimento muito ativo por parte do Estado e do Bandes. Eu acho que não houve uma regressão do Bandes (SANTOS, 2012).

Apesar desses impedimentos, o Espírito Santo apresentou, na década perdida, um crescimento maior do que a média nacional, consolidando os investimentos derivados dos Grandes Projetos. Ainda neste período observou-se o aumento da importância da diversificação e modernização agrícola capixaba, estimuladas por novas formas de financiamento da agricultura, realizado pelo Bandes. A revitalização da agricultura do café foi estimulada, e em 1988 havia 740 milhões de cafeeiros plantados, três vezes mais do que em 1970 (VILLASCHI et al., 2011c).

Na década de 90, surgiram pressões do Governo Federal para transformar os Bancos de desenvolvimento estatais em agências de fomento através da Medida Provisória (MP) 1.514 de 1996.⁴ De acordo com essa Medida Provisória, as agências de fomento teriam a finalidade de financiar projetos; não poderiam ter acesso às operações de redesconto do Banco Central, sendo vetada a captação de depósitos junto ao público. As principais fontes de recursos eram: o capital próprio, recursos orçamentários, fundos constitucionais e de organizações de desenvolvimento nacionais ou internacionais. Mesmo com essa medida provisória, o Bandes não deixou de ser um banco de desenvolvimento para se tornar uma agência de fo-

⁴ Medida Provisória 1.514 de 7 de agosto de 1996, que cria o PROES — Programa de Incentivos à Redução da presença do Estado na Atividade Bancária. O objetivo deste programa era o funcionamento, por parte da União, dos custos dos ajustes necessários aos bancos estaduais, exceto no caso de simples saneamento. Neste último caso a União arcaria com 50% dos custos e o governo estadual faria o aporte da outra metade.

mento, pois contou com alguns mecanismos favoráveis à continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, Lima (2012) comenta sobre os aspectos cruciais para a não ocorrência daquele fato:

o fundamental para não se transformar em agência foi a forma de operar o incentivo Fundap. Uma parte dos recursos que as empresas “fundapianas” pagam de ICMS volta para elas na forma de financiamento. Uma parte dele, atualmente é 9%, fica guardada no Bandes aplicado em CDB. Agência de Fomento não faz CDB, então foi por esse motivo que o Bandes não se tornou agência de fomento. As próprias “fundapianas” foram convidadas, praticamente forçadas dentro do arranjo institucional, a aportar recursos no Bandes de forma que o banco não quebrasse. Nós também contamos com recursos do Funres, que em parte pequena virou orçamento do Bandes.

A partir da década de 2000, a instituição bancária retomou sua importância, basicamente com a criação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, pelo Governo Federal. De acordo com Lima (2012), o Pronaf foi criado em 1997 e foi a linha que permitiu ao banco fazer muitas operações, dando suporte para seu reposicionamento, colocando a agricultura familiar como seu “carro chefe”. Como o banco estava sofrendo com problema de recursos — herança dos anos 80 — o Pronaf foi fundamental na retomada do papel do Bandes.

A sua opção pelo microcrédito familiar veio no sentido de controlar o risco financeiro do sistema bancário, pois consequentemente diminuindo esse risco, também diminui os seus prejuízos. Logo, o microcrédito foi uma opção de democratização do acesso às empresas que lá buscavam financiamentos, mas também foi uma alternativa pra aumentar os números de operações do banco.

A partir de 2003, no Governo de Paulo Hartung,⁵ as instituições do Estado Espírito Santo foram redesenhadas, afirmando-se que era necessário modernizá-las, atribuindo, portanto, um “dever de casa” ao Banes de interiorizar o crédito não só para o interior, mas de forma massificada, atendendo a agricultura familiar, os pequenos empreendimentos e o microcrédito. O Banes percebeu que era preciso repensar o seu papel em relação ao desenvolvimento capixaba, de acordo com a diretriz do então governo. Logo, foi definido que a agricultura familiar era um nicho fundamental de atuação do banco, e a partir disso, foi criada uma estrutura bancária para atender a linha Pronaf e o crédito foi massificado e interiorizado.

Sobre este programa, Lima (2012) afirma que tem taxa de juros, atualmente, de 1% ou 2% ao ano, portanto, não é uma linha rentável, e o banco recebe de spread 3% de cada operação. Esse montante não seria suficiente para manter seu custeio, como por exemplo, da área de planejamento e inovação.

É comum que um banco de desenvolvimento trabalhe com linhas de crédito que tenha taxas de juros muito baixas e subsidiadas; sendo baixas e subsidiadas, o banco de desenvolvimento como agência de fomento não vai conseguir ter sustentabilidade financeiramente somente com o financiamento. Outros bancos fecharam porque não tinham outras fontes de receitas, e porque dependiam, exclusivamente, do repasse do Tesouro Estadual (LIMA, 2012).

Para Buffon (2012), ao contrário do Pronaf, o Fundap é uma das principais fontes da receita do banco, não sendo linha de crédito. Esse programa é uma linha de crédito, um incentivo financeiro,

⁵ Paulo César Hartung Gomes foi Governador do Estado do Espírito Santo de 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2010.

pois a empresa paga o imposto e depois recebe de volta sobre a forma de financiamento. Não é o Banded quem concede o incentivo, mas sim a Secretaria de Fazenda, a instituição financeira operacionaliza o incentivo e auferir renda, ou seja, receita. A receita desse fundo propicia ao banco realizar o microcrédito (Nossocrédito) e agricultura familiar (Pronaf).

Nas palavras de Santos (2012), o mecanismo do Fundap foi concebido também nos final dos anos 60, voltado para atividades portuárias, com o objetivo a ativar as atividades no Porto de Vitória com importações e exportações não tradicionais. Permitiu que a pauta de importação se tornasse muito mais ampla e diversificada; isso movimentava uma massa de recurso que era administrada pelo Banded, que também apoiava empreendimentos industriais e que ajudou a formar toda a infraestrutura de armazenagem, logística no Estado, em função do maior volume de importação que passou a ter devido ao Fundap. Então, este mecanismo teve esse papel de prover fundos para financiar o aparecimento de projetos industriais, agrícola, hotelaria.

Atualmente, o Banded é considerado um banco de fomento para o microcrédito via recursos do Fundapsocial,⁶ uma forma encontrada pelo Governo (Paulo Hartung), para aumentar o nível de operações do Bando de Desenvolvimento no meio urbano, utilizando o microcrédito, e no meio rural, por meio do repasse de recursos do BNDES para financiar o Pronaf, uma maneira de manter a instituição ativa no mercado de crédito, e ao mesmo tempo se ajustando ao rigor do Banco Central naquilo que se diz respeito ao risco.

⁶ Fundapsocial é um fundo público de natureza financeira, sem personalidade jurídica, cujos recursos serão geridos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (Banded), registrados em conta própria e utilizados em financiamento a micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços, a microempreendedores, incluindo do setor informal, e a projetos sociais e culturais, numa estrutura de financiamento reembolsável.

Segundo Santos (2012), o Governo do Estado incentivava o apoio à agricultura familiar, pois ela tem uma expressão importante sendo responsável pelo crescimento de alguns segmentos, tais como: pequenos produtores, meeiros, gado leiteiro. Assim, a agricultura familiar constitui um segmento importante que tem uma capacidade de formação de mão de obra, adaptando-se aos rigores da nova regulamentação do Banco Central.

O Bandes não financiou os Grandes projetos diretamente, mas sim através de mobilização do recurso do Funres para apoiar a Aracruz. Dado o nosso tamanho, não tínhamos recurso para que pudéssemos pensar em apoiar a CST, a Samarco, Vale e outros projetos. O Bandes teve participação nas pequenas e médias empresas que faziam parte da cadeia produtiva dos Grandes Projetos (SANTOS, 2012).

Segundo Lima (2012), o Fundapsocial é um mecanismo criado para ampliar a oferta de crédito para micro e pequenas empresas ou empreendedores, por meio do Nossocrédito e do Creditar. O Fundap, ao lado do Fundapsocial, é responsável por 25% da Receita Bruta do Bandes, aproximadamente R\$ 15 milhões.

Ainda de acordo com o autor, a Resolução 13/2012 do Senado uniformizou a alíquota de 4% do ICMS, e a partir de janeiro de 2013 o Fundap deverá sofrer um baque, que chamam de extinção do Fundap. Na realidade o Fundap continua existindo, mas não será atraente como antes, pois deixará de movimentar a soma de recursos que mobiliza atualmente.

Com essa mudança no Fundap, o banco corre algum risco. Porém, o Governo do Estado vem indicando que o Bandes é um importante instrumento de política pública e que poderá nos socorrer de alguma forma, com aportes de

recursos, ou com a criação de algum fundo milionário, robusto para o banco gerir. Assim, nós receberíamos recurso para gerir de tal forma que este fundo diminuiria os impactos dessa drástica redução do volume que o Fundap movimentava (Lima, 2012).

Lima (2012) afirma que as perspectivas do Bandes são muito boas. Sempre que a economia está em crise, a função de um banco de desenvolvimento é realçada. No caso do Espírito Santo, o PIB pode diminuir consideravelmente com a redução das operações de importação. O Bandes é visto pelo Governo do Estado e por alguns formadores de opinião como um mecanismo necessário para controlar esses impactos.

6. Os Novos Desafios para o BANDES

O fim do Fundap tem originado várias indagações quanto ao futuro do Estado, principalmente, no que se refere ao Bandes. O banco, que é responsável por operar o Fundap, poderá enfrentar novos desafios e por isso há um temor quanto às perspectivas futuras desta instituição. De acordo com Lima (2012), o Estado tem desenhado novas perspectivas para o banco e desde quando efetivamente foi decretado o “fim do Fundap”, passou a creditar ao Bandes elementos para a sua continuidade e sinalizou que sua estrutura será fortalecida. A perspectiva é que tenha novos aportes de recursos, aumentando o seu patrimônio líquido e, conseqüentemente, tendo acesso maior aos recursos do BNDES.

Os mecanismos alternativos, que não existem em outros Estados — Funres e Fundap — foram fundamentais para dar suporte financeiro ao Bandes. [...] O Fundap “deixando de existir”

e o Bandes, portanto, não aplicando em CDB, o banco poderia virar uma agência de fomento. Se isso ocorresse, nós estaríamos na contramão da história. O sonho de toda agência de fomento, no médio e longo prazo, é tornar-se Banco de Desenvolvimento. Cada vez mais elas assumem responsabilidades e mais controles do Banco Central, no qual essa tendência vai se confirmando. Então não teria o porquê o Bandes deixar de ser Banco de Desenvolvimento para se tornar agência de fomento (LIMA, 2012).

Santos (2012) adverte que com o fim do Fundap o comércio exterior — setor importantíssimo da economia capixaba — será atingido. Esse recurso poderá ser reduzido e, conseqüentemente, as atividades nesse segmento vão diminuir drasticamente. Assim, o Espírito Santo terá que encontrar saídas, pois muitas regiões do Estado têm sua capacidade de desenvolvimento custeada pelo Fundap. Dessa forma, o grande questionamento é como enfrentar essa situação. Uma possível resposta seria dinamizando a economia, buscando saídas para manter o fluxo de importação, reforçando e melhorando a infraestrutura e logística que dá acesso aos portos e estradas.

Ativando e diversificando a economia de diversas regiões do Estado é preciso de uma estrutura de fomento forte, criativa e ágil no sentido de ser um instrumento do Governo para formular programas e apoiar projetos que venham buscar a dinamização de segmentos e regiões do Espírito Santo. Que estrutura poderia ser essa? Não poderia ser o Bandes? Ele não poderia voltar a cumprir o papel que ele cumpriu no final dos anos 60 e início dos anos 70, de ser o formulador e dentro de sua escala de atuação, ele servir como um braço do Governo para cumprir seu papel? Mas, para isso o banco tem que aumentar sua escala e não pode continuar como banco pequeno. A saída do Bandes é uma “saída pra cima” e nós

temos que ter outra escala, triplicando o capital e aproveitando este momento em que novamente é colocado para liderança do Estado esse grande desafio. É necessário que sejamos criativos para gerar outros recursos, e o Governo já está formulando a criação de um chamado Fundo de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, que terá um aporte de R\$ 200 mil iniciais. (Santos, 2012).

Para Santos (2012), o Bandes terá que se preocupar mais em diversificar as regiões capixabas, e ser o grande banco de desenvolvimento regional do Espírito Santo. Além disso, deve ajudar a criar opções e aproveitar a potencialidade que existe nessas regiões do Estado. Todas essas alternativas, provavelmente, não vão alcançar o mesmo volume que o Fundap gerava antes. Assim, o banco terá que passar por uma reestruturação para conviver com uma receita menor. No primeiro momento, é necessário passar por um ajuste de custos, mas em um segundo momento, deve-se operar com soluções alternativas ao Fundap, que irão, dessa forma, equilibrar as contas da instituição (receitas e despesas). O cenário é realmente difícil, mas todas as articulações políticas colocam do Bandes em um bom cenário para 2013.

7. Considerações Finais

O Espírito Santo passou por uma grande mudança no final dos anos 60 e início dos anos 70, em que sua economia deixa de ser agrário-exportador e inicia-se um processo de economia urbano-industrial. Os dois governos — Christiano Dias Lopes (1967-71) e Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-74) — tiveram uma grande importância para que isso pudesse acontecer. O primeiro porque foi o responsável pela criação da instituição que tinha o papel de

formular e executar políticas de desenvolvimento para o Estado através de estudos elaborados: o Bandes. O segundo pelo fato de viabilizar a implantação dos Grandes projetos de Impacto, que ligados aos investimentos em transportes e infraestrutura, passou a definir a dinâmica do território capixaba.

O Bandes foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento do Espírito Santo, formulando ideias para que houvesse a implantação dos Grandes Projetos, porém ao final dos anos 70 perdeu a sua importância no que se refere à estudar a estrutura capixaba. Contudo, continuou a financiar empreendimentos (microcrédito) que pudessem fortalecer e incentivar a diversificação no Estado, e conseqüentemente, controlar os riscos inerentes a um Banco de Desenvolvimento. A instituição, que faz esses financiamentos via a recursos do Fundapsocial por meio do repasse do Fundap, terá um grande desafio pela frente, pois com o “fim” desse mecanismo poderá passar por problemas em sua estrutura.

O que se pode concluir do que aqui se discutiu é que o Bandes teve um papel primordial na construção e no desenvolvimento da economia capixaba, apoiando fortemente os primeiros passos do processo de industrialização, impulsionando e trabalhando na construção e formatação dos Grandes Projetos, tornando, desta forma, o Espírito Santo um estado industrializado, como já foi descrito nesse artigo. Hoje o banco é considerado uma instituição de fomento para o microcrédito, direcionado para a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos. Entretanto, com o “fim do Fundap”, surge um debate voltado para qual será o posicionamento/papel do Bandes em meio a esses acontecimentos, por conseguinte sabe-se que este é um momento de arquitetar alternativas visando preservar a economia capixaba para o futuro.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Eduardo A. V. de. *Agências de Fomento Brasileiras: Evolução e Estágio da Arte Atual*. Monografia (Graduação em Administração) UFRS, Porto Alegre/RS, 2006.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – Bandes. *Plano de Ação – 1975/1979*. Vitória, 1975.
- BRASIL. Banco Central. *Resolução nº 93, de 26 de junho de 1968*. Disponível em <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2012.
- BUFFON, José Antônio Bof. *A trajetória do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo 1980-2012*. Entrevista concedida a Aline Liquer Correa e Mayara Lyra Bertolani. Vitória, 2012.
- CAÇADOR, Sávio B.; GRASSI, Robson A. *A Evolução Recente da Economia do Espírito Santo: Um Estado Desenvolvido e Periférico?* Vitória/ES, 2009.
- D'ARAÚJO, Luana S. F. *A Atuação dos Agentes Financeiros de Desenvolvimento a Luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas*. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2010.
- LIMA, Marcos Roberto. *A trajetória do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo 1980-2012*. Entrevista concedida a Aline Liquer Correa e Mayara Lyra Bertolani. Vitória, 2012.
- MEDEIROS, Antônio Carlos. *Espírito Santo: A Industrialização como Fator de Desautonomia Relativa*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escalo Brasileira de Administração Pública (Ebab) / Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 1977.
- MOTA, Fernando Cezar de M. *Integração e Dinâmica Regional: O Caso Capixaba (1960-2000)*. Tese de Doutorado apresentado a Universidade de Campinas. São Paulo, Unicamp: 2002.
- NADER, Maria Beatriz. *Industrialização, Aumento Populacional e Diversificação do Mercado de Trabalho: Vitória em Dados 1970-2000*. Associação Nacional de História, São Paulo. Disponível em <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=95>. Acesso em 1 abr. 2012.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil e clientelismo e insulamento burocrático*; prefácio Luiz Carlos Bresser Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, Brasília, DF, ENAP, 1997.
- PELISSARI, Sandra S. A. *A Importância da Reavaliação do Papel dos Bancos de Desenvolvimento e o caso do BANDES*. Dissertação (Mestrado em Administração Empresarial e Pública) FGV, Vitória/ES, 2001.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafecultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Fundação Cecília-no Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Lélío. *Perspectivas de Desenvolvimento Integrado no Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento assegurado pelos Grandes Projetos*. BANDES, dezembro, 1973. s.n.t.

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. *O desafio de elaborar e viabilizar projetos culturais sob as diretrizes da tecnologia SESI cultura*. – Brasília: SESI-DN, 2007. Disponível em < http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_02.pdf >. Acesso em 6 jun. 2012.

SANTOS, Ricardo. *A trajetória do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo 1980-2012*. Entrevista concedida a Aline Liquer Correa e Mayara Lyra Bertolani. Vitória, 2012.

SILVA, Justo C. *Espírito Santo: O Processo de Industrialização e a Formação da Estrutura do Poder Executivos 1967 / 1983*. Dissertação (Mestrado em Administração) UFMG, Belo Horizonte/MG, 1993.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José. Da crise econômica ao consenso de necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Florecultura: 2011.

_____; _____. O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a Segunda Muleta. In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Florecultura: 2011.

_____; _____. O mercado funcionou! O aprofundamento da desautonomia do Estado e a diversificação da economia capixaba nos anos 1980 – 2000. In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Florecultura: 2011.

UMA CIDADE E SUAS FERROVIAS: VITÓRIA E A MAIS-VALIA DA CAPITAL

*Leandro do Carmo Quintão**

Resumo: O presente artigo analisa a relação de Vitória com duas ferrovias, a Sul do Espírito Santo e a Vitória a Minas, mediante a contribuição de ambas as vias para o fortalecimento de Vitória, enquanto capital do Espírito Santo, bem como de seu porto.

Palavras-chaves: Espírito Santo. Estrada de Ferro. Vitória.

Até o início do século XIX, Vitória refletia o marasmo econômico por qual passava o Espírito Santo: correspondia a uma pequena vila exprimida entre uma baía e um terreno pouco plano. Configurava-se em uma cidade de cunho era meramente administrativo, o que se traduziu em um atrofiamento do espaço urbano. Suas ruas eram mal traçadas e mal-cheirosas. Não havia qualquer infra-estrutura urbana, como água encanada e esgoto. Seu porto era um pequeno cais de madeira, contando como vantagem unicamente sua localização, em águas calmas, compondo um típico porto natural.

Nesse período, a economia capixaba girava em torno da produção e exportação de açúcar, já de longa tradição, apesar da crise por qual passava esse produto nos quadros de exportação nacional, crise essa que se acentuou com a inserção de um novo concorrente, o açúcar de beterraba. Tal quadro somente seria alterado após 1850, quando a produção e exportação cafeeira entraram em cena, de forma significativa para a economia capixaba, embora sem relevância para as estatísticas do país.¹

* Membro do IHGES. Mestre e doutorando em História pela UFES. Professor concursado do IFES.

¹A participação do café capixaba na exportação nacional só conseguiu alcançar 5% no final do período monárquico (SIQUEIRA, 1995).

Contudo, foi a partir da nomeação de Silva Pontes como governador da capitania, ainda no fim do século XVIII, que a “sorte” da capital começou a mudar. Tal ato traduziu a preocupação de D. João, então príncipe regente, na construção de uma estratégia para retirar a região de tal situação, reanimando-a, dito em suas próprias palavras (SANTOS, 2002). Tal anseio se traduziria no estímulo do comércio, às comunicações e às estradas, desígnios estes indissociáveis.

Enquanto governante, Silva Pontes propôs o estreitamento comercial com a província de Minas Gerais e o escoamento de parte da produção desse território, bem como do interior do Espírito Santo, centralizado em um único porto capixaba: o porto de Vitória. Buscava-se o desenvolvimento de toda uma região a partir de uma cidade, ou melhor, de um porto (SANTOS, 2005).

Embora seus planos, a curto prazo, não tenham se concretizado, deixou as sementes de um importante projeto regional, que acabou sendo seguido pela maioria dos seus sucessores, ao longo do século XIX. Alguns de merecido destaque, como Francisco Alberto Rubim, responsável pela construção de uma estrada de rodagem até Ouro Preto; Costa Pereira (1861) e Leão Velloso (1862), estes últimos, tendo mandado realizar importantes estudos a respeito das estradas da província.

A tal projeto (SANTOS, 2005), duas importantes idéias foram incorporadas: a construção de estradas de rodagem e povoamento ao redor das mesmas, bem como da capital, através do incremento da imigração estrangeira. Dessa forma, surgiram importantes colônias de imigrantes, como Santa Isabel e Santa Leopoldina, criadas em meados do século XIX.

É interessante observar que a tudo isso se relacionava Vitória: quanto às estradas, elas tinham como destino o porto da capital; quanto ao incremento populacional, tinha como efeito aumentar a produção ao redor e exportá-la pelo mesmo terminal. Tal estratégia parece ter dado certo: Vitória se consolidou como um dos impor-

tantes portos de exportação da província, mas apenas o segundo no que tange ao café, após este haver se tornado a principal produção da mesma (QUINTÃO, 2008). Todavia, ainda era pouco. Somente a república veria sua alçada ao primeiro posto.

Apesar das estratégias relativamente bem delineadas, o governo provincial enfrentaria durante todo esse período grandes dificuldades financeiras, tendo em vista a precária comunicação, parca população e escassos recursos. À administração regional, caberia equilibrar as finanças, dependendo sempre dos recursos do governo imperial, pois o café, embora passasse a monopolizar o comércio exportador capixaba a partir de 1870, era insuficiente para gerar tais recursos, como em algumas províncias vizinhas.

Tal dificuldade financeira refletia-se no imutável estado precário da capital. Já no fim do século, Muniz Freire a definia como:

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem gosto, sem architectura, segundo os caprichos do terreno; apertada entre a bahia e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de agua; com um serviço de illumination á gaz duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação de sua empresa; [...] sem edificios notáveis; repartições e serviços publicos mal accommodados á falta de predios; sem um theatro, sem um passeio publico, sem bons hospitaes, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprevinida de toda defesa sanitária; necessitada de construir novos cemiterios devido á irrevogavel comdenação dos actuaes; finalmente balda até de pessoal operario para os serviços ordinarios de estiva, de transportes, cargas e descargas de navios construcções, e todos os outros indispensaveis em qualquer centro populoso de menor actividade e importância commercial (ESPÍRITO SANTO, 1896, p.17).

Paralela e paulatinamente, Cachoeiro de Itapemirim tornava-se um importante pólo econômico para a região meridional capixaba e, sem seguida, para toda a província. Reflexo este do crescimento de importância da região sul, que havia se tornado, a partir da década de 1870, a principal zona produtora de café, e o porto de Itapemirim, o principal exportador (QUINTÃO, 2008). Como agravante, toda essa produção se dirigia ao Rio de Janeiro, ou seja, sem nenhuma correlação com o porto da capital provincial.

Contudo, tantas dificuldades não enfraqueceram o pensamento em fazer prosperar o Espírito Santo através de sua capital, pois à ineficiência imediata das estradas de rodagem, deu-se como solução, a partir de 1871, a alternativa ferroviária, tendo em vista seus prodígios em diversos cantos do planeta e até mesmo do Brasil. Desse momento em diante, tornou-se discussão prioritária nos relatórios provinciais (QUINTÃO, 2008), sendo voltada para atender os interesses da capital.

Dessa forma, segundo Bittencourt (2006), três linhas mestras passaram a nortear um possível “pensamento ferroviarista capixaba”: estreitar as comunicações com Minas Gerais; a percepção da importância da região sul, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim; e a necessidade de ferrovias que dessem vazão ao Porto de Vitória.

É interessante observar que tais linhas comungavam das mesmas idéias até então defendidas, tratando-se apenas de um rearranjo. Permanecia o pensamento de transformar Vitória numa grande praça comercial, transformando seu porto no escoadouro natural da produção de parte de Minas Gerais. A novidade ficou por conta da valorização de uma região e de uma cidade que despontavam como importante pólo econômico regional. Logo, tornou-se um grande anseio ligar a capital ao sul e a Cachoeiro, mais precisamente à sua produção.

No entanto, a república chegaria antes de tal acontecimento. Aliás, indiretamente, ela teve sua cota de responsabilidade para tal

concretização: a transformação das províncias em estados tornou-os menos dependentes das benevolências do governo central, e capazes de auferir seus próprios recursos, graças, em grande parte, aos impostos de exportação, que agora ficariam retidos nos respectivos governos regionais.

Nesse contexto, José de Melo Carvalho Moniz Freire tornou-se governador do Espírito Santo, em 1892. Político de carreira desde o período monárquico, deixou claro suas idéias em cartas dirigidas ao imperador. Nelas, defendia a relevância da ligação férrea entre o Espírito Santo e Minas Gerais, bem como a convergência de todo o comércio para o porto da capital (RIBEIRO, 2008). Em seus relatórios de governo, são perceptíveis os destaques dados ao transporte e à Vitória. Como complemento, a incrementação populacional através da vinda de mais imigrantes para o estado.

Comparando os anseios antigos com o de Muniz Freire, evidencia-se uma grande semelhança. O tripé povoamento, estradas e comércio permanecem atrelados, demonstrando que o pensamento do século XIX permanecia forte, tendo Vitória como principal centro exportador.

Dessa forma, iniciou-se a construção de estradas de ferro que ligassem regiões interioranas à capital: a primeira, a “Sul do Espírito Santo”, ligando-a até Cachoeiro de Itapemirim, e uma segunda, de ponto de partida semelhante, até Minas Gerais, a “Vitória a Minas”.

Ambas as ferrovias se constituíram na materialização do pensamento construído ao longo do século XIX, pois objetivavam levar para Vitória a produção de importantes regiões: enquanto a primeira buscava a da região sul, a segunda, a de Minas Gerais, além de ser um grande meio para o efetivo desbravamento da região norte (BORGO et.all, 1996).

Configuraram-se também em uma “mais valia da capital”, na medida em que, de acordo com Raffestin (1993, p.193), “a capital

faz uma mais-valia constante sobre o plano espacial, pois suas decisões e suas normas restringem o campo das intenções e das ações de outras regiões”. Bandeando-nos nessa definição, compreendemos o plano espacial como sendo as regiões por qual passavam as ditas vias, e “suas decisões e normas”, representadas pelas mesmas, impostas sobre as “intenções e ações” dessas regiões. Dessa forma, traduziam-se em um interesse do governo estadual, buscando o desenvolvimento econômico a partir da transformação da capital em um grade centro exportador, constituindo também na afirmação da capitalidade de Vitória.

Tal fato torna-se mais explícito na região sul, pois os interesses, traduzidos pelo do grupo econômico dominante em Cachoeiro de Itapemirim, eram extremamente contrários àqueles o qual consideravam favorecer unicamente a capital: se materializavam no anseio por uma ligação ferroviária dessa cidade com o Porto de Itapemirim e não com o de Vitória. Logo, tal ferrovia foi a maior materialização dessa “mais valia”, na medida em que gerou uma forte oposição a tal empreendimento, manifestada no jornal *O Cachoeirano*, o que podemos observar no seguinte trecho:

Acredita que construída a Estrada teremos fretes menores importando do Rio por Victoria? Seria um absurdo. [...] A importação continuará a ser feita do Rio da Barra e dahi a Cachoeiro. [...] O único meio de livrar a zona do sul da falta de conducção e da carestia de fretes é a construcção da estrada de ferro do Cachoeiro à Barra [de Itapemirim], fique certo disto, e essa será feito ao passo que a outra [Sul do Espírito Santo] tem que esperar mais de vinte mil contos de réis.²

² Essa foi a resposta dada ao jornal governista *O Estado do Espírito Santo*, do dia anterior. Cf. *O Cachoeirano*, Cachoeiro de Itapemirim (ES), 1895, 8 set., p.1. Essa foi a resposta dada ao jornal governista *O Estado do Espírito Santo*, do dia anterior.

Dentre diversas características, Raffestin afirma que a capital estabelece uma centralidade criando, em contrapartida, uma marginalidade ao seu redor. Essa centralidade, muitas vezes não é total. Pode ser apenas política, econômica ou cultural (1993). Vitória, no início da construção da ferrovia em questão (1892), representava apenas uma centralidade político-administrativa por ser a capital, enquanto a Cachoeiro correspondia a centralidade econômica e cultural, por canalizar para si grande parte da produção cafeeira da região sul em direção ao Porto de Itapemirim e ao Rio de Janeiro.

Já a estrada de Ferro Vitória Minas, que ligava diretamente o porto de Vitória à parte do interior mineiro, constituiu-se também em uma “mais valia da capital” na medida em que trouxe para esse terminal praticamente toda a produção das regiões por qual passava, contribuindo, portanto, para o aumento da exportação do porto de Vitória (SIQUEIRA, 1995).

Vale ressaltar, porém, que não houve significativo encontro de interesses entre os anseios do empreendimento e as localidades transpassadas, uma vez que, na região norte do estado, não havia um pólo econômico da envergadura de Cachoeiro de Itapemirim. Dessa forma, tal efeito se deu exatamente ao inverso: foi a ferrovia que propiciou o surgimento de um importante ponto de referência na região, Colatina, que de pequena vila, se transformou na cidade mais importante dessa quase desabitada faixa territorial (BORGIO et. all., 1996), centralizando boa parte da produção da região, a qual seria transportada pela via férrea. Produção essa que, graças ao incremento populacional e ao aumento da construção de estradas vicinais, aumentou significativamente.

A “mais valia”, materializada nas ferrovias, foi a forma encontrada pela capital para buscar também a centralidade econômica, desejo esse originado ainda no século XIX. Isto, pois, tende a ocorrer já que “a capital se apóia, em geral, numa ou em várias regiões,

[...] enfim, se inscreve em grandes espaços [pois] nenhuma capital pode possuir nela própria os recursos necessários ao exercício do poder” (RAFFESTIN, 1993: 196). Logo, Vitória vai se apoiar na produção de seu interior para fortalecer seu poder econômico e conseqüentemente o seu poder político, utilizando-se para tanto das ferrovias, as quais em si já são um exercício de poder na medida em que representam a imposição de uma vontade, sendo que essas regiões as quais se apoiou, configuram-se nos percursos por qual passavam tais vias, como podemos observar no mapa I, ao final do presente estudo.

Nesse sentido, a Ferrovia Sul do Espírito Santo pode ser representada como uma decisão imposta, pois se sobrepunha aos interesses da região, a qual queria uma ligação ferroviária diretamente com o Porto de Itapemirim e não com o de Vitória. Anseio este que o privilégio de zona de duas décadas retardou até o início da década de 1920.³

Logo, a partir do momento em que os trechos das estradas de ferro foram sendo inaugurados, maior foi a produção convergida para o porto da capital, possibilitando maior acúmulo de capitais, crescimento do comércio e o conseqüente aparelhamento do porto, que se consolidou como o principal do Espírito Santo, tornando os outros menores, seus dependentes, inclusive o de Itapemirim, antes maior concorrente. (SIQUEIRA, 1984).

O anseio em transformar Vitória numa grande praça comercial aos poucos foi sendo concretizado. A cidade cresceu, passando por reformas urbanas, ganhando inclusive um projeto de expansão, o “Novo Arrabalde”, criado ainda no fim do século XIX, mas só concretizado algumas décadas depois.

³ Com a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, foi estabelecido um privilégio de zona de 20 anos, ou seja, nenhuma ferrovia poderia ser construída em zonas próximas à mesma. (QUINTÃO, 2008, p.95)

Em suma, a partir de um projeto inicial, criado no limiar do século XIX, Vitória impôs, através de um projeto de desenvolvimento econômico para o Espírito Santo, a sua mais-valia sobre seu interior, fazendo valer a sua função de capital, tornando-se o principal pólo econômico e urbano do Espírito Santo.

Mapa 1 – Malha Ferroviária do Espírito Santo em 1912.



Referências

- ALMADA, V. P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo. Do Engenho Colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BORGO, I. [et.all]. *Norte do espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Edufes: Vitória, 1996.
- _____. Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo*. Vitória: Typographya do Estado do Espírito Santo, 1896.
- FRANCO, S. P.; HEES, R. R.; *A República no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- HERKENHOFF, S. L.. *Mauá e Moniz Freire: Ferrovias e Pioneirismo Econômico do século XIX*. Vitória: IHGES, 2000.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- O Cachoeirano*, Cachoeiro de Itapemirim (ES), 1895, 8 set., p.1.
- QUINTÃO, L. C. *A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas – UFES.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, D. A. *Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas – UFES.
- SANTOS, E. F. dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. In: *DIMENSÕES – Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º 17, 2005.
- _____. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (org.). *Espírito Santo: Um Painel de nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 2002.
- ROSA, L. B. R. A. *Condições da Província do Espírito Santo – Primeiros caminhos de Minas Gerais*. Vitória, IHGES, 1999. Coleção Almeida Cousin.
- _____. *Uma ferrovia em questão: A Vitória a Minas, 1890/1940*. Vitória,: [s.n], 1985.
- SIQUEIRA, M. P. S. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Vitória: CODESA/UFES, 1984.
- TORRES FILHO, Artur E. Magarinos. *O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1913.

O CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO — SUL DA PROVÍNCIA

*Gabriel Bittencourt**

Conquanto seja o açúcar o produto de maior expressividade na fase colonial, consolidando inclusive a posição brasileira de produtor tropical de exportação, as vicissitudes desfavoráveis da estrutura de produção e comercialização, legaram-nos uma posição secundária no comércio internacional do setor que persistiu no século XIX.

O início da crise agrário-colonial brasileira que podemos datar do final do século XVII, ligada à problemática sucessória da Península Ibérica, gerou acontecimentos que comprometeram irremediavelmente a estreita cooperação entre a produção açucareira, assegurada pelos luso-brasileiros e a distribuição comercial, realizada pelos holandeses.¹

A crise, como se sabe, agravada pela “guerra holandesa” e introdução da técnica de purificação do açúcar nas Antilhas, além da concorrência dos preços no mercado internacional, redundou na perda irrecuperável do monopólio luso-brasileiro do produto. Conforme Omer Mont’Alegre, “é impossível abordar os grandes temas da história do açúcar se desconhecermos a interligação dos processos de desenvolvimento, na época, do Brasil e do Caribe”:

* Historiador e Professor. Livre Docente em História e Doutor em Direito, “Presidente de Honra” do IHGES, presidente da Academia Espírito-santense de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor do livro *História Geral e Econômica do Espírito Santo*.

¹ Estando a Holanda em guerra com a Espanha, Felipe II proibiu que os navios holandeses fizessem o transporte dos portos ibéricos até a Europa. Esta medida provocou um verdadeiro colapso da economia holandesa que vivia dos fretes marítimos, determinando o monarca o aprisionamento de 50 barcos holandeses ancorados nos portos ibéricos, em 1594. Impossibilitados de comerciar com as colônias ibéricas, lançaram-se os batavos no comércio com a Índia e depois decidiram atacar o centro abastecedor mundial do açúcar que era o Brasil.

Foram os holandeses, então instalados no Brasil, que convenceram os ingleses operando nas Antilhas a cultivar a cana-de-açúcar nas Índias Ocidentais, a começar pela ilha de Barbados. Mudanças retiradas do Brasil serviram para a formação dos primeiros canaviais, informações dos processos e práticas agrícolas, fornecimento de engenhos completos. Agricultores foram trazidos do Caribe a Pernambuco com o objetivo de realizarem observações no setor agrícola como no industrial. No momento da retirada, saíram para o Caribe, com holandeses, brasileiros e cristãos novos, gente com plena ciência da arte de fazer açúcar. A tudo isso, os holandeses juntaram o crédito a médio e longo prazo para a fundação de lavouras, construção de engenhos, compra de escravos, custeio de entressafras, sempre com a condição de receberem capital e juros em açúcar... Foi gente que saiu do Nordeste que ensinou a preparar os *cassonades*, a branquear os açúcares, a operar as destilarias. ... com vistas à implantação de desenvolvimento de uma indústria açucareira, nos moldes da que havia no Brasil...²

De acordo com Alice P. Canabrava, porém, foram nas ilhas do mar do Caribe onde primeiro se expandiu a manufatura do açúcar na América, quando os espanhóis trouxeram as primeiras mudas da gramínea sacarífera das Canárias para São Domingos, onde ficou fundado o pioneiro núcleo da colonização espanhola no continente americano. A autora considera, ainda, o ano de 1520, como marco decisivo do estabelecimento da cultura da cana-de-açúcar na ilha e o ano de 1527 como data de implantação do primeiro engenho em Porto Rico, enquanto em Cuba ela teria se desenvolvido entre os anos 1558 e 1602.³

² MONTALEGRE, Omer. *Açúcar e capital*. Rio de Janeiro : Instituto do Açúcar e do Alcool, 1974, XIII, XIV, XV. Coleção Canavieira nº 14.

³ CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE-USP, 1981, p. 33.

No Brasil, se a produção açucareira foi predominante e impositiva à organização social e econômica do Nordeste (Pernambuco e Bahia), ao longo desse processo histórico podemos detectar momentos favoráveis a esta economia, muito embora os períodos cíclicos de altas de preços sejam sucedidos por baixas em níveis inferiores aos preços precedentes. Todavia, o açúcar enquanto produto melhor qualificado em termos de mercado externo, além de sua transposição para o Caribe, posteriormente, também se difundiria em outras regiões do país, como no Rio de Janeiro e, em meado do século XVIII e início do século XIX, em São Paulo e Espírito Santo.

Em crise desde o final do século XVII, o açúcar conhecerá melhores dias entre os anos 1770 e 1815, antes que a concorrência das Antilhas e o açúcar extraído da beterraba não lhe fechem as portas do mercado internacional. Seria o café, a partir dos anos 1830, que teria a hegemonia das exportações brasileiras deixando o açúcar em segundo lugar.

A cidade do Rio de Janeiro foi, de fato, o centro de irradiação desta nova economia, que sustentaria o Império. Afirmando Pizarro:

Não excede muito aos anos de 1770 o princípio de sua cultura neste país (Rio de Janeiro), devido ao zelo, e diligências de João Alberto Castelo Branco, Chanceler, que era, da Relação desta Cidade, mandando vir do Maranhão ou Pará, onde nascera, ou havia sido registrado, as plantas primeiras, que se dispuseram na cerca do Hospício dos Padres Barbadinhos Italianos e na Quinta de João Hopman, além do arraial do Mata-porcós. (p. 120)

Já no final do século XVIII, o café se espriava pelas cercanias da cidade e a Fazenda do Mendanha, em Campo Grande, foi o centro irradiador para a serra, conforme Freire Alemão, a partir das sementes oriundas da “horta dos Barbadinhos Italianos, e fazendo-se distribuir com muita recomendação pelos Padres Couto e João

Lopes, aquele no município de Resende e este no distrito de São Gonçalo”. Espreado-se por serra acima, “onde prosperaram espantosamente”, sobretudo a partir da fazenda do padre Couto.

Nas primeiras décadas do século, os centros populacionais do Rio de Janeiro estavam concentrados em Parati, Angra dos Reis, Campos, Cabo Frio e Estrela, ligados pelo comércio com as províncias de São Paulo e de Minas Gerais, com a predominância da produção açucareira (Campos e Cabo Frio). A economia cafeeira modificará esse panorama. Primeiro, atingirá o Vale do Paraíba, se estendendo por Barra Mansa, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, depois, a partir de São Gonçalo, chegará a Cantagalo.

Com a expansão do café e paulatinamente com a eliminação dos posseiros, que se transformaram em pequenos produtores de gêneros alimentícios ou se transformaram em agregados dos grandes latifúndios, firmou-se a economia cafeeira apoiada no latifúndio, na monocultura e na mão-de-obra escrava. Isto é, a mesma estrutura escravista colonial que caracterizara a economia açucareira. Estendendo-se o modelo para o Espírito Santo. Sobretudo aquele originário da lavoura de Cantagalo.

O Café no Brasil e Rio de Janeiro (Exportação)

Ano	Sacas Exportadas	Porto do Rio de Janeiro
1830	484.222	391.785
1831	549.427	448.240
1832	586.791	478.950
1833	687.139	561.692
1834	689.561	560.759
1835	791.394	647.438
1836	849.900	715.893
1837	751.599	607.095
1838	974.142	766.696
1839	1.009.723	880.324

1840	1.308.000	1.068.418
------	-----------	-----------

Fonte: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

O Rio de Janeiro, portanto, manteve a hegemonia da produção durante todo o Império. Somente em 1892 é que foi superado pelo Porto de Santos.

Naquela época, no Espírito Santo, embora entrasse em declínio, desde os anos 1840, a produção de açúcar, ela passou a encontrar paralelo no crescimento da cafeicultura; a exportação do açúcar que, em 1844 atingira a 324.308 arrobas, sequer figurará na estatística estadual de 1892. Enquanto o café, que em 1847, representava apenas 115.390 arrobas, em 1900 atingirá a marca de 1.234.195 sacas, migrando os capitais para a nova economia, particularmente na zona de Cachoeiro de Itapemirim, o maior centro produtor da rubiácea no século passado. Natural, portanto, o aparecimento, embora em menor escala que no Rio de Janeiro, de uma nobreza do café no Espírito Santo, representada pelos barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandu.

É muito difícil reconstituir os primeiros passos da cafeicultura no Espírito Santo. Sabe-se apenas que era produzido em pequena escala por volta de 1811. Em Vitória, de acordo com Taunay (1939, v. 3, p. 290), ainda ao tempo do Governo Rubim, iniciou-se o plantio do café. Animado o governador com as plantações do Vale do Rio Doce, de onde vieram as primeiras mudas que ele fez distribuir para substituir as *mamonas* dos quintais da Capital, que era uma vila cuja população, nessa época, atingia apenas 4.245 habitantes, dos quais 1/3 constituídos por escravos e aproximadamente 1/4 de brancos.

Esta é uma versão que não diverge muito da de Antônio Ataíde.⁴ Conforme este autor foi por volta de 1800 que o café ficou introdu-

⁴ ATAÍDE, Antônio. "A gênese do café capitania". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. — nº 10 (dez. 1935). Vitória: IHGES, 1935. P. 180-188

zido no Vale do Rio Doce, semeando-se algumas mudas do cafeeiro na zona de Linhares, cujo resultado satisfatório motivou o governador Rubim a incrementar o plantio “nas cercanias de Vitória e no litoral, abrangendo todos os povoados de norte a sul”. Plantado com cuidados especiais, produziu-se na zona litorânea do Espírito Santo, um tipo especial de café, o *capitania*, tornado valorizado na praça do Rio de Janeiro, “pelo seu delicioso sabor e inconfundível aroma”.

De qualquer forma, em que pese o registro da cafeicultura no Vale do Rio Doce no início desse século, o café só ganha destaque no Espírito Santo a partir da ocupação mais dinâmica do sul da província, em meado do Século XIX, penetrando pelos vales do Itapemirim e do Itabapoana, na medida em que a *franja* agrícola, deslocando-se da Província do Rio de Janeiro, ia invadindo o solo agrícola capixaba, à proporção que as melhores terras fluminenses iam se tornando domínio dos grandes senhores.⁵ Este fato, que tornava proibitivo o preço do solo agricultável na Província do Rio de Janeiro, permitirá, nessa expansão, um novo vigor de luso-brasileiros na ocupação econômica do Espírito Santo.⁶

Impedido de explorar seu próprio território durante a fase colonial, conforme se sabe, o Espírito Santo, paradoxalmente, conservara condições favoráveis para que, a partir da segunda metade do Século XIX, houvesse a expansão da cafeicultura pelas terras virgens e desabitadas da Província. Verdadeiro vazio demográfico ainda nessa época.

Assim sendo, a principal economia colonial, o açúcar, desde o início da introdução dessa nova economia agrícola, começara a ceder espaço ao café, do qual passa a se ocupar toda a massa de

⁵ BRASIL (Instituto Brasileiro do Café). *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934, p. 440-444.

⁶ BITTENCOURT, Gabriel. “O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889). In: *O café no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café (Ministério da Indústria e do Comércio), 1987, p. 151-180

lavradores, dando margem ao surgimento de uma verdadeira “febre de plantar café no Espírito Santo, razão, inclusive, de uma alta nos preços dos gêneros alimentícios que deixaram de ser produzidos. Englobados nesse movimento até os pequenos lavradores que abandonaram as culturas tradicionais pela rubiácea.

As magníficas condições naturais do País, tanto em clima como em solo favorecerão admiravelmente a cafeicultura que, em escala progressiva, ganhava terreno nas cotações internacionais. Embora as condições topográficas do interior capixaba não oferecessem condições de facilidades à lavoura, outros fatores como, sobretudo o solo virgem, propiciado pela densa cobertura vegetal, permanecida quase intacta, graças ao vazio demográfico que caracterizou a hinterlândia capixaba na fase colonial. O crescimento da cafeicultura no Espírito Santo vai, mesmo que indiretamente, promover o desbravamento da floresta, o incremento da imigração e, principalmente, a fixação desse imigrante europeu, particularmente, o não português, a construção de estradas e novos caminhos para o transporte, a navegação regular a vapor e, até mesmo, a implantação da ferrovia.⁷

Em face da conjuntura econômica nacional, não só o País apresentava condições apropriadas à lavoura do café, também a crise brasileira da mão-de-obra contribuía para implantação da rubiácea em substituição à cana-de-açúcar. Sendo esta mais trabalhosa, requeria mais trabalhadores e, por conseqüência, maior inversão de capitais nesse fator em crise de oferta. No Brasil, conforme se sabe, até a primeira metade do século XIX, transcorreu a fase de implantação e consolidação da economia cafeeira. As duas últimas safras desse período somaram mais de um milhão de sacas. A partir daí, o café, avançando em novas terras, estava, não só consolidando um setor econômico, mas, também, e, praticamente, uma só fonte de

⁷ Id. *Ibid*

acumulação de capital. Neste caso, graças, também ao braço escravo, logo depois, secundado e substituído pelos trabalhadores assalariados, em uma relação pré-capitalista. Destarte, reproduzindo-se o capital nele empregado.

No Espírito Santo os cafezais aumentavam continuamente. Na medida em que, iniciando-se o lento arranco para o desenvolvimento material e capitalista do País, o café dilatava a fronteira agrícola, monopolizava ainda a área ocupada pela lavoura canavieira, que terminará, praticamente, por ceder todo seu espaço. Até em São Mateus, uma tradicional zona produtora de farinha de mandioca e isolada no Norte da Província, chegou-se a contar 55 fazendas, produzindo cerca de 30 mil arrobas anuais de café. Mas era no Sul que o café se apresentava em melhores perspectivas. Para o vale do Itabapoana e do Itapemirim, nas excelentes terras de São Pedro do Itabapoana, Cachoeiro de Itapemirim e Veado (Guaçuí), é que se deslocava a nova frente do café mineiro e fluminense.⁸

Esses pólos de atração capixabas, aliás, conforme visto, deixaram marcantes aspectos da sua influência na composição dos habitantes da Província — o Norte, bastante identificado com a Bahia, distinguia-se muito do Sul, que sofria forte influência do Rio de Janeiro; em meio a esses extremos, o “funil” imigrante, na região Central da Província, uma área predominantemente teuto-capixaba, de características bastante diversas daqueles dois extremos que, além de diametralmente opostos pela posição geográfica que ocupavam, ainda ficavam separados pela dificuldade de comunicação no âmbito da imensa barreira florestal que caracterizava o Espírito Santo no século XIX.

As florestas espírito-santenses, conforme Augusto Ruschi faz parte das Matas dos Tabuleiros e das Matas Atlânticas.

⁸ TAUNAY, Alfredo E. *História do café no Brasil*. 15 vol. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, tomo 1, cap. XXVI, p. 304.

São florestas tipicamente tropicais, dada sua latitude Sul, que vai de 18 graus e 5 minutos, até e 21 graus e 28 minutos, estendidas que eram como um manto verde contínuo e escuro desde o Rio Mucuri ao Rio Itabapoana e do mar até a serra dos Aimorés.⁹

Matas essas que, conforme assinalamos, representaram formidável “obstáculo” ao colonizador, mantidos ou fixados no litoral ou a poucos quilômetros para o interior até a penetração da cafeicultura no Século XIX, quando a fronteira agrícola foi decisivamente dilatada no Espírito Santo, nas justas medidas da destruição das matas capixabas.

O café será, portanto, o responsável pela penetração contínua no solo virgem do Espírito Santo, ampliando a fronteira agrícola da região, superando o temor inspirado pelos botocudos e pelas feras que a floresta encerrava. A extensa plantação a partir do sul do Espírito Santo, adensando as populações rurais, seguia o curso dos principais rios, instalando novos povoados e vilas. Galgando as serras, foram os caminhos que orientaram os imigrantes europeus. Entretanto, mesmo a partir dos anos de 1870, quando se incrementou, ainda mais, o incentivo a cafeicultura, graças ao constante número de imigrantes chegados, ainda contava a terra capixaba com um manto florestal virgem de aproximadamente 70% do seu território.¹⁰ É que também se concluiu, passada a febre inicial da cafeicultura quem nem todos os solos agricultáveis eram apropriados à rubiácea, retornando-se à plantação da lavoura tradicional. Sobretudo em São Mateus e no baixo vale do Itapemirim, onde secularmente se produziam farinha-de-mandioca e açúcar, respectivamente. Mas o café enraizar-se, definitivamente, na agricultura comercial da Província.

⁹ RUSCHI, Augusto. “O café e o Estado do Espírito Santo”. In: *Boletim* do Museo de Biologia “Professor Mello Leitão”, n. 42. 25-1-74.

¹⁰ Id. *Ibid.*

Ele entrou como um conquistador inimigo: matando as florestas, destruindo os animais que ali viviam, dizimando as tribos indígenas... Com a destruição das florestas espírito-santenses nos tempos do Império, fazia-se a exportação do pau-brasil, depois do jacarandá e mais tarde da peroba-do-campo, cedro, sucupira e outras essências preciosas que coloriram essas terras que vicejaram os cafezais.¹¹

De qualquer forma, iniciou-se uma nova era para a agricultura capixaba. A Província cuja renda era derivada quase que essencialmente da agricultura, passou a registrar seus primeiros superávits orçamentários no Século XIX. Na segunda metade desse período, a dinâmica da cafeicultura já propiciava saldos positivos na economia local. No exercício de 1869, por exemplo, atingiu a rs. 189:963\$769, subindo a rs. 235:099\$661, no ano seguinte, chegando quase a atingir a casa dos dois mil contos de réis, em 1878, rs. 1.804:827\$585; já bem distante daqueles RS. 46:231\$852 registrados em 1824 por Ignácio Acioli de Vasconcelos.¹²

Em tudo isso havia a participação ativa do café. A produção agrícola provincial do período 1881-82 ficou avaliada em rs. 3.854:070\$517 e a safra do período 1885-86 em rs. 5.127:818\$499, valores bem superiores aos de algumas províncias não cafeeiras como a do Amazonas e Piauí, correspondentes a rs. 277:169\$225 e rs. 14:566\$427, respectivamente. Muito embora, no contexto das grandes regiões cafeeiras do País, a participação do Espírito Santo ainda se apresentasse bastante reduzida. Por exemplo, em comparação com a safra paulista, cuja expansão já apresentava valores calculados em 42.257:126\$182.

¹¹ Id. Ibid.

¹² BITTENCOURT, “O café...”, op. cit. p. 155-178.

De qualquer forma, nesse período, a Província atingia, pela primeira vez, formidável desempenho proporcionado pelo café, cuja produção chegava a 18.498,205 toneladas, superando agriculturas e produtos tradicionais como o milho (661,680 ton.), o açúcar (501,874 ton.), e a farinha de mandioca (3.589,036 ton.). Esta produzida em São Mateus, que terminara por preservar a economia tradicional.¹³

Mesmo nas colônias agrícolas do Espírito Santo, apesar da constituição montanhosa dos terrenos legados aos imigrantes, que geralmente repugnava ao trabalhador livre no pesado trabalho da cafeicultura, a Província aproveitou-se largamente do plano nacional de imigração. Oferecia, em contrapartida, conforme Basílio de Carvalho Daemon, entre outras vantagens já descritas, o solo virgem das matas, ainda por desbravar e de fertilidade a toda prova, e ocupando, aproximadamente 5/6 de todo território capixaba.¹⁴

Graças à dinâmica do café, a economia agrícola capixaba passou a atrair, decisivamente, pela vez primeira, grandes contingentes populacionais para a região. Por intermédio de companhias organizadas de colonização, buscaram-se na Europa, os milhares de emigrantes, sobretudo alemães e italianos, que o Espírito Santo necessitava; na esteira daquele movimento iniciado ao tempo do governador Rubim, ainda na fase colonial. Recrudescendo esse movimento na década de 1870, por iniciativa do Ministério da Agricultura.

Nesse período, contava a Província com uma população de 82.131 habitantes, inclusive escravos, 22.695 indivíduos. Uma população desproporcionalmente distribuída pelos treze municípios que então compunham o Espírito Santo: Vitória, Viana, Espírito Santo (Vila Velha), Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, São Mateus,

¹³ Id. Ibid.

¹⁴ DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo*. Vitória : Tipografia do Espírito Santo, 1879, p. 469-471.

Barra de São Mateus (Conceição da Barra), Guarapari, Benevente (Anchieta), Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim. Um perfil ainda muito compatível com os núcleos populacionais do período jesuítico colonial. Vitória, a capital, com 12.470 habitantes, concentrava a maior parte da população capixaba, seguida de perto por Cachoeiro de Itapemirim, recém-emancipada da Vila de Itapemirim (1867), mas onde incidiram as grandes fazendas de café, com 11.014 habitantes.¹⁵

Assim sendo, desses treze municípios recenseados em 1872, os que não estavam localizados no litoral, localizavam-se ainda a poucos quilômetros dele, sem que surtisses grandes efeitos as tentativas de interiorização do início do século. Conforme vimos, a própria realização da “Estrada do Rubim”, assim como as tentativas de povoamento na região do Rio Doce, que não corresponderam às expectativas e aos incentivos da Coroa.

A decadência da economia tradicional, por certo, encontrava-se substrato ao problema. Sem dúvida, o açúcar esgotara sua capacidade criadora no Espírito Santo do século XIX, concentrando-se os interesses no café. E é na expansão da cafeicultura que podem ficar localizados os incentivos para formação de uma infraestrutura de transportes e de comunicação na Província do Espírito Santo.

Sem obediência a um planejamento adequado, porém, as vias de comunicação implantadas na Província em decorrência dos estímulos da agricultura comercial, ficarão subordinadas ao objetivo da colocação da produção nos portos marítimos para seu escoamento. Assim como, também, ao mito da ligação às Minas Gerais, como uma espécie de “corredor de exportação” dessa província, a qual o Espírito Santo aspirava tornar-se empório.¹⁶

¹⁵ Conforme o Primeiro Censo Geral do Brasil de 1872. V. 3. Espírito Santo (Rio de Janeiro, 1873-6).

¹⁶ Espírito Santo (Província) Presidente. 1878-1879 (Manoel da Silva Mafra) *Relatório...* 1878. p. 26.

De qualquer forma, urgia suprir as deficiências da infra-estrutura viária no sentido de subsidiar o crescimento agrícola que a Província experimentava. Na década de 1870, por exemplo, sequer havia estrada de rodagem em Cachoeiro de Itapemirim. Ali, como em outras áreas produtivas, onde as fazendas localizavam-se nas margens ribeirinhas, apenas canoas ou outras embarcações de pequeno e de médio porte, serão os principais veículos para o escoamento da produção. Subsidiariamente, tropas de bestas e cavalos desempenharão importante papel, nas áreas de acesso por trilhas vicinais ou os raros caminhos, trilhados por carros de bois ou carroças, quando as condições das estradas permitiam.

Nesse contexto, sob a denominação de “Estrada Geral”, um caminho em paralelo a orla marítima cortava a Província de Norte a Sul, ligando-a à Bahia e ao Rio de Janeiro. Nesta estrada, entroncavam-se os caminhos e estradas das raras vilas que se localizavam a algumas poucas dezenas de quilômetros do litoral capixaba. Como, por exemplo, a “estrada” do Itapemirim às “Minas do Castelo” (doze léguas), ou a da Vila de São Mateus. Uma época em que a velha “Estrada do Rubim”, ainda era a única a manter um padrão aceitável, pois permitia a passagem simultânea para dois carros ou carroças. Era também a única via de acesso regular a Minas Gerais.

Até a explosão da cafeicultura no Espírito Santo, é ainda digna de destaque a pequena estrada que ligava, pelo Continente, Vitória à antiga colônia açoriana de Viana (três e meia léguas) e o antigo canal feito construir pelos jesuítas no século XVIII, que ligava o rio Jucu à baía de Vitória. Uma obra que, praticamente, perdera totalmente sua utilização, após a decadência das grandes fazendas dos inacianos naquela região.¹⁷

¹⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*; tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974, p. 10. Um dos únicos canais existentes no Brasil, além “do de Capitinga, perto de Paracatu, e o das forjas de Gaspar Soares”.

Por outro lado, embora se afirme do marasmo do Espírito Santo na fase provincial, o estado próspero da cafeicultura das últimas décadas do século XIX, respalda um crescimento expressivo na sua infraestrutura. Este crescimento não é apenas material. As colônias implantadas nessa fase receberam contingentes apreciáveis de imigrantes de várias nacionalidades, enriquecendo, sobremaneira a etnia capixaba.

Quanto ao sul da província, a ocupação cafeeira foi também incrementada quando ela recebeu parte daquele intenso surto migratório que atingiu o a província, na segunda metade do século XIX, constituindo também este movimento, sobretudo por mineiros e fluminenses, que se dirigiram para a região em busca de melhores terras para plantio do café.¹⁸ Inclusive para a freguesia de São Pedro de Alcântara de Itabapoana, que se originou da primitiva aldeia de Camapuana, onde a navegabilidade do rio até a localidade de Limeira que se tornou importante porto fluvial para escoamento da produção do café.

¹⁸ Consta que o povoamento de São Pedro iniciou-se em 1852, por iniciativa de Manoel Joaquim Pereira, e, no local em que estava assentada a fazenda Mimoso, foi criado um novo povoamento pelo capitão Ferreira da Silva, em 1858. Consta, ainda, que o desbravamento do atual município de Mimoso de Mimoso do Sul data de 1776, quando foi arrematada por Antônio Pereira da Silva, em hasta pública, a sesmaria que havia pertencido aos jesuítas, cujos povoadores, originários de Minas Gerais e Rio de Janeiro, criaram o primitivo núcleo de habitantes. Estes se fixaram, inicialmente em Limeira, pertencente à freguesia de Itapemirim, situada à margem esquerda do rio Itabapoana, próximo à confluência do ribeiro São Pedro. O distrito de São Pedro de Itabapoana, então subordinado a Cachoeiro de Itapemirim, foi elevado à categoria de vila, por iniciativa de sua liderança política, sob argumento da distância que o separava da sede administrativa, agravada pela falta de meios de transporte. Com a chegada dos trilhos da E. F. Leopoldina ao Espírito Santo e a criação da estação ferroviária no distrito de Mimoso, por um ato de força decorrente do Movimento de 1930, o distrito de Mimoso ficou erigido como sede do município. MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo Município de São Pedro do Itabapoana*.

Assim sendo, da quase total ausência de uma infraestrutura viária e urbana, a província passou a contar com uma malha de estradas que a cortavam nas mais diversas direções, particularmente da estrada de ferro (inaugurada em Cachoeiro de Itapemirim, em 1887), além da necessidade da interligação dos principais núcleos agrícolas e de imigrantes, garantindo o escoamento da produção, já então caracterizada por seu aspecto tropical de exportação.

Posteriormente, já no século XX, durante o governo Jerônimo Monteiro (1912), foram plantados no Espírito Santo os primeiros pés do café conilon (*coffea canephora*), que terminará por transformar o Espírito Santo no maior produtor nacional da variedade, pondo fim a hegemonia do café arábica, terminando por minimizar os efeitos da erradicação da espécie.

Em nível do desenvolvimento das forças produtivas aplicado ao transporte, por exemplo, chegou-se mesmo à criação de um “sistema integrado” representado pelos empreendimentos flúvio-ferroviário no vale do Itapemirim.¹⁹ O café foi, também, o grande responsável pela quase totalidade dos empreendimentos arrojados promovidos no Espírito Santo do século XIX. É nesse contexto que entendemos, portanto, a realização do Canal do Pinto (Itapemirim), a implantação da navegação regular a vapor, a ferrovia, e até mesmo o considerável aumento da população capixaba impulsionado pela imigração.

Em 1884, o Correio Geral contava 24 agências no Espírito Santo e Vitória, desde 1878, era servida por iluminação a gás.²⁰ O telégrafo elétrico colocava-a em comunicação com o Rio de Janeiro e inúmeras outras províncias do Império. As artes cênicas, que a partir de 1875, passam a contar com um teatro de porte em São Mateus. A imprensa faz, precariamente, em 1840, o seu ensaio, trinta

¹⁹ BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006, p.100.

²⁰ BITTENCOURT, “O café... 1978, op. cit. p. 155-178.

e dois anos após o estabelecimento da 'Impressão Régia' no Rio de Janeiro. No entanto, em fins da década de 1840, ela figurará decisivamente na sociedade capixaba a partir da publicação do Correio da Vitória, de Pedro Antônio de Azeredo, em 1849. Sendo ainda de se destacar que o primeiro periódico a ser publicado no interior da Província foi O Itabira, em Cachoeiro de Itapemirim, cuja edição inaugural data de 1º de julho de 1866 e, posteriormente, o jornal O Município, São Pedro de Itabapoana (1894).

Para tudo isso contribuirá o ensino regular. O Liceu de Vitória, instalado em 1854, possibilitará aos estudantes habilitarem-se às matérias básicas exigidas nas academias do Império, mas será, sobretudo entre 1870 a 1876, com o estabelecimento do ensino secundário e do normal, que se operará o maior movimento das letras capixabas. É nesse período que começam a surgir novas lideranças que exercerão, mais tarde, papel preponderante nos destinos do Estado; destacando-se o capixaba, quer na imprensa, na produção literária, na educação ou na lide política. Do aparecimento da imprensa no Espírito Santo até o final do século, mais de trinta jornais surgirão na terra capixaba. É possível, sem dúvida, que tudo isso reflita a economia cafeeira, sobretudo aquela implantada nos vales do Rio Itabapoana e também do Itapemirim.

Referências

ANTONIL, André João, 1649 ou 50 – 1716. *Cultura e opulência do Brasil* texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo biobibliográfico, por Affonso E. Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e índices antroponímicos, troponímico e de assuntos, de Leonardo Arroyo. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986. p. 364-7.

ATAÍDE, Antônio. “A gênese do café capitania”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. – nº 10 (dez. 1935). Vitória: IHGES, 1935. P. 180-188.

BELLO, José Maria. *História da República*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1976.

BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

_____. “O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889). In: *O café no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café (Ministério da Indústria e do Comércio), 1978, p. 151-180.

BRASIL (Instituto Brasileiro do Café). *Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

_____. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE-USP, 1981,

COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1974.

FREIRE ALEMÃO. Quais são as principais plantas que hoje hajam aclimatadas no Brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX, 1856.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. V. 6. Tomo II. *O Brasil Monárquico*. 3 ed., 4. Declínio e queda do Império. _____. _____. _____. v.3. São Paulo: DIFEL, 1970.

- LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *A terra goitacá à luz de documentos inéditos*. V. 5. Niterói, 1942.
- MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, (1920)
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3 ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1981.
- MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo Município de São Pedro do Itabapoana*.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. Coleção do Departamento de Cultura, 3 ed. Vol. XXV. São Paulo: 1941.
- MONBEIG, Pierre. *Pionniers eto planteur de São Paulo*. Paris, 1952.
- MONT'ALEGRE, Omer. *Açúcar e captal*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1974, XIII, XIV, XV. Coleção Canavieira no. 14.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [s.d.].
- PIZARRO, José de Souza Azevedo. *Memória histórica do Rio de Janeiro e das províncias anexas*. Rio de Janeiro, 1920, v. VI.
- PORTO, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília,
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1943.
- RIBEIRO, Domingos Ubaldo. *Município de Cachoeiro de Itapemirim (Suas terra, suas leis, seu progresso, sua gente)*. Rio de Janeiro: Tip. Patronato, 1928.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*; tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976.

STEIN, Stanley J. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Por Stanley Stein e Bárbara H. Stein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo 5º, 8 ed. Brasília: INL; São Paulo: Melhoramentos, 1975.

TAUNAY, Alfredo E. *História do café no Brasil*. 15 vol. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO TERRITORIAL E DO QUADRO DEMOGRÁFICO ATUAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

*Ricardo Brunow Costa**

Resumo: Neste estudo tivemos apenas a intenção de retratar em rápidas pinceladas a evolução histórica do quadro demográfico, bem como, apresentar o curso histórico do quadro territorial municipal de Santa Maria de Jetibá.

Palavras-chave: Distritos. Santa Maria de Jetibá. Quadro Demográfico. Quadro Estatístico.

Introdução

Santa Maria de Jetibá, município do Estado do Espírito Santo, localiza-se a noroeste da capital Vitória e faz parte da micro-região de Santa Teresa, constituída que está por mais outros cinco municípios a saber: Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu e São Roque do Canaã. (cf. IBGE). São municípios limítrofes ao de Santa Maria de Jetibá os seguintes: Domingos Martins, Afonso Cláudio, Itarana, Santa Teresa e Santa Leopoldina. Entre as sedes municipais estaduais, Santa Maria de Jetibá está entre as mais elevadas, relativamente quanto a altitude: 700 metros. Coordenadas geográficas da sede: 20°02'27" L.S. 40°44'45" L.O

A superfície ocupada pelo município é de 735,56km², o que representa uma área de 1,60% do Estado do Espírito Santo.

Mais adiante teremos um espaço dedicado ao estado populacional demográfico do município.

Na *RIHGES* de número 66 tivemos oportunidade de ter um nosso trabalho publicado sob o título “Município de Santa Leopoldina:

* Geógrafo, pesquisador e associado efetivo do IHGES.

Síntese da Evolução Histórica do seu Território e de seu Quadro Demográfico”. No presente estudo temos por escopo abordar alguns aspectos do quadro demográfico do município de Santa Maria de Jetibá.

Pensamos ser oportuno que dissertemos sobre o município em questão, uma vez que teve sua criação relativamente recente, 1988, e tendo sido desmembrado do município de Santa Leopoldina, que, como referimos linhas atrás, foi contemplado em publicação em 2011. A relação entre os dois municípios teve, no passado, por base uma identidade importante: a imigração alemã e pomerana.

Ora, além de idiomas algo semelhantes tinham também a própria religião comum¹ que serviram decisivamente para levar a uma solidificação dos laços entre as duas etnias.

Segundo Schwarz, 1993, “a colonização do município de Santa Maria de Jetibá teve na Igreja apoio espiritual, econômico, educacional e sanitário. Não havia [...] escolas públicas, assistência educacional e sanitária [...] o linguajar comum, o dialeto pomerano.”

“A partir de 1870 muitas levas de imigrante pomeranos [...] inicialmente localizaram-se em Sebastião de Baixo. O primeiro pomerano a chegar foi Fritz Klems [que] encontrou imigrantes católicos que mais tarde rumaram para Recreio, onde há uma capela católica” (idem, 1993).

Apesar do grande número de fiéis luteranos “o número de colonos de fé Católica Apostólica Romana, pequena no município, aumentou muito ultimamente, com o crescimento da cidade” (ibidem, 1993).

¹ Não demorou muito que, logo nos primeiros tempos da instituição das colônias, no que era o município de Santa Leopoldina houve a preocupação do estabelecimento dos cultos quer católicos quer protestantes luteranos. No caso da área hoje ocupada pelo município de Santa Maria de Jetibá foi construída uma capela luterana destinada para a comunidade celebrar os cultos. A inauguração dessa aludida capela deu-se em 1882 quando houve, então, a celebração do primeiro culto. São Sebastião é o nome do lugar onde se encontra dita capela. A Igreja propriamente dita só foi inaugurada em 1918.

1. Algumas Anotações Históricas

É bom lembrar que “foi um alemão que chegado à Colônia de Santa Leopoldina, na década de setenta do século dezenove, Frederico Grulke, quem construiu a primeira casa em Santa Maria”.² Foi esse mesmo senhor quem com seus próprios recursos construiu uma estrada que fazia a ligação de sua casa comercial até o Alto Caldeirão, local onde passava a estrada Santa Teresa — Itarana. Com tal ligação foi possível assim realizar a passagem de Santa Maria a Santa Teresa e Santa Leopoldina.

Outro vulto importante para o desenvolvimento da região foi Frederico Berger. Corria a década de quarenta quando, aludido cidadão, teve a ousadia e descortínio de, vendendo lotes de sua propriedade a preços acessíveis, concorrer para o mais rápido crescimento do que era, na época, a Vila de Santa Maria. Daí em diante houve um verdadeiro aceleração do progresso da área e vizinhanças, graças a construção de estradas — como a que passou a fazer a ligação entre Santa Maria a Santa Leopoldina na década de cinquenta — além de outras obras de grande realce, como várias pontes rodoviárias, a implantação do serviço telefônico, a instalação de Grupo Escolar, da iluminação, tanto pública como particular e a não menos importante para a economia da região que foi a criação da fruticultura, que se mantém como a principal atividade econômica municipal.

² Casa residencial muito simples de pau-a-pique. Segundo Houaiss 2001, [Trata-se de construção “feita de parede”] “com uma trama de ripas ou varas cobertas com barro.” [acrescenta ainda que é o mesmo que taipa, sendo esta] “um processo de construção de paredes que utiliza barro amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamentos, de paus, varas, bambus, caules de árvores, etc”. Conclui ainda que o vocábulo tem o mesmo significado da palavra estuque.

É interessante observarmos que, apesar de hoje o município ter uma vibrante comunicação através dos meios de comunicação modernos, continuam a vigorar no interior, principalmente alguns traços marcantes da cultura do passado longínquo que vigorava na Pomerânia. Um dos principais é aquele referente às celebrações matrimoniais que ocorrem por um tempo assaz demorado: cerimônias típicas que acontecem durante um período de três dias. Outro fato de relevo é que certa parte da comunidade ainda se comunica na língua pomerana, acontecendo que, determinados indivíduos necessitam da ajuda de intérpretes por ocasião de sua vinda à cidade para realizar compras ou tratar de documentos pessoais. Aliás, há que se considerar que a cidade de Santa Maria de Jetibá possui uma população bilíngue, como ocorre também com Pomerode, em Santa Catarina e em Arroio do Padre, no Rio Grande do Sul.

Como observou Schwarz (1993) no seu trabalho sobre Santa Maria de Jetibá, “do início da colonização até 1937, o poder público praticamente esteve ausente do ensino público no município: Excepcionalmente as localidades de Recreio, São Sebastião e Rio Bonito. As demais localidades recebiam ensino em alemão.”

Wagemann (1949), segundo Weber (1998), assim escreveu: “As comunidades evangélicas poderiam ser consideradas entidades que exercem império nas áreas por que se estendem [...]. Esse papel desempenhado pelas comunidades decorre, pelo menos em parte, da fraqueza das autoridades estaduais e municipais [...], evidenciando o princípio de que o órgão que falta, ou perturbado em suas funções, é, em certa medida, substituído por outro — a comunidade religiosa se arrogou diversas tarefas próprias do estado e do município, como, por exemplo, o ensino”.

É ainda Wagemann que mais adiante declara: “É compreensível que diversos pastores cheguem a dispor de poder autocrático: o pároco não é, apenas o pastor de almas e predicante, mas, também,

o professor, o médico e uma espécie de prefeito; enfim, é a única pessoa que possui instrução superior na comunidade.”

Já Weber (1998), citando Willems (1980 p.274), acrescenta o seguinte sobre os imigrantes pomeranos no Estado:

habitados a considerar a escola como instituição imposta à comunidade aldeã pelas autoridades, esperavam, naturalmente, que também as autoridades brasileiras lhes dessem escolas. Em parte nenhuma da Alemanha a escola surgiu como iniciativa própria das populações campestres. Por toda parte o Estado as proveu de classes públicas e gratuitas.

Hees (1978), em sua dissertação de mestrado, revela que naquela ocasião, em sua pesquisa de campo, abrangendo um universo de 300 entrevistados, chegou ao seguinte resultado quanto à língua falada em Santa Maria de Jetibá:

- 56% falavam português, pomerano e alemão;
- 17% só entendiam e falavam o alemão e o pomerano;
- 5% somente o pomerano.
- O restante só o português. Daí concluímos que esse restante correspondia a 22% dos entrevistados.

Hoje em dia é evidente que esse quadro acima mudou bastante, tendo em vista que a comunicação entre a comunidade pomerana e os outros centros urbanos é muito mais efetiva, haja visto o grande progresso econômico e social ali atingido, a tal ponto que, desde a década de 80, a área tornou-se um novo município, desmembrado que foi do de Santa Leopoldina. A produção hortifrutigranjeira é uma marca invejável que Santa Maria de Jetibá detém no nosso Estado.

Somente em 1937 Getúlio Vargas devido a ação das forças dos nacionais hitleristas, resolveu nacionalizar o ensino nas regiões do país onde havia o problema das populações onde predominava a

língua alemã. Em Santa Maria de Jetibá apenas nas sextas-feiras o ensino era ministrado em português, ocasião em que eram poucas as crianças que compareciam as aulas.

A origem pomerana³ no nosso Estado teve início entre 1872/73 quando pelo porto de Vitória desembarcam centenas de famílias, tanto alemãs, como pomeranas. No total aportaram ao Espírito Santo quatro mil pomeranos. Embora não se considerassem alemães de fato eram tratados aqui como se o fossem. Foram destinados para ocupar o alto das serras do que é hoje o município de Santa Maria de Jetibá, onde, aliás, já estavam outros imigrantes alemães.

A região era então coberta por uma grande floresta que cobria a maior parte do território estadual a qual podemos classificá-la como:

floresta ombrófila densa [que nada mais é do que a mata atlântica], tão decantada pelos botânicos e naturalistas do passado e do presente [...] sendo com certeza a que possuía a mais ampla florística; a maior quantidade e qualidade de epífitas; uma multiplicidade de cores e tons devido à grande quantidade de flores; de uma infinidade de espécies de trepadeiras; cipós; árvores de 30, 40 e mesmo 50 metros de altura, com troncos de vários metros de circunferência [...] (cf. Costa, 2001).

Foi assim que os primeiros imigrantes europeus encontraram a rica cobertura vegetal no nosso Estado (outros tipos de vegetação também existiam em grande proporção, hoje existentes em diminuta

³ Vindo do topônimo Pomerânia, região disputada no decurso da história pela Prússia, Suécia, [Dinamarca] e Polônia. Quanto ao idioma, este hoje está praticamente extinto na Europa. O pomerano é um dialeto do baixo-alemão, falado em virtude da imigração, não só no Espírito Santo, mas, também, em Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Aurélio, 2010).

O termo Pomerânia vem da língua Wende, Pomorge, que significa terra perto do mar ou no mar, segundo informa Helmar Reinhard Rölke, em seu livro *Descobrindo Raízes* (1996).

dimensão, como a floresta estacional semidecídua, a floresta ombrófila aberta, a floresta de restinga e a de áreas de influência flúvio-marinha).

Alidada a este quadro estava outra riqueza natural representada pela presença de uma fauna não menos estupenda na sua variedade e quantidade, hoje, na verdade, com espécies já inexistentes e outras, embora existentes, porém, com um número de indivíduos reduzidíssimos.

Não devemos nos estender mais neste assunto para que não saíamos do foco do nosso estudo neste trabalho, uma vez que, aspectos de geografia física do Estado tivemos ensejo de apresentar, anos atrás, in “Espírito Santo: Aspectos Físicos, 2001.”

2. Evolução Histórica quanto ao Território Municipal

Um pequeno mergulho na história de como se formou a divisão administrativa do município é o que tentamos fazer a seguir. Em virtude de ter sido desmembrado do município de Santa Leopoldina, conforme já apontamos linhas atrás, os passos percorridos tiveram o seguinte seguimento. Nos inícios do século passado, ano de 1911, o nome Jequitibá figurou como distrito do então denominado município de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, hoje, município de Santa Leopoldina. Já no ano de 1933 a divisão administrativa consigna o distrito de Jequitibá como fazendo parte do Cachoeiro de Santa Leopoldina, ou seja: Santa Leopoldina perde o termo Porto, passando a chamar-se apenas, Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Mais adiante, em 1943 (em 31-12-43), pela Lei 15.177 o distrito de Jequitibá perde a sílaba “qui” e passa a chamar-se simplesmente Jetibá, enquanto que o município de Cachoeiro de Santa Leopoldina passa a ser denominado de Santa Leopoldina.

Prosseguindo, em primeiro de julho de mil novecentos e sessenta, finalmente, o distrito de Jetibá encontra-se figurando como

integrante do município leopoldinense. Em seis de maio de 1988, devido a Lei estadual 4067, foi publicada a criação do município de Santa Maria de Jetibá, desmembrado, conforme já expusemos, do Município de Santa Leopoldina. Dois são os distritos componentes do novo município: Santa Maria de Jetibá e Garrafão.

Mas, somente em primeiro de junho de 1995 foi oficialmente realizada dita divisão territorial do município com esses dois distritos mencionados (Fonte que buscamos em 2011, no IBGE).

3. Aspectos Gerais do Quadro Demográfico Municipal

O povoamento da área do que é hoje o Município de Santa Maria de Jetibá tem origem antiga (no terceiro quartel do século XIX), consoante tivemos oportunidade de pontuar nos itens I e II; entretanto, o diploma legal de criação do município deu-se em época relativamente recente, em 6 de maio de 1988.

A evolução populacional vem crescendo com taxas de razoável expressividade, basta observarmos o abaixo transcrito:

ANO	HABITANTES
1991	23.268
1996	25.532
2000	28.774
2007	31.845
2010	34.176

Fonte: IBGE

Quando da criação do município a população municipal era de aproximadamente 23.268 conforme o levantamento censitário realizado em 1991, o que representou a cifra de 0,89% do total da população espírito-santense. De acordo com o último censo (2010), observou-se que o contingente populacional municipal saltou para

34.176 habitantes, donde se conclui que representou uma porcentagem de 0,97% da população estadual. O Estado do Espírito Santo, segundo o censo de 2010 possuía 3.514.952 habitantes, enquanto que em 1991 sua população orçava em 2.600.618 almas. Observa-se que houve um incremento de aproximadamente onze mil habitantes no período entre 1991 e 2010, o que representa praticamente um crescimento de 50% da população municipal.

Sabendo-se que a superfície municipal de Santa Maria de Jetibá atinge a cifra de aproximadamente 736 Km² e sua população alcança o número de 34.176 habitantes (censo de 2010) conclui-se que a densidade populacional do município é de 46,43 hab/km². Os descendentes pomeranos representam aproximadamente 60% da população municipal.

Para o Estado do Espírito Santo pode-se considerar que — cálculo sem segurança rígida — os descendentes de imigrantes alemães devem somar duzentos e cinquenta mil pessoas, das quais cento e vinte mil de origem pomerana (cf. apontador e wikipédia).

Um dado interessante sobre composição por cor da população, transcrevemos abaixo:

Cor / Raça	Porcentagens
Branca	81,8%
Negros	1,9%
Pardos	15,6%
Amarelos	0,7%

Fonte: IBGE, censo 2010 in Wikipédia, 15/01/2012

Vamos neste espaço que se segue procurar concentrar-nos um pouco mais objetivamente nos quadros estatístico-demográficos do município, realizando de modo sucinto, uma análise do que podemos extrair da composição dos quadros estatísticos acima referidos.

Primeiramente, gostaria de lembrar aos leitores que, principalmente em épocas passadas e no interior do nosso imenso país, as dificuldades são expressivas para realização dos recenseamentos

nacionais. Para atingir todos os rincões do território as despesas são apreciáveis, além de contar com o grande esforço dos recenseadores que enfrentam um trabalho árduo, por estradas de trânsito difícil e de inumeráveis outras dificuldades para o cumprimento da tarefa que lhes é imposta. Há que se aceitar ou dar um crédito de confiança à contagem realizada a duras penas pelas autoridades e pelos recenseadores. Uma coisa é certa: Quanto mais um país é desenvolvido, no seu sentido amplo, melhor e mais confiável é a sua estatística em todos os setores de suas atividades laborais (educacionais, científicas, econômicas, culturais, político-administrativas, etc.) ou, de outra forma, pode-se afirmar, sem exagero, que um país que possui uma organização estatística bem estruturada e funcional merece ser chamado de desenvolvido.

Neste nosso trabalho temos intenção de apenas focar, de modo amplo, como já indicamos no item III, o quadro demográfico de Santa Maria de Jetibá; todavia, e em decorrência da juventude da existência do município que abarca um período de somente 23 anos, torna-se mais difícil um maior e melhor aprofundamento do seu estudo. Há que se observar que o primeiro censo do nível território foi operado em 1991, motivo pelo qual não nos é permitido oferecer observações que poderiam ser realizadas se houvesse evidentemente um maior número de censos demográficos para um estudo comparativo. Na realidade, temos em mãos somente os censos dos anos 2000 e 2010, que foram operacionalizados pelo IBGE, abrangendo todo o território nacional.

Isto posto, estampamos a seguir os quadros demográficos I, II, III, IV e V, para, em seguida, fazermos algumas observações atinentes aos mesmos.

Quadro I
Município Santa Maria de Jetibá
Censo de 2000

Município Santa Maria de Jetibá									
TOTAL		População Urbana				População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES
28.774	14.684	14.080	5.102	2.509	2.593	23.672	12.175	11.497	11.497

Organizado por Ricardo Brunow Costa – Fonte:IBGE, 2011

Quadro II
Município Santa Maria de Jetibá
Censo de 2010

Município Santa Maria de Jetibá									
TOTAL		População Urbana				População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES
34.176	17.532	16.644	11.797	5.866	5.931	22.379	11.666	10.713	10.713

Organizado por Ricardo Brunow Costa – Fonte:IBGE, 2011

Quadro III
Município Santa Maria de Jetibá
Distrito Sede
Censo de 2000

Distrito Sede									
TOTAL		População Urbana				População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES
19.765	10.072	9.693	5.058	2.490	2.568	14.707	7.582	7.125	7.125

Distrito de Garraão

TOTAL		População Urbana			População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
9.009	4.612	4.397	44	19	25	8.965	4.593	4.372

Organizado por Ricardo Brunow Costa – Fonte: IBGE, 2011

Quadro IV

Município Santa Maria de Jetibá
Distrito Sede
Censo de 2010

Distrito Sede

TOTAL		População Urbana			População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
23.703	12.026	11.677	11.204	5.567	5.637	12.499	6.459	6.040

Distrito de Garraão

TOTAL		População Urbana			População Rural			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
10.473	5.506	4.967	593	299	294	9.880	5.207	4.673

Organizado por Ricardo Brunow Costa – Fonte: IBGE, 2011

Quadro V
Município Santa Maria de Jetibá
Distrito Sede
Censo de 2000

Santa Maria de Jetibá			
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL DISTRITO SEDE	TOTAL DISTRITO GARRAFÃO
crianças com menos de 1 ano	541	379	162
peessoas com 100 anos ou mais	07	05	02

Censo de 2010

Santa Maria de Jetibá			
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL DISTRITO SEDE	TOTAL DISTRITO GARRAFÃO
crianças com menos de 1 ano	481	329	152
peessoas com 100 anos ou mais	03	02	01

Organizado por Ricardo Brunow Costa – Fonte:IBGE, 2011

Para um melhor estudo e conclusão sobre a evolução demográfica do município, haveria necessidade de se levar em conta o fato de que o efetivo populacional de Santa Maria de Jetibá proveio, na época de sua criação, do município de Santa Leopoldina. Assim, o dado que temos das primeiras contagens de Santa Maria de Jetibá não retratam, de fato, um efetivo de pessoas da área então recém-criada. Deste modo, o dado de 1991 que contabiliza um total de 23.268 habitantes para Santa Maria de Jetibá, demonstra que esta composição numérica pertencia ao município leopoldinense, uma vez que Santa Maria de Jetibá, como já mencionamos anteriormente, foi território que pertencia ao município de Santa Leopoldina.

Comparando o quadro I com o quadro II constatamos um aumento significativo do efetivo populacional entre a contagem dos

dois censos demográficos. Mais do que cinco mil habitantes foram acrescentados ao município no período referido.

A proporção entre homens e mulheres não está muito fora dos padrões no total municipal, estando até mesmo bem equilibrada quando se observa no que concerne à população urbana.

Fica bem evidenciado tratar-se de um município onde predominam as atividades agrícolas pois que o meio rural abarca grande maioria da população municipal.

Há um relativo equilíbrio entre a presença masculina e feminina, embora com pequena maioria masculina, tanto no censo 2000 quanto no de 2010, no que se refere à população rural.

O mais interessante é observar que houve uma significativa mudança no que diz respeito ao número de pessoas fazendo parte da população urbana. Enquanto o censo de 2000 mostra como sendo de 5.102 os habitantes do meio urbano, o censo de 2010 totaliza para 11.797 indivíduos os residentes neste mesmo meio.

Houve uma migração do campo para o meio urbano do município. Mas este fato não pode ser explicado só pelos integrantes da população do mesmo município, pois que, a diferença entre a população rural constante do censo 2000 e a do censo de 2010 é de apenas 1.493 habitantes. Ora, em contrapartida a população urbana saltou de 5.102 no ano 2000 para 11.797 em 2010, representando, portanto, um aumento de 6.695 pessoas.

Vamos direcionar, de pronto, o confronto entre os quadros III e IV; o III, que trata do distrito da sede de Santa Maria de Jetibá, e do Distrito de Garrafão, censo de 2000 e o IV, censo de 2010, que mostra a situação estatístico-demográfica destas mesmas subunidades administrativas territoriais.

O distrito da sede municipal no ano de 2000, como seria de esperar, já concentrava uma maior densidade demográfica, pelo simples fato de ter a administração central do município. É ali que

estão localizados o comércio, os bancos, os hotéis, as escolas de grau de ensino desde o fundamental, passando pelo ensino médio e superior. Enfim, na sede há todo o complexo comercial, educacional, administrativo, etc. que se faz necessário para o município ter sua vida própria e relativamente independente.

As cifras quanto as proporções entre as presenças masculinas e femininas, tanto na área urbana como na rural dos dois distritos, estão bem equilibradas.

Em números absolutos constata-se que a população da sede é bem superior a do distrito de Garrafão, tanto no meio urbano como no rural. (ver os quadros)

Relativamente aos mesmos distritos, porém, com base no censo do ano de 2010 (quadro IV), o que podemos acrescentar, a partir desses poucos dados ? Vamos responder.

Para uma área territorial ocupada por um número de indivíduos ainda pequeno, podemos considerar como um alto incremento populacional aquele que houve nos dois distritos do município de Santa Maria de Jetibá, como ocorreu, é claro, com o crescimento populacional do próprio município (ver quadro I e II).

Vejamos: o distrito da sede que em 2000 possuía 19.765 habitantes passa a ter 23.703 indivíduos em 2010 e o distrito de Garrafão de 9.009 pessoas passa a contar com 10.473 habitantes.

Um fato que queremos ressaltar está inserido no quadro estatístico no item “população rural”. Houve uma migração, com certeza, do meio rural para o urbano, uma vez que de 14.707 residentes do meio rural em 2000, do distrito sede, este teve seu número de residentes reduzido para 12.499. Tal fato não ocorreu no distrito de Garrafão pois, ali, a população teve crescimento razoável.

Em princípio podemos supor que a atração exercida pelos centros urbanos está sempre presente nesses fenômenos migratórios. As dificuldades do povo interiorano quanto a melhoria do nível de

vida é sempre desejada e, na maioria das vezes, o povo do campo imagina que na cidade sua vida vai sofrer sempre alguma melhora, o que muitas vezes não acontece.

Para finalizar, organizamos o quadro V, onde destacamos a contagem do número de crianças com menos de 1 ano de idade, que entendemos como sendo o número dos nascimentos ocorridos no município de Santa Maria de Jetibá, separando os dados por distrito. Também, aí, encontramos o total das pessoas mais avançadas em idade, ou seja, com 100 anos ou mais que se encontravam presentes nas épocas dos censos de 2000 e 2010 respectivamente, tanto no total municipal como separadamente por distritos.

Não temos em mãos dados suficientes para concluirmos, com relativa precisão, o que a seguir apenas supomos como uma possibilidade. Neste quadro V tanto o censo de 2000 quanto o censo de 2010 fazem referências sobre a composição etária populacional. A partir daí consideramos como idade de procriação das mulheres, o intervalo entre 20 a 44 anos; no passado, não tão longínquo, os casamentos eram realizados mais cedo; as mulheres em grande número, principalmente no interior, tinham menos de 20 anos quando contraíam matrimônio; atualmente este quadro vem mudando, daí porque considerei 20 anos como uma média mais comum nos tempos atuais; o término máximo da idade reprodutiva feminina consideramos como sendo aos 44/45 anos. A partir desta premissa constatamos que no censo de 2000 havia 541 crianças com menos de 1 ano no município de Santa Maria de Jetibá, o que concluímos como sendo o total de nascimentos ali ocorridos, para um número de 5.270 mulheres em idade procriativa. Para o censo de 2010 observamos que o total de crianças menores de 1 ano foi de 481 e o somatório de mulheres entre 20 e 44 anos (idade procriativa) foi de 6.955.

Observamos que no exemplo acima, o número total de mulheres em idade procriativa do censo de 2010 apresentou um nú-

mero inferior significativo de nascimentos no confronto com o censo de 2000.

Então, consideramos, com as devidas reservas, que os nascimentos no município de Santa Maria de Jetibá sofreram razoável decréscimo, como vem ocorrendo aliás, não só no meio citadino como no meio rural no nosso país.

Conclusão

O Município de Santa Maria de Jetibá destaca-se pela grande operosidade de seu povo, sendo hoje, o município que mais se destaca na produção hortifrutigranjeira do Estado do Espírito Santo.

A característica principal de sua população é sua própria etnia onde sua língua (pomerana) e seus costumes se mantêm relativamente quase inalterados desde muitas décadas.

Vimos neste estudo que conforme nos apresentam os censos demográficos dos anos 2000 e 2010, além de outras contagens demográficas, que a população cresce de modo contínuo e equilibradamente e, atualmente, apresentando o fenômeno da migração interna da população, o que resulta, no ainda leve, aumento da denominada urbanização.

Vitória, agosto de 2012.

Referências

BENINCÁ, Ludimilla Rupf. *Dificuldade no Domínio de Fonemas do Português por Crianças Bilíngues de Português e Pomerano*. Dissertação de Mestrado em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, Regina Hees. *Santa Maria de Jetibá – Uma Comunidade Teuto – Capixaba*. 1978. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, UFES, Vitória, 1978.

COSTA, Ricardo Brunow. *Espírito Santo: Aspectos Físicos. Anotações, Comentários e Mapas Temáticos*. Coleção Cadernos de História nº 44, IHGES, Vitória, 2001.

_____. “Município de Santa Leopoldina: Síntese da Evolução Histórica do seu Território e de seu Quadro Demográfico” in *RIHGES* nº 66, Vitória, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. Curitiba: Positivo, 2010.

IBGE – Censo de 2000 e 2010, dados obtidos em 2011 Vitória.

MEDEIROS, Rogério. *Etnias do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/etnias/pomeranos/index.htm>> Acesso em: 21 fev. 2012.

RÖLKE, Helmar Reinhard. *Descobrimos Raízes; Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerândia*. Vitória: UFES, 1996.

Santa Maria de Jetibá. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_d_e_Jetib%C3%A1>. Acesso em: 15 jan. 2012 e 21 fev 2012.

SCHWARZ, Francisco. *O Município de Santa Maria de Jetibá: o município mais pomerano do Espírito Santo*. Vitória: Ed. Artgraf Ltda. 1993.

WEBER, Gerlinde Merklein. *A Escolarização entre os descendentes pomeranos em Domingos Martins*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória: UFES, 1998.

CIDADE PRESÉPIO

*Aldo José Barroca**

Nasci na Cidade Presépio, em Jucutuquara, aprazível e tradicional bairro de Vitória.

Cidade bucólica e romântica, até o bonde, principal meio de transporte da época, nos levava ao romantismo. Era uma viagem íntima, todos acabavam se conhecendo, com conversas agradáveis, troca de olhares entre os jovens e até namoricos às vezes momentâneos, às vezes acabando em casamento.

Eram três os itinerários dos bondes: Jucutuquara, Praia do Canto e Santo Antônio, todos contornando a Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória, e retornando aos seus respectivos bairros.

Jucutuquara tinha seu próprio mercadinho, abastecendo os moradores com verduras, legumes, frutas etc. Hoje, é Mercado Literário, atendendo também o artesanato.

Um valão dividia o bairro ao meio, que incomodava os moradores e visitantes. Foi uma festa quando o valão foi finalmente coberto, após muitos protestos e reivindicações.

São Sebastião “guerreiro” já era o padroeiro do bairro, com sua igreja pequena, bonita e sempre bem cuidada.

O estádio do Rio Branco, de tantos jogos emocionantes, estava sempre lotado, seja em campeonato capixaba, seja em visita de times de fora, principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Aqui, jogaram vários campeões do mundo: Garrincha, Pelé, Nilton Santos e tantos outros. Posteriormente, O estádio foi adquirido pela então Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

Berço do Rio Branco, o time mais querido do Espírito Santo, e da Escola de Samba de Jucutuquara, várias vezes campeã nos desfi-

* Professor aposentado pelo INSS e escritor, é associado ao IHGES.

les carnavalescos. Seus moradores se auto denominam, e integram com toda pompa, a “Nação de Jucutuquara”.

É também orgulho do bairro o Museu Solar Monjardim, edificado no século XVIII para nele residir o Barão de Monjardim. É a principal e mais conhecida construção histórica localizada em um bairro, fora do centro de Vitória. Sua arquitetura rural é das mais bonitas da região sudeste. É muito visitada por capixabas e pelos turistas de outras cidades e outros estados.

Fui criado do outro lado da cidade, em Santo Antônio, o primeiro bairro da cidade, tão bucólico que deixou saudades.

O bairro tem seus cemitérios, mas ninguém se assusta: os falecidos merecem respeito, e não medo. Os “campos santos”, ou “cidades dos pés juntos” sempre foram respeitados e reverenciados. No Dia de Finados, havia missas e cultos em memória dos familiares falecidos. Eram velas, flores, orações e, naturalmente, muitas lágrimas de saudades.

Após o Oratório na Igreja matriz, os jovens fiéis participavam da “pelada” no campo “careca” dos padres pavonianos, em frente à construção do Santuário. Mas, só quem frequentava a escola. Eram duas, na época: O Grupo Escolar Alberto de Almeida e a Obra Social São José, administrada pelo pavonianos (todos italianos, eram raros os padres brasileiros).

A paróquia de Santo Antônio foi criada em 1951, e em 1956 o bispo propôs ao pároco, padre Mateus Paniza, a construção de um santuário, considerando que a igreja matriz já não atendia o número de fiéis, tendo em vista o constante aumento da população local. E a parte alta do bairro, em terreno pertencente à Igreja, era local ideal para a edificação do Santuário.

Após anos de construção, com a participação popular, não só financeiramente, mas também em mutirão e com festas, como as juninas, onde o leilão era o ponto alto: os moradores doavam até

animais, como cabrito, cavalo etc, deixando sempre arrecadação que dava um impulso na construção.

O santuário foi inaugurado oficialmente em 1971 e desde então é frequentado pelos moradores da cidade e visitada por turistas. Por sua beleza arquitetônica, é uma das igrejas mais requisitadas para celebração de casamentos.

Hoje, é Basílica, mas o hábito faz com que seja citada como “Basílica Santuário de Santo Antônio”. Talvez porque tradição é tradição, ou porque o nome Santuário é mais pomposo (fico com esta hipótese).

Embora há muito desativado, existe o Cais do Avião que, como o nome já indica, recebia os passageiros que desembarcavam pelo mar.

Que saudades da “Furiosa”, a banda de música que deixava crianças, jovens e adultos, alegres, acompanhando os músicos. Tanta falta faz nos dias de hoje!

Não esqueço os filmes e as peças teatrais no auditório das Obras Pavonianas. E outras atrações artísticas que se foram com tempo e com o progresso, pois cada época tem seu modo de viver.

Ah, o aguerrido time do Santo Antônio, de tantas glórias e campeonatos conquistados! Como enchia de alegria os “antoninos”. Orgulho esportivo do bairro, hoje infelizmente inativo.

As praias, principalmente Praia do Canto e Praia Cumprida, famosas na época, eram bastante frequentadas, inclusive por nós, que morávamos no outro extremo da cidade. Praias bucólicas, apesar das infantis rixas entre jovens dos bairros, sempre éramos bem recebidos pelos “praianos”. Afinal, todos trocavam gibis nas portas dos cinemas no centro da cidade, o que criava um clima de amizade.

Jucutuquara, Santo Antônio e Praia do Canto eram os bairros mais conhecidos da capital do estado do Espírito Santo. Claro, sem contar o Centro de Vitória e o Parque Moscoso, frequentados pelos moradores locais e por nós, moradores da periferia. Os colégios preferidos eram Estadual (público), Salesiano, dos padres salesianos, no

Forte são João, próximo a Jucutuquara, e Americano, no Parque Moscoso, administrado pela Igreja Batista e muito bem dirigida por seu Diretor, professor. Alberto Stange Júnior, ex-presidente do IHGES.

Hoje, temos inúmeros novos bairros, também bastante conhecidos, como Jardim Camburi, Jardim da Penha, Goiabeiras, São Pedro, Ilha das Caieiras etc.

Nasci em Jucutuquara, mudei para Santo Antônio, do outro lado da cidade, ia às praias, que ficavam depois de Jucutuquara (mais longe, portanto), e acabei morando em Goiabeiras, já pertinho da Serra, distante dos bairros que frequentei na minha infância e juventude.

É conhecida como a Grande Goiabeiras, considerando os vários bairros bem próximos, que apesar de terem nomes próprios, são popularmente conhecidos como Goiabeiras.

Goiabeiras é marcante na cultura dos capixabas: é sede das paineleiras, nossas simpáticas e tradicionais trabalhadoras incansáveis. Temos as caridosas benzedeadas, que têm ajudado a muita gente sofredora.

Ah, e as bandas de congo! Gostoso, gingar o corpo ao som da casa-casa! Famosa atração musical e folclórica do Espírito Santo, com destaque para Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, com a Banda de Roda D'água.

Somos hospitaleiros e há uma razão para isso: só pode ser jovial o nativo da cidade que esbanja tanta simpatia que até o verão nos visita no inverno. Usando a expressão tipicamente capixaba, afirmo: “Ia, ó: sou um capixaba feliz por ser espírito-santense”.

Ah, nossa capital capixaba! Vitória, na intimidade Ilha do Mel, é uma delícia de ilha e também cidade sol, com apenas duas estações do ano: verão e vento sul!

Cidade pequena, aconchegante, tão romântica que ostenta cognome religioso e bucólico que, confesso, é entre seus muitos títulos e elogios, o que mais me toca o coração:

Presépio do Brasil!

IDEIAS E AÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA — SÉCULO XVII¹

*Michel Dal Col Costa**

Resumo: Neste artigo, busco tratar das ideias e ações de padre Antonio Vieira para que o Império Português cumprisse, na visão do jesuíta, a sua missão, a saber: disseminar a fé cristã entre os gentios. Na primeira parte do texto, apresento o trabalho do grande orador português para a conservação da força e da paz no Reino Português. Na segunda parte, discuto as proposições de Vieira com relação aos judeus, no sentido de serem aceitos em uma Igreja Católica Portuguesa que padecia com intolerâncias anti-judaicas; e que via no judaísmo uma grave heresia contra a verdadeira fé de Cristo. Com isso, mostro como a defesa dos judeus, empreendida por Vieira, se enquadrava no interior do propósito de um reino forte, condição para Portugal cumprir a sua missão evangelizadora

Palavras-chave: Padre Antonio Vieira. Império Português no século XVII. Jesuítas. Catequese. Judeus

Contextualização

A vida do Padre Antonio Vieira se confunde com o século XVII. Em 1608 nasceu em Lisboa e em 1697, aos 89 anos e 5 meses faleceu. Bem jovem passou à Companhia de Jesus, onde se formou e trabalhou a vida inteira pelo seu objetivo: a catequese dos índios, no interior do processo de colonização conduzido pela Coroa.

Na sua atuação como padre, e em especial como membro da Companhia de Jesus, dentro das premissas dos textos evangélicos e

¹ Este artigo é uma versão de um trabalho apresentado na disciplina História das Ideias Políticas, ministrada pelo Professor Michael Soubotnik.

* Membro efetivo do IHGES e da Academia de Artes e Letras da Serra (ALEAS), Cadeira nº 11, Patrono Belmiro Geraldo Castello.

sagrados, procurou de forma articulada responder às questões tidas por ele como as mais importantes de seu tempo no sentido do fortalecimento e conservação do Reino Português e de suas conquistas de além mar. Na verdade, tal perspectiva política se unia a um propósito religioso, pois no seu entender a razão de ser do reino lusitano era a missão de disseminação do evangelho junto aos gentios das regiões recém conquistadas. Era fundamental que o Reino Português fosse forte e tranquilo, para que a conversão à fé cristã e católica ocorresse.

Os jesuítas, em especial Vieira, seguiam orientações mais antigas que a existência do próprio padre lisboeta. Por um lado, as orientações mais gerais dos membros da Companhia de Jesus provinham das teses dos teólogos da “Segunda Escolástica” que determinavam desde finais do século XVI as posições da Igreja com relação às justificações teológico-jurídicas das conquistas e da colonização. Em tais orientações, estavam presentes, por exemplo, ideias influenciadas pelo pensamento de São Tomás de Aquino, onde os índios faziam parte do corpo político legítimo da nação. Disso é possível inferir que eles fariam parte também, na visão dos jesuítas, e de modo especial de Vieira, do corpo político do reino português. Daí a ideia desenvolvida por Vieira de que eles deviam ser catequizados para tornarem-se, dentro de sua autonomia, vassallos do rei português. Essa perspectiva iria de encontro às pretensões de colonos, em especial dos paulistas, que viam os índios como mão-de-obra para as suas empreitadas econômicas. Vieira, dentro de um universo geral de conflitos, se posicionara de forma contrária a essas pretensões coloniais e vislumbrava outra forma de inserção do índio no Império Português.²

Por outro lado, “nos *Regimentos* entregues por D. João III a Tomé de Souza, em fevereiro de 1549, recomendava-se expressa-

² Ver sobre isto, os textos escritos por Vieira sobre a questão dos índios, especialmente os “Papéis Vários” 4º e 5º em [VIEIRA, 2002].

mente a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução: ‘Porque a principal causa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a jemte dela se convertesse à nossa santa fee católica...’ (Carvalho, 1972:138).

Imbuídos por essa política colonizadora, os jesuítas iniciaram a construção de uma grande estrutura de ensino nas colônias, especialmente no Brasil, e Vieira foi formado por ela e depois trabalhou na mesma ao longo de toda a sua vida de inúmeras formas através de aulas em colégios, nos sermões nas igrejas e na sua vida pública em diversas regiões do Brasil e da Europa.³

O primeiro ponto a considerar na cruzada evangelística, política e social que o Padre Vieira empreendeu, foi o conjunto de ações expressas em escritos que tratavam da relação com as nações estrangeiras. Primeiramente, a própria Castela (ou Espanha) que subjugou por intermédio de Felipe II a coroa portuguesa, e, em um momento de sucessão, tornou-se rei de Portugal sob o título de Felipe I.

Vieira nasceu no Período Filipino que se iniciou em 1580 e se prolongou até 1640. Durante o século XVI, o principal problema para as conquistas portuguesas colocados por uma nação estrangeira proveio da França que em 1555-1565 se estabelecera no Rio de Janeiro e formara a assim conhecida “França Antártica”; e depois em 1612, quando Vieira era uma criança e nem tinha vindo ainda para o Brasil com a família,⁴ os franceses calvinistas invadiram o Maranhão se instalando em São Luís, e criaram a chamada “França Equinocial”.

A Espanha fora considerada ao longo de vários dos escritos de Vieira como o verdadeiro inimigo do Reino Português e da sua mis-

³ Ver, por exemplo, o capítulo de CARVALHO na *História Geral da Civilização Brasileira*. A referência completa se encontra nas referências bibliográficas ao final deste texto.

⁴ A vinda para o Brasil ocorreu 2 anos depois.

são catequizadora. Mas, a região do Brasil teve que enfrentar outra onda de invasões e ocupações realizada por outra nação estrangeira com ligações com o protestantismo, a Holanda. Vieira presenciou a invasão holandesa na Bahia, que ocorreu entre os anos 1624-25. O jovem iniciado com 18 anos chegou a enviar um relatório detalhadíssimo sobre aquele momento de guerra para o Geral da Companhia de Jesus.⁵ Na Bahia, os Holandeses foram rapidamente afastados com derrotas na Bahia e também no Espírito Santo, região considerada estratégica por Vieira, pois se colocava entre os Portos do Rio de Janeiro e da Bahia de Todos os Santos.⁶ Porém, os Holandeses, que eram inimigos diretos da Espanha, fizeram uma nova incursão no território do Brasil com o objetivo claro de afronta à Espanha, sua antiga dominadora. Os holandeses invadiram Pernambuco, uma região central para a economia de cana-de-açúcar do Brasil e do Reino Ibérico. Aí desenvolveram uma estada mais longa, conquistaram outras capitanias do nordeste, implementaram um governo avançado em muitos aspectos, e só foram expulsos pelos portugueses em 1654, quando a Restauração já havia ocorrido, separando as coroas de Portugal e Espanha.⁷

Na relação com a Holanda invasora, Vieira já era um orador maduro e respeitado em todo o Reino e no mundo em geral: tinha já 46 anos. Dentro de seu articulado discurso de conservação do

⁵ Ver a primeira “Carta” do livro que estou utilizando, intitulada “Ao Geral da Companhia de Jesus”. Nesta carta, Vieira descreve o momento da invasão holandesa ao território brasileiro, bem como a resistência portuguesa.

⁶ Ver o texto intitulado “Maria Ortiz”, em SALETO [1998:75-77], onde é contada a história da heroína do Espírito Santo que contribuiu conforme relata a memória capixaba no enfrentamento e derrota dos holandeses no território capixaba.

⁷ Ver “Papeis Vários” nº. 3 do livro que estou utilizando, onde Vieira defende, para a manutenção do reino português, a entrega de Pernambuco aos holandeses, em VIEIRA [2002:309-368].

Reino de Portugal e Conquistas em paz para que sua missão catequizadora se cumprisse plenamente, o Padre Vieira preparou importante e ousado documento onde argumenta em favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses, pelo menos por algum tempo, pois Portugal não tinha forças para enfrentar uma guerra com os Holandeses, considerados amplamente mais fortes.

A tolerância com relação às heresias de protestantes como inconveniente era menos importante que as conveniências que a paz com os fortes holandeses poderia gerar, tanto para o trabalho da catequese (principal missão do reino português, na visão profética de Vieira) e também para o enriquecimento do reino. O fortalecimento poderia ser muito oportuno para a nação se equipar para uma “guerra justa” que poderia travar contra os seus verdadeiros inimigos, os Espanhóis.

A tolerância junto a indivíduos considerados hereges chegou ao radicalismo quando Vieira elaborou textos defendendo que judeus, especialmente os ricos e prósperos mercadores, fossem readmitidos dentro no Império Português. Eles haviam sido expulsos da região por determinação da Santa Inquisição que em Portugal tinha uma política um pouco mais radical que em outras nações no mundo da época. Vieira buscou inclusive propor mudanças de estilo na Santa Inquisição Portuguesa argumentando a favor da permissividade e tolerância dos judeus em território português, pois eles, bem sucedidos que eram, iriam contribuir com os seus impostos para o objetivo central de Vieira, a saber: o fortalecimento e a conservação de Portugal e de suas conquistas, para que o processo de difusão da santa fé ocorresse com sucesso, como já salientei. Neste ponto, Vieira teve problemas com a Santa Inquisição que o julgou e realizou várias retaliações junto ao padre jesuíta. Mas, ele foi absolvido e liberado para o trabalho depois de algum tempo. Ele recebeu carta do Papa, mas ficou um tempo preso.

Como se vê, o contexto histórico que envolve o discurso de Padre Vieira é marcado pelo processo conhecido como contra-reforma católica, ou como se costuma também pensar, “reforma católica”. A própria ordem da Companhia de Jesus foi um dos elementos desse processo. Mas, a missão principal da ordem jesuítica teria sucesso, na visão de Vieira, se caminhasse de modo integrado ao desenvolvimento e conservação do Reino Português e de suas conquistas que viviam no período em parco desenvolvimento econômico, social, político e também militar. As vilas, aldeias e posses de Portugal no mundo eram fracas, conforme observação de Vieira, em muitos sentidos, e urgia para o cumprimento efetivo da missão da difusão da fé e do evangelho, um fortalecimento.⁸ Para tanto, Vieira na vida concreta das relações com a Coroa, com nações estrangeiras, com “hereges” e com colonos ávidos por lucros provenientes de relações de dominação junto aos indígenas, propôs alternativas e respostas que redimensionavam a própria essência da contra-reforma católica no mundo ibérico e no mundo em geral.

Padre Antônio Vieira e a Construção de um Reino Português Missionário

Um texto importante para pensar a ação religiosa e política de Padre Antonio Vieira é o *Sermão de Santo Antonio*. Este sermão foi pronunciado na festa que se fez ao santo na Igreja das Chagas de Lisboa, aos 14 de setembro de 1642. No sermão, Vieira faz uma associação da vida de Santo Antonio, que fora “a glória de Portugal e do evangelho”, com o fortalecimento da coroa de Portugal. Utilizou

⁸ Para ter acesso a uma descrição desta situação de fraqueza das povoações portuguesas nas conquistas, conferir , por exemplo, VIEIRA [2002:259-278].

passagens das Escrituras Sagradas para referir-se a Santo Antônio, que seria o sal da terra, a luz do mundo, uma cidade sobre o monte.⁹ Estas passagens foram inseridas dentro do contexto histórico e político da época, das relações entre Espanha e Portugal no processo de Restauração da coroa portuguesa: a Espanha queria recuperar o perdido, e Portugal conservar o recuperado. Nesse sentido, a comparação ao “sal” e à ação de Cristo é fundamental, pois o sal seria o remédio da corrupção, remédio preservativo, uma conservação do que se põe a perder. A matéria do sermão com base nestes argumentos é a conservação do reino português.

Na palavra de Cristo “Vós sois o sal da terra”, Vieira trabalha para a conservação e bem do reino português. O sal, no passado era um dos produtos que eram usados para conservar alimentos para que não estragassem. Foi com tal sentido que falou Cristo quando proclamou que os seus discípulos eram “sal da terra”. Mas, antes disso, disse sobre serem pescadores de homens. São duas expressões conectadas: primeiro se pescam os homens, depois se salgam para que se conservem. Com relação ao termo “sal”, diz Vieira que Jesus não os chamou sal de uma casa, ou de uma família, ou de uma cidade, mas sal de todo o mundo, de toda a terra, sem excetuar ninguém.

Ele apregoa que os tributos para a conservação do reino deveriam não ser pesados, mas suaves. Para justificar, utiliza a forma suave que Deus retirou em sono profundo a parte de Adão para a criação de Eva, também com o intuito de conservação.

Conforme Vieira, Cristo nos deixou divina doutrina para a moderação da matéria dos tributos. Para explicá-la, ele cita a passagem do Evangelho que mostra o momento em que Cristo mandou

⁹ Vieira parafraseou o Senhor Jesus Cristo, quando o Mestre de Jerusalém disse no Evangelho de São Mateus, no cap. 5, versículo 14: “Vocês são o sal da terra”; e versículo 14 deste mesmo capítulo: “Vós são a luz do mundo. Não pode ficar escondida uma cidade construída sobre um monte”.

Pedro ir pescar e retirar da boca do peixe um valor em dinheiro para pagar o tributo a César.¹⁰ Perguntou-se por que Deus fez a referida ação se ele não faz milagres sem necessidade. Poderia dizer a Pedro que fosse pescar e do preço do que pescasse, depois de vendido, pagaria o tributo, entretanto falou que o pagaria de uma moeda encontrada na boca do peixe. Quis o Senhor que pagasse o tributo, mas que ficasse em casa o fruto de seu trabalho, pois assim teríamos um modo suave de pagar o tributo. Pagaria o tributo e comeria do peixe, de modo suave.

Vieira alerta que o mais pesado jugo e carga de um reino são os “imoderados tributos”. E se quisermos que seja leve, o ideal é que sejam repartidos entre todos do reino. Segundo ele, não há tributo mais pesado como a morte, mas ninguém se queixa, pois é tributo de todos. Seria uma igualdade distributiva de Deus, presente também no conhecimento bíblico quando o Senhor diz que faz nascer o sol sobre todos, maus e bons.¹¹

Ele fala que o bom seria que os “estados sociais” do reino fossem todos igualados, mas como se poderia igualar algo que são diferentes em essência. Entretanto, a “alta doutrina de Estado” do sal coloca que os homens podem mudar a sua essência, o que seria uma mudança de natureza. Neste sentido, os estados do clero, nobreza e povo do reino deveriam, pela necessidade maior de conservação do reino, mudar a sua essência igualando-se. Estes três elementos diferentes compunham o reino, como no sal que é composto por fogo (eclesiástico), ar (nobreza) e água (povo). Esses três elementos políticos deveriam transformar-se em algo que contribuiria para a conservação do reino.

¹⁰ Ver esta passagem no Evangelho de São Mateus, 17,24-27 [BÍBLIA SAGRADA, 1990:1203-1204].

¹¹ Ver texto que fundamenta esta passagem no Evangelho de São Mateus, 5,43-48 [BÍBLIA SAGRADA, 1990:1186].

Com relação ao estado eclesiástico, Vieira trata de sua isenção de pagar o tributo. Vieira enumera elementos do Evangelho que justificam tal postura no momento em que Jesus falou a Pedro que desse o pagamento por Ele e por Pedro. Das passagens que Cristo fala sobre tributo, Vieira depreende que Ele falou de modo diferente para os eclesiásticos e para os seculares.¹²

Vieira ressalta ainda a sua proposição de que o estado eclesiástico ajudasse o reino a partir da passagem em que Davi come alimentos do templo de forma contrária as normas. Mas, para Vieira isso ocorreu pela necessidade do rei, e assim deve ocorrer, pois o direito natural precede o direito positivo. A necessidade do reino é prioritária e os eclesiásticos, em necessidade, devem ajudar ao reino. Para isso contou também a história de Ezequias que retirou ouro de templos em tempo de dificuldade. E fora ele mesmo que tinha dado as lâminas de ouro das portas do templo.¹³

Com relação ao estado de nobreza, Vieira diz que seria também isento de pagar tributos. Para justificar citou também a passagem do diálogo de Cristo com Pedro, sobre o fato de pagar tributos. Os nobres, da mesma forma que os eclesiásticos, que sempre se enriqueceram com os bens da coroa, em tempos de necessidade deviam ajudar a coroa. A nobreza fez o rei, mas urgia prosseguir trabalhando para o reino conservando-o, daí a necessidade de também pagar tributos.

O terceiro estado (o povo) é o único que tem a obrigação de pagar tributos conforme Vieira, dentro de um entendimento tradicional. Mas, o povo que oferece com liberalidade não é povo, é príncipe. Vieira chega a dizer que em Portugal não há três estados, mas dois, clero e nobreza, e se houverem três, há clero, nobreza e príncipes.

¹² Ver passagem completa que fundamentou esta passagem em VIEIRA [2002:19-20].

¹³ Para o acesso a passagem onde o autor trata destes assuntos, ver VIEIRA [2002: p. 22].

É esse o espírito fundamental das palavras “Vós sois o sal da terra”, um mudar-se a natureza das coisas para a conservação e tempero do reino e das coisas em geral. É um argumento que surge como uma resposta ao problema dos impostos e a sua boa aplicação pelas cortes, buscando uma sustentação da guerra contra Castela. Outro objetivo dos recursos era defender as possessões de além mar diante dos constantes ataques dos holandeses. Tais possessões não se resumiam ao Brasil, mas também a África e em outros pontos avançados de comércio, como a Ásia.

Neste sermão, Vieira, propõe como critério básico para instituição legítima de novos impostos a participação dos três “estados”, o que significava ir de encontro à visão tradicional de restringi-los aos comerciantes e povo em geral, mas também ter uma participação do clero e da nobreza, suspendendo, mesmo que brevemente e voluntariamente, tais privilégios. Ele visava uma modernização da máquina de Estado para superar o estado em que se encontrava o Reino. Propôs que o governante considerasse o caráter intransferível e individual do mérito para os cargos públicos nomeados; os atos de nomeações deviam fundar-se não em privilégios nobiliárquicos, mas sim em inclinações e competências para os postos específicos.

Outro sermão importante para pensarmos as ideias políticas em unidade com a religião em Vieira, é o *Sermão de São Roque*. Este sermão ocorreu no aniversário de nascimento do Príncipe D. Afonso na Capela Real, no ano de 1644.

Com o propósito de fortalecimento do Estado, durante toda a década de 1640, Vieira argumenta em favor da criação de duas companhias de comércio, uma do ocidente e outra do oriente de acordo com o modelo Holandês de exploração das colônias por concessão estatal e venda de ações a particulares. Este tema é tratado no Sermão de São Roque e em vários outros escritos. Ele chegou a propor, ao tratar desta matéria, reformas no modo de proceder da Inquisição.

A partir de uma discussão sobre o temor, a cautela e o remédio com relação a situações difíceis (dentro da visão de um prisma evangélico e da própria ação de Deus que também se acautela, mesmo sendo o Todo-Poderoso) Vieira coloca que o remédio temido ou “chamado perigoso” seriam as companhias de comércios, uma no oriente e outra no ocidente. Tais companhias deveriam, conforme o jesuíta, ser poderosamente armadas para trazerem seguras contra a Holanda, as drogas da Índia e do Brasil. Essas riquezas deveriam dar a Portugal as condições necessárias de fortalecimento econômico para sustentar a guerra contra Castela, que segundo Vieira duraria alguns anos. Ele assinalou ainda que este foi o remédio aprovado por vários países da Europa, exceto por Portugal. Para Vieira, o receio decorria da união de dinheiro “menos cristão” com o católico, o que o tornaria perigoso.

No entanto, Vieira se propõe a defender a proposta perigosa. Ele disse que seria uma forma de pegar as armas do inimigo e utilizá-la contra o mesmo. Como Davi, que fez a coroa que usaria do ouro dos ídolos. Seria uma política cristã se utilizar das armas da infidelidade em favor da fé. Como foi feito com o dinheiro que Judas recebeu para trair Jesus, que serviu para comprar um campo para sepultar os peregrinos. Assim agiu Deus. Ele argumentou que a bondade das obras está nos fins, não nos instrumentos das mesmas. “As obras de Deus todas são boas; os instrumentos de que se serve, podem ser bons e maus”.¹⁴ Por exemplo, nas escrituras Deus chama Jó e Nabucodonosor de servos seus. Eram homens diferentes com procedimentos muito distintos: Jó era santo, justo e bom; Nabucodonosor, mau, cruel e idolatra. A explicação de Vieira consiste em que uns servem a Deus, e outros, Deus se serve deles.

Vieira argumentou ainda que na criação da Companhia Ocidental, o reino português teve muitos ganhos, e seriam maiores se

¹⁴ Cf. VIEIRA, 2002, 58.

fossem formadas as duas. Ele disse que aquela, a Companhia de Comércio Ocidental, foi fundamental para restaurar metade do Brasil que já estava estampado no mapa com o nome de Nova Holanda. A frota mercantil foi decisiva para a retomada desses territórios naquela oportunidade em uma guerra que durou mais de 20 anos. Vieira chegou a afirmar que aquela vitória fora um milagre da Providência por meio da companhia mercantil.

Da mesma forma que os dois sermões resenhados acima, o *Sermão da Primeira Domingo do Advento* também é crucial para se pensar a ação política de Vieira para a defesa do reino português embasado nas Escrituras Sagradas. Foi um sermão proferido na Capela Real, no ano de 1650. E se inicia com a epígrafe de Lucas 21.27 que diz: “E então verão o Filho do homem vir sobre uma nuvem com grande poder, e majestade”. E inicia ainda falando palavras proféticas sobre o dia do Juízo de Deus. Nele, o jesuíta exorta ao arrependimento com base na profecia, pois no momento o povo vivia como queria, mas ressuscitariam no último dia como não queriam. Ele distingue dois tipos de ressurreição: a natural, onde cada um ressuscita como nasce; e a sobrenatural, quando cada um ressuscita como vive. Nela ocorre um novo nascimento. Vieira pediu que os leitores notassem que quis Deus que os homens morressem uma só vez, mas nascessem duas.¹⁵

No dia do Juízo, conta Vieira, o supremo Juiz aparecerá no trono de resplandecentes nuvens, acompanhado dos anjos e de outros de sua própria majestade. Os anjos pela determinação do Senhor apartarão os bons dos maus. Separarão os pontífices bons dos pontífices ruins, depois os bispos e arcebispos.¹⁶ Vieira disse que esperava em Deus que o reino português nesse dia não tivesse o que apartar. E aí

¹⁵ Ver estas passagens em detalhes em VIEIRA [2002: p. 61-66].

¹⁶ Ver parágrafo 2, pág. 72 que trás boa citação sobre erros dos maus [VIEIRA, 2002].

está o cerne de sua pregação profética neste sermão, a edificação em bondade cristã do reino português. Ele dá o exemplo sobre os reinos do povo hebreu mostrando quantos reinos tiveram, e distinguindo quais foram maus e se perderam; e isto faz com base nos textos bíblicos.¹⁷ Conta ainda que no Dia de Deus, serão apartados os maus dos bons de todos os estados do mundo e que onde houver mais amor e união, a separação vai ser mais dolorosa e lastimável.

Vieira distingue dois tipos de pecados, os de omissão e os de consequência, e no exame das culpas eles ficarão evidentes. Segundo Vieira, se referindo aos príncipes, ministros e cristãos em geral, os pecados mais pesados seriam pelo que deixaram de fazer. Por exemplo, dariam conta a Deus por uma Índia e por um Brasil que deixaram de ajudar. Ele diz que a salvação dos príncipes e dos ministros é arriscada, pois uma omissão deles, mesmo sendo bondoso em palavras, atos e pensamentos, causará muitos danos. O pecado da omissão seria para Vieira aquele que com mais facilidade se comete e com mais dificuldade se conhece, e raramente se emenda. Vieira diz que a sentença do Dia do Juízo deve cair principalmente sobre as omissões.

Os pecados de consequências são aqueles que mesmo depois de acabados ainda duram em suas consequências. Citou, por exemplo, o processo de eleições, e a culpa do eleitor que elege um representante que furta. No caso, o eleitor deve prestar contas a Deus, pois o voto que ele, o eleitor, deu foi causa de todas as tais injustiças, ou opressões, ou tiranias, ou homicídios, ou afrontas, ou mesmo escândalos.¹⁸ Vieira cita Crisóstomo que disse ter refletido sobre a possibilidade dos que governam se salvarem. Mas, para Deus tudo é possível.

Vieira critica a morosidade dos despachos ministeriais e os efeitos ruins do caráter irresoluto do governante sobre o corpo in-

¹⁷ Ver informações completas em VIEIRA [2002:75-76].

¹⁸ Ver citação interessante sobre relação do voto no injusto e as perseguições da Igreja e da obra de conversão na página 85 de VIEIRA [2002].

teiro do governo, um tema considerado por Pécora, como presente na tradição humanista. A modernização do Estado em Vieira se relaciona necessariamente com o Estado como um “corpo místico” que caminha na defesa do bem comum e do serviço de Deus. O Estado em sua concórdia e vida em bem, produzido pelo governo, andaria em comunhão com a propagação da fé.

Estes temas pensados por Vieira, conforme Pécora, dentro desta modernização do Estado em honestidade e proficiência dos ministros e exemplaridade do monarca, não é somente presente em Vieira.¹⁹

A relação entre o Estado e a Salvação, cerne fundamental do pensamento missionário de Vieira e da sua contribuição no processo de formação do reino português para a sua missão catequizadora, foi também tratada no *Sermão do Bom Ladrão*. Foi pregado em uma passagem que fez em Lisboa, na Igreja da Misericórdia, e versa sobre a corrupção governamental, assunto que aparece em Vieira durante os anos 1650. Nele está presente a crítica que dirige ao sistema de poder, pois os seus conselhos urgentes ao rei recebiam morosidade por parte de caminhos ministeriais errôneos. No caso, para Vieira havia uma distância entre a Corte e os meios de coação legais. Isso gerava uma espécie de multiplicação dos furtos, que chegavam à regularidade de uma operação legal. A corrupção era para Vieira um indício da impropriedade da religião do Paço, que eram mais dados a “atos de galantaria” que a “afetos de fé verdadeiros”. Para ele a sustentação do Império só ocorreria na fidelidade ao Deus que o instituiu, e do jeito que estava a religião era apenas um ornamento fútil de palavras muito escuras e boçais. O tema da corrupção aparece em Vieira também na direção aos pregadores e clérigos da Igreja, pois o seu trabalho não era apenas agradar, mas repreender vícios e buscar a reforma de obras infrutíferas.

¹⁹ Cf. PÉCORA [2002: XII].

Vieira, fazendo menção à pregação de Jonas, disse que desejava que a exortação que fazia chegasse aos ouvidos dos reis, e mais ainda aos estrangeiros, que aos de Portugal. E referindo-se ao perdão e fala de Jesus na cruz ao chamado “bom ladrão”, indaga se podem os reis ir ao Paraíso sem levar consigo os ladrões, nem os ladrões podem ir ao inferno sem levar consigo os reis.

O perdão dos atos de roubo está associado à restituição do que fora roubado, e isso serve para todos, súditos e particulares, mas também aos cetros e coroas (aos reis e suas cortes). Vieira explicou que a lei da restituição é lei natural e lei divina; enquanto lei natural obriga aos reis porque todos são iguais; enquanto lei divina também os obriga, pois Deus, que os fez maiores que os outros, é maior do que eles. Neste caso, se também os reis tomarem por violência o que lhes não deve, é rapina e latrocínio, e com isso surge a obrigação da restituição; e são ainda considerados ladrões maiores. Disso decorre que ofendem a justiça pública, que deveriam ser defensores.

Com estas ideias, Vieira ressalta o peso da responsabilidade do Rei e de um Estado como o português, que na visão do jesuíta tinha a missão catequizadora dos gentios. E, portanto, governantes e funcionários, tinham uma responsabilidade muito maior, no sentido da justiça e da honestidade do reino, afinal disso decorria o avanço da catequese jesuítica no mundo novo.

A Defesa dos Judeus diante da Santa Inquisição e a Conservação da Missão do Reino Português

As propostas reformistas de Vieira para um maior fortalecimento do Estado português não se resumiam ao próprio Estado e à forma de administração pública que deveria ter, e nem mesmo a aspectos econômicos mais essenciais do comércio do reino e a sua

relação com o Governo. Ele buscava reformas mais profundas que se referiam à religião e à vida social. É neste sentido que as propostas em questão eram urgentes no sentido de modificar o tratamento dos judeus pela Inquisição portuguesa. Os judeus eram proprietários de capital que Vieira sonhava utilizar no fortalecimento e conservação do Estado português. Foi neste sentido que redigiu a *Proposta feita a El-Rei D. João em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Antonio Vieira*.

Na verdade Vieira duvidava da conservação da monarquia lusa somente a partir de seu poder próprio, pois ela era frágil para fazer frente às despesas de guerras e por isso se sobrecarregava de impostos que desagradava a todos. As províncias pareciam dar mais despesas que receitas e isso se agrava com as invasões holandesas em Angola (principal local de provimento de escravos) e pelo enfraquecimento das rentabilidades dos engenhos de cana-de-açúcar, que padeciam pela falta de mão-de-obra escrava.²⁰

Todos os problemas decorrentes de guerras e perseguições colocavam o reino português na necessidade do retorno dos mercadores judaico-portugueses espalhados pelo mundo afora, que receavam retornar por causa das acusações da Inquisição e constantes ameaças de confisco de seus bens. Com isso Vieira se esforçou para demonstrar que o retorno dos judeus não era contra os cânones sagrados e que pelo contrário, poderia ser uma benção da Providência. Ele bus-

²⁰ Padre Antonio Vieira não condenava a instituição da escravidão, isso era impensável em Vieira no contexto do século XVII. Mas, ele se insere dentro de pregações que religiosos faziam no período, contra a crueldade e maus-tratos dos senhores a seus escravos. Ele dizia que os senhores que tratavam com crueldade e maltratavam seus escravos iam se perder. Para uma visão de Vieira sobre a escravidão e os negros ver o sermão intitulado Sermão XIV (1633), que se encontra on-line [VIEIRA,2011].

cava convencer tanto a cristãos como judeus que o seu retorno era algo profético e apocalíptico dentro do processo de salvação geral.

São nesses “lugares teológicos difíceis”, nas palavras de Alcir Pécora, que Vieira critica o Tribunal do Santo Ofício Português em meio aos tempos difíceis da Restauração. Politicamente e cristãmente, para Vieira, era necessário, realizar uma mudança de estilo na forma de agir do Tribunal, como no que dizia respeito: às acusações abertas e publicadas; à comunicação obrigatória do réu, do crime que lhe havia sido imputado; à abertura do nome de seus acusadores; à busca por livramentos dos réus de confiscos; ao fim da distinção entre “cristãos velhos” e “cristãos novos”; à busca por evitar o desprezo pela mercancia; à habilitação dos judeus para cargos diversos; e à realização da distinção entre os verdadeiros critérios católicos do exame da fé com o vão exame da infecção do sangue. Esta reforma de base, como assinalou Pécora, faria o reino ganhar mais clareza nas ações da justiça e maior utilidade para a fé, pois haveria o fim do horror cometido pelo Tribunal. Com isso, ocorreria também a adesão dos judeus ao catolicismo, o incremento do comércio com gente de maior “cabedal e indústria”, o crescimento da arrecadação tributária, o que seriam meios eficazes de combater Castela (Espanha) e a Holanda.

A primeira proposta que foi feita ao Rei D. João IV em 1643 visava apresentar o “miserável” estado do reino e por isso a necessidade que se tinha de admitir os judeus mercadores que estavam espalhados em diversas partes da Europa. Ele buscava ter do rei, como representante máximo das ações humanas, a ajuda dele à Providência Divina no processo de manutenção do reino português dado os inimigos externos e as necessidades do reino que estava fraco em muitos aspectos, dentre eles o econômico. No campo militar a fraqueza era idêntica, e tal força necessitava de dinheiro para se manter. Vieira asseverava que o rei, como “pai da pátria”, não podia fechar os

olhos para as vulnerabilidades do reino, pois as fronteiras e cidades estavam sem fortificações, os portos abertos, as costas e lugares marítimos desprovidos de proteção e o rio de Lisboa quase sem armada. Urgia-se construir prevenções necessárias para a guerra.

Os holandeses também eram inimigos que exigiam prevenções militares, pois eles, conforme Vieira queriam fazer na Índia a mesma guerra que fora feita em Pernambuco, Angola, Maranhão e S. Tomé.

Vieira dizia que em tempos de paz o cabedal era pequeno e as coisas iam ficar piores nos tempos de guerra, pois seria suspenso o comércio, cessariam as artes, cresceriam as gentes dos lugares, iniciar-se-iam fomes, carestias e outras consequências naturais das guerras. Tudo isso seria difícil pagar sem uma economia mais forte.

Com tudo isso havia uma desconfiança generalizada dos homens de comércio, portugueses e estrangeiros, em manter relações com e em Portugal. Para tanto, Vieira propunha uma melhora nos fundamentos da conservação portuguesa. O remédio de Vieira era trazer de volta à Portugal um grande número de mercadores portugueses, “homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riqueza do mundo”.²¹ E todos, por amarem o reino, desejavam retornar para Portugal e nele exercerem os seus negócios.

A aceitação do retorno dos judeus pelo rei, para Vieira, faria o reino adentrar em um tempo de prosperidade e riqueza não vistas até então, e que por consequência mais importante seria a sua conservação. Uma segunda e não menor consequência seria o enfraquecimento de castelhanos e holandeses, pois os tais comerciantes fortaleciam estes reinos. Viriam também os que estavam morando na França, Itália, Alemanha, Veneza, Índias Ocidentais e outros muitos lugares. Tal retorno enriqueceria Portugal e daria condições para manter os custos

²¹ Cf. VIEIRA, 2002, 266.

da guerra, sem tributos nem opressão dos povos do governo lusitano, e fariam também cessarem as insatisfações gerais com o governo.

A segunda proposta de Vieira em favor aos judeus foi feita também direcionada a D. João IV, e nela o jesuíta versou sobre a mudança de estilo do Santo Ofício e do Fisco, e foi redigida em 1646. Este documento foi intitulado da seguinte forma: *Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, pelo Padre Antônio Vieira sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco em 1646*. Consta que este documento não era exclusivamente de Vieira, mas pretendia ser um requerimento coletivo feito por homens prudentes do país. Antes de qualquer coisa, neste papel Vieira ou os autores, ressaltam a importância do Tribunal do Santo Ofício, introduzido no reino português por D. João III, pelo fato de ter trabalhado pela fé católica pura sem vícios e heresias. Mas, ressalta o texto que a diferença de estilo do tribunal português em relação a outros, de outras nações, leva a muitos inconvenientes. Solicitou que o rei considerasse uma possível alteração no estilo do tribunal, pois isso deveria ser feito por causa da fé, da justiça, e por causa da conservação da monarquia e do reino português. Para tanto, o texto buscará apresentar os inconvenientes e os remédios para os tais problemas.

O primeiro inconveniente seria de ordem social e econômica, e se expressariam em: despovoação de vários locais, pobreza das famílias, mulheres sem marido, filhos sem pais, e todos sem remédio. Tudo devido à confiscação de bens. Todos teriam ficado sujeitos às misérias espirituais, necessidades, etc. Também grandes quebras no comércio, e ainda o fato dos homens de nação que, pelo medo saíram de Portugal levando consigo o dinheiro, o comércio e parte das conquistas.

O segundo inconveniente seria relacionado ao padecimento da fé dos inocentes. Pois se não houvessem saído de Portugal, os filhos dos judeus teriam sido batizados; os adultos também sofrem

de problemas de fé, pois ao saírem de Portugal muitos que eram verdadeiros cristãos, perdem a fé, e mesmo a guardando por algum tempo, logo deixam se circuncidar para afronta da fé católica de Cristo. Se estivessem em Portugal, a estrutura da Igreja e os ensinamentos dos padres, pelo Espírito Santo (terceira pessoa da Santíssima Trindade), os manteriam na fé. Essa seria uma contradição, pois a missão do reino era a salvação das almas.

Outro problema era o fato de os Holandeses e outros hereges que praticavam as “seitas de Lutero e Calvino” se valerem dos recursos dos portugueses que fugiram do reino por causa dos julgamentos da Inquisição.

O terceiro inconveniente seria a inocência no castigo dos bons que sofriam também padecimentos. O texto realça que os ministros do santo officio eram muito retos e os regimentos muito justos e poderosos, mas em se tratando de coisas humanas seria falível, o que faria condenarem inocentes.

A Santa Inquisição estaria condenando o povo que outrora foi de Deus, jogando-o no fogo e confiscando os seus bens. No caso, mesmo sendo reta e justa, a Inquisição portuguesa deveria rever alguns procedimentos nesta vida, que deixar para o julgamento de Deus no futuro, pois com eles estaria praticando injustiça contra bons.

Solicita então, diante destes inconvenientes, uma ação do rei, pois estes problemas estariam afetando o reino, do espiritual ao temporal, e gerando grandes males. Esta ação seria “a maior justificação de vossa majestade, e do reino (...) para aplauso do mundo, como para aceitação dos mesmos vassallos de vossa majestade”.²² Para Vieira, a Espanha teria se firmado como grande potência do mundo favorecendo a mercancia, e Portugal chegou a fraqueza em que estava por que não privilegiou os mercadores.

²² Cf. VIEIRA, 2002, 291.

Vieira cita uma série de respostas dadas à época, alegando as inconveniências da proposta: 1º - Diziam que se encheria Portugal de judeus, e que viriam os pobres, e não os ricos. E os judeus se casariam em Portugal e todos ficariam judeus em poucos anos. Vieira responde que não há negócios que não tenham inconvenientes, e nem Deus, o Todo-Poderoso, governa o mundo sem eles. E segundo o texto viriam os judeus que já estiveram em Portugal e ficariam como antes estiveram. Sem dúvida, não haveria heresia mais contagiosa que o judaísmo, no entendimento de Vieira, mas se em tempos de guerras recebiam hereges de todas as partes, porque não receber os judeus que trariam o dinheiro para o fortalecimento do reino. Para Vieira, o inconveniente do casamento é só o que teria fundamento, pois se pode comunicar com o sangue o judaísmo. A solução seria o rei proibir todos, ou apenas entre os nobres, os tais casamentos.

Vieira termina o seu texto tecendo algumas considerações sobre a iniciativa de enviar o papel ao rei. Disse que não era para o rei o receber como uma diligência de necessidade ou de temor, mas como uma petição e desejo público de muitos juízos doutos, timoratos e zelosos. Eles faziam o requerimento em nome da fé, da justiça e da conservação do reino, com o interesse de ter mais glória de Deus, e para um maior serviço ao rei. Ele disse que não estavam pedindo ao rei sinagogas públicas, liberdades de consciências; o que se pedia era o que era justo, e se não fosse não pediriam. O que importava, eram as vidas, as almas, as fazendas de muitos vassallos do rei, com o intuito de conservação de todos. Por fim pediu, como em uma oração, que o Espírito Santo (3º pessoa da Trindade) guiasse o rei no exame das considerações.

Antonio José Saraiva, em seu livro *História e Utopia. Estudos sobre Vieira*, disse que a maior parte dos historiadores acredita que Vieira, em relação aos assuntos dos judeus e do mercado para for-

talecer o Reino Português, era motivado por questões de ordem patriótica e econômica. No relatório de defesa dos judeus de 1643 ele expõe a realidade que vivia o reino de Portugal: cofre real vazio; comércio do açúcar em baixa; tráfico de escravos nas mãos dos Holandeses, dominantes de Angola; oriente em ruínas; exército inexistente; perigo de ofensiva de espanhóis, etc. Mas, esse autor vai mostrar que as convicções religiosas eram importantes na questão para combater o ponto de vista tradicional dos historiadores. A visão de Vieira, nestas questões, remontaria a um messianismo português proveniente de concepções eruditas e populares, como indicou Antonio José Saraiva. Dentre tais visões, podemos registrar duas: 1 – A declaração de Cristo ao primeiro Rei de Portugal criando e pondo sob proteção divina o império que os descendentes de D. Afonso iriam estabelecer; e 2 – as trovas do poeta Gonçalo Anes Bandarra que anunciava a unificação política e religiosa do mundo, que era uma corrente denominada de neo-cristã inserida em um universo judaico e do Antigo Testamento.

O relato de 1643 é considerado por Saraiva uma obra de “realismo político”. Neste texto, Vieira cita o “rei encoberto”, ponto central nas profecias de Bandarra. Esse rei seria, nessas profecias, ajudado pelos judeus, e aponta que a partir disso viria uma grande felicidade a partir da conversão desse povo ao cristianismo. Conforme Vieira, Bandarra anunciava uma aliança entre João IV (que seria o “rei encoberto”) e os judeus, tudo por obra da Providência. Estaria por trás dos textos de Vieira uma identificação dos judeus com os portugueses, e seria a vontade de Deus reunir judeus e cristãos, sob um mesmo cetro, para gerar um Império Universal e sob a mesma fé.

Naquela época havia uma corrente de pensamento que trabalhava para uma união da Igreja, tanto entre os protestantes e católicos, como entre judeus e cristãos. Tais correntes buscavam convencer aos cristãos a respeitarem os judeus como povo de Deus. Era uma iniciativa contra

o anti-semitismo existente na Igreja. Dentre essas iniciativas, podemos citar a figura de La Prynère, que cunhou um tipo de igreja que agradaria a todos, sem perder de vista as igrejas tradicionais católicas.

Em meados do século XVII, Vieira entraria em contato com Menasseh Bem Israel, um judeu português que escreveu vários livros e que teve influências sobre cristãos portugueses, dentre eles o próprio Vieira. O jesuíta estava de acordo com os judeus em ver o chamado Quinto Império como um reino temporal, que para Vieira era o Reino Português. Vieira disse que os judeus tinham um único erro, a saber: diziam que Jesus Cristo não era o Messias.

A ida de Vieira à Amsterdã e os contatos com Menasseh possibilitaram a ele um contato com uma população marcada por uma interseção do judaísmo e do cristianismo. E o encontro com o sábio judeu Menasseh foi importante, pois informou a Vieira sobre o judaísmo e possibilitou a ele uma discussão sobre a possibilidade de um acordo entre as duas religiões. O jesuíta voltou com uma maior precisão dos dados e pode elaborar a concepção de uma nova Igreja, na qual judeus e cristãos pudessem se sentir bem e à vontade; e também pode constituir uma política que unia num mesmo destino histórico de dimensões universais, cristãos-velhos, cristãos-novos e judeus portugueses.

Considerações Finais

Partindo das visões de um contextualismo,²³ podemos dizer que o estudo de Padre Antônio Vieira não pode prescindir da afirmação

²³ Para um conhecimento sobre o contextualismo radical ver autores como J. G. A Pocock e Quentin Skinner, sendo este último conforme o professor Michael Soubbotnik, praticante hoje de um contextualismo mais moderado. Outros autores que podem ser enquadrados dentro de um contextualismo moderado seriam Sapir e Whorf.

de que ele foi um homem de seu tempo, e suas ideias e propostas buscaram responder a questões e problemas postos naquela época. Este artigo apresentou o quanto Vieira se empenhou em um plano macro do trabalho de catequese dos índios e gentios em geral, no Brasil colônia e em todo o Império português no século XVII. Ele também atuou no plano micro deste trabalho, isto é, no trabalho direto nas aldeias jesuíticas brasileiras. Este segundo assunto mereceria outro artigo, mas o meu objetivo aqui foi mostrar o trabalho do jesuíta junto a diversas frentes no sentido do fortalecimento do Reino Português para que este império, no entendimento de Vieira, cumprisse a sua função e missão diante do Deus Todo-Poderoso, a saber: ser um reino evangelizador, que existiria em todos os seus âmbitos coeso para que a palavra do evangelho chegasse a povos que estavam tendo acesso a palavra de Deus e a mensagem de Cristo naquele momento histórico.

Vieira nasceu em meio à União Ibérica. O seu processo de crescimento na ordem religiosa de Ignácio de Loyola, a Companhia de Jesus, onde entrou ainda criança, foi paralelo com a “Restauração” do reino português em 1640, onde já adulto na fé católica portuguesa, pôde participar ativamente. Participou também de outras frentes que traziam outros impedimentos ao propósito missionário e profético de Portugal e de todas as suas possessões, as investidas de outras nações, onde a principal fora a Holanda.

Nesse quadro, Vieira trabalhou em diversas frentes macro-políticas para a razão maior de sua vida como podemos depreender destes textos. No processo de fortalecimento do Estado português, nos seus sermões (onde era aclamado como um dos grandes oradores sacros de seu tempo) pôde trabalhar junto aos grupos sociais existentes em um Portugal tradicional e de Antigo Regime. Mesmo dentro daquele universo cristão, em cuja tradição se baseava uma série de premissas que justificavam elementos de poder explorados pelas elites tradicionais, tanto da nobreza como do clero, se valeu do próprio evangelho

para trabalhar pelo objetivo maior que eram as condições políticas, econômicas e sociais fundamentais para que o evangelho fosse pregado aos gentios e assim o reino português cumprisse a sua razão de Estado. Ele trabalhou por um reino forte, sábio nas relações externas e internas, com uma máquina moderna, honesta e sem corrupção, pois afinal de contas o roubo é pecado e o roubo de governantes e altos funcionários em um reino que tinha como missão a obra de Deus era mais pecado ainda. Armado com a palavra da salvação e da redenção, que será manifesta no juízo final, Vieira pregou e exortou aos líderes, e também aos colonos, para que agissem com justiça para que o governo do povo e a missão evangélica de Portugal não ficassem ilegítimos e sem dignidade diante de Deus.

Até mesmo as divisões tradicionais e os privilégios nobiliárquicos tradicionais, embasados em interpretações das Escrituras Sagradas e na tradição, eram postos de lado diante do propósito maior do Reino Português. Para Vieira, havia uma responsabilidade grande nos líderes do clero e da nobreza que se valiam das rendas do reino em tempos de bonança, mas que em tempos de necessidade deveriam ser os primeiros a se manifestar com a ajuda, como as próprias escrituras apresentavam. Por outro lado, na edificação da missão nobre de Portugal, os povos, tradicionalmente explorados e vivendo sem privilégios de nobreza, foram elevados a nobres e a príncipes, cooperadores com a grande missão de disseminação do evangelho no mundo novo proveniente das grandes navegações marítimas. Outro elemento em Vieira que pode o colocar à frente de seu tempo, foi a sua exortação por uma máquina administrativa portuguesa moderna, onde o trabalho e a eficiência deveriam ser os critérios do funcionalismo.

O trabalho de Vieira pela conservação do reino português, no sentido de seu fortalecimento e enriquecimento que o muniria de força econômica para enfrentar as guerras contra os hereges e inimigos do império português, foi no sentido de uma mudança de

pensamento com relação aos judeus. Na época, o fato da não crença em Jesus Cristo como o Messias (Cristo) profetizado na história pelos profetas em nome de Deus, fazia dos judeus um povo altamente discriminado pela Igreja Católica. Em Portugal, pelo fato da Santa Inquisição ter uma direção que tratava os chamados “povos de nação” com extrema discriminação, os judeus eram perseguidos, presos, julgados, seus bens eram confiscados, etc. Isso levou este povo se exilar em nações com um pouco mais de tolerância. Mas, na visão de Vieira esse era um erro de Portugal que trazia muitos problemas tanto para as finanças (pois havia muitos judeus que eram ricos e prósperos mercadores) quanto para a evangelização. A unidade, crescimento e bênçãos provenientes da conversão dos judeus, ficariam mais distantes por medidas religiosas e políticas encampadas por Portugal, por intermédio de setores da Igreja.

Nesse sentido, serenamente e sob orações a Deus, Vieira exortou ao Rei de Portugal na época a tomar medidas no sentido de mudar a forma de agir da Santa Inquisição. Alicerçado em profecias e tradições existentes em Portugal, foi além de seu tempo e trabalhou (como fora também objetivo de outros naqueles tempos) por uma missão profética e universal do Reino Português. Representando os judeus na sua volta a Portugal, ressaltou a falta de tino e sabedoria da Santa Inquisição²⁴ portuguesa no trato das coisas temporais, sem, no entanto, desmerecer a santidade daquela instituição nas coisas de cima.²⁵

²⁴ Conforme o Professor Michael Soubbotnik o Tribunal operava uma ação jurídica de julgamento, e a sentença em geral era aplicada por instâncias seculares, temporais daquele tempo.

²⁵ A distinção feita pelo Padre Antonio Vieira com relação a distinção entre o poder espiritual da Santa Inquisição (onde atuava com sabedoria) e a sua atuação errônea no poder temporal remete a um dos principais pontos debatidos ao longo das aulas da disciplina “História das concepções sociais e políticas”, ministrada pelo Professor Michael Soubbotnik (cuja referência completa se encontra na bibliografia deste artigo): as discussões sobre as relações entre

Todas as argumentações inteligentes e bem escritas de seus textos, que se valem aos montes de trechos das Escrituras Sagradas, e embasadas em meditações e interpretações originais, caminham rumo ao horizonte da missão evangelizadora de Portugal. Que era a sua também.

Referências

AULAS DA Disciplina “*História das Concepções Políticas e Sociais*”. Professor Michael Soubbotnik. Entre 26/07/2011 a 15/09/2011. Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Sala de seminários da Pós-Graduação em História – 2º Pavimento do IC III. Vitória, 2011.

BESSELER, José Van Den. *Antônio Vieira. O homem, a obra, as ideias*. 1ª Edição. Biblioteca Breve. Série Literatura. Volume 58. Portugal: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e Ciência, 1981.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução, introduções e notas de Ivo Starniolo e Euclides Martins Balancin et. al. São Paulo: Paulos, 1990.

BÍBLIA SHEDD. Antigo e Novo Testamento. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

CARVALHO, Laerte Ramos. Ação missionária e educação. In: HOLLANDA, Sergio Buarque. (Dir.) *A Época Colonial. Do descobrimento à expansão territorial. História Geral da Civilização Brasileira*. Volume I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, pp.138-144.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

o poder da Igreja (expresso na pessoa do Papa) ao longo da história e dos governos terrenos. Isto é, as relações entre o poder temporal e o poder espiritual. Essa questão perpassou a bibliografia e as discussões operadas, a partir de autores como Santo Agostinho (*A Cidade de Deus*), Dante Alighieri (*A Monarquia*), Marsílio de Pádua (*O Defensor da Paz*), Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*), texto de Lutero e Calvino (onde aparece a ideia de que não seria necessária a distinção entre um governo espiritual e outro espiritual se todos fossem cristãos), Thomas Hobbes (*Leviatã*), dentre outros autores..

PÉCORA, Alcir. In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp.VII-XXVII.

SALETTTO, Nara. *Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas. O início da colonização do Espírito Santo*. Coleção Canaã. Volume 4. 2ª Edição Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo; Governo do Estado do Espírito Santo, 1998.

SARAIVA, Antônio José. *História e Utopia. Estudos sobre Vieira*. Tradução de Maria de Santa Cruz. Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

VIEIRA, Antônio. Sermão de Santo Antonio. (de 1642). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 3-30.

_____. Sermão de São Roque. (1644). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 31-60.

_____. Sermão da Primeira Dominga do Advento. (1650). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 61-89.

_____. Sermão do Bom Ladrão. (1655). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 91-129.

_____. Proposta feita a El-Rei D. João em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Antonio Vieira. (1643). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 259-278.

_____. Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, pelo Padre Antônio Vieira sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco em 1646. In: VIEIRA, Antônio. *Escritos*

históricos e políticos. Estabelecimento de textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 279-368.

_____. *Sermão XIV (1633)*. Disponível em: http://www.dominio-publico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16412. Acesso em: 23/11/2011.

A SAGA DE JUDEUS NO ESPÍRITO SANTO — HISTÓRIA E FICÇÃO SE MESCLAM NOS SONHOS DE NEIDA LÚCIA MORAES E SAMUEL MACHADO DUARTE

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: A partir dos romances *À Sombra do Holocausto*, de Neida Lúcia Moraes, e *As Montanhas da Lua*, de Samuel Machado Duarte, escritores capixabas, procuro fazer um breve estudo da identidade e da diferença entre Literatura e História e falar sobre as diásporas judaicas, os percalços desse povo para conservar o seu estilo de vida e religião e, oriundo de Portugal, mencionar a sua presença no Espírito Santo.

Palavras chave: Literatura/História. Saga de Judeus. Espírito Santo. Neida Lucia. Samuel Duarte.

Resumen: A partir de las novelas *À Sombra do Holocausto*, de Neida Lúcia Moraes, y *As Montanhas da Lua*, de Samuel Machado Duarte, escritores “capixabas”, busco hacer un breve estudio de la identidad y de la diferencia entre Literatura e Historia y hablar a respecto de las diásporas judaicas, los percalces de ese pueblo para conservar su estilo de vida y religión y, oriundo de Portugal, nombrar su presencia en Espírito Santo, oriundo de Portugal.

Palabras clave: Literatura/Historia. Saga de Judíos. Espírito Santo. Neida Lucia. Samuel Duarte.

Una literatura difiere de otra, ulterior o anterior, menos por el texto que por la manera de ser leída, si me fuera otorgado leer cualquier página actual — ésta, por ejemplo, — como la leerán el año dos mil, yo sabría como será la literatura el año dos mil. Jorge Luis Borges (Inquisiciones, p. 158)

* Professora Doutora em Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas, Pós Doutora em Teatro Contemporâneo Espanhol, Mestre em Língua Portuguesa. Membro do Colegiado do PPG/LETRAS/UFES, Membro das academias: AESL e AFESL, da APEES e do IHGES, entre outras instituições culturais.

O Brasil é um país de miscigenação. A sua História oficial faz menção de povos que para aqui vieram, quer sejam os trazidos ou os vindos: europeus (portugueses, espanhóis, alemães, pomeranos, italianos, suíços, belgas, holandeses poloneses) asiáticos (turcos, libaneses, sírios, japoneses, chineses) e africanos.

Na História do Espírito Santo faz-se ligeira menção a essa imigração e se dá mais destaque a imigrantes italianos e alemães. Há romances históricos, ou de leve toque histórico, que acompanham essa relevância. Um exemplo de romances que tratam dessa problemática é *Karina*, de Virgínia Tamanini, que narra a vinda de italianos para Santa Tereza, e outro é *Canaã*, de Graça Aranha, que narra um trágico acontecimento entre famílias alemãs. Porém os escritores Neida Lúcia Moraes e Samuel Machado Duarte, em seus respectivos romances, *À Sombra do Holocausto* (1ª Ed. São Paulo: Lisa Livros, 2010) e *As Montanhas da Lua* (Cachoeiro de Itapemirim: Gracial, 2004, 2 v.), nos apresentam enredos passados no Espírito Santo, que envolvem imigrantes portugueses de origem judaica.¹

Sobre essas obras pretendo falar tanto pelo seu valor artístico, quanto pelas etnias que abordam. Se observarmos os livros de História do Brasil, escritos por autores brasileiros, veremos que o assunto de etnias portuguesas ou luso brasileiras é apresentado de uma maneira superficial, talvez pela proximidade (já que santo de casa não faz milagre) ou por um preconceito de colonialismo. E, quanto ao elemento semita, ignoram o seu caminhar lado a lado no território português, ficando às vezes só alguns apontamentos quanto aos so-

¹ No seu livro infanto-juvenil, o escritor Francisco Aurélio Ribeiro (2009, p. 10) menciona a vinda de judeus da Península ibérica para o Espírito Santo “Mas não foram só os portugueses que vieram para o Espírito Santo no início da colonização. Muitos judeus expulsos da Espanha também emigraram para cá, mantendo engenhos de açúcar ou atuando no comércio como Filipe de Guillén, em 1539, e Francisco Espinoza em 1553 [...]”.

brenomes que, por sua raiz, em geral, retirado de um vegetal ou de um instrumento agrícola, podem ser de antepassados judaicos.

Neida Lúcia Moraes (Vitória-ES – 1929), historiadora e romancista, é a segunda mulher a ingressar na AES e a terceira ocupante da Cadeira 19, cujo Patrono é João Motta. Foi professora da UFES, e exerceu cargos de destaque na administração pública, é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e sócia da Sociedade Portuguesa de Estudo do Século XVIII. Entre as suas obras publicadas, algumas de projeção internacional, estão livros sobre a história do Espírito Santo e os romances *Olhos de vê* (1967), *Sete é número ímpar* (1971), *O mofo no pão* (1984) e *À Sombra do Holocausto* (2010).

Samuel Machado Duarte (Atilio Viváqua-ES – 1934) cirurgião dentista, poeta, cronista, contista e romancista, é o 4º ocupante da Cadeira nº 5 na Academia Espírito-santense de Letras, cujo Patrono é Amâncio Pinto Pereira. É membro efetivo da Academia Cachoeirense de Letras, da Ordem Nacional dos Escritores e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Entre as suas obras estão os romances *Ilha do Fim do Mar*, 1966; *As duas faces de Eros*, 2001, *As Montanhas da Lua*, 2004; e *O Almirante Batavo* (no prelo para lançamento em 2014), esta obra junto com *Ilha do Fim de Mar* e *As duas Faces de Eros*, faz parte da trilogia “*Um Homem/ Uma mulher*”. Escreveu, ainda, o livro de poemas *O Sino Submerso* (1988) e *Eu Pescador*, o livro de contos *Taperas & Coivaras*, (2010) o de crônicas, *Amor de minha Terra* (inédito), e a obra histórica-etimológica, *O Incalistrado – Topônimos Capixabas de origem Tupi* (2008).

Tanto em *À Sombra do Holocausto* (ASH) como em *As Montanhas da Lua* (AML), daqui para frente assim abreviadas, os autores nos apresentam enredos que recorrem a fatos históricos para enxertá-los em seus romances. Isso me leva a discorrer sobre essas duas ciências: a que pretende ser exata e verídica em seu relato, a Histó-

ria, e a que utiliza o recurso de fingir exatidão dos fatos tomando os dados daquela, a Literatura.

Não falamos aqui de identidade, pois como já disse Aristóteles, as coisas diferentes se diferenciam naquilo que se assemelham em determinado caráter comum. Nada é aniquilado nem sufocado pela humanidade. Mas, como os personagens dessas obras têm ascendência judaica/portuguesa, a título de esclarecimento, falarei do povo judeu em Portugal e no Brasil, direcionando-me para o Espírito Santo. Porém, a coincidência de gênero literário, de abordagem de povos (judaico-português/brasileiro), de vivência maior dos personagens no Espírito Santo e de essas obras fazerem referência à Inquisição e à perseguição do povo judeu me motivaram a fazer a presente leitura.

Ir ao passado é um pensamento moderno que está voltado à preocupação do retorno à origem, ainda que não seja feliz essa volta (confrontem pensamentos de Nietzsche e de Heidegger) se deve a um esforço de o homem encontrar a sua identidade, “a história e o tempo nessa repetição que eles tornam impossível, mas que forcem a pensar e o ser naquilo mesmo que ele é.” (FOUCAULT, 1966, P. 372). Mas esse homem que o escritor (re)cria não é o mesmo, nem seu contemporâneo, mas se encontra em seus sonhos e deseja expô-los a um tempo próprio.

As Obras

Neida Lúcia em 33 capítulos de seu romance metaficcional, *ASH* (2010), narra a saga de Nuno, como ocorrida no final do XVII e princípio do XVIII. Trata-se de um jovem panteísta, que amava a natureza em sua beleza e nela via Deus. (p. 222). Para ele Deus era a beleza “o sol, a lua, o vento, a natureza” e tudo o que amava “as águas do rio correndo, os lagos, o mar de Vitória, o verde das matas, os bichos [...]” (p. 23). Por seus pensamentos expostos em lugares públicos e pelas murmurações

que provocavam na vizinhança, Nuno foi, muitas vezes, advertido pelo Padre Albino, o pároco da vila, para que evitasse suas atitudes contestadoras a fim de não chegar esse seu comportamento às instâncias religiosas superiores. O sacerdote aconselhava ao jovem e dizia-lhe que assim o fazia por piedade dele e de sua mãe, ainda que se “horrorizava [...] saber que [...] ele...” negava o espírito misericordioso de Deus” (p. 490).

O temor do Padre Albino não era infundado, pois na metade do século XVII Portugal continuava a “deportar foragidos da-lei e judaizantes para o Brasil” e os “bispos daqui foram autorizados a agir como comissários da Inquisição e enviavam periodicamente a Lisboa, para julgamento, pessoas suspeitas de biagamia sodomia e ação judaizante.” (p. 24 e 25)

Nuno era um agricultor e era um idealista. Tinha uma mente aberta, com filosofia religiosa e política evoluída para sua época. Diferenciava de seus vizinhos, pois sabia ler, interessava-se por estudos e era um ávido leitor. Era considerado na vizinhança como apóstata. Foi acusado de heresia, de estar metido com práticas judaicas e de sua mulher ser feiticeira. Quando questionado pelo clero, por suas sinceras respostas, foi julgado insolente, porque, segundo o inquisidor, discutia os “altos desígnios de Deus”. Sofreu fortes interrogatórios de severos juízes preconceituosos e foi preso, torturado e levado à prisão para Portugal. Seu pai era o português João Ayres de Miranda, um dos participantes das Entradas, promovidas por Francisco Gil (p.26).

Nuno nasceu “na verde e bucólica” Vila “que mais tarde viria a chamar-se Viana” (p.27), em março de 1680² e ali cresceu e viveu num

² Francisco Aurélio (2009, p. 17) faz referência à fundação de Viana. “Em 1813, vieram 53 casais do arquipélago de Açores, num total de 248 pessoas que foram instaladas a cerca de 18 quilômetros de Vitória, às margens do rio Santo Agostinho, e que fundaram o atual município de Viana [...] nome dado em homenagem ao intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana que encaminhou os imigrantes àquele local.”

ambiente de simplicidade, numa época de pobreza no Espírito Santo, devido ao Ciclo de Ouro, no Brasil do final do século XVII. (p.28):³

O ouro continuava sendo o grande chamarisco em terras da região, motivo da chegada de muitos forasteiros e aventureiros que subiam pelo rio Doce e seguiam para as minas gerais. Porém, em Vitória a vida social continuava pobre, inexpressiva. O comércio fraco, o movimento insignificante.

Nuno desenvolveu a sua imaginação com as muitas histórias, inclusive as aventuras de Marco Polo, contadas pelo padrinho o alferes, quem lhe ensinou as primeiras letras e com quem aprendeu doutrinas filosóficas, religiosas e humanitárias. (p. 27). E esses ensinamentos e as leituras que fez o levaram a buscar a verdade, que na sinceridade de manifestar sua inquietação, foi levado à prisão, mas o narrador onisciente, apresenta, no final da obra, a conclusão a que Nuno chegou, depois de todos os sofrimentos passados e após saber sobre o incêndio que houve em Lisboa depois do terremoto:

— Nos quatro cantos do mundo — onde está a verdade? Fui perseguido, preso, torturado [...] eu queria saber sobre a verdade. Fui torturado até quase à morte. Á fadiga total. Eu queria saber sobre a verdade. Porque viam em mim um pecador. Negavam a minha verdade. Eu negava a deles, mas eram poderosos, proibiam-me de pensar e dizer. Fui torturado, precisava sofrer, di-

³ Idem, p. 13. [...] em 1718, a Capitania [do Espírito Santo] foi revendida à coroa portu-guesa [...] haviam sido descobertos ouro e diamantes, no Brasil [... e...] o local da des-coberta situava-se, exatamente, nas terras sertão adentro da antiga capitania dos Coutinho, o Espírito Santo. Isso aconteceu em 1693, mas em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, com terras antes pertencentes àquela capitania. Por decreto real a capitania do Espírito Santo tornou-se uma barreira para proteger as minas de ouro e de diamantes e para impedir a entrada de forasteiros e inimigos de Portugal.

ziam, para que uma luz divina iluminasse a obscuridade do meu cérebro. O sofrimento purifica afirmavam. Se não pensasse e falasse como eles, seria devorado pelas trevas do inferno.

Entretanto morreram eles esmagados, destruídos por uma força superior. Enterrados vivos nas fendas ferventes da terra, o odor tétrico das profundezas.

Cada homem é uma verdade, é dono da sua verdade. Se nos privam do nosso direito inato de pensar e raciocinar, acreditar no nosso absoluto e lutar por ele que significa viver? (p 405-406).

A escritora, ao narrar a história de Nuno, vai preenchendo os espaços claros de um auto de fé, de 26 de junho de 1711, documento encontrado nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, sobre Nuno Alves de Miranda, preso em 6 de outubro de 1710, como ela justifica na introdução da obra.

Mesclada com a vida de Nuno, ou par a par com ela, a romancista vai-se mostrando a historiadora. Rememora fatos históricos e políticos do Brasil anterior à vida de Nuno e coetâneos dele com precisas datas e indicações de vultos históricos. Relembra o enfrentamento com os holandeses e, portanto, o abandono da costa brasileira de Salvador ao Rio de Janeiro, a invasão francesa, o domínio espanhol, as implicações que teve para a economia do país; a imigração de escravos africanos, os movimentos constantes dos inquisidores de Portugal a Brasil e vice versa (p. 25), o terremoto em Lisboa e o conseqüente incêndio e destruição desta cidade, ocorrido em 1 de novembro de 1755 (p 401).

Ainda que a escritora relate fatos da história do Brasil e de Portugal, principalmente do século XVIII, não é um romance histórico, pois ela não conta o que já sabemos e que pode ser encontrado em anais, crônicas ou ensaios. Ela se concentra na história da vida de Nuno Alves de Miranda, preso em 6 de outubro de 1710, da qual exis-

te uma grande lacuna e não se encontra em livros de História de Portugal, do Brasil e do Espírito Santo. Aí está uma grande originalidade.

A História escreve a história do homem, mas a metaficção historiográfica escreve acontecimentos da sociedade e, em *ASH*, a escritora, Neida Lúcia, mantém o contexto histórico, problematiza-o, minimiza a história oficial e coloca em destaque um fato acontecido com um réu brasileiro, e do Espírito Santo, de ascendência portuguesa, o qual se encontrava registrado em um processo, limitado em informações, arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa, e o transforma em um romance com 406 páginas.

A escritora preencheu as insignificantes informações, imaginando situações de possíveis realizações com os “cristãos-novos”, no século XVIII como uma forma de relembrar situações ocorridas com o povo judaico “perdido por este imenso país delineado pelo Tratado de Madrid de 1750” (p. 12). Ela deu vida ao ser, imaginou um amor terno na pré-adolescência, com Raquel, “dos cabelos alourados caídos em cascatas pelos ombros” (p. 39) e um amor carnal da juventude e da maturidade com Mariana, com quem Nuno se casou, e as possíveis perguntas de inquisidores, os sofrimentos, as dúvidas do inquisitado, os amigos que o apoiaram para sair da prisão no Brasil e em além-mar. Cria, para com Nuno, um ambiente de antipatia de conhecidos preconceituosos, que condenavam seu modo de pensar, que o acusavam, criando fantásticas situações que envolviam sua vida e que o levaram aos severos juízes da Inquisição no Brasil e em Portugal.

Para dar verossimilhança aos fatos narrados, a autora precisa a data de nascimento de Nuno, sua juventude e a idade que tinha quando foi preso pela primeira vez para ser interrogado por jesuítas, 22 anos. Ao indicar o local, Colégio dos Jesuítas, em Vitória,⁴ na cidade Alta, faz um encaixe narrativo/histórico da reconstrução da igreja de São Tia-

⁴ RIBEIRO (2009, p. 1, “Em torno de 1730, a vila de Vitória tinha cerca de 5 mil habitantes [...]”

go. À medida que o tempo vai passando na vida de Nuno, o narrador onisciente relembra fatos históricos, mencionando vultos históricos da época em que determinavam as datas, fundindo a vida do homem com a vida da natureza e da sociedade à qual época pertence.

Numa polifonia de vozes, a narradora, usa recursos de monólogo interior para relatar os pensamentos de Nuno (p. 40) ou de Rachel e torna a palavra interior expressiva por meio de um discurso não pronunciado e, onisciente, conhece os pensamentos dos personagens que participam de sua construção narrativa e junto com os relatos da História do Brasil, coloca outros discursos como orações (p. 109; 153), poema folclóricos (p.191), passagens idílicas e sua destruição, numa fusão da vida humana com a vida da natureza. Apesar de esse romance não estar inserido no poético o discurso dele, algumas vezes é poético, principalmente as partes que envolvem os amores de Rachel com Nuno, o da adolescência, ou com seu amor da madures, Pieter, por exemplo, quando o narrador conceitua o amor:

O amor acontecia dentro deles, a atração crescia num frenesi.
Quem pode marcar limites ao amor?
Quem pode desenhar os seus contornos?
Ou enumerar as suas formas?
O amor é infinito porque é a própria emanção de Deus... (p. 324).

Samuel Duarte desenvolve a história de uma família portuguesa de ascendência judaica, que imigrou para o Espírito Santo, no século XIX. Mas, entre a história e a ficção, em um tempo fantástico que retrocede e antecipa, desenvolve de geração a geração quatrocentos anos de história, o que nos faz lembrar a saga dos Buendías de *Cem anos de solidão*, de García Márquez.

O narrador retrocede a história dessa família ao ano de 1481, quando Paolo Del Pozzo, por alcunha Paolo Toscanelli, por ser de Toscana, velho sefardi, converso, que morreu em 1482, em Florença, resolve escrever a Colombo incitando-o a descobrir novas terras para expansão da “nossa Fé” e prossegue até a América, Brasil, Espírito Santo e chega até Ariel, fantasticamente mutação de outros, e seus familiares na metade do século XX.

Toscanelli conhecia o segredo de “calcular a ladeza sem auxílio de astros ou de aparelho” método mais adiantado. Com ironia o narrador apresenta os motivos que levam o sábio a desvendar o seu segredo antes de morrer.

Apresenta o objetivo do sábio, que parece ser muito cristão, no momento em que escreve uma carta a Colombo. Inicia-a com uma saudação piedosa: “Que a Paz e a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo estejam convosco, é o que sinceramente vos desejo” (vol. 1, p. 13). Ele se humilha, mas enaltece outros como conhecedores do mar. Esclarece que o segredo que revelava de seus conhecimentos advinha de uma revelação de Deus, “em muito boa hora”, e que revelava a Colombo o segredo “[...] de bom grado na esperança de ajudar-vos, ainda que infimamente, a realizar a tal Travessia para maior glória da nossa Fé Católica e dos Príncipes que a patrocinarem...” (vol. 1, p. 15).

Ora, a saudação cristã e o desejo de expansão do cristianismo eram uma encoberta de um sefardi. Em sua categoria de converso, com essas expressões, ocultava o seu verdadeiro sentimento religioso, mas o narrador onisciente revela, por meio do pensamento de Toscanelli, para o atento leitor, o real interesse do sábio e a sua verdadeira religião. Em suas reflexões, o sábio se revela sefardi, pois não menciona Jesus, mas “o Senhor Javé” e demonstra que deseja uma terra para seu povo perseguido, pela sorte de quem se preocupa depois da união de Fernando e Isabel, na Península Ibérica: “o destino do Povo estava selado” (vol. 1, p. 16). Na p. 27, o narrador

coloca Colombo, no sul de Portugal, encontrando-se com os antepassados de Ariel, “uma chusma esquelética e miserável que se arrastava pelo caminho de Lisboa”, “gente estranha, metida em mantos pardos, de cabeças pendidas para o chão, deixando entrever, a custo, uns olhos negros e assustados”.

Inquirindo sobre as pessoas que via, Colombo teve conhecimento de que “eram judeus, os sefardins dos reinos espanhóis expulsos de suas terras por Fernando e Isabel e que vinham se homizar em Portugal, pois o rei os acolhia, desde que pagassem a taxa de ingresso...”.

Na p. 28, o narrador onisciente desvenda o pensamento preconceituoso de Colombo para com os judeus, para quem manifesta o seu desagrado: “Eles haviam matado Nosso Senhor”, e aponta sentimentos de uma alma caridosa:

Por isso, todo o mal que pudessem receber, pelos séculos afora, ainda seria pouco. No entanto, lá no fundo de sua alma bem formada e piedosa, ele não conseguia evitar um aponta bem formada e piedosa, ele não conseguia evitar uma ponta de pena daquelas crianças maltrapilhas, a amassar a lama fria do inverno com os pés descalços e arroxeados, ou daquelas velhinhas cambaleantes, abarbadadas com fardos e trouxas, que mal conseguiam avançar em meio à tramontana rude que começava a soprar. Ele os odiava como raça, como pessoas, no entanto, se condoía deles.

Samuel Duarte, nos 60 capítulos de *AML* (2004), distribuídos em dois volumes, engendra Ariel, nascido em Marapé, ES, estigmatizado pelo mistério das asas. O personagem é um ser idealista, imaginativo, íntegro, corajoso e grande leitor que procura descobrir um enigma em sua existência. Nessa busca, ele vai captar a sua história ancestral ao mesmo tempo em que amplia, mediante o enigma do tempo, a história da humanidade, de Portugal, da Argentina, de Israel, da Itália, do Brasil, de Vitória e, principalmente, do sul do

Estado do Espírito Santo (Cachoeiro do Itapemirim, Barra do Itapemirim, Marapé). Inquieto, vivencia guerras, ama e sofre.

Contudo, sua inquietação não se limita à questão do tempo proustiano da memória pessoal, ao contrário, ele amplia o horizonte para o enigma do tempo coletivo, do tempo que gira para olhar o passado, para captar o mistério de sua própria história. Em contrapartida, na busca da verdade, Ariel se aproxima da *Recherche du temps perdu*, pois ela está relacionada com o tempo e nela estão os prazeres e alegria. A sua verdade está na busca da amada na encruzilhada entre o tempo e o espaço. É o tempo redescoberto, o tempo original, que revelará o tempo da eternidade, quando Ariel, agora Capitão Siqueira Campos, no final do segundo volume, é açoitado por seus antepassados, e tem que fugir de Marapé. Ti Libânio o avisou da perseguição que o levaria à morte. Seu fim num dia em que relâmpagos anunciavam a tempestade é misterioso e ocorreu quando compreendeu que não se pode lutar contra o Destino e “em paz com a vida, com o mundo [e consigo mesmo fecha] os olhos e [parte] para as Montanhas da Lua” (p. 284). Também se aproxima da *Recherche...*, pois como Proust, nas conjecturas de Samuel Duarte, não há a procura de um tempo infinito, mas um tempo entrecruzado de amores, de incertezas, de dúvidas, de lutas e de fugas. E o tempo é tudo isso, é a matéria de que está constituído Ariel, ou o próprio autor. E aquele ou este, rememora leituras de Agostinho e Kant:

Em que pese a eles provar que o passado e o futuro careciam de existência, dessa “existência” que é atributo exclusivo do “hoje”, eu acreditava, que o passado tinha existência; quanto ao futuro, concordava com eles. Passei então a me refugiar no passado, a não mais tomar conhecimento do presente do futuro. Meu tempo interior, apesar de acelerado, era o único que me interessava. No meu enorme acervo de “vivências”, eu só evoca-

va as primeiras. E delas apenas aquelas vividas em um determina-do lugar e espaço. Elas estavam tão associadas a ele que comecei a achar que poderia revivê-las se voltasse àquele “espaço”. Voltar ao passado, para mim, significava voltar a ser o que eu fora, modificar o meu “vir-a-ser”, ter uma segunda oportunidade na opereta da vida. Pois o tempo me alquebrara o corpo, atenuara meus ímpetos e aniquilara minhas ilusões mais caras. Desejaria, como Yeats, cuspir na cara daquele Tempo que me arrebatara tudo, até a fé em mim mesmo. (Vol. 1, p. 140)

Na busca da origem, um dos traços do homem, e na construção da saga de Ariel, para fazê-lo verossímil, Samuel Duarte toma como base a historicidade e um tempo que caminha do século XV ao XX, pois a vida do homem tem início muito antes dele conforme esclarece Foucault em *As palavras e as coisas* (1966): “É sempre em relação a um fundo já começado que o homem pode pensar aquilo que vale para ele como origem”.

A vida de Ariel, viajante do tempo, pode ficar inserida na temática da “Oração do tempo” de Caetano Veloso, “Vida da Gente” (“tempo, tempo, tempo, tempo/compositor de destinos/[...] tempo, tempo, tempo, tempo/Por seres tão inventivo/ E pareceres contínuo/ Tempo, tempo, tempo, tempo/És dos deuses, mais lindo”), porque entre o historiográfico e a ficção, o real e o fantástico, ou maravilhoso, dentro de um tempo verossímil, Samuel Duarte, magnificamente, como Crono, absorve o tempo, rompe com ele e o espaço num romance épico-poético, onde o leitor acompanha a angústia de um ser solitário e percebe o grande leitor que é o criador da obra.

Samuel Duarte, por meio das dúvidas, tristezas e anseios de uma vida, rememora as crises mundiais (econômica, política e social), dá ênfase ao crescimento de Cachoeiro de Itapemirim e lugares circundantes e mostra que a humanidade não aniquila nem

sufoca a obra humana, mas a acompanha, pois a vida é uma maré constante entre o existir e a memória.

Em cada capítulo uma surpresa, um avançar e um retroceder no tempo e no espaço de Ariel. Seu nome decorre de uma leitura feita por sua mãe da obra *Tempestade* de Shakespeare. Essa situação climática envolverá a vida deste personagem, no mar ou na terra.

Nas citações de obras e nas intertextualidades, Samuel Duarte se vale da boca de seus personagens para demonstrar a força do passar do tempo. Com esses recursos o leitor percebe o caudal de leituras do autor. Assim, se o nome do personagem principal provém de uma obra, lida por um personagem, a mãe de Ariel, o mesmo acontece com o título da obra, que foi inspirado no poema *El Dorado*,⁵ de Edgar Allan Poe, lido pelo autor. Este poema o leitor encontra citado, na p. 81, do 2º volume, na lembrança, um pouco destorcida de Ariel, também um grande leitor e possuidor de uma memória fabulosa.

Tanto *Tempestade* (Shakespeare, 1988) como *Eldorado* serão suportes para o desenvolvimento do teor maravilhoso-temporal que percorre o livro, na metáfora do tempo, seja nos ciclones atmosféricos e pessoais que o personagem enfrenta, seja na busca de sonhos, que as palavras de Próspero, em *Tempestade* refletem: “[...] somos feitos de mesmo material que os sonhos e nossa curta vida acabam num sono”.

⁵ Eldorado de Edgar Allan Poe – Tradução de Oscar Mendes e Milton Campos: Brilhantemente armado/ Cavaleiro loução,/ que andava ao sol e andava à treva,/ cantando uma canção/ Havia longamente procurado/ Pelo caminho que a Eldorado leva./// Mas como envelhecesse,/ do cavaleiro ousado/ A alma ficou envolta em treva,/ Por não ter encontrado/ Um lugar que, de leve parecesse/ Ser o caminho que a Eldorado leva.// E, já sem energia,/ Em seu último instante,/ Um vulto viu, feito de treva./ “Dize-me, ó sombra errante”/ - implorou - “onde achar eu poderia/ Esse caminho que a Eldorado leva?”/ “além das Cordilheiras/ Da Lua, na amplidão/ Desse colossal Vale da Treva/ Responde-lhe a visão/ “cavalga ousadamente, sem canseiras;/ Lá está o caminho que a Eldorado leva!”

Na maioria dos capítulos predomina a primeira pessoa, onde o leitor vai encontrar as experiências diretas e buscas de Ariel. E a obra, como um ouroboros — a morte e reconstrução, um círculo do eterno retorno — procura mostrar a eterna inquietação do homem. A narração inicia com a apresentação do personagem surgindo, em hora imprecisa, em São Felipe, com um anúncio de um temporal à espera de partir para uma “terra sem retorno”, em uma situação semelhante à que acontecerá no volume 2, p. 283, quando perseguido e a conselho de Libânio, voltou para o lugar em que “havia brotado”, e sob o manto negro da tempestade, “parte para as Montanhas da Lua”, a sua libertação.

Podem me chamar de Ariel; tempos atrás eu acrescentaria: “sem medo de errar”. Se hoje não acrescento é porque já não tenho certeza de mais nada. Nem mesmo por mais absurdo que isso possa parecer, do meu próprio nome.

Devem ser por volta das nove da noite e estou sozinho, sentado à porta da cabocla Delaura, a uns escassos vinte quilômetros de uma cidadezinha chamada São Felipe. Há um temporal se formando no quadrante sul. Eu o espero com uma certa impaciência, porque sei que com a sua chegada, irei embora. Para aonde? Eis algo que não sei. Porém desconfio que seja para essa terra sem retorno a que chama de Morte. (vol. 1 p. 18)

Na problemática de um indivíduo que marcha em busca de si mesmo, num processo de busca de significação, numa realidade descontínua, base da constituição de *AML*, há ironia.

Literatura e História

O romance latino-americano — insiro aqui a produção no Brasil e nos países hispânicos — nasceu comprometido com a realidade

de social. Nessa tendência, aparecerão narrativas com uma releitura da História que se aproximam desta quanto ao preenchimento de vazios, mas dela se diferenciam ao incluir, em sua arte, lacunas que proporcionarão uma reunião de verdades e mentiras. Como bem disse Bella Jozef, (1990, p. 33) “A arte narrativa confere uma voz ao que a ‘história negou, silenciou ou perseguiu. Com isso se estabelece uma crítica da arte e da História dentro da própria obra.”

A História, como ciência fatural, formula enunciados explicativos acerca de eventos singulares, pertencentes ao passado, comprovados por documentos. A narrativa, ao contrário, não precisa de aprovação dos fatos, vê na fábula o seu principal objetivo. Na *Poética* (1989), Aristóteles diz que a poesia trata do universal, do possível, com verossimilhança e a história do singular. Segundo ele, é preferível impossível/ verossímil a possível/ incrível.

O problema central da narrativa é a causalidade. Ela responde a por quês. Finge ou dispõe de uma concatenação de motivos que propõe não discordar daqueles do mundo real, utilizando um processo mágico e lúcido. Une verdade empírica e ficção, fazendo a associação entre locução impessoal e objetiva da narração e locução interpessoal e subjetiva do discurso do narrador e dos personagens. O jogo que o discurso narrativo faz entre verdade e mentira, não deixa de ter o apoio da *Poética* de Aristóteles, que apregoava que o ofício de poeta não é o de contar as coisas como sucederam, mas como desejaríamos que tivesse acontecido. O narrado consiste, na concepção de Eco (1997), em muitas possibilidades interpretativas, de maneira a induzir o receptor a uma série de “leituras”. Pois uma obra pode nos levar a tendências de um presente de uma determinada cultura e de um período.

A História tem uma dupla função: uma edificante, de fins pedagógicos e outra lúdica, devido à sua capacidade de contar histórias, estimulando a imaginação, e ao seu caráter lúdico. Neste aspecto se

aproxima da Literatura e a ela serve. Esta toma daquela os elementos que lhe dêem um aspecto verossímil para melhor expressar sua cosmovisão. O verossímil é o termo médio entre falsidade e verdade. Platão, em *Fedro*, diz que a verossimilhança domina o espírito pela semelhança que tem com a verdade.

A História é a ciência do passado e possui o conhecimento de certa realidade. Ela reconstrói imagens plausíveis. Segundo Cervantes (*Dom Quixote*, vol 2, cap. II), o historiador é um “sábio nigromante”, pois para ele “nada se encobre quando quer escrever”. O historiador procura compreender o remoto, reanimando-o reconstruindo-o por via indireta. Ele parte de um texto visível e faz dele uma tradução. No seu discurso, há impressões possíveis, pois busca a fidelidade de uma longínqua época, a que quer resgatar, e, ao aproximar-se dos pensamentos de homens do pretérito, varia de ponto de vista de acordo com a época em que próprio se situa, pois não encontra da outra a sua “tradução”. Assim, por exemplo, a visão do Descobrimento da América não é a mesma nos vários séculos em que foi explicada essa peripécia histórica.

Por outro lado, no historicismo, o ponto de vista do escritor está nos fatos petrificados e se põe a classificá-los e as coisas que os compõem, sem levar em conta o processo social contínuo de transformação. Ele se contenta em fazer um nexos entre vários momentos da história. Analisa os fatos passados, mas vendo-os à luz do presente, como um sempre igual, um eterno presente. Essa é uma concepção linear que aparece nas teses sobre Filosofia da História e que tece considerações sobre a história dos vencedores opondo-se a dos vencidos, baseada na ruptura e não na continuidade.

Os escritores recorrem à História, ao referente real, nosso mundo com existência própria fora do texto. Reescrevem a história dando-lhe uma individualização estilística própria de cada recriador, torna-a a imagem de um mundo construído pelo texto, fornecendo-

lhe um ambiente verossímil capaz de causar um efeito de realidade, ou não, por meio de técnicas adequadas. O texto produzido remete ao mundo “real” e a outros escritos que são decifrados pelo leitor e que intervirão na compreensão e na interpretação que ele terá.

As fronteiras que separam a História da Literatura são influenciáveis. Elas se rompem para adquirirem pontos em comuns. Mas o jogo verdade/mentira surge em relatos como, frequentemente aparece no *Quixote*. Desde o prólogo da primeira parte, quando o narrador/autor classifica a história do “famoso” *Dom Quixote de la Mancha* como “sincera” e “verdadeira”, os três atributos são falsos, tanto o do cavaleiro, como o da sua história. E, segundo Platão (*Fedro*, p. 182), um discurso escrito, não importa qual seja o assunto, contém grande número de fantasias.

O questionamento falso e verdadeiro no *Quixote* se refere à narrativa e também à loucura do personagem. Há sempre alguém testando a sanidade do herói. Há explicação da realidade/ ficção entre os próprios personagens julgando outros de falsos/ verdadeiros, como faz Dom Quixote, o personagem central, explicando a verdade da existência dos cavaleiros andantes. Sem dúvida, Cervantes põe em questão dois pontos inerentes à narrativa: histórias são formas de linguagem. Pois tanto a história quanto a ficção ao se fazerem, estabelecem uma relação espaço-temporal entre fatos empíricos e efeito do real. Ambas selecionam, reúnem e organizam matérias diversas para produzir uma narração. Em fim a História serve à Literatura e esta toma daquela os elementos que lhe dêem um aspecto verossímil para melhor expressar sua cosmovisão. Pois o que se perdeu na História só pode ser encontrado na ficção. Esta entretém, mas nesse papel leva os leitores a analisar a versão dos fatos dados pela História e, como acima dissemos, preenche os vazios deixados por aquela. Na “verdade” da arte, a realidade externa é irrelevante, pois ela é a criadora de sua “realidade”, enquanto a “verdade” da história se encontra

em “realidades” externas completas e profundas, tendo em vista a reprodução da realidade absoluta de fatos do passado.

Sobre a “verdade” de a realidade da fábula conter elementos inerentes do criador, Unamuno (1989 p. 128-129; 193) escreve que tudo o que se escreve tem um caráter autobiográfico. Todo o ser criado, todo personagem, faz parte do autor que o criou: romances, poemas, os vultos históricos que o historiador descreve, a impessoalidade é uma mentira. Para ele os grandes historiadores são autobiógrafos, pelo amor e admiração que consagram na descrição dos personagens históricos. Quando lemos não separamos um personagem de um autor, os dois adquirem realidades. O leitor se faz autor. Quando alguém lê um romance se torna romancista. Quando o homem lê história, é historiador. Ele é leitor, autor do que lê e está lendo. Todos os personagens são o próprio criador. O leitor penetra no pensamento alheio e o torna próprio dele, ele transforma-o em sua própria verdade. “Y jamás se ha sentido Dios más creador, mas padre, que cuando murió en Cristo, cuando en él, en su Hijo, gustó la muerte.” [...].

Pelo exposto pode-se concluir que tanto em *ASH* quanto em *AML* há verdades e mentiras, há fantasias e peculiaridades pessoais dos autores em suas respectivas obras.

Quanto ao discurso, a História e a Literatura diferem, na medida em que o discurso histórico possui *shifters* de escuta (Barthes, 1987) como elemento testemunhal, tais como “ouvi dizer”, “tanto como sabermos”, etc., ao nível da língua, o literário só o coloca para conseguir o verossímil, logo ao nível do narrado. O discurso histórico, além do acontecimento relatado, menciona, ao mesmo tempo, o ato informador, a fala do enunciante que a ele se refere e os *shifters* de organização; quando este organiza o seu próprio discurso, retoma-o numa palavra, por exemplo, “sobre ele não diremos mais”, “como dissemos acima”. Estes *shifters* trazem a ficção dos tempos da enunciação e da matéria enunciada, que dá lugar à aceleração da história

com uso de número igual de “página” para espaço de tempo variado. Esse *shifters* incide no processo de enunciação.

O historiador parte dos materiais históricos, das fontes, e não dos fatos. Com estes vai construindo os acontecimentos históricos, à medida que vai selecionando o material pesquisado. De acordo com o critério de valor, vai elaborando fatos e reconstruindo o passado com base no que ele considera de importância na contemporaneidade histórica que objetiva contar. Entretanto o discurso da literatura se prende à consciência estética e à concepção de literatura presente naquele momento, na realidade em que o autor vive ou que é relatada. Isso permite ao escritor, de acordo com o seu ponto de vista, responder artisticamente aos problemas dessa realidade e reproduzir um discurso específico desta, não dos acontecimentos “efetivamente vividos”, mas dentro das possibilidades humanas, tendo como base uma determinada realidade histórica: tanto a atual, na qual o escritor, inclusive, está inserido, como, a partir da atual. Também possibilita a quem escreve apresentar possibilidades humanas do passado, com a finalidade de desenhar a perspectiva de uma existência e não a realidade de uma sociedade como faria a História. A ficcionalização da história, realizada pelo romance, admite a reescrita e a resignificação de fatos que configuram a história do país, reinserindo-a, no concerto dos discursos que projetam múltiplos olhares sobre os referentes históricos do passado e do presente, mantendo sempre um distanciamento crítico tanto em relação aos intertextos quanto ao que tange suas próprias formulações.

A História responde às exigências de autenticidade como ciência; e a narrativa literária, a autenticidade como verossimilhança, além de apresentar correlação com o gênero e com o sistema no qual e com o qual está em analogia.

Na segunda parte do *Quixote* (1978, capítulo II, p. 326), em um diálogo com o bacharel Sansón Carrasco e Dom Quixote, Cervantes explana sobre verossimilhança, ao dizer:

(...) para compor histórias e livros, de qualquer gênero que sejam, é mister grande juízo e maduro entendimento; dizer graças e escrever donaires é de altíssimos engenhos. A mais discreta figura da comédia é a do povo, porque precisa de o não ser quem quer fingir de tolo. A história é como que uma coisa sagrada, porque tem de ser verdadeira, e onde está a verdade está Deus enquanto verdade; mas, não obstante, há pessoas que compõe e produzem livros como quem dá “pihitos” (*bolinhos fritos*).

Sendo a História uma construção discursiva e simbólica, cabe ao leitor produzir o seu sentido, preencher os silêncios dela, fazendo-os os mais verossímil possível em relação ao ponto de observação em que se situa, pois a verdade da história é o que se julga ter acontecido e não o que sucedeu, segundo Borges. (*Ficciones*. p. 57). E é à História, “as coisas reais”, que os leitores/ autores recorrem para dar voz aos oprimidos, marginalizados, “às pequenas coisas” silenciadas pelos cronistas/ historiadores, já que “[...] estão feitas de matéria ou de energia” [...] porque as “coisas artísticas são — como o personagem dom Quixote —, de uma substância chamada estilo. Cada objeto estético é individualização de um protoplasma — estilo. Assim o indivíduo Dom Quixote é um indivíduo da espécie Cervantes.” (ORTEGA Y GASSET *ibid.* p. 58).

Depois desta explanação e, a partir dos conceitos comparativos apresentados entre o texto histórico e o texto ficcional, passo a falar sobre o caminho percorrido pela imaginação dos autores de *ASH* e *AML*, sobre a diáspora judaica.

A Saga dos Judeus da Península Ibérica ao Espírito Santo

Na história do povo judaico encontram-se menções de muitas perseguições em épocas e terras diversas. Muitos foram oprimidos e, em muitos lugares antissemitas, tentaram eliminá-los, por expulsão ou genocídio. A história da perseguição, que resultou num massacre de judeus, não mencionando o tempo a.C, mas os primeiros anos d.C, começa na Primeira Cruzada, prossegue na Inquisição espanhola e na portuguesa, com as perseguições e autos-de-fé contra os cristãos novos e marranos; os massacres cossacos na Ucrânia, as perseguições na Inglaterra, na França e na Alemanha; para atingir o ápice com Adolf Hitler, no século XX.

E o narrador de *AML* relata acontecimentos fatais, em Portugal, para os judeus, que afetaram a vida de antepassados de Ariel:

Dom Manuel promulgou, em dezembro de 1496, a lei que obrigava os judeus a deixar o país no prazo de dez meses sob pena de morte e de confisco, e lhes indicou o porto de Lisboa como única saída possível. Somente os mais ricos o fizeram. Embarcaram com todos os seus haveres para a Holanda ou para os reinos mouros da África do Norte, da Turquia, nos quais — coisa inaudita — eram mais bem tratados que em terras ditas cristãs. Os mais pobres se desesperavam quando o rei, vendo escapar-lhe fortunas inteiras e a morte a levar-lhe a sanguinária espanhola, teve um assomo de sensatez, voltou atrás e promulgou outra lei proibindo-lhes a emigração e obrigando-os a aceitar o batismo cristão ou a enfrentar a pena capital. Sentira a pressão da Contra-Reforma a exigir que todos os reinos convertessem imediatamente os seus cidadãos mouros e judeus. Logo depois, continuando seu acesso de lucidez, baixou leis de proteção aos neoconvertidos e proibiu qualquer inquirição sobre seu passado religioso. Surgia a figura do “cristão novo”.

Era tarde, porém. Por toda Europa, a segregação começava. Apareceram os primeiros guetos. O espírito dos “pogroms” medievais

revivia. A plebe, possuída por um catolicismo fanático e primitivo, acostumara-se a pôr nos judeus a culpa por sua miséria e infelicidade. Apareceu a figura do “marrano”, do cristão de fachada e judeu na intimidade dólara. Nem esses, porém, estavam a salvo do ódio da população. E bem antes de João III e do Santo Ofício, ocorreu o massacre de 1506, página negra da História Portuguesa. O rei mandou punir os responsáveis e até 1536, com o advento da Inquisição em Portugal, os cristãos novos desfrutaram de um pouco de paz, exceção feita às costumeiras demonstrações de intolerância por parte dos cristãos velhos.

Por essa época, após passarem por alguns dias em Lisboa, os Elazar, retornaram a Torres Vedras dizendo-se batizados e com nomes cristãos. [...]” (DUARTE, S., 2004, v, 1, p. 50-51)

Quanto ao povo, é heterogêneo, devido às suas migrações e permanências entre povos variados. Por isso tem um alto índice de miscigenação, possuindo traços típicos de diferentes povos.

Tanto na Espanha quanto em Portugal, e por extensão no “Novo Mundo”, de hoje, existem pessoas que trazem no sangue um pouco do gene judaico, apesar de terem dificuldade de detectar seus próprios ancestrais.

Os judeus chegaram ao sul da Península Ibérica, antes de Cristo, junto com os fenícios, no tempo do rei Salomão. No período do Império Romano a emigração judaica chegou até os territórios de Portugal de hoje. Fatos catastróficos, como os incêndios ocorridos em Jerusalém nos anos 70 e 135 d.C, contribuíram para o êxodo do povo judaico que teve na “Hispania” um bom acolhimento. Ali cresceu e prosperou até o século XI e XII. Vestígio de suas culturas se encontra na literatura espanhola nascente e em documentos. Sua influência se projetou na etnia e nos aspectos culturais, políticos e sociais.

Os judeus pagavam caros tributos para terem seu estilo de vida aparentemente tranquilo. Pagavam também altas taxas nos emprés-

timos compulsórios e, sobretudo, em impostos sobre gados, pastagem, colheitas, mercadorias, animais abatidos, etc. Além disso, eles tinham que zelar e cuidar da estrutura local, como construir pontes e abrir estradas. Muitos trabalhavam em diversos ofícios como alfaiates, sapateiros, ourives, tecelões, funcionários públicos, médicos, etc. Sua prosperidade levou-os a criar um banco para empréstimos.

Na área peninsular os judeus e seus descendentes foram levados a abdicarem do judaísmo e a se converterem ao catolicismo para poderem lá permanecerem e, nos finais do século XV, tornaram-se sob a jurisdição da Inquisição, introduzida na Espanha (Castela) no final do século XV e em Portugal em 1536, controlados em sua sinceridade de fé católica. E o narrador de *AML* conta esse procedimento acontecido com os antepassados de Ariel depois do batismo, com o esclarecimento que o patriarca dos Elazar dá aos filhos revoltados com essa imposição:

[...] o Deus dos cristãos e o nosso Javé são a mesma Pessoa porque não há, na eternidade, uma profusão de deuses, um para cada raça. Se ele nos parece rancoroso e cruel, é porque os cristãos o imaginam assim e, em Seu nome, fazem todas as más obras possíveis. Quanto a vergarmos de joelhos às suas imagens, é coisa que jamais faremos e que eu não exigirei de vós. Nem que façais o renegado sinal-da-cruz. Porque, vê bem, se o profeta Joshua houvesse morrido na forca, haveria sentido em se fazer o “sinal da forca”? Como vês, é um costume que carece de mais elementar bom senso. Além disso, seremos cristãos para o exterior, para fora de casa. No recesso do lar, no fundo do coração, continuaremos a servir Javé que, na sua infinita misericórdia, perdoarão pequeno embuste que empregaremos para salvarmos o nosso corpo. O corpo é o templo da alma. Urge preservá-lo [...]. (DUARTE. S. 2004, v, 1, p. 53)

No mundo ibérico dos séculos XVI, XVII e XVIII, todos os judeus remanescentes, os clandestinos, tinham que disfarçar as suas práticas e seus sentimentos religiosos. Vistos como o diferente, por sua peculiar cultura, tradição e costumes guardados pela Torah. Ocidentalizados, tornaram-se os sefarditas e mais tarde adquiriram o nome pejorativo de “marranos”.

Os descendentes dos judeus convertidos nem sempre se mantiveram fieis ao judaísmo e não eram considerados por outros, como judeu. Mas estavam sujeitos a diferentes formas de discriminação por causa da sua “impureza de sangue”, e suspeitos em matéria de fé. Em obras cervantinas, como o *Retábulo das Maravilhas* e *Dom Quixote*, podemos detectar a presunção de provar a “pureza de sangue”. Mas muitos cristãos-novos, falsamente foram acusados, por inimigos ou rivais, da prática secreta de ritos e cerimônias judaicas, aparecendo como “judaizantes” nos registros da Inquisição. E os procedimentos desta eram tais que um cristão-novo falsamente acusado de reversão ao judaísmo dificilmente conseguiria provar sua inocência. De resto, a tentativa de fazê-lo era tão arriscada que muitos preferiam oferecer aos inquisidores uma confissão falsa, incluindo uma lista imaginária dos seus cúmplices. Podiam, assim, ter alguma esperança de se livrarem do cárcere apenas com o confisco dos seus bens e outras penas relativamente menores, em vez de serem condenados à morte como *negativos*. Em tais circunstâncias, nem as confissões relativas às próprias crenças ou práticas judaicas, nem as informações fornecidas a respeito de outros cristãos-novos poderão, *a priori*, ser consideradas fidedignas. Havia cristãos-novos ibéricos que mantiveram, clandestinamente, um pouco de sua prática religiosa judaica.

Mas as mesmas acusações eram dirigidas contra os descendentes desses conversos que, apesar de terem sido batizados como católicos, eram suspeitos de terem sido educados em segredo como judeus, de se manterem fiéis à “Lei de Moisés” e de praticarem ritos

e cerimônias judaicas. Nesses casos, considerava-se o comportamento uma apostasia e podiam ser punidos pela Inquisição como hereges e, muitas vezes como bruxos e feiticeiros. Foi, precisamente, a necessidade de perseguir e extirpar tal heresia entre os cristãos-novos que serviu de justificação para a instituição da Inquisição.

O narrador de *ASH* destaca situações em que causas de calamidades públicas ocorridas por efeitos da natureza e por enfermidades epidêmicas eram julgadas efeitos de bruxarias:

A gente do lugar levou o caso ás autoridades eclesiásticas que resolveram interrogar as mulheres. Genoveva negou nenhuma participação na catástrofe, chorando muito e Manuela desmaiou, depois de negar veemente a responsabilidade pelos acontecimentos. [...] as duas foram trancafiadas, sem comer, nem beber, em celas diferentes [...] (p. 181)

Neste sentido, todas as relações entre a Inquisição e os judeus eram conflituosas, de tanto aqueles que claramente se mostravam judeus, como aqueles que mantinham a prática religiosa clandestinamente.

Sobre esse aspecto tanto em *ASH* como em *AML* esse aspecto é mostrado. Porém no primeiro romance, *ASH*, há maior dramaticidade, nas perseguições e fugas, nos esforços dos amigos para libertar o acusado, que procura tão somente a verdade. As situações de prisão e interrogatórios ocorrerão no Brasil, iniciando-se o processo em Vitória, ES. Mas a continuidade desse processo ocorreu em Portugal, ficando reservado à Holanda o ponto de salvação. Quanto ao segundo, *AML*, o drama da perseguição e fuga ocorreu em Portugal, no século XV, mas é no século XX que, no interior de Ariel, se encontra a busca de identidade. Assim, batizados, os Elazar se tornaram Oliveira. O avô de Ariel veio para o Brasil no Lidador, e depois de um naufrágio, chegou à Barra de Itapemirim até chegar a Cachoeiro. Mais tarde, estabeleceu-se em São Filipe (Marapé) onde

nasceu Ariel e onde ocorrerão atuações de personagens que são como antecipações e continuações dele.

Os romancistas conseguem criar para o leitor um mundo fictício num mundo real com diáfanos limites, proporcionando um mundo real completo e consistente.

Em *AML* não há delimitação de fronteiras entre fictício e não fictício que se desenvolvem ao longo dos variados tempos e se fazem presente na existência do ser Ariel. Em *Confissão* (XI, 15, 20) Agostinho explica que os tempos, sucessão contínua de instantes individuais, são três: o presente dos fatos passado (memória), o presente dos fatos presentes (visão) e o presente dos fatos futuros (a espera) que existe na alma, logo memória e espaço estão dentro do tempo.

Cada romance é um plano ideal. O mais frequente do romance *ASH*, de Neida Lúcia Moraes, é o emprego do tempo linear, dispondo paralelamente o tempo do relato e o da história ordenados de acordo com a sucessão cronológica. Enquanto em *AML* Samuel Duarte adota o emprego de um tempo subjetivo dando oportunidade a que o leitor reconstrua o tempo efetivo em que aconteceram os fatos. A história de Samuel é atemporal. Diferentes acontecimentos ocorrerão em tempo e lugares múltiplos. Os níveis temporais se entrecruzam uns com os outros e com olhares para trás para levar o leitor a percorrer a dinastia judaica até Ariel. Há um relato básico, nascimento de Ariel, em Marapé (São Filipe), identificação de seus pais e morte da irmã, mas esta história se mescla com outras que indicarão a eternidade do personagem que, num renascer mítico, mutante, guerreiro, furioso, como uma tempestade no alto mar, busca incansavelmente, o “caminho que a Eldorado leva”.

Enquanto a anlepes da narrativa de Neida Lúcia Moraes serve para compreender melhor o momento histórico passado, para chegarmos a compreender a época em que viveu Nuno, a da Inquisição, no Espírito Santo, no Brasil e em Portugal e a situação

da Holanda, na acolhida aos judeus, para onde Nuno, ao fugir da prisão de Lisboa, foi viver e passar o final de seus dias com Mariana, a mulher amada.

Logo de Portugal ao Espírito Santo percorrem as dinastias dos Elazar, batizados Oliveiras, e dos Ayres de Miranda. Estes, a partir de uma vida idílica, laboriosa, em uma vila nos arredores de Vitória, ES, tomados pelo sofrimento, exilaram-se na Holanda. Aqueles se dividiram em os que permaneceram em São Filipe e, Ariel, misteriosamente desaparecido, ou melhor, exilando-se em As Montanhas da Lua.

Referências

JOZEF, Bella. Literatura e História: um diálogo de texto. In: *Revista América Hispânica*. Ano III, jan./jun., Rio de Janeiro: SEPHA Fac. de Letras /UFRJ, 1990. p. 33.

ARISTÓTELES. *Poética*. Barcelona: Edimusa, 1989.

BARTHES, Roland. O discurso da história. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 121-120.

BORGES, Jorge Luis. *Inquisiciones*. Madrid: Alianza, 1985.

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUARTE, Samuel. *As Montanhas da Lua*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracial, 2004, 2 vol.

ECO, Umberto. *Obra aberta. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70, 1966.

GUIMARÃES, Marcelo M. *A Presença dos Judeus na Península Ibérica*. Disponível em: http://www.anussim.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=27

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo. História. Teoria. Ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

MORAES, Neida Lúcia. *À Sombra do Holocausto*. São Paulo: Lisa Livros, 2010.

ORTEGA Y GASSET. *Meditaciones*. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

ORTEGA, KANT, HEGEL, SCHELER. Madrid: Alianza, 1982.

OLIVEIRA, Ester. Ema, la cautiva. *América Hispânica*, ano 3, jan/ jun 1990, p. 75-90. Rio de Janeiro, SEPRHA.

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. História na Literatura: realidade ou ficção. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. n. 50 (junho de 1998). Vitória: IHGES, 1998, p. 226.

PLATÃO. *Diálogos*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/ d.

ROWLAND, Robert. *Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição*. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi20/topoi20_12tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf

RIBEIRO, Francisco Aurélio *Os povos que formaram a minha terra*, São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2009.

SHAKESPEARE, William. A tempestade. In: *Obra completa*. Nova versão anotada de F. Carlos de Almeida et. tal Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, 2 vol, p. 911-964.

UNAMUNO, Miguel. *San Manuel Bueno, mártir. Cómo se hace una novela*. Presentación de Paulino Garagorri. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

ORIGEM DAS FAMÍLIAS SIMONETTI E VILLA¹

*Ormuz Barbalho Simonetti**

A família Simonetti tem origem na pessoa do cidadão genovês, Giovanni Baptista Simonetti que desembarcou no porto do Recife, por volta do ano de 1820, na companhia do Pietro Nicoláu Villa, seu compatriota, também, da mesma região da Itália. Esses dois jovens aventureiros, na casa dos seus 20 anos, possivelmente fugiam da falta de empregos em seu país. Aqui chegaram cheios de esperanças de encontrar no distante Brasil, uma nova e próspera vida para si e seus descendentes.

No Recife, Giovanni passou pouco tempo. Sobreviveu nesse curto período realizando pequenos serviços e se utilizando das poucas economias que amealhou antes de atravessar o Atlântico. Os dois amigos permaneceram sempre na cidade, ao contrário de outros imigrantes que adentraram ao interior para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar.

Em conversas com outros imigrantes, Giovanni ficou sabendo que no Norte do país havia muitas terras devolutas e as possibilidades de ganhar dinheiro eram maiores do que na agitada Recife da época. Resolveu se aventurar naquela região, ainda pouco habitada, principalmente por imigrantes. As imigrações no Brasil ocorreram principalmente em três regiões do País. Na região Sul, através do porto de Santos; na região Leste, pelo porto do Rio de Janeiro e no Nordeste, nos portos de Salvador e Recife.

Entre os anos de 1822 e 1824, o italiano Giovanni despede-se do amigo Pietro e toma uma barça no porto de Recife com destino ao Norte do país, possivelmente para cidade de Belém do Pará. Em uma

¹ Matéria publicada no JORNAL DE HOJE, edição do dia 23 de julho de 2010.

* Presidente do Instituto Norte-Riograndense de Genealogia-INRG, membro do IHGRN, membro correspondente do IHGES e da UBE-RN

noite chuvosa na altura das praias de Tibau do Sul e Pipa, a barça em que viajava naufragou. Giovanni conseguiu se salvar e chegou até a praia de Tibau do Sul, naquela época, uma pequena aldeia de pescadores.

Dias depois e já recuperado, partiu para a cidade de Goianinha, 25km ao Leste, e lá permaneceu por toda sua vida. Em 1825, contraiu matrimônio com Gertrudes Guilhermina Barbalho, filha do casal Antônio José da Costa Barbalho e Maria Germana Freire do Revoredo, esta, filha do capitão-mor Bento Freire do Revoredo, o mais rico proprietário da região com terras que se estendiam pelos municípios de Goianinha, São José de Mipibú e Papary, hoje Nísia Floresta.

Dessa união entre Giovanni e Gertrudes nasceram nove filhos: Antônio Temístocles Simonetti; João Baptista Simonetti; Benjamin Constant Simonetti, meu trisavô; Américo Vespúcio Simonetti, ramo da família que se desenvolveu nas cidades de Açú e Mossoró, da qual descende monsenhor Américo Vespúcio Simonetti, pároco da Igreja de Santa Luzia, em Mossoró, falecido aos 79 anos em junho de 2009; Genuíno Ibraim Simonetti; Adelina Simonetti; Rosália Simonetti; Maria Amélia Simonetti e Anna Augusta Simonetti.

Giovanni iniciou sua vida em Goianinha mascateando, profissão muito comum na época e que foi exercida também, pelo meu avô materno Odilon Ernestino Barbalho. Adquiria mercadorias em Recife, onde já havia morado, e as revendia tanto no caminho de volta, como na vila de Goianinha e arruados adjacentes. O amigo e companheiro de viagem Pietro Nicoláu, permaneceu em Recife vivendo de pequenos negócios. Em uma dessas viagens a Recife para se abastecer de mercadorias, Giovanni o convida a mudar-se para Goianinha, e convence o amigo Pietro com o argumento de que a vila é famosa por suas mulheres bonitas e casadouras.

Pietro Nicoláu Villa aceita o convite e, ao que parece não se arrependeu. Tempos depois se casou com Francisca Ferreira da Silva, que era prima de Gertrudes, esposa de Giovanni, filha de Félix

Ferreira da Silva e Joaquina Ferreira da Silva, neta do casal Félix Ferreira da Silva, segundo do nome, e Francisca Freire do Revoredo, bisneta do capitão-mor Bento Freire do Revoredo. Dessa união teve início a família Villa, no Rio Grande do Norte, que ao longo do tempo perdeu um dos “L” passando ser grafada apenas “VILA”.

Um fato curioso é que o neto de Giovanni de nome João Baptista Simonetti Filho, resolveu, a exemplo do avô, procurar melhores condições de vida em outra região do País e para isso escolheu o Sul como destino. Em 1887, partiu do Recife a bordo do vapor Bahia comandado pelo Tente Aureliano, e na noite de 24 de março por volta das 23:30 horas, quando se encontrava em alto mar, em frente a Praia de Ponta de Pedras, foi abalroado pelo vapor Pirapora que era comandado pelo Capitão Carvalho. Especula-se que nesse incidente não houve a circunstância acidental, e sim um ato criminoso do capitão Carvalho, que tinha diferenças pessoais com o capitão do Bahia e, num ato tresloucado, jogou a proa de sua embarcação de encontro ao costado do vapor Bahia, provocando seu afundamento em apenas 10 minutos. O Bahia conduzia 200 passageiros inclusive o 15º Batalhão de Infantaria do Exército que seguia com destino ao Rio de Janeiro. Desse ato insano, terminou por ceifar vidas, sonhos e esperanças de homens e mulheres em uma noite clara de mar calmo no meio do oceano. O nosso grande poeta Manoel Segundo Wanderley publicou em 1887 no Diário de Pernambuco, o poema “O Naufrágio do Vapor Bahia”.

Porém, João Batista, curiosamente teve o mesmo destino do avô, só que com rumos diferentes. O avô seguia para o Norte e ele para o Sul. Milagrosamente e bastante ferido, conseguiu chegar à praia. Pescadores pernambucanos, o acolheu dando-lhe comida, abrigo e tratando de seus ferimentos. Quando se recuperou, telegrafou para o avô pedindo instruções e orientação. Como um bom Simonetti, o velho Giovanni respondeu sem maiores delongas:

“Prossiga para seu destino!” Em obediência a determinação do patriarca, seguiu viagem e tempos depois chegou a Vitória, no Espírito Santo, de onde nunca mais saiu. Casou-se com Carolina da Rocha e tiveram os seguintes filhos: Simonides da Rocha Simonetti que se casou com Aurora Penna; Jandyra Simonetti Costa que casou com Nelson Costa; Gercina Simonetti Bahiense que se casou com Norbertino dos Santos Bahiense; Argentina Simonetti Abreu que se casou com Agenor Abreu; Floriano da Rocha Simonetti que se casou com Nadyr de Melo e Edison da Rocha Simonetti que se casou com Maria Motta. Tive o imenso prazer de conversar por telefone e através de e-mail com diversos descendentes dessa irmandade que ainda vivem em Vitória. Outros foram localizados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com os quais também mantive contado.

Em 2009, quando fui admitido como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, impossibilitado de comparecer a cerimônia de entrega do diploma, tive a honra de ser representado por Milton José Lyrio Simonetti, um simpático primo capixaba, filho de Milton Penna Simonetti, neto de Simonides da Rocha Simonetti e bisneto do náufrago João Batista Simonetti Filho.

O BATALHÃO DE RONDA OSTENSIVA TÁTICA MOTORIZADA DA PMES (ROTAM/PMES)

*Gelson Loiola**

Resumo: Este artigo tem por objetivo reconstruir a trajetória do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM) da Polícia Militar do Espírito Santo e toda a sua evolução histórica desde a inclusão embrionária do modelo semelhante de policiamento, sua implantação, composição, qualificação e movimentação em seus quadros, até os dias atuais, e prestar uma homenagem a todas as polícias militares que executaram e executam diuturnamente a atividade operacional motorizada na Corporação Policial Militar de nosso Estado, na difícil tarefa de proteger os integrantes a sociedade capixaba dos diversos delitos que interferem na segurança pública. O Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada consiste em um marco de grande importância no contexto contemporâneo das transformações operacionais necessárias a excelência na qualidade dos serviços policiais a ser prestado pela Organização Policial Militar capixaba.

Palavras-chave: Polícia Militar; Força especial, policiamento motorizado, policiamento tático, rondas ostensivas, composição, qualificação, história e memória.

Introdução

A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo possui uma bela história ao longo dos seus mais de 180 anos de existência, conforme obra deste autor, a Corporação capixaba começou a delinear-se a partir da Resolução do Conselho de Governo da Província do Espírito Santo datada de 13 de dezembro de 1831, com a criação da primeira estrutura policial militar estadual, A Companhia de Guardas de Permanentes, sob o comando do alferes Antonio Ferreira Rufi-

* Coronel da reserva da PMES, escritor, bacharel, professor de Direito, especialista em ensino superior, pesquisador, membro da diretoria e efetivo do IHGES.

no, que permaneceu no cargo até o ano de 1839, conforme documentação constante dos Fundos de Governadoria nº 751/195 – 200, no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Com o advento do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 as províncias brasileiras passam a ter mais autonomia com a implantação e suas Assembléias Legislativas e, através da Lei nº 9, de 6 de abril de 1835, o presidente da Província capixaba, Manoel Pires da Silva Pontes institui a Guarda de Polícia Provincial com três oficiais subalternos, um 1º sargento, dois 2º sargentos, 1 furriel, 6 cabos, 2 cornetas e 100 soldados, que continua, conforme citamos, sob o comando do Alferes, Antonio Ferreira Rufino, e composta pelos mesmos integrantes do Corpo de Permanentes.

Nas Polícias Militares brasileiras, a primeira a tropa com as características das atuais Tático Motorizadas ser conhecida foi a “*Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar — ROTA*”, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, denominação recebida em 1970, conhecida através da obra do jornalista e escritor Caco Barcelos, intitulado “Rota 66 – A História da Polícia que mata”, publicado em 2003, pela editora Record. Os denominados “boinas negras”, hoje integram o 1º Batalhão de Choque da Corporação paulista, e segundo vários sites, é abordada em um filme denominado “Rota Comando”, baseado no livro de autoria do capitão Roberval Conte Lopes Lima, deputado Estadual de São Paulo que pertenceu a citada tropa especial, intitulado “Matar ou morrer”.

A primeira Força de caráter especial

A primeira ideia de uma tropa com um caráter especial surgiu na gestão do presidente da Província capixaba, Henrique da Silva Coutinho, eleito para o mandato de 1904 a 1908, quando em seu relatório apresentado no dia 7 de setembro de 1904, informa que o

policciamento da capital não corresponde às expectativas da sociedade capixaba, diante do quadro, sugere o aumento do efetivo da Companhia de Polícia e a criação urgente de, “um Corpo Volante composto de 15 praças escolhidas 2 ou 3 inferiores e um oficial que não pertencerá a arregimentação do corpo policial da Capital, [...]” (p.19), e dispõe que a Volante não permaneça na capital, e execute a missão constante viajar por todo o Estado, com o fim de capturar criminosos, e garantir maior segurança aos moradores dos municípios do interior do Estado, evitando assim, os deslocamentos constantes do efetivo regular do Corpo de Polícia da Capital para resolver os problemas ligados a segurança pública capixaba.

Logo após a sugestão, entra em vigor a Lei nº 434, de 26 de novembro 1904, que fixa o efetivo do Corpo de Polícia Militar para o ano de 1905, dispõe: “Art. 2º É criado um Corpo Volante, que será empregado em diligências pelo interior e o presidente do Estado autorizado a abrir crédito necessário para ocorrer às despesas de fardamento e armamento do referido corpo”. (p.20). Esse Corpo Volante sob o comando do Alferes Abílio Martins, recebe 15 cavalos e equipamentos de arreamento e, é o que historicamente, se torna o “embrião” de todas as tropas denominadas de especiais.

E através da Lei nº 457, de 23 de outubro de 1906, é fixado o efetivo para o ano de 1907, com o desdobramento em duas Companhias, e mantém o efetivo do Corpo Volante com um Alferes e 15 praças montadas e, ao fixar o efetivo do Corpo Militar de Polícia para o ano de 1908, o governador Henrique da Silva Coutinho estabelece que a Força Volante será constituída de um alferes comandante, um 1º sargento, um 2º sargento, um cabo ferrador, quinze soldados e um clarim, e acrescenta que a Força fará parte do Corpo de Polícia inserida no estado efetivo da 1ª Companhia da Corporação capixaba.

Assume a presidência do Estado do Espírito Santo para exercer o mandato no período de 1908 a 1912, Jerônimo de Souza Mon-

teiro, e logo em seguida, resolve extinguir o Corpo Volante através do Decreto nº 128, de 13 de julho de 1908, afirmando que este, não atendia mais a sua destinação, e efetua a venda dos 15 cavalos da Força, interrompendo assim, a atuação da primeira tropa especial da história da Polícia Militar capixaba.

Ao que parece a sua iniciativa não foi muito boa, pois, na mensagem do dia 24 de setembro de 1908, aborda o assunto e faz uma crítica ao policiamento da capital o qual considera deficiente e precisa ser reorganizado, sugere a criação de uma Guarda Civil para auxiliar na execução do mesmo, e se proceda “a divisão do Estado em circunscrições ou districtos, regidos por delegados auxiliares tirados dos officiaes da Força Policial” (p. 10). Como vemos, na verdade sugere a criação de outra força, porém, desta feita, uma Guarda Civil para substituir a extinta Força Volante.

A outra tropa com características de Força Especial somente é criada pelo interventor federal do Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, através do Decreto nº 9.112, de 12 de fevereiro de 1938, ao instituir os dois Destacamentos de Capturas composto por integrantes da Polícia Militar, sendo um na Zona Norte, com sede em Colatina, abrangendo também, os municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Santa Leopoldina, Cariacica, Conceição da Barra, Santa Tereza, Fundão, Itaguassú, Pau Gigante, Santa Cruz, Serra e São Mateus. E outro na Zona Sul, com sede em Cachoeiro do Itapemirim, abrangendo também, os municípios de Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Castelo, Domingos Martins, Guarapari, Itapemirim, Iconha, João pessoa, Muniz Freire, Rio Pardo, Rio Novo, São José do Calçado, São João de Muqui e Siqueira Campos.

Cada destacamento deverá contar com um Oficial Subalterno comandante, com função de Delegado de Capturas, e deverá contar com no mínimo, um sargento, um cabo e seis soldados, com as atribuições de cumprir mandados de prisão para capturar criminosos fo-

ragidos, reprimir o furto de animais, os jogos proibidos, à vadiagem e fiscalizar e apreender armas ilegais, e, no que diz respeito à subordinação, fica sujeito aos regulamentos da Polícia Militar, mas no que concerne às ordens policiais, ficam subordinados ao Chefe de Polícia.

A primeira Companhia Especial e o Policiamento Motorizado capixaba

Coube, segundo obra deste autor (2009, p. 17), ao governador João Punaro Bley determinar através do Decreto Lei nº 9.663 de 30 de julho de 1938, o seguinte: “Art. 1º – Fica extinta a Guarda Civil e criada a Polícia Especial destinada ao serviço de Policiamento da Capital do estado”, temos então, a criação da primeira Subunidade de Polícia da história da PMES, com a expressão de “Especial”, que significa especializada em policiamento ostensivo, visando distingui-la dos Batalhões de Infantaria e suas Companhias de Fuzileiros e de Metralhadoras cujas atividades são voltadas exclusivamente para operações de guerra.

A Companhia de Polícia Especial vai assumir a destinação para a execução de operações relacionadas com as atividades de polícia de choque a partir do Decreto nº 15.901, de 2 de julho de 1945, assinado pelo governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, dispõe nos termos do art. 658, e § 1º, que a Companhia de Polícia Especial, militarizada como parte da Força Policial como subunidade isolada, terá as atribuições as atribuições análogas aos do Corpo Militar, e ainda:

- §2º. Como Órgão de Choque, de ação rápida e violenta, terá a Polícia Especial uma fração motorizada;
- § 3º. Compete-lhe ainda. Especialmente.
 - a) Incumbir-se da proteção pessoal das autoridades nas cerimônias públicas.
 - b) Acompanhar, quando autorizada, em viaturas próprias, o carro do Chefe do Poder Execu-

tivo, para efeito de livre trânsito e proteção às pessoas que o ocuparem. (art. 658, Decreto nº 15.901/1945).

Assim, fica bem claro que a Companhia de Polícia Especial, além da especialidade de Policiamento Ostensivo, passa a incorporar em suas missões a especialidade na execução de operações de choque e missões especiais motorizadas na proteção e escolta de dignitários, o que a caracteriza como a primeira organização policial militar da Corporação capixaba no período republicano a desempenhar missões especiais tático-motorizadas no Estado do Espírito Santo.

A execução de um policiamento motorizado no Estado do Espírito Santo, conforme publicação da Revista Capichaba é inaugurada no ano de 1951 com a implantação de um Serviço de Rádio Patrulhamento.



O policiamento passa a ser desempenhado pelo efetivo da Guarda Civil do Espírito Santo sob a gestão da chefia de Polícia Civil capixaba, sendo que esse serviço de policiamento motorizado começa a também a ser realizado pela PMES em 1955, conforme constam das escalas de serviço publicadas nos boletins diários da época.

Conforme obra deste autor (2009 p. 37-38), a Lei estadual nº 2.579, de 2 de março de 1971, sancionada pelo governador Cris-

tiano Dias Lopes Filho, dispendo sobre a Organização Básica da PMES, (Lei Orgânica) reorganiza a sua estrutura, e também, a do 1º Batalhão de Polícia Militar inserindo no quadro de distribuição de efetivo, a Companhia de Policiamento Motorizado sob o comando do capitão PM Luiz Gomes (pai dos majores PM Fabio Luiz e Fabrizia), e no subcomando, o 1º tenente PM Osvaldo Pimenta de Figueiredo, composta pela Seção de Comando, Grupo de Comando, Grupo de Serviço, Seção Especial, 1º, 2º e 3º Pelotões de Policiamento Ostensivo e um Pelotão de Choque.

O surgimento da expressão “Tático Motorizado” e “Táticas Motorizadas”

A expressão “Tático Motorizado” vinculada a um tipo de policiamento, vai surgir em 1978, no 1º Batalhão de Polícia Militar de PMES, conforme consta da seguinte publicação:

O Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar, cujos integrantes concorrem à escala de **Patrulhamento Tático Motorizado** (PATAMO) vem realmente atingindo às finalidades a que foi criado” (BD nº 163 – 1º BPM, 13.09.1978) (grifo nosso).

O PATAMO se torna o “embrião” das unidades e subunidades Tático Motorizado da PMES no 1º Batalhão de Polícia Militar da PMES, e atua em apoio operacional às Unidades e Subunidades do Estado do Espírito Santo até a sua desativação.

Outra Organização Policial Militar com as especificações relacionadas com a criação deste Batalhão ROTAM, vai surgir na gestão do tenente-coronel Silva no Batalhão de Missões Especiais, quando institui a Companhia de Operações Táticas Motorizadas (Cia Op

Tat Mtz/BME), ativada no dia 23 de junho de 2005, quando ocorre a seguinte transferência:

3.2.1 Transferência

3.2.1.1 Por necessidade do Serviço

– Da Cia P Choque/BME para a Cia Op Tat Mtz, os seguintes militares: 2º Sgt SEBASTIÃO EUCLIDES DOIS SANTOS FILHO; [...]; Sd WESLEY NASCIMENTO DA SILVA. (BI nº 025 – BME, de 23.06.2005).

São transferidos para a nova subunidade 130 Policiais Militares e, conforme consta do site da PMES, a Companhia de Operações Táticas Motorizadas do Batalhão de Missões Especiais, (Cia Op Tat Mtz/BME), tem a missão de realizar: o patrulhamento tático móvel; a busca, localização e prisão de delinquentes; o atendimento a ocorrências com reféns; a segurança de dignitários; as ações de contra guerrilha urbana e rural; o atendimento em calamidades públicas, ocorrências em estabelecimentos penais; o policiamento em shows e eventos, a escolta de presos, cargas e valores.

Logo em seguida o tenente-coronel PM Oberacy Emmerich Júnior, comandante do 1º BPM visando especializar um grupo de policiais militares da Unidade, inicia no mês de julho de 2005, um “Curso de Especialização em Abordagens e Ações Policiais”, onde são ministradas técnicas a serem empregadas em abordagens a veículos e edificações, gerenciamento de crises e patrulhamento em locais de alto risco e, o curso com uma carga horária de 70 horas se encerra após o estágio operacional na Grande Vitória e uma avaliação de aprendizagem.

A solenidade de formatura com a entrega de certificados ocorre no dia 26 de julho de 2005 no pátio do 1º BPM, e a partir do dia 27, os policiais militares concludentes do curso começam a atuar nos bairros da Grande Vitória conforme planejamento do comando do 1º BPM, em uma fração denominada de “Grupo de Apoio Operacional – GAO”, divididos em três equipes.

No início do ano de 2006 em todas as Unidades da Grande Vitória os “Grupos de Apoio Operacional” passam a atuar fornecem aos comandos de Batalhões da Grande Vitória, conforme a sua denominação, um Apoio Operacional preventivo ou repressivo nas diversas modalidades de policiamento em suas respectivas circunscrições, principalmente em locais de maior incidência criminal ou nas ocorrências mais complexas que exigissem um poder de reação mais cauteloso, ágil e específico.

Apesar de, a princípio tentar se vincular os Grupos de Apoio Operacional (GAO) das Unidades PM da Região Metropolitana do Estado, a um tipo de Apoio Tático Motorizado, eles não se destinam aos mesmos, uma vez que a Companhia de Operações Táticas Motorizadas do Batalhão de Missões Especiais, (Cia Op Tat Mtz/BME), continua atuando e, em razão de sua atividade específica, o BME institui o denominado “Curso de Operações Táticas Motorizadas” com o objetivo de fornecer o preparo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos necessários à execução de uma doutrina de Patrulhamento Tático Motorizado, principalmente, para dar um novo direcionamento aos Grupos que executavam as operações de apoio operacional motorizado no âmbito das Unidades e subunidades da PMES e, inclusive o coronel PM Paulo Cezar Lugato, Cmt Geral da PMES pela Portaria nº 413-R, de 12 de abril de 2006, resolve, “aprovar o Brevê do Curso de Operações Táticas Motorizadas da PMES – COTaM”, (art. 1º)..

O Curso de Operações Táticas Motorizadas (COTaM) do Batalhão de Missões especiais se inicia no dia 18 de setembro de 2006, com uma carga horária de 240 horas, e um total de 37 alunos, com o objetivo de especializar os militares em ações de policiamento tático motorizado para execução do patrulhamento de saturação em locais com altos índices de criminalidade e apoio em ações policiais de maior complexidade e risco.

O 1º COTaM se encerra e, a solenidade de formatura é realizada no dia 20 de outubro de 2006, no Quartel do Comando Geral, em

Maruípe, Vitória-ES, onde 35 alunos pertencentes a diversas Unidades e Subunidades da PMES, o concluem com aproveitamento após receberem os ensinamentos patrulhamento tático motorizado, entradas táticas, negociação com reféns, patrulhamento em áreas de alto risco e policiamento em eventos, entre outras disciplinas.

Os prenúncios da criação de um Batalhão Tático Motorizado

No dia 4 de maio de 2009 tem início no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES, em Tucum, Cariacica-ES, o 1º “Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento” com uma carga horária de 230 horas, cuja doutrina segue o modelo aplicado na PM do Estado de Goiás, onde a motocicleta passa a ser utilizada como uma ferramenta imprescindível para rápidos deslocamentos pelas intrincadas vias da trânsito.

No dia 7 de maio de 2009 é publicada a transferência para o efetivo do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano – CPOM de 46 policiais militares, sendo 6 oficiais e 40 praças para comporem a Companhia de Polícia Tática Motorizada – CPTM, adiante relacionados por posto em ordem alfabética:

Capitão PM Marco Antônio Telles Deorce 1º
tenentes PM Carlos Magno de Oliveira Silva, Gustavo de Souza Alves, Mário de Oliveira Fernandes Júnior, Renato Cristelo de Moraes, Wanderson Batista dos Santos, **cabos PM** Everton Moraes Concha, Endlich Pereira Bastos, Fabrício Corrêa Custódio, Fabiano Pereira Alves, Franklin Gonçalves, Hélio Carlos Frassi, Janilson Caetano, Nilson José Pereira Paulo Sérgio Alvarenga Nunes e **soldados PM** Alberto Wagner Stutz Filho, Alexandre Ataíde dos Santos, Alexandre Benetti Zanotelu, Bruno Loss Menezes, Claudinei Barbosa Viana, Eduardo, Fagner de Araújo Tabosa,

Eliane das Neves, Eliederson Gonçalves Streiow, Erivelto de Sousa Pereira, Genilto Francisco da Conceição Filho, Gilberto Lacerda Cruz Júnior, Glegson Lima de Souza, Lucina Schultz, João Carlos Ferreira, Joel José Ottoni Júnior, José Don-doni Júnior, Jobson Rodrigues Monteiro, Kezia Wotkoskieier Tononi, Luiz Marcos de Almeida Pereira, Marcelo Monteiro, Naderson Leite dos Santos, Poliana Banhos dos Santos, Paulo Wag-ner Plumbini de Andrade, Pedro Rafael Régio Zamprogn, Ruitler Pratti Coelho, Ruy Barbosa Júnior, Sandro Braga da Silva, Saulo Márcio Kli-ppel Rodrigues, Sérgio Marlon Firme Maurício, Sérgio Teixeira Coelho, Vinícius de Sousa Barcel-os. (Adtº. DP nº 018, de 7 de maio de 2010).

Estes servidores públicos militares, inclusive a exemplo, o capitão PM Deorce e o 1º Tenente PM Mário, oriundos da Companhia Tático Móvel do 4º BPM, iniciam os trabalhos de composição da Companhia de Polícia Tática Motorizada do CPOM no dia 14 de maio de 2009, sen-do a subunidade dividida em três Pelotões de Polícia Tática Motoriza-da e, cada um composto por um oficial subalterno e onze praças e três viatura de Patrulhamento Tático Motorizado, com atuação inicial con-centrada nos municípios Cariacica e Serra-ES, os quais segundo os le-vantamentos apresentavam os maiores índices de crimes contra a vida.

Comandante da Cia Polícia Tática Motorizada



NOME	PERÍODO
Cap PM Marco Antônio Telles Deorce	7.05.2009 a 18.03.2010

Os trabalhos de composição da Companhia de Polícia Tática Motorizada do CPOM se iniciam no dia 14 de maio de 2009, sendo a subunidade dividida em 3 Pelotões de Polícia Tática Motorizada e, cada um composto por um oficial subalterno e onze praças e três viatura de Patrulhamento Tático Motorizado, com atuação inicial concentrada nos municípios Cariacica e Serra-ES, os quais segundo os levantamentos, apresentavam os maiores índices de crimes contra a vida. Após 45 dias de atuação nos municípios citados, os resultados obtidos representaram cerca de 90% (noventa por cento) de redução dos crimes contra a vida em comparação com o mesmo período do ano de 2008.

O 1º “Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento” é concluído no dia 17 de junho de 2009 e, a cerimônia de formatura presidida pelo coronel PM Oberacy Emmerich Júnior, comandante geral das PMES é realizada no pátio do QCG, em Maruípe no dia seguinte e, se encerra com o desfile dos 25 policiais militares componentes da 1ª turma do “Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento”. Na ocasião, em seu pronunciamento o coronel PM Emmerich disse: “os 25 formandos integrarão o Grupo Tático de Ações de Motopatrulhamento, e farão parte da Campanha Tática Motorizada, um embrião do Batalhão Tático Motorizado (BTM)”. (Notícias da PMES).

No dia seguinte, 18 de junho de 2009, em cumprimento ao seu pronunciamento o comandante geral faz publicar a adição ao CPOM de 19 Policiais Militares concludentes do “Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento” para integrarem o efetivo da Companhia Tática Motorizada, sendo então, distribuídos em 2 Pelotões de Motopatrulhamento Tático Motorizados, onde passam atuar de imediato.

Após 33 dias do pronunciamento onde afirmara que a Companhia Tática Motorizada era “um embrião do Batalhão Tático Motorizado (BTM)”, o coronel Emmerich, comandante geral da PMES realiza uma reunião no dia 20 de julho de 2009, no auditório “Comandante Sidro-

nílio Firmino”, do CPOM, com os oficiais que seriam responsáveis pela elaboração do projeto de uma unidade de patrulhamento tático motorizado, e o efetivo da CTM junto com o remanescente dos Grupos de Apoio Operacional – GAO das Unidades da Grande Vitória.

Após a explanação sobre os objetivos do projeto, foram disponibilizados entre oficiais e praças do QCG, CPOM e 1º BPM (vitória), 4º BPM (Vila Velha), 6º BPM (Serra), 7º BPM (cariacica) e 10º BPM (Guarapari), 133 policiais militares estaduais para desenvolvimento do projeto inicial, que seriam distribuídos na administração de forma bem reduzida e em 5 pelotões operacionais, sendo 3 deles compostos por viaturas tipo Blazer e os outros 2 por motocicletas.

Na mesma data o coronel PM Emmerich, Cmt Geral da Corporação, baixa a Portaria nº 129-S, de 20 de julho de 2009, que:

Dispõe sobre a designação da Comissão encarregada de elaborar e desenvolver o projeto de implementação na PMES de uma Unidade especializada no Policiamento Tático Motorizado para Região Metropolitana da Grande Vitória e dá outras providências.

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, [...];

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os militares estaduais Ten Cel Renato Luiz de Oliveira - Presidente; Maj PM Márcio Luiz Boni; Cap PM Marco Antonio Telles Deorce; 1º Ten PM Renato Cristelo de Moraes; 1º Ten PM Gustavo de Souza Alves; 1º Ten PM Mario Oliveira Fernandes Júnior; 1º Ten PM Wanderson Batista dos Santos; 2º Ten PM Rafael Martins Silves Costa; 2º Ten PM André Luiz Oliveira Batista e 2º Ten PM Ricardo Vieira Nunes para integrar a Comissão encarregada de elaborar e desenvolver o projeto de implementação na PMES de uma Unidade especializada no Policiamento Tático Motorizado para Região

Metropolitana da Grande Vitória.

Art. 2º – Visando ao cumprimento do encargo previsto no artigo anterior, delego competência a Comissão para adoção das providências necessárias à elaboração e desenvolvimento do projeto que criará o Batalhão de Polícia Tático Motorizado.

§ 1º – Durante a elaboração e desenvolvimento do projeto até sua criação e regulamentação legal, a Comissão ficará vinculada ao Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano, sendo responsável pela gestão do efetivo e dos meios disponibilizados junto ao CPOM, para organizar a administração e operacionalizar a missão de Patrulhamento Tático Motorizado.

§ 2º – Para fins de identificação, a Comissão junto ao seu efetivo, meios e estrutura fica denominada Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário. QCG em Maruípe, 20 de julho de 2009.

OBERACY EMMERICH JÚNIOR – CEL PM
Comandante Geral da PMES (BCG nº 029, de 23.07.2009).

Assim, a Comissão denominada Ronda Ostensiva Tática Motorizada, Inicia os trabalhos de elaboração para a criação de uma Unidade Especializada no Policiamento Tático Motorizado, e conforme consta do § 2º do art. 2º da citada Portaria, será denominada, Batalhão de “Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM”.

Nasce o “Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM”

A criação do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM se concretiza com a edição do Decreto nº 2.746-R, de 26

de fevereiro de 2010, o qual Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e dá outras providências, nos seguintes termos:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso [...]; D E C R E T A:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) fica organizada nos termos deste Decreto.

Parágrafo único. Para fins de articulação e desdobramento administrativo e operacional da PMES, o território do Estado do Espírito Santo será dividido, na forma prevista neste Decreto, em regiões, áreas e subáreas de atuação, em função das necessidades decorrentes das missões e das características regionais. [...]

Art. 19. As Unidades Operacionais subordinadas ao CPO-E são as seguintes: [...]

V – Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM): Unidade Operacional que tem a competência para realizar a polícia ostensiva e preservação da ordem pública pela modalidade de patrulhamento tático motorizado; [...]

Parágrafo único. As unidades operacionais integrantes do CPOE tem sede na Região Metropolitana da Grande Vitória e área de articulação o território do Estado do Espírito Santo, e podem ser empregadas em outros tipos de policiamento sempre que as necessidades exigirem. [...] *Replicado por ter sido publicado com incorreção. D.O.E. de 02.03.2010. (BCG nº 009, de 04.03.2010).

Pela “certidão de nascimento” anteriormente transcrita, surge no dia 26 de fevereiro de 2010 na história da Polícia Militar do Espírito Santo o Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM.

A área de atuação e a missão do Batalhão de ROTAM

O Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM tem a competência de realizar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública pela modalidade de patrulhamento tático motorizado em sua área de atuação abrange a Região Metropolitana da Grande Vitória, e excepcionalmente, em todo o Estado do Espírito Santo.

A Unidade tem como missão principal atuar em áreas de risco e com elevado índice de criminalidade e violência indicadas por meio do mapa do crime, segundo orientações estatísticas e geograficamente referenciadas, bem como nos locais de eventos públicos e/ou privados que necessitem do patrulhamento tático na região periférica.

Como missão acessória, atuar mediante acionamento através do comando do Batalhão de ROTAM por determinação do Comando Geral e do Comando de Polícia Ostensiva Especializado – CPOE, bem como por solicitação da Diretoria de Inteligência e dos Comandos de Polícia Ostensiva Metropolitana, da Região Sul e da Região Norte.



LEGENDAS:

CMT	Comandante
SUBCMT	Subcomandante
SPAJ	Seção de Procedimentos Administrativos e Judiciais
DIV ADM	Divisão Administrativa
DIV OPER	Divisão Operacional
P/1	1ª Seção de Pessoal
P/2	2ª Seção de Inteligência e Instrução
P/3	3ª Seção de Operações e Instrução
P/4	4ª Seção de Apoio Logístico
P/5	5ª Seção de Comunicação Social
1ª CIA ROTAM	1ª Companhia de Ronda ostensiva Tática Motorizada
2ª CIA ROTAM	2ª Companhia de Ronda ostensiva Tática Motorizada
3ª CIA MOTOROTAM	3ª Companhia de Motopatrulhamento Ronda ostensiva Tática Motorizada

E, como missão emergencial, atuar por solicitação do Centro Operações Policiais Militares – COPOM do Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIODES, em apoio a ocorrências de vulto, atendimentos iniciais a ocorrências com reféns até a chegada do Batalhão de Missões Especiais – BME, acompanhamento de veículos em fuga; recobrimento de área e outras semelhantes.

Cargos e funções

Comando: Tenente Coronel PM

Subcomando: Major PM (mais antigo e que acumula uma divisão);

Divisão Administrativa (P1 e P4) e **Divisão Operacional** (P2, P3, P5): chefiadas por Majores (são previstos dois no QO e o mais antigo acumula o subcmdo);

Seções do Estado-Maior (P1, P2, P3, P4 e P5): chefiadas por Capitães (como são previstos cinco capitães apenas para toda ROTAM, três dentre os chefes de seções de EM acumularão as funções com comandos de companhias);

Três companhias (1ª e 2ª de viaturas de porte médio e 3ª de MOTOROTAM):

Comandadas por três capitães que acumularão funções de EM;

Seção de Procedimentos Administrativos e Judiciais (SPAJ):

Chefiada por capitão, mas vinculada ao subcomando.

O efetivo será distribuído nas companhias e seções, conforme a disponibilidade existente e de acordo com as necessidades e o planejamento do Comando da Unidade.

A estrutura física prevista para ROTAM encontra-se em construção junto ao prédio do CPOM, conforme projeto constante do Anexo H. Estuda-se a ocupação futura da área do NOTAER, caso o mesmo seja remanejado para o Aeroporto de Vitória.



2. Heráldica

2.1 Simbologia

O brevê compõe-se de um contorno composto por duas asas estilizadas representando agilidade e versatilidade de deslocamento do policial de ROTAM.

O Grifo¹ representa o símbolo da unidade ROTAM e mitologicamente significam força, vigilância e sagacidade.

O Brasão Quadriculado é o símbolo internacional das Polícias.

O par de Bucaneiras é o símbolo das Polícias Militares do Brasil.

O raio, vermelho de duas pontas, típico da identificação dos Grupos Táticos, simboliza a presteza da resposta esperada pela sociedade.

2.2 Cores

A cor preta tem a função estética, de forma a não gerar, no uso sobre o fardamento, um contraste desagradável e impactante.

A cor dourada representa o valor dos Policiais Militares formados neste curso.

A ativação do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada é marcado pela publicação da Portaria nº 050-S, de 18 de março de 2010, com a nomeação do tenente-coronel PM Renato Luiz de Oliveira para o cargo de comandante da nova Unidade PM, e a transferência dos integrantes dos Grupos de Apoio Operacional pertencentes aos quadros do Comando de Policiamento Ostensivo metropolitano (CPOM) e do 1º BPM (Vitória), do 4º BPM (Vila Velha), do 6º BPM (Serra), 7º BPM (Cariacica) e do 10º (Guarapari),

¹ O Grifo é na mitologia um animal com cabeça e asas de águia, corpo de leão e cauda de dragão. Fazia seu ninho perto de tesouros e punha águas em vez de ovos. A figura do grifo aparentemente surgiu no Oriente Médio onde os babilônios, assírios e persas representaram a criatura em pinturas e esculturas. Na Grécia acreditava-se que viviam perto dos hiperbóreos e pertenciam a Zeus. Em tempos mais recentes, sua imagem passou a figurar em brasões.

para compor o efetivo do Batalhão ROTAM na mesma data de 18 de março de 2010, com os seguintes policiais militares:

Tenente-Coronel PM RENATO LUIZ DE OLIVEIRA. Major PM MARCIO LUIZ BONI. Capitão PM MARCO ANTONIO TELLES DEORCE, 1º tenentes PM RENATO CRISTELO DE MORAES, GUSTAVO DE SOUZA ALVES, MARIO DE OLIVEIRA FERNANDES JUNIOR, ALIELSO DE OLIVEIRA RIBEIRO, WANDERSON BATISTA SANTOS. 2º tenentes PM RICARDO VIEIRA NUNES, ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA BATISTA e RICARDO MIRANDA PINHEIRO.

Subtenentes PM ANTONIO ARAÚJO DA SILVA LOPES e CLEUSIMAR FELIPE DE OLIVEIRA. **1º sargentos** PM MAURICIO SAMPAIO, MARCELO SANTOS SILVA e NEUCIMAR RODRIGUES AMORIM **2º sargentos** PM VITOR VIEIRA DOS ANJOS, JOSE AUGUSTO LEAL CARNEIRO, EDSON RIBEIRO. **3º sargentos** PM FABIANO PEREIRA ALVES, JOSEMAR SACRAMENTO DOS SANTOS, MARCOS AURELIO BUZON BORGES.

Cabos PM: ALDEVÂNEO BARBOSA PIMENTEL, ALEXANDRO WERLEY TÁVORA, ALVARENGA NUNES, CELSO ELIAS MARCELINO, CLEBER DO NASCIMENTO SOARES, COSME DELDUQUE GUARNIER. EVERTON DE MORAES CONCHA, FABIO ROBERTO ALEXANDRE, HELIO CARLOS FRASSI FRANKLIN GONÇALVES, JANILSON CAETANO, JARLIOMAR NUNES SOBRINHO, JEAN CARLOS DA SILVA GONÇALVES, JOÃO LUIZ ERLACHER, JOSME PEREIRA DOS SANTOS FILHO, NILSON JOSE PEREIRA, PAULO SERGIO, RONALDO DOS REIS, ROOSEWELT PATROCÍNIO, SERGIO TEIXEIRA COELHO e TEER CLEN COUTINHO MESQUITA.

Soldados PM: ADEMIR CARVALHO SILVA, ALBERTO WAGNER STUTZ FILHO, ALEX SANDRO FLORENTINO, ALEXANDRE ATAIDE DOS SANTOS, AMILSON SCHNEIDER, ANDERGLEYSON PINHA BETINI, ANDERSON BATISTA, ANDREA SILVA GOMES, ANTONIO MARCOS VIEIRA, ANTONIO VITOR BRANDÃO DE QUEIROZ, ARIELL PATROCINIO OLIVEIRA, BRUNO LOSS MENEZES, CELSO CAETANO PIRES JUNIOR, CLAUDINEI BARBOSA VIANA, CLAYNTON SOARES DE SOUZA, CRISTIAN FERREIRA, CRISTIANO ROCHA DO CARMO, DEYVID PIMENTEL PEREIRA, DIEGO D'ÁVILA FRANCO, DOUGLAS DAVID NUNES DA CONCEIÇÃO, EDUARDO ENDLICH PEREIRA BASTOS, ELIANE DAS NEVES, ELIERDESON GONÇALVES STRELOW, ERIVELTO DE SOUZA PEREIRA, FABIANE SIQUEIRA NOBRES, VALDECIR CO, FABRICIO CORREA CUSTÓDIO, FAGNER DE ARAÚJO TABOSA, FRANK ASSIS DOS SANTOS, GENILTO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO FILHO, GILBERTO LACERDA CRUZ JUNIOR, GLEGSON LIMA DE SOUZA, GLEYDSON FRANÇA FLORENTINO, HILDEBRANDO DA SILVA SANTOS, IVANILDO DOS SANTOS OLIVEIRA, JOÃO CARLOS FERREIRA, JOBSON RODRIGUES MONTEIRO, JOEL DA COSTA, JOEL JOSÉ OTTONI JÚNIOR, JOHNATAN SIQUEIRA CARLOS, JOMARKESC RODRIGUES PEREIRA, JOSE MARIA DE OLIVEIRA, JOSÉ TELMO PETRI, JULIANA MENDES SANTANA, JUNIOR LEÓNIDES AFONSO, KELLY RANGEL, KERLLEN CRISTIAN ACÁCIO ANDRADE, KÉZIA WOTKOSKI ELER TONONI, KIRLIAN SILVA COSTA, LAUDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA, LEANDRO SOARES DE SOUZA, LEANDRO WILSON ALVARENGA NUNES, LOURIVAL DA PENHA COUTO FILHO, LUCINA SCHULTZ DA LUZ, LUIZ ACYLINO

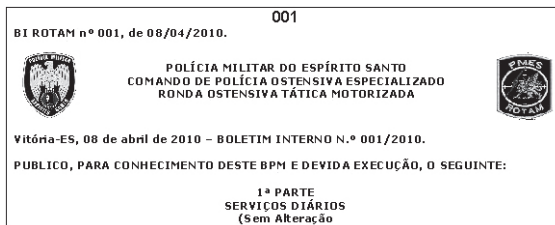
BREGENSK DO NASCIMENTO, LUIZ HENRIQUE DA SILVA ROSA, LUIZ MARCOS DE ALMEIDA PEREIRA, MANUELA DO AMARAL, MARCELO MONTEIRO, MARCELO NOGUEIRA DA SILVA, MARCELO PEROBA RODRIGUES, MARCOS A. LOUREIRO DE SOUZA, MARCOS ANTONIO RODRIGUES SANTANA, MARCOS HENRIQUE PEREIRA RUELA, MARIA APARECIDA MATOS TEIXEIRA MARTINS, MARLON FIRME MAURICIO, MICHELLE FERRI TONINI, MOISÉS OLIVEIRA VIQUE, NADERSON LEITE DOS SANTOS, PAULO GIOVANI PEREIRA, PAULO WAGNER PIUMBINI DE ANDRADE, PEDRO RAFAEL RÉGIO ZAMPROGNO, POLIANA BANHOS DOS SANTOS, PRISCILA ALVES CAUS, RAFAEL OLIVEIRA PEREIRA, RAFAEL RIBEIRO RAMOS, RAMON DE MELO SOUZA, ROBERSON SCARPARO RODRIGUES. RUITLER PRATTI COELHO, RUY BARBOSA JUNIOR, SANDRO DA SILVA BERNARDES, SAULO MÁRCIO KLIPPEL RODRIGUES, SÁVIO MARCIUS KLIPPEL RODRIGUES, SÉRGIO JOSÉ DONDONI JUNIOR, SERGIO SAMORA NAZÁRIO, THALLES GAVA, TIAGO WOTKOSKI ELER, VANDERLEI FRANCISCO, VINICIUS DE SOUZA BARCELOS e WANDERSON CEZAR ALVES. (Aditamento da Diretoria de Pessoal nº 011, de 18.03.2010).

Assim, homenageamos a todos os policiais militares que se tornaram pioneiros da implantação do “Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM” na história da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES.

A primeira sede e o primeiro Boletim Interno do Batalhão de ROTAM

A primeira sede da ROTAM se instala provisoriamente no pavilhão a esquerda do prédio do comando geral, ao lado do Ginásio de esportes do Quartel do Comando Geral da PMES, na Avenida Maruípe, nº 2111, em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, CEP 29045-231, ocupando as duas salas onde anteriormente funcionava a 4ª seção dos Inativos da Diretoria de Pessoal – DP-4.

A autonomia administrativa do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM é concretizada com a edição do seu Boletim Interno nº 001, de 8 de abril de 2010, com as primeiras publicações a respeito das alterações vinculadas a Unidade PM.



O primeiro Boletim Interno (BI) do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada publica a substituição do 1º tenente PM Mário de Oliveira Fernandes Junior do ROTAM, do encargo de professor do “Curso de Tiro defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi”, no “Curso de Formação de Soldados” de 2009. A abertura do “Curso de Uso Diferenciado da Força e de Técnicas e Tecnologias Não Letais” com concessão de 13 vagas para praças do ROTAM. Os atos, anteriormente já descritos, de nomeação do comandante da Unidade, a transferência do pessoal para compor o seu efetivo. A concessão da medalha “175 Anos da PMES”, ao tenente-coronel PM Renato Luiz de Oliveira, major PM Marcio Luiz Boni, capitão PM Marco Antonio Telles Deorce, 1º tenente PM Gustavo de Souza

Alves, 1º tenente PM Renato Cristelo de Moraes e o cabo PM Helio Carlos Frassi do ROTAM.

Outros atos administrativos relacionados com férias, subsídios, bônus pecuniário, comissão, avaliação de títulos, desempenho profissional, solução de Inquérito Policial Militar e os elogios ao capitão PM Marco Antonio Telles Deorce, 1º tenente PM Renato Cristelo de Moraes, cabo PM Roosevelt Patrocínio, Sergio Teixeira Coelho e soldados PM Erivelto de Sousa Pereira, Vanderlei Francisco, Sérgio José D. Junior, Ariell Patrocínio Oliveira, Diego D'ávila Franco, Tiago Wotkoski Eler, Bruno Loss Meneses, Ruy Barbosa Junior, Marlon Firme Mauricio, Celso Caetano Pires Junior (ROTAM) e, Soldados PM Sandro da Silva (CPOM) e Ana Paula Hendges (CCS), por terem no dia 17 de novembro de 2009 em uma operação efetuado a prisão de uma quadrilha de traficantes de drogas no bairro Feu Rosa, município de Serra-ES, apreensão de 70 pedras e 30 gramas de “crack” e 62 quilos de maconha e, também são elogiados o 2º tenente PM Ricardo Miranda Pinheiro e os soldados PM Sandro da Silva Bernardes, Tiago Wotkosky Eler, (ROTAM) e Sidiney Machado Júnior (6º BPM), por terem no dia 29 de dezembro de 2009, efetuado no bairro da Glória, município de Vila Velha-ES, a prisão de um indivíduo e apreensão de um revólver calibre 32, recuperando todo o produto do roubo que o meliante havia praticado contra vários transeuntes vilavelhenses.

Pelo citado BI 001, também são elogiados os cabos PM Alessandro Werly Távora e Fábio Roberto Alexandre e os soldados PM Vinícios de Souza Barcelos e Gilberto Lacerda Cruz Júnior (ROTAM), por terem no dia 31 de dezembro de 2009, efetuado na avenida Fernando Ferrari, município de Vitória-ES, a prisão de um indivíduo no interior de um táxi portando uma pistola calibre 40, com a numeração raspada, e ato contínuo, após informação do detido, prosseguiram até o bairro Rio Marinho no município de caria-

cica-ES e efetuaram a apreensão de pequena quantidade de cocaína e maconha, tendo os portadores conseguido evadir-se.

A evolução do Batalhão de ROTAM em 2010

Os primeiros dados importantes no início do ano de 2010, ainda constam do Boletim Interno do ROTAM de nº 001/2009, com os elogios ao cabo PM Paulo Eduardo de Oliveira (2º BPM) e aos soldados PM Marcus Henrique Pereira Ruela e Bruno Los Menezes (ROTAM), por terem no dia 7 de janeiro de 2010, no bairro Grande Vitória, município de Vitória-ES, efetuado a prisão de um traficante e a apreensão de duas armas e 21 pedras de “crack” e, ao cabo PM Ronaldo dos Reis e soldados PM Genilson Francisco da C. Coelho, João Carlos Ferreira e Ruitler Pratti Coelho (ROTAM), por terem no dia 20 de janeiro de 2010, no bairro Porto de Santana, município de Cariacica-ES, efetuado a prisão de um indivíduo portando um revólver calibre 38 com a numeração raspada.

O Boletim Interno nº 001, de 8 de abril de 2010 está assinado pelo tenente-coronel PM Renato Luiz de Oliveira, comandante do Batalhão de ROTAM e, conferido com o original pelo major PM Marcio Luiz Boni, subcomandante da Unidade PM.

Visando estimular o aprimoramento e a qualificação dos integrantes e interessados em compor o efetivo do Batalhão de ROTAM, o comandante geral da PMES, coronel PM Oberacy Emmerich Júnior através da Portaria nº 501-R, de 08 de abril de 2010, aprova o brevê do “Curso Operacional de Ronda Ostensiva Tática Motorizada” nos seguintes termos:

Art. 1º – Criar o BREVÊ DO CURSO OPERACIONAL DE ROTAM, conforme as especificações e modelo abaixo:

1. Dimensões

O brevê será confeccionado observando as dimensões **9 cm X 3,5 cm**.

2. Heráldica

2.1 Simbologia

O brevê compõe-se de um contorno composto por duas asas estilizadas representando agilidade e versatilidade de deslocamento do policial de ROTAM.

Os Grifos representam o símbolo da unidade ROTAM e mitologicamente significam força, vigilância e sagacidade.

O Brasão Quadriculado é o símbolo internacional das Polícias.

O par de Bucaneiras é o símbolo das Polícias Militares do Brasil.

O raio, vermelho de duas pontas, típico da identificação dos Grupos Táticos, simboliza a presteza da resposta esperada pela sociedade.

2.2 Cores

A cor preta tem a função estética, de forma a não gerar, no uso sobre o fardamento, um contraste desagradável e impactante.

A cor dourada representa o valor dos Policiais Militares formados neste curso.

A cor vermelha aliada ao raio significa a energia e agilidade dos grupos táticos motorizados.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. (BCG nº 014, de 08.04.2010).

Assim, define-se que o “Curso Operacional de Ronda Ostensiva Tática Motorizada” a ser ministrado na PMES estará a cargo do Batalhão de ROTAM.

No dia 21 de julho de 2010, em solenidade realizada no Quartel do Comando Geral (QCG), da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, no bairro de Maruípe, município de Vitória-ES, capital do Estado, em cerimônia presidida pelo coronel PM Oberacy Em-

merich Júnior, comandante geral da Corporação capixaba, assumiu o comando do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM, o tenente-coronel PM Laércio Oliveira em substituição ao tenente-coronel PM Renato Luiz de Oliveira.

No dia 21 de maio de 2012, após completar três anos, a unidade especializada da Polícia Militar, a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM), passa a ser comandada por um novo oficial. O tenente-coronel Ronaldo Mutz, em substituição ao tenente-coronel Laércio.

A passagem de comando foi realizada pelos integrantes da unidade que também comemoraram os resultados obtidos durante os três anos de atuação da Rotam, em um evento presidido pelo comandante geral da PM, coronel Ronalt Willian de Oliveira que reuniu, oficiais e praças da Corporação e contou com a presença de diversas autoridades estaduais.

Durante o evento, o tenente-coronel Laércio ressaltou os resultados alcançados pela tropa, dizendo: “Desde sua fundação, em 14 de maio de 2009, até 8 de maio deste ano, a Rotam foi a responsável pela detenção de 5.026 criminosos, pela apreensão de 817 armas de fogo, por mais de meia tonelada de droga e R\$ 515.372,60 (quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos, em espécie”. Em sua alocução, o novo comandante da Unidade PM, tenente-coronel Mutz, falou do desafio em assumir o cargo e ressaltou que irá se empenhar ao máximo para fazer um bom trabalho à frente da unidade, assim como o serviço prestado pelo ex-comandante, e disse: “Vou me empenhar ao máximo para dar continuidade ao bom trabalho realizado pelo tenente-coronel Laércio na Rotam, que é um Batalhão ainda novo, com apenas três anos de história, mas já tem muitos serviços prestados à segurança pública no Estado”.

A sede atual do Batalhão de ROTAM

A Unidade atualmente ocupa as suas instalações próprias, as quais foram construídas e se encontram instaladas no piso inferior do mesmo prédio lateral esquerdo do QCG, nas antigas instalações do Almoxarifado Geral da PMES, sob o Auditório “Comandante Sidronílio Firmino” ao lado do Campo de Futebol Soçaité.



A atual sede do Batalhão de ROTAM/QCG em Maruípe.

A mudança de sede está em estudos, há a possibilidade de ocupação da sede do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo – NOTAER da PMES, no caso do mesmo ser remanejado para o Aeroporto “Eurico Salles”, em Goiabeiras, Vitória-ES, ou em outro local fora do Quartel de Maruípe, e conforme noticiado pela imprensa capixaba, após solicitação do Conselho de Segurança e Associação Comercial de Jardim América e da Associação de Moradores do bairro Vasco da Gama, com a participação da Arcelor Mittal e Prefeitura Municipal de Cariacica, cogita-se a instalação do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM), em Jardim América, naquele município, nas instalações do antigo Fórum da cidade.

Os comandantes do Batalhão de ROTAM

Desde a sua instalação como Unidade, o Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM teve como comandantes o tenente-coronel PM Renato Luiz de Oliveira, o Major PM Marcio Luiz

Boni, o tenente-coronel PM Laércio Oliveira e a partir de 21 de maio de 2012 é comandando pelo tenente-coronel PM Ronaldo Mutz.

Comandantes do Batalhão ROTAM



A partir da esquerda:

NOMES	PERÍODOS
Ten-Cel PM Renato Luiz de Oliveira	18.03.2010 a 8.07.2010
Maj PM Marcio Luiz Boni	8.07.2010 a 21.07.2010
Ten-Cel PM Laércio Oliveira	21.07.2010 a 21.05.2012
Ten-Cel PM Ronaldo Mutz	21.05.2012... no cargo

Integrantes do efetivo do ROTAM

Oficiais

Tenente-coronel PM QOC: RONALDO MUTZ.

Major PM QOC MARCO ANTONIO TELLES DEORCE.

Capitães PM QOC: RENATO CRISTELO DE MORAES, GUSTAVO DE SOUZA ALVES, MÁRIO DE OLIVEIRA FERNANDES JÚNIOR, ALIELSO DE OLIVEIRA RIBEIRO, WANDERSON BASTISTA DOS SANTOS, JEFFERSON PINHEIRO DO AMARAL, ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA BATISTA, RICARDO VIEIRA NUNES e FELIPE PRATTI ORLANDI.

2º tenente PM QOA: CARLOS ALBERTO DA SILVA BRANGANÇA.

Praças

Subtenentes PM QPMP-C: CLEUSIMAR FELIPE DE OLI-

VEIRA, MAURÍCIO SAMPAIO, JOSUÉ FACUNDES, NEUCIMAR RODRIGUES AMORIM e MARCELO SANTOS SILVA.

1º sargentos PM QPMP-C: JOSÉ AUGUSTO LEAL CARNEIRO, EDSON RIBEIRO e HUDSON GOMES RODRIGUES.

2º sargentos QPMP-C: ADEILSO XAVIER DE FREITAS, CARLOS ROGÉRIO LEITE MIRANDA, AMARILSON JOSÉ DA SILVA, JOSEMAR SACRAMENTO DOS SANTOS, CELSO ELIAS MARCELINO, MARCOS AURÉLIO BUZON BORGES, FABIANO PEREIRA ALVES, JEAN CARLOS DA SILVA GONÇALVES, TEER CLEM COUTINHO MESQUITA, NILSON JOSE PEREIRA, MARCELO ANDERSON PINTO GOMES CLEBER DO NASCIMENTO SOARES, JARLIOMAR NUNES SOBRINHO.

3º Sargentos QPMP-C: COSME DELDUQUE GUARNIER, ALDERVÂNEO BARBOSA PIMENTEL, FRANKLIN GONÇALVES, RONALDO DOS REIS, ROOSEWELT PATROCINIO e EVERTON DE MORAES CONCHA.

Cabos QPMP-C: ALEXSANDRO WERLEY TÁVORA, JOSÉ CARLOS BARBOSA PEREIRA, JANILSON CAETANO, HÉLIO CARLOS FRASSI, JOSME PEREIRA DOS SANTOS FILHO, FÁBIO ROBERTO ALEXANDRE, PAULO SÉRGIO ALVARENGA NUNES, SÉRGIO TEIXEIRA COELHO, SÁVIO MARCIUS KLIPPEL RODRIGUES, SÉRGIO SAMORA NAZÁRIO, JOSÉ TELMO PETRI, HILDEBRANDO DA SILVA SANTOS, LOURIVAL DA PENHA COUTO FILHO, GENILTO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO FILHO, VANDERLEI FRANCISCO, LUIZ HENRIQUE DA SILVA ROSA, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA, IVANILDO DOS SANTOS OLIVEIRA, ALEXANDRE ATAÍDE DOS SANTOS, ADEMIR CARVALHO SILVA, FRANK ASSIS DOS SANTOS, LUIZ ACYLINO BREGENSK DO NASCIMENTO, SANDRO DA SILVA BERNARDES ALEX SANDRO FLORENTINO, FABIANE SIQUEIRA NOBRES, ALDAIR JOSÉ MOROZINI, ANDERSON

BATISTA, JÚNIOR LEÔNIDES AFONSO, RENATO HENRIQUE DOS PASSOS, AMILSON SCHNEIDER e GLEYDSON FRANÇA FLORENTINO.

Soldados QPMP-C: ERIVELTO DE SOUZA PEREIRA, ANTÔNIO MARCOS VIEIRA, VALDECIR CÓ, MARCOS ANTÔNIO RODRIGUES SANTANA, NADERSON LEITE DOS SANTOS, JOEL JOSÉ OTONI JÚNIOR, MARCELO MONTEIRO, KERLEN CRISTIAN ACÁCIO ANDRADE, MARCELO PEROBA RODRIGUES, JOEL DA COSTA, JOBSON RODRIGUES MONTEIRO, KIRLIAN SILVA COSTA, MANUELA DO AMARAL PINHEIRO, KELLY RANGEL, ELAINE RAFALSKY PEREIRA SILVA, POLIANA BANHOS DOS SANTOS, MICHELLE FERRI, LUCINA SCHULTZ DA LUZ, CLAUDINEI BARBOSA VIANA, MARCOS HENRIQUE PEREIRA RUELA, JULIANA MENDES SANTANA AMÂNCIO, LEANDRO SOARES DE SOUZA, MARIA APARECIDA MATOS TEIXEIRA MARTINS, RAFAEL RIBEIRO RAMOS, RAQUEL SANTANA MARTINS DE LYRA, SANDRO ROBERTO PIOVESAN MARIANI, ALDIMÉRIO XAVIER DE FREITAS, SÉRGIO JOSÉ DONDONI JUNIOR, ALBERTO WAGNER STUTZ FILHO, THIAGO BICALHO DO AMARAL, EDUARDO ENDLICH PEREIRA BASTOS, ANDERGLEYSON PINHA BETINI, ARIELL PATROCÍNIO OLIVEIRA, PRISCILA ALVES CAUS, MARCELO NOGUEIRA DA SILVA, GLEGSON LIMA DE SOUZA, RAFAEL OLIVEIRA PEREIRA, BRUNO LOSS MENEZES, PAULO WAGNER PIUMBINI DE ANDRADE, RODRIGO PEREIRA CORRÊA, LAUDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA, RUY BARBOSA JÚNIOR, THALLES GAVA, SAULO MÁRCIO KLIPPEL RODRIGUES, RUITLER PRATTI COELHO, MARLON FIRME MAURÍCIO, WANDERSON CEZAR ALVES, RAMON DE MELO SOUZA, FAGNER DE ARAÚJO TABOSA, ANDRÉ SILVA GOMES, LEANDRO WILSON ALVARENGA

NUNES, CELSO CAETANO PIRES JÚNIOR, DEYVID PIMENTEL PEREIRA, RAFAEL SANTANA MARTINS, GILBERTO LACERDA CRUZ JÚNIOR, ROBERSON SCARPARO RODRIGUES, CRISTIANO NASCIMENTO DOS SANTOS, KÉZIA WOTKOSKI ELER TONONI, PAULO ROBERTO VICENTE, CRISTIANO ROCHA DO CARMO, ERICSON GUARNIER PAGOTO, PABLO COSTA PACHECO, ANA PAULA DA CONCEIÇÃO, EDER VAZ MOTA, FÁBIO BARBOSA DA FONSECA, RODRIGO SANCHES DESTEFANI, FELIPE LOURENÇO DE OLIVEIRA NETO, MARTA STINGNIL, MAYCKON VIEIRA FERNANDES, PHILIFE KAROL WOJTYLA OLIVEIRA, THIAGO FERNANDES COUTINHO, RAY NASCIMENTO LANDE, PAULA MONIQUE BATTISTIN, ADRIANO RODRIGUES DE SOUZA, MARCELO DA COSTA CAVACHINI, WEBERSON BRUNOW BARBOSA, RODOLFO FADINI FAGUNDES DA SILVA, JOSINEI RAMOS DE OLIVEIRA, VINICIUS SENA MARTINS, WILBER CRUZ MOSCHEN, JORGE LUIS WINDLER, GIUSEPPE MARTINS PEREIRA LEITE, LUANA DOMINGOS DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTOS DE ALMEIDA, LUANNA MATIELI MARQUES, SAMUEL DE OLIVEIRA FERREIRA, WELIONGTON DIAS MAPELI, PAULO CIRILO CABRAL FILHO, ADRIANO MARTINS FERNANDES REIS, RHUAN CARLOS DA CRUZ MARTINEZ, NILO KLIPPEL DE OLIVEIRA, LUCAS DALCOLMO DA SILVA, WALTER GOMES DA SILVA FILHO, SAULO JOSÉ DA SILVA, GELSON LIBERATO JUNIOR, BRUNO SIMÕES VIEIRA, LEANDRO ADMAR HINERASKE e VALDEMAR DOMINGOS BATISTA. (P/1- ROTAM, 20.07.2012).

Referências

ESPÍRITO SANTO (Arquivo Público Estadual). *Mensagens e Relatórios*. Presidentes da Província e governadores do Estado do Espírito Santo, 1835-1915. APE-ES.

_____. (Estado), *Coletânea de Leis e Decretos*. Vitória: APE. ES. 1890-1930.

ESPÍRITO SANTO (Policia Militar). *Boletins Diários: 2009-2012*. Vitória: Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral, Maruípe, Vitória-ES.

_____. *Notícias*. Assessoria de Comunicação Social. QCG. Vitória: PM/5, 2009-12, disponíveis em: www.pm.es.gov.br.

_____. (Província), *Coletânea de Leis e Decretos*. Vitória: APE. ES. 1835-1889.

_____. (ROTAM). *Boletins Diários: 2010-12*. Arquivo do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada, QCG da PMES, Maruípe, Vitória, ES.

_____. (ROTAM). *Plano de Comando 2010-2011*. Arquivo do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada, QCG da PMES, Maruípe, Vitória, ES.

LOIOLA, Gelson. *A história do Quarto Batalhão de Policia Militar do Espírito Santo (4º BPM)*. Vitória: [no prelo], 2012.

_____. *Evolução histórica do Primeiro Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: GSA, 2009.

“A ALMA DAS COISAS”, DE CONSUELO SALGUEIRO

*Karina de Rezende Tavares Fleury**

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada
Para ser mãe de família
Saiba pouco ou saiba nada

A mensagem que nos chega pela quadrinha citada por June Edith Hahner, em *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil* (HAHNER, 2003, p. 57) reflete bem a condição da mulher no século XIX. Sabemos que historicamente a vida da mulher esteve atrelada à construção e manutenção da família que lhe obrigava a “submeter-se ao domínio do homem, seja pai ou esposo. Sua identidade foi sendo construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privado-doméstica e da natureza à qual foi ligada” (NADER, 2001, p. 68).

Apesar de séculos vivendo sob a mira dessa rígida estrutura econômica, familiar e religiosa, na realidade, é certo que uma ou outra mulher oitocentista tenha burlado as regras, escapado das torturas, feito seus caminhos, antecipando com atitudes as palavras que, no século seguinte, Lygia Fagundes Telles registraria em seu romance *As meninas*: “Sempre fomos os que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos” (TELLES, 1978, p. 58). No período que compreendeu do final do século XIX e meados do século XX, estudar para tornar-se, sobretudo, professora das escolas primárias públicas ou particulares foi a melhor opção vislumbrada pela mulher brasileira de classe média.

* Doutoranda e Mestre em Letras (com ênfase em Estudos Literários – UFES). Bolsista FAPES. Membro da Academia Feminina Espírito-santense de Letras e Membro do IHGES

O legado deixado pelas pioneiras nessa luta pela elevação da condição socioeconômica, cultural e moral da nova mulher foi fundamental para a História, pois registrou a diminuição do analfabetismo de outras mulheres; a disseminação de ideias liberais sobre os direitos e os deveres da mulher; a contribuição para que a conscientização libertária em relação à mulher fosse aos poucos se delineando; a conquista de uma maior autonomia dentro da família e na vida social; a comprovação de que o conhecimento acadêmico era a mola propulsora para a mulher competir com seus pares, em condição de igualdade, por trabalhos de maior prestígio social; a utilização da imprensa escrita como canal de desabafo, de exposição pública de seus sentimentos e pensamentos.

Foi exatamente nesse contexto que a cachoeirense, Consuelo Salgueiro (12 de fevereiro de 1906/22 de fevereiro de 1987), filha dos espanhóis, Vicente D. Salgueiro e Antônia Brabo y Brabo, nasceu. Quando Consuelo fez oito anos, a família veio morar em Vitória. Aqui, ela estudou, diplomou-se professora pela Escola Normal Pedro II e lecionou no Grupo Escolar Gomes Cardim. Estudou pintura, especializando-se em desenho artístico e foi colaboradora da Revista *Vida Capichaba* com artigos, contos, traduções e ilustrações, como a que vemos na próxima página, intitulada “Portão do Largo do Boticário”, que lhe rendeu medalha de ouro num concurso.

De seu casamento com o advogado Ivo Felisberto de Souza, teve dois filhos João Vicente e Maurício Salgueiro. Separada, mudou-se com os dois filhos para o Rio de Janeiro, onde “deu aulas de Português e Artes em vários colégios. Mais tarde, foi nomeada para o cargo de redatora, no Instituto Nacional do Livro” (RIBEIRO, 1998, p. 71). Nessa época fortaleceu sua amizade com a escritora Haydée Nicolussi, que também morava no Rio.

Consuelo Salgueiro (Patrona da Cadeira 29 da Academia Feminina Espírito-santense de Letras) foi amiga também de Yvonne



Tela: Portão do Largo do Boticário (sem data).

Fonte: Fotografia do acervo da Academia Feminina Espírito-santense de Letras.

Pedrinha de Carvalho Amorim, jornalista que, em 1954, fundou o Movimento Feminino Capixaba. Sobre Consuelo, Dona Yvonne, membro da Academia Feminina Espírito-santense de Letras (Cadeira nº 6, cuja patrona é Haydée Nicolussi) e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, escreveu um artigo na *Revista do IHGES* (1992, nº 41, p. 23-24): “Consuelo Salgueiro entre a literatura poética e a pintura” (RIBEIRO, 1998, p. 256). A fotografia da página seguinte, também conseguida no acervo da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, parece atestar a afinidade entre as escritoras capixabas. No verso da foto, a inscrição sem data: “Consuelo Salgueiro (sentada) e Yvonne Amorim (em pé) — Noite de autógrafa em exposição solo”.

A Revista *Vida Capixaba* traz registro de textos traduzidos pela autora. Estão em CONTOS DA «VIDA CAPICHABA». Dois deles são: “A Mesa”, de Concha Espina (Revista nº 88, 15 de mar-



Consuelo Salgueiro (sentada) e Yvonne Amorim (em pé) – Noite de autógrafo em exposição solo.

ço de 1927, p. 43-44) e “Mêdo”, de José Más (Revista nº 15 de agosto de 1927, p. 16-17).

Interessa-nos, no entanto, para este trabalho, o texto “A alma das coisas”, assinado por Consuelo, publicado no mesmo periódico no dia 15 de setembro de 1932 (na íntegra, com cópia *fac simile*, no final deste ensaio).

As duas primeiras palavras do texto são a palavra “noite”, que na descrição da narradora está “cismarenta e muda” e evoca uma atmosfera de meditação. Tais palavras nos fazem intuir o estado de alma da narradora cujo olhar de uma observadora atenta às coisas da natureza nos conduz a dois espaços: o jardim e a sala da casa.

Aquele, o externo, o espaço público: o jardim. As palavras usadas para descrevê-lo indicam ação, movimento, fluidez: “No jardim, um *embalar* manso de ramos. As folhas [...] *conversam* baixinho [...]. E seu *comentário sussurrante* é como um *farfalhar* de tafetás. Dois galhos grandes me acenam num convite encantado para ver a beleza da noite”, ambiente tentador, mas durante muito tempo negligenciado à mulher.

Este, o interno, o espaço privado: a sala. Três são “os objetos, imóveis, como que cismam em seus destinos animados, cada qual, de uma alma diferente”: o abajur, o relógio e o bibelô. A imobilidade da cena, a pouca luminosidade do ambiente, a melancolia e o saudosismo contrastam com a vivacidade do jardim.

Entre um mundo e outro, a narradora redimensiona formas e cores, capta imagens, que, a olho nu, parecem perfeitas, alinhadas. No entanto, entendemos como Alfredo Bosi, em seu texto “Imagem, discurso”,

aparecendo como um todo finito e simultâneo, a imagem parece alinhar-se entre os fenômenos estáticos, já feitos, perfeitos, no sentido etimológico do tempo. Será assim desde que não nos esqueçamos que o estático se compõe de forças diferentes em equilíbrio (BOSI, 1993, p. 18).

A autora explicita no texto essa mesma percepção ao afirmar que os “objetos, imóveis,” daquela sala, sobretudo o relógio e o bibelô (não seria a narradora também um deles?), são animados “cada qual, *de uma alma diferente*” (grifo nosso). O trecho em espanhol que vem a seguir inicia a sequência em que a fixidez dá lugar à fluidez.

Y en médio de este obscuro silencioso,
[de esta calma,
Ya no sê si es la sombra quien invade
[mi alma
o si os que de mi alma va surgiendo
[la sombra!...

No trecho acima, percebemos que embora o eu lírico não saiba dizer ao certo (“no sê si”/ “o si”) se é a “sombra” que invade a “alma” ou se é esta que vai surgindo daquela, a indicação de movimento caracterizado pelos verbos “invadir” e “surgir” aponta para a tentativa da personagem reequilibrar-se interiormente e, como veremos a seguir, como o que está fora de si.

Nesse processo de capturar o mundo, a narradora retoma a imagem do relógio e do bibelot. Aquele, “pequeno, de mármore negro, muito simples”, mas de alma grande, cujo “tic tac mal se percebe” contrapõe-se a este, frívolo, “transparente, leve como uma illu-

são — um bailado em cristal [...] futil, numa expressão magnífica de infinita felicidade”. Descritos, portanto, segundo às vivências e às expectativas de quem os vê, os objetos, que “vivem sempre juntos na intimidade do meu aposento, no segredo dos meus hábitos – um conta me as horas, o outro segura as minhas flores”, ganham consistência aos olhos da narradora-personagem.

A cumplicidade sujeito-ambiente é posta em xeque quando a visão de tais objetos provoca na narradora uma sensação de desconforto. Ela se dá conta de que, apesar de sua convivência pacífica com as coisas que observa, “não logrou modificar a magua do relógio, nem a alegria delirante da fragil bonequinha do bibelot”.



Em outras palavras, a angústia sentida pela narradora se dá porque ela percebe que está diante de sua própria fragilidade, de sua pluralidade, de seus limites, e da inevitável distância que há entre cada um de nós e o outro que nos rodeia: “Nós só compreendemos o sofrimento se sofreremos também. [...] Oh! A alma dos outros... Oh! a nossa alma...”

Retrato de Consuelo Salgueiro, feito por Calmon Barreto, professor e diretor da Escola de Belas Artes da UFRJ. Técnica: Sanguíneo e Crayon.

Referências

- AZEVEDO, Thelma Maria (Org.). Consuelo Salgueiro. In: *Poetas capixabas*. Disponível em: < <http://www.poetas.capixabas.nom.br/AESL/membro.asp?id=68&academia=afesl>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- BOSI, Alfredo. Imagem, discurso. In: *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 11-36.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2. ed. rev. Vitória: Edufes, 2001.
- RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Antologia de escritoras capixabas*. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, NPLES, 1998.
- SALGUEIRO, Consuelo. A alma das coisas. *Revista Vida Capichaba*. Vitória, 15 de setembro de 1932. Ano X. Número 324.
- TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Rio de Janeiro: Rocco. 1978.

ANEXO – A alma das coisas, de Consuelo Salgueiro (*Revista Vida Capichaba*.
Vitória, 15 de setembro de 1932. Ano X. Número 324). Versão *fac simile*.

ANNO X VIDA CAPICHABA NUM. 324

REVISTA QUINZENAL ILLUSTRADA
Director: M. LOPES PIMENTA
Redactor-chefe: CARLOS MADEIRA

Victoria, 15 de Setembro de 1932

88

Noite.

Noite scismarenta e muda.
Tudo aspira uma sensação de alívio, uma atmosfera de extase evocador e o nosso espirito se expande pelas imensidades das recordações e se ergue a um mundo elevado de sonhos.

Hora de taciturna meditação...

No jardim, um embalar manso de ramos. As folhas temem perturbar a harmoniosa quietude do silencio e conversam baixinho sob a magestade do ceu orgulhoso das joias das estrellas. E o seu commentario sussurrante é como um farfalhar de tafetas.

Dous galhos grandes me acenam num convite encantado para vêr a belleza da noite.

De vez em quando, um raminho tenro roça de leve, no vidro da janella, bisbilhoteiro, espiando para dentro da sala que o «abat jour» romantico illumina.

O meu «abat jour» romantico... A sua luzinha, uma luzinha triste como a lagrima e evocadora como a saudade...


Na sala, tudo parece alliar-se ao socego do jardim; os objectos, immoveis, como que scissam em seus destinos, animados, cada qual, de uma alma differente.

A

alma

das

cousas



Que contraste singular...
O relógio, todo vestido de preto, com o coração pulsando sempre, sempre, compassadamente, monotonamente, os olhos vagos, triste como um grande soffredor e o bibelot, futil, numa expressão magnifica de infinita felicidade, envolto em veus alegres que gritam a toda a força as suas cores loucas.

Que grande alma a do relógio — que grande frivolo o bibelot.

Elles vivem sempre juntos na intimidade do meu apartamento, no segredo dos meus habitos — um conta me as horas, o outro segura as minhas flôres.

E a minha convivencia não logrou modificar a magia do relógio, nem a alegria delirante da fragil bonequinha do bibelot que, ao lado da columna fina e transparente que sustenta as flôres, dança sempre, sorri sempre.

É que ella, na sua alegria radiosa e feliz não notou nunca a dolorosa e amarga expressão de seu visinho infeliz. Nós só comprehendemos o soffrimento se soffremos tambem.

A Felicidade...
A Humanidade...

Oh! a alma das cousas...
Oh! a nossa alma...

«Y en medio de este obscuro silencio,
[de esta calma,
Ya no sé si es la sombra quien invade
[mi alma
o si os que de mi alma va surgiendo
[la sombra...»

O relógio pequeno, de mármore negro, muito simples, deixa cahir lentamente o ponteiro grande que vai marcar as dez e meia. O seu tic tac mal se percebe; é como o manso palpar de um coração.

A seu lado, um bibelot transparente, leve como uma illusão — um bailado em cristal.

E eu fico olhando, olhando e pensando no relógio e no bibelot...

C O N S U E L O

O ACERVO DO IHGES, À LUZ DA CULTURA MATERIAL

*Gisele da Luz Rodrigues**

Resumo: A preservação da Cultura Material de um povo é de grande importância para a manutenção da memória e através dela levar o ser social a reflexão e conscientização da sociedade que habita. Os acervos e as coleções de objetos materiais são inerentes a Cultura Material. E é com base nessas noções que tomamos como exemplo a trajetória do acervo do IHGES e sua representação para a sociedade capixaba.

Palavras-chaves: Cultura Material. Acervo. IHGES.

Na sessão de 11 de março de 1922 do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), um dos sócios protesta:

O sr. Aristoteles Santos, com a palavra, se refere energicamente ao autor de artigos publicados no “Diário”, e assignado Xis, dizendo os mesmos serem infundados, inverídicos e trazerem para o Instituto o descrédito perante as associações congêneres. Pondera o orador que os ataques mesquinhos que esse seu Xis esta de longe data movendo? contra o Instituto, pelo órgão official do governo do Estado, alcançam directamente o Presidente Nestor Gomes, a quem o Instituto deve uma valiosa soma de benefícios. [...]. O seu Xis não vem as sessões, continua o orador, não comparece aqui e no entanto nos critica! Que venha e proponha o que achar ou o que quizer porque se discutirá as suas propostas sem que se sinta melindrado, como tem acontecido com todos nós outros, e não se prevaleça do órgão official, de jornaes para atacar o que ignora. [...]. **Falar em objectos desapparecidos e que o Instituto não tem procurado saber do seu pa-**

* Graduada em História e não associada ao IHGES.

radeiro, é admirável porquanto aqui já se tratou de tal assunto em sessão de 6 de agosto do anno passado. Não sei quem é esse seu Xis, mas peço a mesa evitar que o órgão official continue a publicar artigos que alem de inverdicar vêm ferir os brios do Instituto. (IHGES. Ata realizada em 11 de março de 1922. Livro I, folha 29, grifo nosso).

O autor do artigo que causou indignada manifestação por parte dos associados do IHGES assinava apenas como “XIS” e sua identidade nos é totalmente desconhecida. O anonimato do “senhor Xis”, que manteve durante muito tempo uma coluna assídua no jornal *Diário da Manhã*,¹ favorecia as constantes críticas feitas a elite cultural e literária capixaba do período. Seus eloquentes artigos bem que mereciam uma atenção a parte.

No decorrer da semana que antecedeu a aludida sessão, o “senhor Xis” publicou alguns artigos referentes ao assunto do momento — a *Comissão organizadora dos preparativos da festa do Centenário da Independência*. Neles, o enigmático senhor fazia cobranças à instituição, que no seu entendimento, julgava ser a responsável pela produção e qualidade dos trabalhos referentes à história do estado e consequentemente do país. Para ele, era de extrema importância que todos estivessem irrecusavelmente interessados na questão:

Deante disso, mais me convenço da razão com que affirmei, há tempos, que só escreverá verdadeiramente sobre o território espírito-santense, seus costumes, seus habitantes, suas tradições, suas paisagens, suas lavouras, suas escolas, suas relíquias architectonicas, quem puder percorrerlo em todos os sentidos, arrancando ao furor das traças dos archivos municipaes os documentos

¹ Funcionou possivelmente de 1907 até o começo da década de 1940 e servia como órgão oficial do governo estadual.

valiosíssimos, que comprovam episódios notáveis de nossa existência passada. [...].

De uma feita já lembrei ao nosso Instituto Histórico que essa tarefa lhe pertence directamente e que elle já devia prestar ao Estado esses serviços relevantísimos. Examinar os espólios literários do monsenhor Pedrinha, do cônego Meyrelles, do Sr. Deocleciano de Oliveira e de outros notáveis filhos do Espirito Santo, divulgar-os, reunil-os em valiosos extractos, publical-os na sua revista; pesquisar todos os documentos importantes dos cartórios e parochias municipaes, para evitar que os remanescentes dos muitos que havia, levem o descaminho dos outros, guardando-os no original ou em certidões authenticadas; organizar uma selecta dos escritores capixabas; reeditar as suas obras mais estimadas, etc. são obrigações urgentes, de que não se pode eximir o nosso Instituto Histórico, qual; mal grado (?), nem sempre se agrada das minhas franquezas sinceras. (DIÁRIO DA MANHÃ, 7 de março de 1922, p. 1)

E sobre o excerto com que este artigo se inicia, ele diz:

Quantas preciosidades, quantas relíquias, dignas de museu, e para nós, sobremodo apreciáveis, como documentação de nossa arte retrospectiva, do nosso patrimônio histórico, se têm sumido, nos leilões de objetos, por colleccionadores isolados muitos estrangeiros, para gananciosas explorações commerciaes!(DIÁRIO DA MANHÃ, 8 de março de 1922, p. 1)

Neste ponto, o senhor Xis não cita directamente o IHGES, mas, o que subjetivamente percebemos através das atas é que havia desde o ano anterior, quando o senhor Xis é citado pela primeira vez, uma perseguição velada contra o Instituto.

Desde a sua fundação em 1916, um dos intentos do IHGES, era a criação de um museu vinculado ao Instituto e para isso recebia mui-

tas doações de objetos históricos e afins. Um museu pode ser entendido como uma instituição que está a disposição da sociedade e exerce significativa função na formação da consciência social, levando o indivíduo observador a reflexão de si mesmo e do meio em que vive.

O sr. presidente communicou as dadivas já feitas para o Museu do Instituto e que constam de uma espada de fabricação franceza de 1810, pelo coronel Antonio Lirio, uma cédula de 2,000 do imperio, data de 1833 e uma agua marinha azul celeste das serras do Castello, por Archimino Mattos, uma colleção de arcos e flexas dos índios do rio Pancas, por João Mattos, uma medalha em bronze pelo cap.º Ildefonso Miranda e uma outra espada com as armas imperiaes, por Matheus Vasconcellos. (IHGES. Ata realizada em 06 de agosto de 1921. Livro I, folha 22).

No entanto, como testemunhamos, foram feitas insinuações de que o IHGES não estava sendo um bom guardião dos objetos que recebia. Como mencionado no início pelo associado Aristóteles Santos², o assunto já havia sido abordado em sessões do ano anterior, porém, sem responsabilizar diretamente o Instituto:

O sr. Elpidio Pimentel propõe, após considerações, a criação de um archivo. O sr. Ubaldo Ramalhete votando a favor lembra que das municipalidades bem pouco se poderia obter devido ao pouco zelo dados a documentos. O sr. Elpidio propõe ainda que o Instituto investigue do paradeiro dos livros historicos organizados pelo engenheiro Honorio Coutinho e que se achavam no Archivo Publico. Essas propostas foram acceitas ficando a comis-

² Aristóteles Santos (1888-1935) pertenceu ao rol de poetas capixabas e também foi advogado e um dos fundadores da Faculdade de Direito do Espírito Santo. Fonte: AZEVEDO, Thelma Maria. *Dicionário de poetas capixabas*. Vitória: Secretária Municipal de Cultura, 2011 p. 198.

são de Historia dellas encarregada. O sr. Aristoteles Santos lamentando o afastamento do Estado de objectos de arte e museus antigos pede a designação de uma comissão para se entender com o sr. Presidente do Estado e Bispo, afim de ser evitado tal facto. (IHGES. Ata realizada em 06 de agosto de 1921. Livro I, folha 22).

Assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), o IHGES tinha — e ainda tem — como missão preservar, manter e “zelar por todas as tradições históricas e pelo sagrado patrimônio cívico do nosso Estado” (IHGES. Ata realizada em 20 de agosto de 1921, Livro I, folha 23). O IHGB foi formado em 1838, mas, só “a partir de 1850, o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais” (SCHWARCZ, 2007, p. 126). E com o IHGES não foi diferente, pois desde a sua fundação tem servido de ícone científico e cultural do estado. A desavença relatada traz a tona um debate um tanto conveniente a respeito dos bens materiais das instituições nacionais. Percebemos através das fontes examinadas que o debate a respeito do descuido das autoridades para com o patrimônio e consequentemente a memória local, vem de longa data.

Além da preocupação com a produção intelectual e científica, o IHGES assim também se voltava ao colecionamento. Pelos objetos doados a instituição, entendemos que a tentativa de se organizar uma coleção museológica não se restringia apenas ao estado do Espírito Santo, mas também a história de todo o país e até mesmo de lugares fora do Brasil.

Dentre os artigos inusitados doados até o ano de 1925, além dos já citados, poderemos destacar: “livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da Villa da Victória da capitania do Espírito Santo de 1817 com a permissão de D. João”; “medalha de cobre do reinado de D. João VI”; “volumes de ns. 24 e 27 de Inven-

tarios e Testamentos, publicados em S. Paulo”; “offerta da copia do officio de S. A. Real, o Principe Regente, mandando censurar o professor de grammatica latina (?), Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, pelo não cumprimento de deveres, datado de 15 de abril de 1822”; “original do officio de S. A. Real a Princeza I. Regente, mandando fazer mercê ao remador Bernardo Santos, (Caboclo Bernardo), da medalha de 1ª classe, datado de 6 de outubro de 1887”; “tratado de ortografia de Madureira Feijó” provavelmente do século XVIII; “actas da Assembleia Constituinte”; “echarpe de seda do primeiro império”, além de moedas, medalhas, mapas, quadros e livros.

Entramos neste momento num tema bastante atraente, que é o hábito de colecionar. Mas não falamos de coleções de cartões ou de canetas, apesar, de que em algum momento elas terão sua importância histórica e antropológica. Referimo-nos as coleções que servem de aparato visual e simbólico de épocas, povos e lugares distintos e que “representam, na realidade, documentos que se particularizam por serem materiais”, de acordo com Berta Ribeiro e Lucia Van Velten em *Coleção etnográfica para a história indígena* (1992, p. 103).

Voltadas principalmente para o estudo antropológico, os artefatos que compõe essas coleções testemunham hábitos humanos que vem a legitimar a cultura de uma sociedade. Ao observador, as coleções expostas representam um passado ou povo que o levam a refletir em torno da diferença e da alteridade.

O ato de recolher objetos e materiais diversos pode ser compreendido como uma necessidade de classificação do mundo exterior visando nele inserir-se mediante sua compreensão e domínio. Uma coleção retrata, por isso, a história de uma parte do mundo e, concomitantemente, a história e a realidade do colecionador e da sociedade que a formou. (RIBEIRO e VAN VELTEN, 1992, p. 103).

No Brasil, a ideia de recolher tais objetos iniciou-se com os naturalistas que aqui estiveram a partir do final do século XVIII e que veio a se desenvolver chegando-se as práticas atuais. A intenção era “evitar a perda não só da cultura dos povos indígenas, [...], como também do que se poderia encontrar nesses artefatos sobre a origem e a evolução do homem” (RIBEIRO e VAN VELTEN, 1992, p. 104). A exploração em torno do tema sobre coleções etnográficas e/ou museológicas é imensa, todavia, nos restringimos apenas no que compete ao interesse deste artigo.

A descrição etnográfica é o registro detalhado da produção material de um povo ou grupo social, ou seja, da Cultural Material. Esse estudo é de imprescindível relevância para a interpretação que faremos dos objetos como símbolos representativos da cultura material de uma sociedade. É importante comentarmos um pouco sobre Cultura Material, com a qual as expressões “coleções etnográficas” e “objetos materiais” são inseparáveis.

O valor de um determinado objeto para uma sociedade é relativa à própria sociedade que o utiliza ou observa. Em se tratando de sociedades onde não havia, ou não há escrita, o que se depreende delas é extraído através da análise etnográfica de objetos que chegaram até nós, como utensílios, adereços, vestuário, ferramentas, instrumentos bélicos, ou qualquer outra coisa que venha representar um grupo cultural, seja pelo seu meio utilitário ou estético.

O objeto material produzido por povos distintos é alvo de intermitentes estudos a partir da segunda metade do século XIX, onde tem sua gênese. Posteriormente, ganha uma noção própria dentro das ciências — a de Cultura Material — cujo interesse principal é o estudo do conjunto dos objetos concretos produzidos e utilizados por sociedades passadas, cada uma em seu tempo e espaço, segundo Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez na *Enciclopédia Einaudi* (1989, p.36). O historiador José D’Assunção Barros simplifica a noção dizendo que:

Com a História da Cultura Material temos o campo histórico que corresponde à interação do Homem com a materialidade que mais diretamente envolve a sua existência: aquela que o próprio Homem produz em sua vida social o que implica desde a construção do seu habitat até os objetos duráveis e não-duráveis do seu cotidiano.³

Com as novas propostas oferecidas pelas principais correntes de pensamento do final do século XIX e começo do século XX, conhecimentos antes indubitáveis por sua essência — “como a Bíblia ou os filósofos gregos — são substituídos pela experimentação prática, o confronto de dados comprováveis, a demonstração como prova, [...]”. E a “[...] noção [cultura material] passa a ser possível a partir do momento em que, [...], muda a definição da finalidade e do objeto científico e se desenvolve uma metodologia que pressupõe o recurso ao concreto, ao tangível e ao material. [...]” (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.14).

Assim, ciências como a antropologia, etnografia, história e principalmente a arqueologia, cada uma em suas particularidades, passam a buscar o significado e o lugar de cada objeto, inquirindo sua importância. “[...]. É indispensável o conhecimento simultâneo dos objectos materiais — as suas dimensões, formas, matéria e, indirectamente, os seus modos de fabrico — e a sua proveniência exacta, de modo a reconstruir ou explicar o ambiente que os originou.” (BUCAILLE; PESEZ, 1989, 24-25).

Deste modo, o desenvolvimento da noção de Cultura Material foi de extrema importância como problemática para as pesquisas acadêmicas, pondo novo enfoque sobre a exploração das fontes.

³ BARROS, José D’Assunção. História da Cultura Material. Texto disponibilizado em 8 de janeiro de 2011. In: *Campo da História*. Disponível em: <www.campodahistoria.blogspot.com.br/2011/01/historia-da-cultura-material.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2012.

Mas é importante saber que a progressão da noção correu sob longo processo que pode ainda não estar terminado.

Dentre as características importantes da Cultura Material, há uma que não podemos deixar de mencionar, que é a sua indissociável relação com a coletividade, visto que, cultura pode ser entendida como aquilo que é compartilhado entre indivíduos de um mesmo grupo e não pode existir num indivíduo só.

A cultura material pode ser definida antes de mais como a cultura do grosso da população. Quer isto dizer que é aquela que diz respeito a imensa maioria numérica da coletividade estudada; podem evidentemente, fazer-se subdivisões dentro de tal maioria e distinguir, por exemplo, classes sociais, grupos rurais ou urbanos etc., mas não é isto o essencial: a cultura material, cultura do coletivo, contrapõe-se sobretudo à individualidade. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 21)

Os objetos materiais estão inseridos dentro dos fenômenos socioculturais produzidos peculiarmente por cada sociedade, uma vez que, os modos de sentir, de ver e de fazer estão intimamente ligados a produção material dos indivíduos sociais de acordo com a necessidade do momento. Um exemplo bastante simples foi a urgência de armazenamento que levou comunidades longínquas no tempo a elaboração de vasos e potes onde pudessem guardar comida ou qualquer outro pertence. Assim, verificamos que tais artefatos “são sobretudo testemunho da presença do homem artífice de utensílios” (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 21)

Diante disso, nos colocamos frente a outro ponto importante – a materialidade. Quando sentimos a carência da visualização e do tangível ao ler qualquer descrição num documento ou nos deparamos com textos mal documentados e caímos na pura subjetividade, é aos objetos concretos que recorremos como prova “quase” irre-

futável do fato. Dizemos quase, pois, quando se trata da análise do passado, nada está concluído.

[...], o objeto concreto é o suporte necessário da descrição ou da compreensão, que não podem passar sem ele: é por isso, que a matéria, a forma, e a cor exactas de uma faca, tal como o lugar e época de onde é originária são indispensáveis para saber de que grupo sociocultural provém, de que época data, como e porque foi concebida, utilizada e compreendida (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 25).

E é falando na materialidade no estudo das coleções que retomamos a questão do IHGES e observamos que o intuito de se formar um museu não prosperou como era esperado pelos sócios. Desde 1916, o IHGES passou por alguns períodos de portas fechadas, conforme nos revelam as atas das sessões e um dos motivos pode ser a ausência de um local fixo para realização de suas reuniões. Até 1925, o IHGES não possuía sede fixa, quando adquire do governo estadual seu antigo prédio.

Mas já na década de 40, o prédio não oferecia condições estruturais adequadas para os associados se reunirem, cujas raras sessões passaram a acontecer em diversos locais da cidade. Somente por volta de 1969 é que o local passa por uma grande intervenção, onde o antigo imóvel é demolido e o terreno incorporado à construção do atual edifício Domingos Martins, onde se localiza atualmente sua sede. A reforma só foi concluída em 1980 e desde então tem estado em ininterruptas atividades. Entre as décadas de 60 a 80, ou seja, entre o período em que passou semi fechado e a reforma, todo o mobiliário, acervo e biblioteca do IHGES foram levados para o Solar Monjardim onde permaneceram até a reabertura.

Somente as atas são testemunhas da existência e da doação de alguns itens, podendo servir como comprovante legal dos mesmos,

mas ainda assim, seria insuficiente, já que, em alguns casos como no dos quadros, não há descrição alguma do que representavam ou informação sobre seus autores. Com exceção das atas, o IHGES não possui nenhuma documentação oficial referente às concessões adquiridas antes da re-inauguração em 1980.

No ano de 1986, pouco antes de falecer, o poeta capixaba Elmo Elton (1925-1988) realiza a maior doação que o IHGES já recebeu. Composta de um enorme e diversificado acervo angariado durante sua vida — que inclui rico mobiliário, peças raras de decoração, livros, documentos, arte sacra, quadros, e outros objetos exóticos — a coleção doada possui documentação legal lavrada em cartório.

Em depoimento⁴ para a composição deste artigo, Paulo Stuck Moraes (1957), historiador e vice-presidente do IHGES, além de profundo conhecedor da história da instituição, nos informa que em 2001 foi feito um comodato entre o IHGES e a secretaria de cultura da cidade para que alguns objetos fossem expostos no futuro museu da casa Cerqueira Lima. O comodato encerrou-se em 2011, mas ainda pensa-se na possibilidade de renová-lo.

O vice-presidente, ainda nos diz que muitos objetos precisam de cuidados especiais e urgentes e que de todo o acervo levado para a mansão Cerqueira Lima, somente cerca de 60% dos objetos ainda estão em boas condições, de acordo com uma classificação realizada. Em se tratando de objetos antigos, devemos seguir a máxima que diz “todo cuidado é pouco”. Esse fato nos faz recordar do misterioso “senhor Xis” e das suas queixas na época para com o esquecimento das autoridades em relação à história e a memória local e, consequentemente, nacional.

A cultura material, como já explicamos, é inerente ao tangível, mas, também poderíamos dizer que ela perpassa pela imaterialidade,

⁴Entrevista realizada em 25 de setembro de 2012 na sede do IHGES.

revelando os costumes e usos da sociedade. Então, como poderemos compreender nossa história, refletir sobre ela e passar aos mais jovens quem somos, as influências que recebemos e como formamos nossa sociedade se não cuidamos do que nos restou de outras épocas?

O IHGES, que possivelmente seja a sociedade cultural e científica mais antiga do estado, é uma entidade particular sem fins lucrativos, que se mantém do valor simbólico das semestralidades de seus associados. Exceto isso, para manutenção da sede e publicação das revistas, o orçamento da instituição conta com eventuais emendas parlamentares, de onde recebe fundos que do mesmo modo auxiliam em melhorias e modernização do local.

Recentemente, o Instituto foi beneficiado com recursos do edital da Secretaria Estadual de Cultura, através do qual foi realizado um intenso trabalho de catalogação de parte do acervo de obras raras pertencentes a biblioteca do IHGES. Mas há muito que se fazer pela instituição.

Atualmente fala-se muito em valorização do patrimônio cultural, mas será que a sociedade realmente se preocupa com seu patrimônio? Será que ela se sente ligada a ele? Será que a sociedade se enxerga nesse patrimônio? Pois, não há patrimônio cultural sem cultura material e sem eles a sociedade, em todo seu âmbito, não existiria e vice-versa. É uma relação de interdependência.

No momento, a situação do imóvel ainda não é das melhores, pois, além do pouco e mal elaborado espaço para comportar suas atividades, é constantemente vítima de infiltrações e outros danos estruturais. Além dos mais de 3.000 títulos da Biblioteca Augusto Lins, o que hoje está exposto nas dependências do IHGES é uma ínfima parte do acervo ofertado por Elmo Elton, onde estão peças de mobiliário e objetos de arte, incluindo um quadro cusquenho provavelmente do século XVIII.

Estão expostas também quatro importantes telas retratando a família imperial: uma de Dom João VI (91x70), uma de D. Pedro I

(210x135) e duas de D. Pedro II (70x91 e 90x70, 80) em diferentes idades. As pinturas que estão em poder do Instituto já há algumas décadas, segundo o vice-presidente, “a rigor, o que se sabe é que aparentemente seriam cópias das originais, feitas inclusive pelo próprio autor”, costume comum na época do império. De acordo com Almerinda da Silva Lopes em *Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República*,

tais retratos pertenceram a antigas Câmaras Municipais do Espírito Santo,⁵ mas em 1881, quando foram restauradas por Moniz Barreto, já estavam no acervo do Palácio do Governo, em Vitória, segundo Maria Stella de Novaes. (1997, p. 204)

Uma das pinturas que retrata o Imperador D. Pedro II ainda menino se trataria de uma cópia do original de Félix Émile Taunay⁶ de 1837 (SCHWARCZ, 2007, figura 9), e congetura-se que tenha sido feita por José Correia de Lima, aluno de Debret, por ter características semelhantes a tela de D. Pedro aos 22 anos. Essa possui assinatura “embora se encontre quase ilegível” e ambas as telas poderiam ser datadas da primeira metade do século XIX. As telas de D. João VI e D. Pedro I são as mais antigas e

Permaneceram, até aqui, como de autoria desconhecida, embora duas estejam assinadas. O retrato de D. Pedro I, [...], é a única que mostra o Imperador de corpo inteiro. Quase ilegível, a assinatura do autor aparece do lado esquerdo da tela: Simplício de Sá e datada de 1828. As características estéticas dos retratos e cenas históricas, dos quais conhecemos alguns, bem como a ma-

⁵ Em nota na página 233, a autora diz: “informação prestada, em depoimento à autora pelo prof. Renato Pacheco, em 5 de maio de 1992”.

⁶ Félix Émile Taunay (França, 1795 – Rio de Janeiro, 1881) importante pintor e professor da Academia Imperial de Belas Artes.

neira como o artista assinava, permitiram que chegássemos, sem qualquer dúvida ao nome de Simplício Rodrigues de Sá. O retrato de D. João VI, mesmo sem estar datado e assinado, pelas características nos parece ser do mesmo autor e um pouco anterior. [...], se situa provavelmente no início dos anos 20, quando o pintor começou a ser requisitado para fazer os retratos dos membros da Coroa portuguesa no Brasil, o que lhe valeu o título e a nomeação de pintor oficial da Câmara Imperial, [...]. Tanto uma quanto outra pinturas, desfrutaram do privilégio de situar-se entre os retratos mais antigos, feitos no Brasil, dos membros da Corte. (LOPES. 1997, p. 204).

Se assim for, o IHGES seria tutor de peças de inestimável valor de nossa história que necessita de atenção especial e manutenção constante.



Imperador D. Pedro II os doze anos. Félix Émile Taunay, 1837. Óleo sobre tela. Museu Imperial de Petrópolis.

Fonte da imagem: www.commons.wikimedia.org



Imperador D. Pedro II. Sem identificação de autoria ou data. IHGES. Fonte: reprodução.

Há ainda duas outras obras que “podem” ser de autoria do pintor Giuseppe Boscagli, ou José Boscagli, como aqui ficou conhecido (Florença, 1862-Rio de Janeiro, 1945). Ainda segundo Lopes, Boscagli permaneceu em Vitória entre os anos de 1910 e 1901, onde realizou várias exposições, se associando ao fotógrafo Alberto Lucarelli (1997, p.193-194). Durante o início do século XX, Boscagli foi pintor oficial das expedições do Marechal Cândido Rondon, onde retratou a fauna, a flora e os indígenas dos sertões do Brasil.⁷ É indispensável esclarecer que, mesmo que tais possíveis informações não venham a serem confirmadas, os objetos não deixam de possuir seu valor histórico e cultural para o acervo da instituição e, por conseguinte, do estado.

É interessante lembrar que o Instituto Histórico e Geográfico, referência científica para a sociedade capixaba, como o IHGB o é para o Brasil, não tem seus bens inventariados e conseqüentemente segurados no caso de algum acidente.

O IHGES deve ser visto como um bem material e imaterial do estado, e em decorrência disso como patrimônio cultural espírito-santense. Sobretudo, na falta de um museu dedicado especialmente à história do estado, onde se aspirasse, num devaneio, sintetizar em um só local sua trajetória desde os tempos de Vasco Coutinho, como ambicionava o “senhor Xis”. Dizia ele: “Não sei, entretanto, como a Comissão conseguirá vencer o indiferentismo e a má vontade de muitas autoridades públicas e do povo, obrigando-os a se

⁷ Fonte: RUBENS, Carlos. *Pequena história as artes plásticas no Brasil*. SP: Editora Nacional, 1941, p.356. apud Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais. Disponível em <www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_IC/Enc_Artistas/artistas_imp.cfm?cd_verbete=1943&imp=N&cd_idioma=28555>

Acessado em 27 de setembro de 2012. O Livro pode ser encontrado on line em <www.brasiliana.com.br/obras/pequena-historia-das-artes-plasticas-no-brasil/pagina/356/texto>

interessarem eficazmente pela vida espiritual de nossa terra.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 7 de março de 1922 p.1).

O sutil conflito protagonizado pelo IHGES e o “senhor Xis” na década de 20 só vem a nos mostrar o quão pouco avançamos no que diz respeito a conservação e manutenção da memória por meio dos objetos materiais, coleções, acervos e também do patrimônio arquitetônico. Os seus comentários ácidos, naquele momento só vinham a expor uma ferida que ainda hoje tentamos cicatrizar:

Muitos estrangeiros, cultos e inteligentes, que nos visitam, compreendendo o valor de tais documentos, os têm levado, nos limites do possível, para as suas pátrias. Por isso, hoje, o Brasil histórico e prehistorico melhor se descreverá, visitando-se os museus de Berlim, de Londres, de Viena, da America do Norte, onde todos têm lugares distintos e honrosos.

Entre nós, infelizmente, o que se dá é a simonia, o furto de bens religiosos — como o das alfaias riquíssimas de Nova Almeida, — sem que as autoridades, ao menos, apontem á execração publica os autores desses sacrilégios, desses graves desrespeitos as nossas tradições históricas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 8 de março de 1922, p.1)

Após apresentar fatos relevantes sobre o conteúdo patrimonial e “acervístico” do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo à luz da noção de Cultura Material, concluímos esta discussão almejando que as próximas gerações sejam melhores guardiães das tradições históricas que nós estamos sendo. Preservar os bens materiais e, juntamente, os imateriais, legando-os ao futuro é primordial para manutenção da cultura de uma sociedade. A temática é complexa e nos traz muitos questionamentos, mas uma questão ecoa em nossos ouvidos: quem será o desconhecido “senhor Xis” que veio advogar pelas causas espírito-santenses? Fica-nos a incógnita.

Da razão de minhas esperanças e da justeza do meu entusiasmo dirão, dentro em breve, todos os bons amigos do solo, da história e das letras espírito santenses, que o lerem, orgulhosos das opulentas riquezas e numerosas formosuras do torrão natal. Xis. (DIÁRIO DA MANHÃ, 8 de março de 1922, p. 1).

Referências

- BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. *Cultura Material*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI vol. 16. Lisboa: 1989 p.11- 47
- DIÁRIO DA MANHÃ. *Album Histórico*. Ano XVI, nº 169. 7 de março de 1922. Microfilme. Arquivo Público do Espírito Santo.
- DIÁRIO DA MANHÃ. *Album Histórico*. Ano XVI, nº 170. 8 de março de 1922. Microfilme. Arquivo Público do Espírito Santo.
- IHGES, *Boletim*. Informativo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Ano XVII. jan/jun de 2012. nº 51
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. *Atas de 1916 a 1925*. Livro I.
- LOPES, Almerinda da Silva. *Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República*. Vitória: Ed. do Autor, 1997. 242 p.
- RIBEIRO, Berta e VAN VELTEN, Lucia. Coleção etnográfica para a história indígena. In: CUNHA, Manuela (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992, p. 103-111.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO “LUIZ JOUFFROY” (EEEFM “LUIZ JOUFFROY”)

Maria Lúcia Pizzáia de Souza

Contar a história sobre alguém, alguma coisa, local, povo, lenda, mito, um feito heróico é, em sentido lato, registrar os fatos para não caírem no esquecimento. Ainda não é parte significativa da cultura brasileira registrar os fatos mais marcantes da vida sócio-política a fim de que as gerações posteriores possam ter acesso aos dados. No máximo estes fatos são lembrados por algumas mentes mais calorosas e que insistem em lembrar-lhes, mas que o registro formal por escrito é sempre preterido. Isto se dá pelo fato de o povo brasileiro ter muito forte em si, a cultura da oralidade.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio ‘Luiz Jouffroy’ é um destes elementos que, juntamente com a história do Município de Laranja da Terra (ES), caracteriza-se como um desses fatos que tem-se urgência em ser formalizado por escrito, pois, sua história já não terá sentido se tudo ficar, tão somente, na memória, na oralidade, ou em arquivos que o tempo consome. E, sem contar que as histórias populares acabam sempre recheadas de mitos, ritos, fantasias, excessos e exaltações por uma parte e omissões por outra.

Esta instituição é de grande importância para a comunidade laranjense, pois é administrada nos preceitos da legislação vigente, conseqüentemente contribui para a formação dos cidadãos comprometidos para o exercício da cidadania. É de suma relevância

* Licenciada em Geografia, pela FAFIC (Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Colatina-ES); Licenciada em História, pela UNIUBE (Universidade de Uberaba-MG); Mestre em ciência da Educação e doutoranda em ciência da Educação pela UNINORTE, Universidad Del Norte – Assunção/Paraguai.

que a comunidade de Laranja da Terra conheça a história da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiz Jouffroy, saber sua origem e de quem foi o ilustre da época que mereceu ser homenageado, tendo seu nome agregado à mesma. Através de um levantamento de dados e consulta aos arquivos de instituições públicas, e das histórias contadas por meio da oralidade, abriu caminhos para aproximar-se da verdadeira história dessa escola e, mais ainda, tirar da Memória e por na História oficial os caminhos percorridos pela história da educação do Município de Laranja da Terra, servindo no futuro como fonte de pesquisa científica para novos trabalhos de cunho acadêmico. Tudo muito simples, mas nem tanto, estamos em um município onde predominam imigrantes pomeranos, alemães, italianos, negros, e outros, menos descendentes de franceses.

Uma história sem registros, onde apenas a oralidade é a verdade dita e não dita, uma Escola onde seu nome homenageia um francês. Em todas as buscas de sobrenome feitas em cartórios e igrejas encontra-se origem de várias nacionalidades, menos francesa.

A história da Educação de Laranja da Terra e de seu município tem suas particularidades quando contada por moradores mais antigos da cidade, quando relatam que a primeira escola teve início por volta de 1930, em uma casinha emprestada por um morador da Vila de São João de Laranja da Terra, nas antigas terras de Leopoldino dos Santos, conhecido como “Leopoldino, o Bravo”, período esse em que pertencia ao Município de Afonso Cláudio, portanto não se tem documentos que comprovam a data. Dizem os mais velhos que, no início, o ensino era particular e privilégio de poucos, pois somente alguns moradores contavam com renda suficiente para pagar a professora Judite dos Santos, que veio de Vitória (Capital do Estado do Espírito Santo) para realizar o trabalho de docente.

A vila de São João de Laranja da Terra nos primeiros anos contava com uma população muito pequena, alguns dos alunos da

professora Judite vinha a pé ou a cavalo, já que nas redondezas só existia aquela escola.

Segundo o Sr. Zequinha (José Luiz Antônio) antigo morador da cidade, de 91 anos de idade, “essa primeira Escola funcionava em uma casa particular em um salão, pois ainda não existia um prédio do Estado para atender aos alunos” (informação oral). Ele estudou na primeira escola pública de São João de Laranja da Terra quando era chamada de Grupo Escolar Rural São João de Laranja da Terra e conta, ainda, que a primeira professora foi Raquel Guedes, professora leiga, que tinha como função de ensinar a ler, escrever e as quatro operações.

Em outubro de 1940, foi publicado no Diário Oficial as realizações do governo Getúlio Vargas no Estado do Espírito Santo do ano de 1939, quando destinou uma verba para construções escolares em núcleos de colonização estrangeira, e, entre os grupos escolares está o Grupo Escolar de Laranja da Terra. Diante dessa publicação, constata-se que, em 1939, tenha, então, a primeira escola recebido o nome de Grupo Escola Rural de São João de Laranja da Terra (jurisdição do Município de Afonso Cláudio), onde foram construídas duas salas de aula, dando início ao ensino público nesse “núcleo de colonização estrangeira”, como foi chamado pelo governo Federal.

Nesse momento, a localidade estava iniciando seu processo de colonização por imigrantes europeus, que vinham em busca de terras para trabalhar, já que sua maioria eram agricultores em seus países de origem. Supõe-se que houve, por parte do governo, uma forma de incentivar uma educação voltada para o campo, despertando maior interesse para a lavoura e crescimento para a economia agrícola da Vila de São João de Laranja da Terra, e as outras vilas próximas, pois juntamente com o Grupo Escolar funcionava um projeto voltado para incentivo a agricultura, o qual se denominava “Clube agrícola” (citado várias vezes nas atas da escola).

De acordo com documento oficial, o Ato de Criação, publicado no *Diário Oficial* de 3 de novembro de 1940, resolve que, em 1º de novembro de 1940 o Grupo Escolar Rural São João de Laranja da Terra, Município de Afonso Cláudio, passa a denominação de Grupo Escolar Rural “Prof. Luiz Jouffroy” (nome dado pelo Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley). (Decreto Nº 12.291, de 1º de novembro de 1940).

Já em 1945, era chamado de Grupo Escolar “Luiz Jouffroy”, funcionando em dois turnos: Matutino e Vespertino, contando com 115 alunos, distribuídos em turmas de 1ª à 4ª série, oferecendo educação em nível de escola primária. O regime de trabalho da Equipe Técnico-Pedagógica era de 25 horas semanais. Com esta denominação de Grupo Escolar “Luiz Jouffroy”, esta escola ficou conhecida até 1963, quando passou a ser chamada de Escolas Reunidas “Luiz Jouffroy”. Em 1965, pelo Dec. Nº 1097, de 28/04/65, transformam-se as Escolas Reunidas “Luiz Jouffroy” em Grupo Escolar “Luiz Jouffroy”, funcionando de 1ª à 4ª série até 1975, de acordo com a Res. CEE nº 41/75, de 28/11/75. Em 1976, mais precisamente em agosto, teve início a Pré-Escola e o Dec. 917, de 23/11/76, autoriza o funcionamento do curso de 2º Grau, Habilitação para Exercício do Magistério.

Em 1978, pela Port. E n.º 924, de 04/07/78, transforma o Grupo Escolar “Luiz Jouffroy” em Escola de 1º Grau “Luiz Jouffroy”, união completa de 1ª à 8ª série. Foi nesta época que o Estado encampou os alunos de 5ª à 8ª série do CEE. Isto aconteceu em junho de 1978. Em 1979, a Port. E nº 1115, de 09/03/79, transforma-a em Escola de 1º e 2º Graus “Luiz Jouffroy”, publicada no *D.O.* de 10/03/79, funcionando com Curso Técnico em Contabilidade, que pouco depois foi desativado. Em 1988, a Port. E nº 2502, de 03/10/88, cria na EPSG “Luiz Jouffroy”, o curso de 2º Grau não profissionalizante, nos termos estabelecidos na Lei nº 5692/71, nova redação dada pela Lei

nº 7044/82 e Res. CEE nº 73/82 que no seu Art. 2º, diz que os efeitos desta Portaria deverão vigorar a partir do ano letivo de 1989, publicada em *D.O.* de 06/10/88. Em 1989, a Res. CEE nº 22/89, de 12/06/89, aprova o funcionamento do Curso Técnico em Contabilidade na EPSG “Luiz Jouffroy”, a partir do ano de 1979 até 1984, convalidando todos os atos escolares praticados ao nível de 2º Grau, o que foi publicado no *D.O.* de 23/06/89. Ainda em 1989, pela Port. E nº 2630 de 14/12/89, no seu art. 1º, é criado na EPSG “Luiz Jouffroy”, o Curso de Técnico em Contabilidade e no seu art. 2º esclarece que os efeitos desta Portaria retroagem no início do corrente ano letivo. Foi publicada no *D.O.* de 18/12/89. Coincidentemente, São João Laranja da Terra nesse momento passou a ser sede do município de Laranja da Terra, conforme Lei Nº 4.069 (*D.O.* de 10 de maio de 1988) sob o Governo do Estado do Espírito Santo. As mudanças cartográficas e políticas foram de grande importância, não só para a Escola Luiz Jouffroy, mas também para todo o Município. Com a implantação do transporte escolar foi possível dar condições de trazer os jovens moradores dos novos Distritos do Município, que não tinham condições de sair de casa para estudar em outras cidades, e assim, darem continuidade a seus estudos em nível de 2º graus, já que somente era ofertado o ensino em nível de 1º Grau em todas as escolas do Município de Laranja da Terra, até então. Em 1990, a Escola passa a funcionar também no prédio alugado da Associação Centro Educacional Rural “União Laranjense”, formando assim, um anexo, além do seu próprio prédio. Em outubro de 1990, acontece a primeira eleição direta para Diretores de escolas em todas as escolas de rede estadual, onde tiveram direito a voto todos os funcionários da escola, professores, alunos maiores de 14 anos e pais de alunos menores de 14 anos, com direito a um voto por família, num bonito exercício da cidadania, ocasião em que foi eleita a Professora Cleuza Vitorasse Delboni. Em dezembro de 1992 aconteceu a 2ª eleição di-

reta para Diretor, na qual foi eleita a Professora Ângela Maria Merlo Soares. Em 1993, pela Port. E. 3012, de 16/12/93, no seu art. 1º cria o Curso de 2º Grau de habilitação para o Exercício do Magistério em 1º Grau na EPSG “Luiz Jouffroy”, formando professores para atender a demanda do próprio Município, e, no seu art. 2º, diz que, esta Portaria entra em vigor a partir do início do ano letivo de 1994 e foi publicada no *D.O.* de 06/10/94. Ainda em 1993, a Res. CEE 63/63, de 20/12/93, aprova o funcionamento do Curso de Técnico em Contabilidade na EPSG “Luiz Jouffroy”, convalidando todos os atos escolares praticados, conforme *D.O.* de 02/02/94. Em 1994, a escola passa a atender também os alunos do Projeto “Todos Podem Ler” (Alfabetização de Jovens e Adultos) e turma do Projeto “Um Salto para o Futuro”, com objetivo de capacitação para os professores. Em agosto de 1995, entra no ar, em fase experimental o Projeto “TV-Escola” e a Escola recebem o Kit tecnológico composto de TV, Vídeo e antena parabólica. Este Projeto tem como objetivo ajudar os professores e alunos no seu dia-a-dia escolar e é mais voltado para o Ensino Fundamental.

No final do ano de 1995 ocorreu a 3ª eleição para diretor da escola, sendo eleita a Professora Elvira Luiza Deorce dos Santos. Ainda em 1995, a Res. CEE nº 132/95, de 01/11/95, aprova o funcionamento do Curso de habilitação para Exercício do magistério para as séries iniciais do 1º Grau, ministrado pela EPSG “Luiz Jouffroy”, convalidando-se os atos escolares anteriormente praticados, até a presente data (*D.O.* de 05/12/95).

Em 1996, o Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério passou de 3 anos para 4 anos.

Esta instituição é de grande importância para a comunidade laranjense, pois é administrada nos preceitos da legislação vigente, conseqüentemente contribui para a formação dos cidadãos comprometidos para o exercício da cidadania. O Ensino para o Magis-

tério teve sua última turma a se formar no ano de 2002. Em 29 de dezembro de 1999, é publicado no Diário Oficial o Ato de Criação do Ensino Médio (que passou a ser conhecido como Científico), processo SEDU nº 16972384/ Portaria – E nº 3527, de 28/12/99.

Pelo Ato de Aprovação, a partir de 2005, como as demais Escolas Estaduais, a ESPG “Luiz Jouffroy” passa a responder, juridicamente, sob a denominação de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Luiz Jouffroy”, ou EEEFM “Luiz Jouffroy”. Pelo Ato de Aprovação: Res. CEE/ES 1630/2008, de 03/03/2008, mais uma modalidade de Ensino passa a ser ofertada pela EEEFM “Luiz Jouffroy”: O curso Técnico em Agropecuária, com salas funcionando pela manhã e a noite, dando oportunidade ao aluno de fazer o curso técnico-profissionalizante em um horário e o Ensino Médio (científico) em outro e ao final de 3 (três) anos os alunos estarão aptos a ingressar no mercado de trabalho e podendo ainda dar continuidade a seus estudos, em nível superior.

Em todas as mudanças de nomenclatura Luiz Jouffroy continua presente, mas a pergunta não quer calar e sempre é a mesma. Quem foi Luiz Jouffroy? Porque esse nome, se aqui ninguém o conheceu?

Quem foi Luiz Jouffroy: Uma Breve Biografia

De acordo com os relatos de Gladys Jouffroy Bitran, Luis Jouffroy nasceu em Nice (França), em 1876 e seu nome de batismo era ‘Louis Jouffroy’. Estudou e graduou-se em medicina pela Escola de Paris. Chegou ao Brasil de navio, em 1908; tornou-se professor catedrático na Escola Normal D. Pedro II; veio solteiro e aqui conheceu Adelaide Dias Gonnet Jouffroy, também francesa, que viera ao Brasil ainda criança e que, de início, fora sua colega de trabalho no referido colégio. Ela era, também, professora no Colégio D. Pedro

II; Luiz Jouffroy e Dona Adelaide casaram-se, em 1910. O casal teve 4 filhos: Maria Luiza, a mais velha, nasceu em 1911; Maria Stella, nasceu em 1912; Pedro Luiz, nasceu em 1914 e Maria Cecília, a caçula, nasceu em 1917.

O fato de o Dr. Jouffroy ter assumido a cadeira de professor em uma escola de ensino regular pode ser deduzido do fato de ser um imigrante recém-chegado ao país e, de imediato não ter sido possível abrir-lhes portas para exercer a sua profissão de ofício. Como as escolas francesas tinham em seu currículo uma proposta muito voltada para a área filosófica, a carreira do magistério não foi-lhe um fardo. Até, pelo contrário, possivelmente foi uma maneira de tornar-se conhecido da elite da época, considerando que somente membros da classe alta tivessem acesso à educação formal.

Faleceu em 14 de setembro de 1924, aos 48 anos de idade, na cidade de Acioli, no Estado do Espírito Santo, (atualmente Distrito de João Neiva-ES) para onde teria ido cuidar da saúde, em razão do alegado bom clima da cidade. Tinha insuficiência respiratória e problemas cardíacos que fazia com que se sentisse muito cansado; assim mesmo, consta dos autos que ainda praticou medicina naquela cidade.

Quando faleceu, em 1924, seus 4 filhos tinham, respectivamente, Maria Luiza, 13 anos de idade; Maria Stella, 12 anos; Pedro Luiz, 10 anos e Maria Cecília 7 anos. Estes foram criados pela mãe, Sr^a. Adelaide Dias Gonnet Jouffroy, que atuou como professora de Artes Femininas e Português, na antiga Escola Normal D. Pedro II (hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Maria Ortiz”), até aposentar-se. Adelaide veio a falecer de câncer, no ano de 1958.

Dos filhos do casal Jouffroy, apenas Maria Stella se casou, com o súdito britânico (como ele gostava de ser chamado) John Vita Bitran, inglês que chegou ao Brasil em 1930. Pedro Luiz faleceu também jovem, com 42 anos do mesmo mal do pai (insuficiência

respiratória e cardíaca); Maria Luíza faleceu em 1977, vitimada por um câncer de mama; Maria Stella faleceu em 1988, de falência total de órgãos e do rompimento de um aneurisma da aorta abdominal, tudo causado pela tristeza de ter perdido dois filhos (John e Charles Roger), o que causou-lhe profunda depressão. John teve o mesmo problema do avô, e Charles faleceu em um acidente de carro. Cecília viveu mais que todos, faleceu em 2010, com 96 anos de idade. Como apenas Maria Stella se casou, não há muitos descendentes. A última a ter o sobrenome Jouffroy é Gladys Jouffroy Bitran, seus filhos e os filhos deixados pelos seus irmãos já não possuem mais esse sobrenome.

O fato de ser, em sua época, considerado um ótimo médico, foi pelo motivo de ser inovador e conhecedor de várias práticas desconhecidas dos médicos de Vitória. Por seu conceito médico foi nomeado médico do Governo, atendendo os Governadores e vários políticos, tais como: Governadores Henrique da Silva Coutinho; Jerônimo de Souza Monteiro; Marcondes Alves de Souza; Bernardino de Souza Monteiro e Nestor Gomes. Outros Políticos (antes de ser Governador) Jones dos Santos Neves, de quem ficou muito amigo e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Possivelmente, são esses políticos os responsáveis por essa homenagem.

Louis Jouffroy era também um exímio pianista e cantor clássico (Tenor). Encantava os vizinhos cantando óperas e outras peças clássicas. Cantava também nas missas da Catedral, no centro de Vitória. Ensinou as filhas a tocar piano e a desenvolver as técnicas do canto clássico. Maria Stella e Maria Cecília também cantavam nas missas e nas procissões, encantando quem as ouvia.

Em sua carreira social, inclui-se que, em 1916 participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), onde consta entre os nomes da ata de fundação, deixando claro o seu interesse pela arte e cultura, herança essa de sua origem

francesa, que trazia no sangue e em sua formação. Em sua página da saudade, a *Revista do IHGES* nº IV, de 1925, faz uma homenagem de honra a alguns membros do Instituto; entre os homenageados está Luiz Jouffroy, tema de uma parte da pesquisa. Confirmando assim, as informações dadas por sua neta, Dr^a. Gladys Jouffroy Bitran.

É importante que hoje aqueles que passarem pela Escola Luiz Jouffroy, saibam que a homenagem não tenha sido dada por uma simples notoriedade política, e sim alguém que contribuiu, no início do século XX, para a construção da história dos primeiros anos de República no Estado do Espírito Santo.



Foto de Luiz Jouffroy. Fonte: Dr^a Gladys Jouffroy Bitran.

Página de Saudade

Na vigência de Setembro de 1922 á esta data, o Instituto viu-se privado do convívio de quatro de seus illustres socios fundadores, os Drs. Jonas Montenegro, Luiz Jouffroy, Professor Aristides Freire e Francisco Rufino.

Com elles, perderam as letras e a sociedade victoriense quatro individualidades de escól, nomes acatados por todos os motivos.

Os Drs. Jonas Montenegro, Luiz Jouffroy e Professor Aristides Freire, illustres pedagogos, sendo o primeiro lente cathedratico do Gymnasio do Espirito Santo, alem de primoroso poeta ; o segundo, acatado cathedratico da Escola Normal do Estado e clinico distincto ; o terceiro, fundador do Gymnasio Santos Pinto e venerando educador de varios notaveis espiritosantenses e o quarto, illustre jornalista.

O Sr. Francisco da Silva Rufino, publicista de valôr, veio de occupar, durante dois biennios seguidos, o cargo de Thesoureiro do Instituto, sempre se havendo com uma conducta de austeridade digna dos mais justos encomios. Reeleito, pela segunda vez, surprehendeu-lhe a morte quando iniciada a sua terceira e proficua gestão.

Em actas dos nossos trabalhos acham-se consignados os votos de pesar do Instituto pelo fallecimento desses illustrados consocios devendo, de accordo com o que preceitua o paragrafo 1º do art. 56 dos Estatutos, ser feito o elogio funebre na sessão solenne de 12 de Junho do proximo anno.

A «Revista» dedicando-lhes a presente pagina rende o mais justo preto de saudades aos mortos illustres.

Pela «Comissão de Revista»

ADOLFO FRAGA

Fonte: Revista do IHGES nº IV – parte 01, ano IV – 1925. Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Vitória, 2012.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital

CLASSE, RAÇA E HIERARQUIA: ENSAIO SOBRE A VIDA INTELLECTUAL DE VITÓRIA, 1920-1930.¹

Geert Arent Bank

Nos anos vinte, Vitória mudou quase totalmente. A destruição da antiga cidade colonial, naquele tempo considerada prova de atraso e até de degeneração, quase ficou completa. Chegou o progresso,² a modernização, enfim, o que Peter Ribon Monteiro chama “a nova cidade burguesa” (Monteiro, 2008: 74). O termo “burguês” pressupõe uma inclusão e uma exclusão de classes sociais: quem fica dentro de quê, quem fica fora? Soa fácil: o desembargador sim, o operário não e assim por diante. Mas não é tão fácil: um comerciante de café rico fica dentro? Claro, o carro de luxo dele podia andar confortavelmente nas avenidas recém-abertas, a sua residência opulenta podia ficar no Novo Arrabalde, mas ele era burguês cem por cento? E, mais especificamente, um burguês brasileiro? Grande parte deles era descendente de imigrantes italianos, alemães, austríacos, libaneses... Salvo os últimos, todos brancos europeus, mas brasileiros, brasileiros mesmo, “nacionais”, como se dizia naquele tempo? Talvez um burguês, mas não um membro da elite, um desembargador, um médico, farmacêutico, advogado, professor ou tabelião. Com raras exceções, todos “nacionais”, pertencendo à “casta” dos bacharéis, uma grande maioria deles com título de doutor, muitas vezes, aliás, sem tese de doutorado. Esses, sim, podem

¹ Agradeço penhorado a colaboração prestada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves na revisão do texto e na edição deste artigo.

² O progresso sim, mas não o “Doutor Progresso”, o Sérgio Buarque de Holanda, assim chamado em Cachoeiro de Itapemirim onde trabalhava no jornal *Progresso* em 1925. Ele ficou lá por uns meses, depois de convidado para ser professor no Ginásio em Vitória e o governador ter voltado “atrás do ato que nomeava professor [...] o autor de *Raízes do Brasil*” (Braga, 1984:85).

ser considerados os verdadeiros burgueses: em termos de hoje, um tipo de elite com formação acadêmica, aliás, como veremos, intimamente ligada ao poder político. Mas elite é um termo mais recente, porque nos anos vinte ainda era uma palavra rara, uma novidade ainda não comum: era escrito em francês em letras cursivas: *élite*.³ Neste ensaio quero focalizar os membros da elite, analisando a sua produção intelectual. Não é minha intenção apresentar um estudo profundo. Longe dos arquivos e de outras fontes de dados, tenho somente umas anotações que fiz anos atrás. Assim, são observações na forma de ensaio, em que as ideias são um pouco mais “soltas” do que numa pesquisa detalhada. Sobre esse tema, talvez já existam outros estudos publicados e teses que desconheço. Mas, por outro lado, espero oferecer uma visão global dos pensamentos, dos anseios, das esperanças desse grupo. O ensaio, com certo grau de exagero, parte do seguinte: a presença dos Estados Unidos, com a sua tecnologia, nas ruas e escritórios; a influência da Europa nos livros; e a realidade do Brasil, incluindo a do Espírito Santo, em três discursos proferidos no Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e em alguns textos da revista *Vida Capixaba*.

Claro que esses escritos não podem ser analisados fora do contexto da sociedade capixaba daquele tempo. Assim, começo com uma sinopse das transformações importantes na década de vinte do século passado: mudanças demográficas e tecnológicas e as consequências sociais desse processo. E uma sinopse da política local, fonte de medo, esperanças, raivas, paixões e ameaças veladas ou abertas. Depois tentarei delinear a estrutura de classes de Vitória e os papéis do IHGES e da *Vida Capixaba*. Analisarei a leitura geral na cidade, focalizando na presença da Europa, para finalmente apresentar os textos.

³ Começou a ser empregado no Brasil na segunda metade do século XIX, mas seu uso corrente somente teve lugar bem depois da década de 1920.

Vitória nos Anos 1920, Crescimento e Mudanças Tecnológicas

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs rindo tinham ensinado a ele que o sagui-açu não era saguim não, chamava-se elevador e era uma máquina. De manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncões esturros não eram nada disso não, eram claxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina.

Mário de Andrade, *Macunaíma* (o herói sem nenhum caráter), [1928].

No dia 16 de novembro de 1921, houve um treinamento contra incêndio no Clube dos Boêmios no Parque Moscoso, também a sede do IHGES. Uma foto mostra dois carros-pipa puxados a cavalo da Seção dos Bombeiros em frente ao prédio.⁴ Ela pode ser interpretada como um símbolo do fim da era da tração animal, e o começo de uma revolução no transporte pela chegada do motor de combustão interna. Um pouco depois, os bombeiros já possuíam veículos da marca Ford com as bombas de água montadas em cima.

Claro que o automóvel já chegara a Vitória. Maria Stella de Novaes, no seu livro, descreve a chegada do primeiro carro, muito do jeito dela:

– Ei! *Cumo* vai você? (Saudação característica dos capixabas.) Já viu o automóvel?

– Que automóvel?

– O automóvel do Carloni.

Era conversa obrigatória quando, a 14 de abril de 1912, chegou à Cidade o primeiro automóvel. Pertencia ao Sr. André Carloni, conceituado construtor [...]. O automóvel tinha a nú-

⁴ Reproduzido no *Boletim IHGES*, XIII, 45, Memórias do IHGES, 2009.

mero 1.876, a marca “Rex”, e foi adquirido, em segunda mão, no Rio de Janeiro [...] (Novaes, 1971:385-386).

Mas não houve, pelo menos na cidade, um crescimento rápido da novidade, porque havia somente seis automóveis em Vitória uns oito anos mais tarde. Mas depois tudo mudou: em 1928, já havia trezentos carros circulando na cidade (Martins, 1993:100). Na *Vida Capichaba*, de 30 de junho de 1930, são contados 553 veículos, 50 automóveis de praça, 48 oficiais e 157 particulares. Não sei interpretar muito bem esses dados. Será que grande número era de caminhões modelo T da Ford, empregados então para o comércio, principalmente para o transporte do café? Mas em si, a mudança é de grande impacto para uma cidade pequena como era Vitória. Voltarei ao assunto adiante, mas essa expansão era ligada a certa febre de obras públicas e atividades comerciais em geral durante quase toda a década, bruscamente interrompida em 1929 com a queda da bolsa de Nova York. Luiz Serafim Derenzi conta no seu livro *Biografia de uma Ilha* que havia uma “eufórica situação financeira, desfrutada pelo Estado”. Já no governo Nestor Gomes (1920-1924), Vitória, segundo ele, virou “A Capital dos Negócios” (Derenzi, 1965:209). No governo Florentino Avidos (1924-1928) provavelmente havia ainda mais recursos disponíveis porque, como registra Warren Dean para o Brasil em geral, existia um forte fluxo de investimentos estrangeiros, principalmente destinados aos governos federal e estaduais (Dean, 1989:239). E, como no governo Nestor Gomes, no de Avidos grande parte dos recursos foi aplicada em Vitória, acompanhada por um forte crescimento demográfico.

Em 1920, a cidade tinha 21.866 habitantes, número que pulou para 30.169 em 1930, um crescimento, em termos absolutos, de 8.333 pessoas e, em porcentagem, de 30%; aceleração notável em comparação com o crescimento na década anterior: 3.495 habitantes a mais em 1920 do que em 1910 ou um crescimento de 19%.

Essa aceleração do crescimento significava, entre outros aspectos, uma procura maior por moradias, por trabalho, por serviços como os de transporte e de abastecimento de água encanada, sem falar dos problemas como o saneamento e a saúde pública. E, a se acreditar em Derenzi, os primeiros anos foram quase um faroeste:

Vitória era uma miniatura de Babilônia. Fisionomias estranhas, homens de má catadura, capangas armados, jogadores profissionais, pistoleiros sem vítimas em mira, artistas de café-concerto, carteadores internacionais atravancam os hotéis e pensões sem higiene e sem acomodações (Derenzi, 1965:209).

Talvez seja um pouco exagerada esta descrição, mas certamente em toda a década houve grandes mudanças na cidade. Claro, até hoje a Ponte Florentino Avidos, importada da Alemanha, é um testemunho disso, mas as transformações mais importantes eram ligadas a inovações técnicas. Já mostrei o crescimento do número de carros, mas havia muito mais: água tratada, expansão do número de telefones, um cabo submarino até o Rio de Janeiro, aparelhos fonográficos, discos, e, como registrou Maria Stella de Novaes:

No palacete Morgado Horta, funcionou, durante alguns dias, o “Telephutkon”, aparelho receptor de telefonia sem fio.⁵ Ouviam-se alguns cantos e trechos musicais precedentes da irradiadora da Praia Vermelha. Segundo os registros do *Diário da Manhã* (7/2/1924), foram encomendados vinte e tantos aparelhos para a cidade da Vitória (Novaes, 1971:406).

Ainda em 1924, há um anúncio de automóveis Ford e Fordson, pneus Goodyear (*Folha do Povo*, 2 abr. 1924), mas em *A Gazeta de*

⁵ Provavelmente um tipo de rádio.

1929 há muito mais anúncios: há a palavra *garage* de Schirmer & Cie. E a oferta lembra Macunaíma: consertos garantidos de máquinas a vapor, motores a explosão, motores elétricos, máquinas para lavoura, máquinas tipográficas, automóveis, etc. Um anúncio de Oscar Guimarães & Co., agentes autorizados da *Ford Motor Company Exports, Inc.*, menciona a inauguração da nova Agência Ford na Avenida Capichaba; na Praça Oito, há uma bomba de gasolina Atlantic da firma F. J. Quillo, com peças da Ford e Chevrolet; e, num anúncio, um particular vende um Studebaker, em dinheiro ou a prazo. Aliás, já em 1925 a *Vida Capichaba* fez a observação seguinte: “Ninguém pode negar que a marca Studebaker está para os automóveis de alta categoria, como a Ford para os carros leves e baratos. São dois nomes vencedores e gloriosos na indústria automobilística universal” (*Vida Capichaba*, 15 nov. 1925).

Um ano mais tarde, no jornal *Sirena* há um anúncio da Agência Ford de Nunes, Miranda & Comp. com peças Ford, “pneumaticos, camaras e correas Godoyear (sic) e kerozene, gazolina e oleos Texaco”. Vendem também os afamados carros Lincoln e tratores Fordson (*Sirena*, 31 maio 1926). Aliás, como Mário de Andrade já percebera na realidade de São Paulo, havia uma febre de máquinas. Na mesma *A Gazeta* de 1929 havia anúncios como os de Nunes, Miranda com “machinas fallantes e discos Polydor e Homocord”; a loja Mirabeau Bastos contava com um elevador e, em artigo com o título *Importante Melhoramento*, a propaganda comercial é introduzida:

Fomos informados que a Companhia de Reclames “Selecta” [...] pretende inaugurar no dia 15 de novembro, na Praça 8 de Setembro osapparelhos para reclames em geral “Macrophone e Tela Luminosa” a exemplo do que vem sendo feito no Rio de Janeiro e outras Capitães do Paíz (*A Gazeta*, 4 out. 1929).

E até Nova York chegou à propaganda comercial: “Para um seguro de vida? Só na *New York Life Insurance Company*” (*Vida Capichaba*, 13 dez. 1923). Claro que há uma estreita relação das máquinas e aparelhos com o fornecimento de energia (cf. Bittencourt, 1984). Sem isso, nem pensar na expansão dos cinemas. E outros testemunhos são encontrados nos anúncios como em *Sirena* de 1926: um da fábrica de móveis de Salvador Busatto (“Com machinismos modernos movidos à electricidade”) e outro de Matheus Vasconcellos (“Fabrico [sic] de Moveis movida a electricidade”). Aliás, esta firma era também “agente e depositário de machinas de escrever ‘Royal’” (*Sirena*, 31 maio 1926). Nos periódicos, encontrei anúncios de máquinas datilográficas das marcas Royal e Underwood, mas o mercado local era dominado pela marca Remington, aliás, a firma que acabou por comprar as patentes dos inventores no ano de 1868.

Na *Vida Capichaba* de janeiro de 1926 há um anúncio de máquinas de escrever Remington: “Remington Portátil. Um bom presente para crianças” (*Vida Capichaba*, ano IV, nº 61). É uma das máquinas que nos anos vinte quase explodiu no mercado local. Não tanto para as crianças, mas para mulheres jovens. Provavelmente a primeira máquina chegou a Vitória já em 1911, mas com a fundação da Escola Remington em 1920 o uso do equipamento experimentou rápida expansão.⁶ O curso começou com trinta e cinco alunos e já nesse ano pulou para oitenta e três (Novaes, 1971:401). Maria Stella fala de alunos, mas certamente a grande parte das turmas era composta de mulheres. Em novembro de 1928, “a Escola Remington promoveu o Concurso Espírito-santense de Datilogra-

⁶ No jornal *O Olho* de 1912, o agente dos *Clubs* Langgard, Miguel Maldonado, já oferece, junto com pianos e bicicletas, gramofones, “machinas de escrever”. No mesmo jornal, A. Branconi & Comp. oferecem a marca *Rooyal* (sic), “a mais commoda, economica e vantajosa machina de escrever” (*O Olho*, nº 1, 1 set. 1912).

fia, no Teatro Melpômene. Apresentaram-se cinquenta e cinco datilógrafos profissionais e logrou a primeira classificação a Srta. Ruth de Oliveira” (Novaes, 1971:419).

Escolhi a máquina de escrever por estar relacionada com um fato inédito. Como antes havia acontecido nos Estados Unidos, a datilografia ofereceu acesso ao mercado de trabalho para mulheres fora da sala de aula de escolas primárias. Apesar disso, a emancipação ainda ficou muito tímida, como escreve Maria Stella, contando a história por sua própria experiência de vida. Mas no âmbito do feminino, os detalhes de origem americana não demoravam a aparecer, como a escolha da *Miss Espírito Santo* em vez das *rainhas* (Novaes, 1971:420). Mas a partir de então, inovações tecnológicas, a esmagadora maioria norte-americana, mudaram o ambiente das ruas e dos escritórios. Também na cultura, os Estados Unidos marcaram presença. Os encontros dos jovens capixabas de ambos os sexos das classes mais ricas estavam mudando, fugindo um pouco mais dos círculos íntimos das casas, especialmente pela influência do cinema; um reflexo, talvez tímido em Vitória, dos *Roaring Twenties*, a febre exaltada que tomava conta do mundo ocidental no pós-guerra. Pelo menos as *mademoiselles* sentiram-se menos inibidas em público. Segundo um tal de Marcus no jornal *O Sabe-Tudo* o cinema em si não era tão importante, mas a sala de espera sim:

Na sala de espera é tudo bem luxuoso e é onde iniciam-se os *flirts*. Numa *sweet-remember* eu acabo de considerar o quanto é diverso o modo de agir das nossas mulheres modernas. Com a maior sem cerimônia uma “gaté” defronte a mim [...] às furtadelas no espelhinho da carteira metálica, polvilhou-se à contento (*O Sabe-Tudo*, ano 1, nº 12, 26 dez. 1921).

Novas palavras inglesas se misturavam com as francesas já utilizadas como *mademoiselle* e *gaté*.

Nem todos gostavam da “americanização”. Na *Vida Capichaba* de janeiro de 1924, o Barão de Itabira exalta “a vida livre do campo” e faz a seguinte advertência:

Põe-lhe, jovem jornalista, agora a teu pé, a tua Mulher. É toda uma mistificação: cabelos oxigenados, cortados à americana [...] com perfume francês pelas palestras, trescalando aromas estrangeiras, falsificando o metal da voz, abundando em posições, numa [...] imitação às coisas yankees. As coisas yankees, em cujo número contas o feminismo, o impagável direito de voto!

Acho que para os membros da elite em geral era uma fonte de certo desconforto: aonde vai a nossa sociedade? Como sempre em qualquer lugar desse mundo, não havia uma resposta certa. Por um lado, analisando, por exemplo, os textos, havia a convicção que o Brasil em geral, e o Espírito Santo em especial, estavam no caminho certo do progresso. Mas, por outro lado, veremos que, mais nas entrelinhas, havia certo medo e inquietações quanto aos problemas políticos, captados especialmente na palavra “Pátria”, quanto aos dilemas da diversidade étnica, da “raça”, e quanto ao surgimento de antagonismos de classe. Claro que, por trás destas questões gerais, havia as preocupações, se não as incertezas, dos membros da elite sobre sua própria posição na sociedade local, daquele tempo e do futuro.

Os discursos, que analisarei adiante, foram proferidos na tranquilidade de um lugar exclusivo dos membros da elite (o Instituto Histórico) e os textos impressos numa revista feita para eles e suas famílias ou, como se dizia, para o seu lar, para seus entes queridos (*Vida Capichaba*). Os anos vinte eram, como vimos, uma década de certa prosperidade econômica e, pelo menos na aparência, reinava a paz na política local. Muito relativa, porém, essa paz...

Antes e Depois do Tiroteio⁷

Em agosto de 1920, o ex-governador Bernardino Monteiro voltou para Vitória. No jornal *A Semana* (de Alegre?) o tom era de grande euforia: “Nas flores que lhe foram atiradas por mãos delicadas de mulher, [...] nas aclamações que o cercavam e envolviam, S. Ex. poderá ter sentido com orgulho toda a gratidão de sua terra” (*A Semana*, ano 7, 8 ago. 1920).

Mas somente pouco tempo antes, no fim de maio, segundo Maria Stella de Novaes, “com intenso tiroteio, o coronel Nestor Gomes tomou posse do governo, em substituição ao Dr. Bernardino de Sousa Monteiro. [...] A cidade estava em pânico. A polícia revoltada!” (Novaes, 1971:400-1). E Teixeira de Oliveira na sua *História* fala até de uma luta armada entre duas facções da Força Policial no dia 26 de maio (Oliveira, 1975:424).

As cisões, rivalidades, brigas políticas eram constantes e ameaçadoras, especialmente durante as eleições para governador e por ocasião das posses contestadas, como ocorreu em 1920. A transferência do poder entre Nestor Gomes e Florentino Avidos, em 1924, foi relativamente tranquila. Uma tentativa de Nestor Gomes de mudar a Constituição para conseguir um segundo mandato acabou numa “caliginosa tempestade nos arraiais de ‘Domingos Martins’”, arquivando sumariamente as pretensões de Gomes (Derenzi, 1965:209). Antes das eleições, havia as rivalidades de sempre (ver uma análise mais detalhada em Achiamé, 2010:94), mas, no final das contas, Nestor Gomes soube impor-se e indicou Avidos, seu diretor dos Serviços de Melhoramentos de Vitória, engenheiro responsável pelas muitas obras na cidade, aliás, a maioria semiacabadas,⁸ quan-

⁷ Ver Novaes, 1971:400.

⁸ No seu livro, Derenzi faz uma crítica bastante severa quanto ao planejamento: “Faltou ao Presidente cultura técnica, para elaborar o planejamento de obras” (Derenzi, 1965:207).

do ele próprio assumiu o poder. Seu governo também não gerou grandes disruptions políticas. Ele realizou muitas obras e a situação econômica do estado passou por uma fase relativamente próspera: “A alta do preço café proporcionou ao sucessor de Nestor Gomes respaldo firme para uma administração bem sucedida” (Oliveira, 1975:426). Aliás, como já disse, nesses anos o país recebeu grande fluxo de investimentos de capitais estrangeiros, principalmente para os governos federal e dos estados (Dean, 1989:239).

Não devemos esquecer, porém, que em nível nacional havia muitos conflitos perigosos e até rebeliões militares, como a do Forte de Copacabana em 1922, e, em 1924, uma tentativa de golpe em São Paulo e revoltas em várias cidades do Rio Grande do Sul, dando origem à quase mítica *Coluna Prestes*, que somente saiu de cena em 1927. E também não devemos esquecer que as agitações não eram somente entre os tenentes, mas atingiam também subalternos como os cabos. E havia certamente, como veremos, preocupações com movimentos operários. E havia inquietudes quanto à situação internacional. A “Grande Guerra”,⁹ e no lastro dela o *First Red Scare* (campanha anticomunista de 1919 a 1921) nos Estados Unidos, onde havia uma onda de atentados anarquistas, e especialmente o temor de uma revolução bolchevista no Brasil, devido à ascensão da União Soviética. No primeiro número da *Vida Capichaba*, de abril de 1923, há referências à luta pelo poder em razão de a saúde de Lênin piorar cada vez mais: Rykoff, Zinovieff e Trotsky, entre outros, estavam travando uma guerra para suceder ao “Grão Mestre da seita feroz”.

Pelo menos para inglês ver, a transmissão do governo estadual para Aristeu Borges de Aguiar em 1928 foi serena, como consta numa

⁹ Também título dum filme americano, que foi exibido no Polytheama em 1929: “Reprodução perfeita da grande conflagração de 1914 a 1918. Os contrastes chocantes entre a paz e a guerra. TORTURAS”. (*A Gazeta*, 4 out. 1929).

reportagem da *Vida Capixaba*: Florentino Avidos se despediu “entre eloquentes e justas aclamações de gratidão [...], num luminoso ambiente de serenidade, alegria e confiança [...]” (Ano VI, 30 maio 1928). Mas a farra econômica rapidamente acabou em outubro de 1929, com a queda da bolsa de Nova York. Essa crise econômica mais do que séria contribuiu para a instabilidade política do fim da Primeira República. E, afinal das contas, já na entrada de uma nova década, na noite de 13 de fevereiro de 1930, um tiroteio brutal no Centro de Vitória, até com mortes, anunciou o fim de uma era (Achiamé, 2010:104). Mas no que se refere aos discursos e textos dos membros da elite, tudo isso era ainda um futuro desconhecido.

Membros da Elite e Intelectuais numa Sociedade em Mudança

Qual era a estrutura social de Vitória, e qual o lugar e o papel dos membros “nacionais” da elite na sociedade capixaba? Como vimos, Vitória passou por mudanças bastante profundas, mas quanto à estrutura social, só posso propor uma estimativa e, como sempre fiz, vou “caçar com gato”¹⁰ para dar um palpite provisório.

Na capital do Espírito Santo havia grande expansão social, não somente demográfica, mas também acelerada diversificação profissional, especialmente no comércio. Nara Saletto, baseando-se em registro de óbitos, fez uma avaliação da participação dos “nacionais” no mercado de trabalho de Vitória entre 1900 e 1930. O que me interessa nessas informações estatísticas é o seguinte. Nos dados de 1920, não havia alterações nas categorias de profissão, em

¹⁰ Título da minha tese de doutorado em 1977: *Jagen met een kat...* Ver Banck, 2011a.

comparação com as utilizadas nos anos anteriores: “mas em 1930 a relação das profissões está sensivelmente modificada. Desaparecem as categorias mal definidas, como ‘trabalhador’ e ‘do comércio’, substituídas por uma classificação minuciosa, da qual resulta uma lista de 53 profissões”. Há trabalhadores em bonde, motoristas, marítimos, estivadores, carpinteiros, ferreiros, gráficos, mecânicos, eletricitas, telegrafistas etc. e os “nacionais” ficavam absolutamente majoritários: de 1900 até 1930 constituem um pouco mais de 80% do total, deixando uma percentagem sempre inferior a 20% para os “estrangeiros e seus descendentes” (Saletto, 1996:226-7).

Creio, porém, que no que diz respeito aos donos de fábricas e de casas comerciais, havia um crescimento bem visível de imigrantes ou seus descendentes. Claro que havia os grandes comerciantes de café “italianos”, como o de sobrenome Carloni, mas também os menores, como os donos de lojas: e. g. a firma *Au Bon Marché* de M. Ibrahim & Filhos, as lojas de Alexandre Buaiz, de Germano Gerhardt, de Branconi, a oficina mecânica e *garage* de Schirmer, e a loja Casa Holandeza, que talvez tivesse como dono um compatriota meu. Estilaque Ferreira dos Santos, na recente biografia de Américo Buaiz, mostra essa mudança na Associação Comercial de Vitória, fundada em 1909. “Na década de 20, refletindo a evolução recente, apareciam em seus quadros figuras de empreendedores originários da imigração estrangeira”, e em 1927 a diretoria eleita consistiu de dois “nacionais” e dois “estrangeiros” — Antônio Branconi e Alexandre Buaiz (Santos, 2011:107). Creio que temos de entender a posição dos membros da elite frente a essa ascensão da categoria dos comerciantes em geral e, dentro dela, dos “estrangeiros” em particular. Provavelmente não houve conflito aberto, mas, em termos de estilo de vida, de ostentação de riqueza, deve ter havido, pelo menos, certo desconforto para com os novos ricos e certo preconceito para aceitá-los nos círculos íntimos das famílias “tradicionais”, das

amizades quase sempre relacionadas também com o sistema político. É somente uma hipótese minha, mas vamos “caçar com gato”, analisando uns dados, mesmo escassos como são.

Primeiro, na ata da sessão, analisei a lista de nomes dos presentes à fundação do IHGES em 1916, data um pouco anterior aos anos vinte (Neves, 2003:110-111). Das 43 pessoas que compareceram havia:

24 doutores

6 professores

5 sem título

4 desembargadores

2 padres, um deles também doutor em teologia

1 farmacêutico

1 militar (representante do governador)

Se incluir os professores como formados no nível superior, há 36 dos 43 presentes com pelo menos um curso de nível universitário. Para mim o mais importante, porém, é o seguinte: com exceção do padre doutor Elias Tomazzi Podestá, todos os sobrenomes dos presentes são portugueses.

O mesmo fenômeno se repete numa sessão da Academia Espírito-santense de Letras, fundada em 1921: “Idealizaram-na Alarico de Freitas, advogado, parlamentar e tribuno, e o jornalista Sezefredo Garcia de Rezende, aos quais veio juntar-se o bacharel em direito Elpídio Pimentel” (Bittencourt, 1998:40). Na sessão de 20 de agosto de 1922, havia o preenchimento das 20 cadeiras: de novo todos os sobrenomes das vinte pessoas mencionadas são de origem portuguesa.

Outra fonte é o jornal *Sirena*, de 31 de maio de 1926. Constan listas dos médicos e advogados de Vitória: dos 23 médicos, 20 têm sobrenomes portugueses, 2 alemães e um italiano. Todos os treze advogados possuem sobrenomes portugueses.

Acho que não houve conflitos abertos com a classe dos comerciantes; e tensões entre membros da elite e comerciantes são

comuns em todas as sociedades experimentando mudanças econômicas. Mas suponho que no fundo, no fundo, havia mais um desconforto, uma insegurança, uma indagação constante; em comparação com os imigrantes “europeus” brancos havia uma questão meio escondida: “de qual ‘raça’ somos”? Juntou-se a estas inquietações certamente uma preocupação com o crescimento das classes de trabalhadores categorizados, como os estivadores. Talvez em Vitória, sendo uma pequena cidade com empresas de pequeno porte, a grande maioria de cunho familiar (Santos, 2011:107), ainda não existiam movimentos sindicais de peso, com certeza presentes nos centros urbanos maiores do país. E, com os levantes militares, incluindo em nível nacional a participação dos subalternos, havia, suponho, a questão da lealdade das tropas, em especial da Força Pública, para com o poder político detido nas mãos dos membros da elite. E, finalmente, estes haviam de enfrentar o fato de que o pequeno estado do Espírito Santo estava sempre na sombra, do ponto de vista geopolítico, se não à mercê dos três estados-irmãos vizinhos, especialmente, como veremos, de Minas Gerais. “Que estado é o nosso, qual a sua razão de ser, qual o seu lugar legítimo na Pátria amada?” E aqui entram em cena o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a revista *Vida Capichaba*. Havia, já na década anterior, certa urgência de construir de maneira organizada uma “comunidade imaginada” no sentido empregado por Benedict Anderson, em obra de título semelhante, editada em 1983. Para este fim, precisava-se de intelectuais. No contexto de Vitória, porém, não havia condições para distingui-los como uma categoria separada. Economicamente, faziam parte integral da elite. Eram médicos, advogados, desembargadores, professores, mas, ao mesmo tempo, quase sempre envolvidos também na política local. E, como palestrantes e escritores, alguns deles podem ser considerados intelectuais, necessários para o projeto da autodefinição política, econômica

e cultural do Espírito Santo. Assim, ganhavam um *status* mais elevado. Não eram, porém, como disse Bolívar Lamounier sobre os intelectuais, “algo marginais, algo inúteis: uma variante tropical dos bobos da corte” (Lamounier, 1978:374). Uns estavam mais próximos do poder do que outros, mas todos, nessa pequena cidade de Vitória, integravam as mesmas redes sociais, talvez inimigos políticos, mas encontrando-se, por exemplo, na loja maçônica, à qual muitos deles pertenceram, creio eu, ou inevitavelmente num círculo social bastante restrito e presente no cinema, no teatro, no curso do carnaval. Na seção seguinte, vou entrar mais na questão da identidade capixaba, focalizando o IHGES e a *Vida Capichaba*, e apresentarei os três intelectuais, de quem analisarei depois os discursos.

Pensar o Espírito Santo, Pensar o Brasil

Sempre pensei que o IHGES foi fundado como simples cópia em nível local do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e nada mais. Mas era puro engano meu. Claro que o Instituto capixaba foi organizado nos moldes existentes no país, mas havia uma razão política muito importante: a questão dos limites com Minas Gerais, como explica Getúlio Neves.

O resgate das tradições locais invocada na ocasião como motivo para a fundação do IHGES teve então uma função específica: a de fundar em bases “científicas”, uma individualidade capixaba, ameaçada até mesmo de extinção, pela falta de registro (e respectiva apreciação deste registro), pelo expansionismo cultural e inclusive militar dos vizinhos. [...] Para que Espírito Santo ressurgisse se fazia necessário que no âmbito local e por sua conta cuidasse de escrever a sua própria história (Neves, 2003:23-24).

E, na ocasião da fundação do Instituto, foi dado o primeiro passo para construir a memória coletiva local: o resgate do espírito-santense Domingos Martins, um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, como herói capixaba.¹¹ Mas, pensando bem, o resgate das tradições locais, ou a invenção delas, era não somente uma defesa do estado como território, mas também a defesa do poder dos membros da elite eles mesmos. Se perdesse para Minas a região do Contestado, qual seria o passo seguinte do vizinho poderoso? Não era, creio eu, uma preocupação irreal. A ideia em certos círculos políticos mineiros para anexar o Espírito Santo não era uma novidade. É um fato *post hoc* para os anos vinte, mas, se não me engano, circulava em certos grupos mineiros a ideia de anexar o Espírito Santo, imediatamente depois da Revolução de 1930. Nem pensar o que significaria um golpe mineiro nesse sentido para os membros da elite de Vitória: a perda não somente de cargos públicos, mas, sem governador próprio, seria a perda quase total do poder local, com os seus recursos e cargos, do controle de instituições públicas e do processo eleitoral. O Instituto foi concebido como um projeto científico, como aponta Neves: “fundar em bases ‘científicas’, uma individualidade capixaba” (Neves, 2003:23-24), mas era também um projeto político dos membros da elite. Ademais, era um projeto cultural: havia entre os sócios certamente um esforço sincero para despertar no estado uma vida intelectual mais estimulante. E, finalmente, havia projetos individuais, pessoais: não estou pensando tanto em ambições políticas, que certamente existiam bastante, mas em um certo idealismo de realmente poder contribuir com suas ideias para ajudar o Espírito Santo ter um melhor grau de autoestima e o Brasil ser uma nação próspera. Mas havia também outras preocupações.

¹¹ Seguidos depois pela consagração como heróis de Vasco Coutinho, José de Anchieta, Pedro Palácios e Maria Ortiz (Neves, 2003:99).

Temos de levar em conta que, mesmo com o crescimento demográfico e econômico nos anos vinte, o grupo de membros da elite não era muito grande e talvez em comparação com outras categorias não se ampliou tanto. Havia uma forte expansão do comércio, uma participação maior dos “estrangeiros” na economia e, certamente no interior, aumentou o poder desses últimos no processo eleitoral. Havia uma classe operária emergente, havia os levantes militares, e assim por diante. Como veremos mais à frente, isso tudo se reflete nos discursos.

Um fato essencial para o projeto do IHGES era promover a difusão do estado. Segundo Neves (2003:57), o primeiro número da revista do Instituto foi publicado em 1917 com recursos dos sócios; depois, os números dois e três foram impressos nas oficinas da Imprensa Estadual. Acho importante notar que esses números foram publicados com a ajuda do governo Nestor Gomes em 1922, por ocasião das comemorações dos cem anos da Independência do Brasil. Deve ter sido uma ofensiva publicitária planejada pelo estado para difundir, em nível nacional, a importância do Espírito Santo como filho legítimo da Federação, tendo em vista a Exposição Internacional no Rio de Janeiro. Como veremos, havia também naquele mesmo ano outras publicações para difundir as riquezas naturais e os dados sobre o Espírito Santo.

Em 1921, o *Diário de Manhã* firmou contrato com o governo e passou a imprimir em suas páginas as publicações oficiais da administração estadual. Não encontrei dados, mas acho que houve na mesma década uma mudança tecnológica: provavelmente foi adquirida uma nova e mais poderosa gráfica. Teve também impulso outro projeto de construção da identidade capixaba: a revista *Vida Capixaba*, publicada desde 1923. Com as suas fotos e lindas capas mostra que não poderia ser feita numa gráfica qualquer. Os mil exemplares eram impressos, durante certo período, na Imprensa Estadual ao custo total de 900\$000 e os clichês para as fotos e desenhos tinham de ser feitos

no Rio de Janeiro. Havia a tecnologia disponível, havia um público maior e mais abastado para comprar e ler uma revista. E realmente, creio eu, ela foi concebida como mais um projeto político-cultural capixaba: quis ser “constante clarinadora dos melhoramentos do Estado do Espírito Santo, divulgando os seus melhores valores intelectuaes, mostrando as incontáveis formosuras dos seus magníficos panoramas [...]” (*Vida Capichaba*, nov. 1923). O que era a *Revista do IHGES* para um círculo restrito de intelectuais e, provavelmente, para distribuição entre colegas de outros estados, a *Vida Capichaba* era para um público maior, ou melhor, destinava-se às famílias. Ambas as publicações têm de ser entendidas como um projeto único, concebido por um grupo pequeno de intelectuais ligados à elite, e sustentado pelo governo estadual. Antes de tratar desse grupo, quero analisar a questão da vida cultural em geral, focalizando na leitura.

Lendo a Europa

Provavelmente não havia livrarias no *stricto sensu* em Vitória, mas num anúncio na *Vida Capichaba* de 30 de janeiro de 1926 a loja de Germano Gerhardt oferece vitrolas, aparelhos falantes e discos, mas em primeiro lugar menciona “Livros, Romances, Novelas, Contos, Poesias” (Ano IV, 61). É difícil fazer uma ideia do consumo de livros e dos hábitos de leitura dos vitorienses, mas certamente havia muita procura, talvez nem sempre numa loja local, levando-se em conta também a compra de livros pelo reembolso postal no Rio de Janeiro e até talvez em Paris. O certo é que, ao lado dos livros brasileiros e portugueses, havia muita procura de livros franceses.¹²

¹² Provavelmente Germano Gerhardt, como descendente de alemães, mantinha livros em alemão no estoque.

Em geral, na burguesia brasileira reinava uma galomania, como diz Laurence Hallewell no seu livro *Books in Brazil* (1982), e certamente Vitória não era exceção. Em si, o francês era uma língua franca não somente para a burguesia brasileira, mas para as da Europa em geral.¹³ Por acaso, lendo textos nos arquivos capixabas, encontrei, muito por acaso, umas vezes o nome do escritor francês Anatole France. A cronista Ilza Etienne Dessaune era “fina intérprete de Th. Gauthier”, fazendo para a *Vida Capichaba*, “traduções das mais belas páginas do pensador francês” (Novaes, 1999:114). Mas não é fácil fazer uma avaliação da leitura, especialmente porque a traça e o cupim acabaram com muitos livros, como no caso de uma caixa cheia de livros, em que apenas uma obra, o *Télémaque* do escritor Fénelon, sobreviveu à fome dos bichos (*Vida Capichaba*, 1923, I, 5). Sobre esse tema, somente posso fazer uma aproximação, citando Reinaldo Santos Neves, num depoimento pessoal sobre as preferências literárias dos seus pais:

Meu pai e, tenho certeza, a maior parte dos intelectuais de Vitória da época dele, um pouco à frente da época da sua pesquisa, ainda eram ligados sobretudo à cultura francesa e, em grau menor, espanhola.¹⁴ Meu pai tinha em casa dezenas de obras literárias em francês, livrinhos de bolso da Editora Plon, em brochura, além de obras encarnadas de outras editoras. [...] A literatura feminina que a minha mãe lia era quase toda de produção francesa.

¹³ Na Holanda era comum falar em francês, pelo menos na presença das empregadas. Como no Brasil, a *Alliance Française* estava presente em quase todas as cidades. E nas viagens, como para os brasileiros ricos, servia também como língua franca na Europa e, certamente para os brasileiros dos trópicos “selvagens”, uma prova de pertencer ao mundo civilizado.

¹⁴ Durante a Guerra Mundial houve interrupção do comércio com a França, e o Brasil fechou acordos alfandegários com a Espanha e os Estados Unidos (LESSA, 2002, s. p.).

O depoimento se refere aos anos trinta, mas valia certamente, quanto aos autores citados, também para os anos vinte. Além de clássicos como Chateaubriand, Baudelaire e Victor Hugo, os autores eram todos do fim do século dezenove e das primeiras décadas do vinte: Anatole France, Paul Bourget, Pierre Loti, os irmãos Tharaud, Henri Barbusse, Gaston Leroux, autor de histórias de detetives e de *Le Fantôme de l'Opéra*. A literatura romântica para mulheres e jovens também: M. Delly, pseudônimo dos irmãos Petitjean de La Rosière, Henri Ardel, pseudônimo masculino de Berthe Abraham. Também constavam da biblioteca de Mestre Guilherme traduções em francês de obras de Jack London, Dostoievski, Gogol e Conan Doyle.

Claro que os hábitos de leitura dele não eram os de um membro qualquer da elite, mas acho que os dados mostram bem a presença, talvez nem tanto da Europa mas da França, na literatura consumida em Vitória. Mas havia também a presença das ideias europeias, o peso da importância dada à cultura europeia para a autodefinição dos membros da elite. Um artigo de 1923 sobre o Dia da Independência na *Vida Capichaba* está repleto de referências a Oscar Wilde, Cipião, Cícero, Tácito, César e Aristóфанes (I, 10, 1923). Em um discurso a que voltaremos depois, são citados, somente num parágrafo, os nomes de Stephenson, Faraday, Copérnico, Ptolomeu e “Benevenuto Collini, o autor da estatua de Persen”, sic Benvenuto Cellini, estátua de Perseu (*Revista do IHGES*, VI, 6, 1927, p. 184).

Quero fazer dois comentários: um sobre a importância dos nomes citados e outro sobre falta de referências a pensadores brasileiros, pelo menos nos textos analisados.

Primeiro, num ensaio sobre Oliveira Viana, o historiador José Murilo de Carvalho analisa a torrente profusa de referências a autores europeus na obra de Viana:

Frequentemente, pinçava pedaços da obra e desprezava outros, distorcendo o pensamento do autor,

numa indicação clara do caráter instrumental ou mesmo ritual da citação. A citação de estrangeiros como ritual de legitimação era, aliás, uma prática generalizada no Brasil (Carvalho, 1999:207-208).

Ou, em outras palavras, grande parte das referências e citações de estrangeiros era, como se diz hoje, simplesmente *impression management* ou coisa “para inglês ver”. Podem também ser consideradas como parte da retórica, técnica muito usada em discursos e textos polêmicos naquele tempo.¹⁵ Importante para nós é, porém, outra observação de Carvalho: “[...] em alguns casos, como o das teorias racistas, a influência estrangeira, sobretudo de Gustave Le Bon e Vacher de Lapouge, tenha sido real” (Carvalho, 1999:208), nomes que reencontraremos mais adiante.

A outra observação é a seguinte. Nos textos analisados e na minha leitura mais ampla de outros textos da época não encontrei nenhuma referência a escritores brasileiros. Quanto à América Espanhola,¹⁶ encontrei somente na coluna *De quinzena em quinzena* de Elpidio Pimentel na *Vida Capichaba* de 15 de junho de 1924 o nome do pensador argentino Juan Bautista Alberdi (1810-1884), citando: “Cada Europeu, que vem às nossas praias, traz-nos mais civilização [...] do que muitos livros de filosofia”. Um pouco depois, Pimentel anota o seguinte: “O Brasil também tem tido os seus insignes Alberdis, mas a mediocridade imediatista e polyedrica [?], sem cultura

¹⁵ Não vou entrar no debate sobre o uso da retórica, assunto meio complicado. Era também usada no meu país, mas a literatura muitas vezes aponta um uso maior nas chamadas “culturas latinas”. Certamente, há diferenças até o dia de hoje. Quanto aos anos vinte, é importante sublinhar a diferença quanto à tecnologia em comparação com o nosso tempo. Até discursos em praça pública eram o mais das vezes feitos de improviso.

¹⁶ O conceito de América Latina ainda não tinha a conotação de hoje. O Brasil era considerado bem diferente da América Espanhola. Havia, sim, uma identificação crescente de pertencer à América ou às Américas (Bethell, 2007).

e sem visões, que lhe orienta os rumos, não lhe ouve os conselhos sensatos, absorvidas na luta estéril das competições facciosas”.

Assim desqualificando o país, ele desiste de se referir a escritores brasileiros e usa Alberdi para o seu argumento, que parece ser uma variação da tese do embranquecimento, escondida sob a palavra-chave “civilização”. Alberdi, um não europeu, é quase um, por ser argentino. A Argentina, o país rico e opulento, bem diferente do resto da América Espanhola, é uma civilização “embranquecida” com uma imigração massiva da Europa e uma repressão, se não eliminação, de quase todo vestígio da presença africana. Claro que estou exagerando, mas havia talvez uma conexão entre a ausência de autores nacionais e um certo desconforto quanto à autoimagem dos membros da elite: quem somos nós, brasileiros, os macacos de Gobineau nas ruas do Rio de Janeiro dos anos 1860? A África, sem falar do índio, perto demais, talvez “no sangue” mesmo, questão que tratarei mais adiante.

Agora é tempo de apresentar as três pessoas, das quais analisarei os textos: Arquimimo Mattos, Aristóteles da Silva Santos e Elpídio Pimentel.

Segundo o *Dicionário de Escritores e Escritoras do Espírito Santo* (Ribeiro, 2008), ARQUIMIMO MARTINS DE MATTOS (1880-1941) formou-se como farmacêutico e médico. Não tenho dados sobre os seus estudos. Provavelmente um pouco depois de 1900, formou-se no Rio de Janeiro. Em 1905, já de volta a Vitória, fundou e dirigiu o Gabinete de Identificação e Datiloscopia. A repartição estava vinculada ao governo estadual, e a serviço da justiça. O uso da identificação por impressões digitais, uma inovação na criminologia nesses dias, já foi combinado muitas vezes com fotografias das cabeças de criminosos ou vagabundos¹⁷ (de face e “en perfil”) e

¹⁷ Vagabundo era uma categoria no direito penal, aliás, usada muitas vezes para perseguir os filhos de adversários políticos.

com descrições dos tamanhos do crânio e das formas das orelhas. Mesmo sem conhecer as datas em que Arquimimo passou por cargos oficiais, sei que ele foi comandante da Força Pública, diretor da Penitenciária Estadual, secretário do Interior e da Justiça, além de redator-chefe do *Diário da Manhã*, “o órgão do Partido Construtor do Estado, mas [que], em 1921, declara-se órgão oficial do Estado” (Zanandrea e Frizzera, 2005, s. p.). Ele também estava envolvido na representação do Espírito Santo na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil em 1922, para a qual provavelmente escreveu o *Catalogo das Madeiras no Espírito Santo*, o *Catalogo sobre plantas medicinais, têxteis e ornamentais* e um relatório sobre a economia estadual e informações estatísticas. A conclusão não pode ser outra: ele estava intimamente ligado à política. Mas sem os dados sobre seus cargos, é difícil identificar a que grupo pertenceu. No começo dos anos vinte, há a possibilidade de ele ter vínculos políticos com Nestor Gomes, se não seria difícil entender o fato de ele ter exercido papel importante na representação capixaba da Exposição. Pode ser argumentado que, formalmente, como presidente do IHGES (1921-1925) era a pessoa indicada para isso, mas seria ingênuo pensar que receberia um convite como esse sem ter amizade política com o governador. Era certamente uma pessoa bem informada, com várias publicações ao lado dos catálogos. Como médico estava, sem dúvida, bem a par das chamadas teorias de raça, e provavelmente sabia das críticas às teorias europeias sobre a degeneração nos trópicos feitas pela escola tropicalista da Faculdade de Medicina da Bahia. Como criminologista, também deveria conhecer as teorias da moda como a frenologia e a eugenia.

Também não tenho dados sobre o curso de ciências jurídicas feito por ARISTÓTELES DA SILVA SANTOS (1888-1935). A sua biografia diz que, desde a formatura, atuava como advogado militante, ou seja, exercia a advocacia no fórum. Mas o certo é que estava envol-

vido na política. Ele passou por cargos da administração federal na Capitania dos Portos, na Delegacia do Tesouro Nacional e dificilmente seria somente por qualificações profissionais. A transferência dele em 1916 para a Delegacia em Natal (RN) pode ter sido por razões políticas. Nesse mesmo ano, Bernardino Monteiro assumiu o governo estadual e, como sempre, houve certamente perseguições quase “rituais” dos adversários.¹⁸

Ainda mais, Aristóteles voltou para Vitória em 1920, ano em que Bernardino encerrou seu governo... Diferente do Mattos, ele parece ter sido mais um “rebelde”. Era um dos fundadores do semanário humorístico *O Olho* em 1912 (Zanandrea e Frizzera, 2005). Como consta da primeira página, o periódico era propriedade de “moços sérios”. Aristóteles escreveu sob o pseudônimo Luiz Dinart em quase todos os jornais locais. Não acho mera coincidência de *O Olho* de 1912 referir-se aos proprietários como sendo “moços sérios” e a referência a “rapazes sérios” da direção do jornal *O Sabe-Tudo*, fundado em 1921. Acho que Aristóteles da Silva Santos estava de novo envolvido com a imprensa humorística: o jornal contém as mesmas gozações e boatos de *O Olho*. Como secretário da Junta Comercial e professor da Faculdade de Direito, de que era um dos fundadores, ele provavelmente não ficava no círculo íntimo do poder.

ELPÍDIO PIMENTEL (1894-1971) era, segundo o livro *Patronos e Acadêmicos* (Ribeiro, 2010:76) advogado, jornalista e professor. “Dirigiu, em Vitória, o *Diário de Manhã*, órgão oficial do estado e a *Vida Capichaba*”. Ele escreveu vários trabalhos. Em 1922, publicou um *Catálogo florestal e álbum do Espírito Santo*, que se juntou aos de Arquimimo Mattos. E, naquele ano, era o delegado único do Espírito Santo no Congresso de Instrução Superior e Secundária no Rio de Janeiro.

¹⁸ Era muito comum em todo o Brasil a “migração” de pessoas da classe média e da elite para outros estados por essa razão.

Assim, tinha evidentemente laços estreitos com a política. E era ainda muito jovem: com 28 anos escreveu o catálogo e com 29 já estava editando a *Vida Capichaba*; e tinha 27 quando fundou com dois outros intelectuais a Academia Espírito-santense de Letras. Ele continuou à frente da *Vida Capichaba* pelo menos até 1930, e tornou-se professor de português e literatura na Escola Normal Pedro II, em Vitória. Depois de 1930, ainda continuava atuando no Espírito Santo com contatos em nível federal, pelo menos até 1936. Em 1939, mudou-se para Rio de Janeiro, fazendo carreira como professor concursado do prestigioso Colégio Pedro II. Exerceu também, desde 1954, o cargo de diretor de Administração do DASP, órgão federal, mostrando que realmente não perdeu os laços com a política. Dos três, a meu ver, Elpídio Pimentel aproximou-se mais do papel de um intelectual, mas mesmo ele sempre ficava pelo menos a poucos passos da política.

Que assuntos os três trataram nos seus artigos ou discursos? Escolhi os temas seguintes: a importância do Espírito Santo dentro do Brasil Pátria, enfatizando um futuro radiante (Pimentel); a Pátria e os militares (Mattos); a Pátria e operário (Santos); e finalmente a questão da “raça” (Pimentel, Mattos).

A. Espírito Santo e o Brasil

Como vimos, a *Vida Capichaba* tem de ser interpretada como parte de uma ofensiva publicitária para construir uma identidade capixaba. Era destinada a um público mais geral, não só de Vitória mas também do interior do estado e até de partes de Minas e do Rio de Janeiro (Achiamé, 2010:203).

Os textos escolhidos são escritos tendo em mente o público, e, ao mesmo tempo, podem ser lidos como propaganda. Segue primeiro um texto sobre o Espírito Santo, escrito por Elpídio Pimentel. No número 7, de 1923, da *Vida Capichaba*, na coluna *De Quinzena em Quinzena* ele faz um elogio:

Não nos será muito difícil provarmos, nestas linhas, a verdade da seguinte tese: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ENTRE OS SEUS IRMÃOS CONFEDERADOS, TEM LUGAR PROEMINENTE SOB O PONTO DE VISTA PHYSICO, O HISTÓRICO, O ECONOMICO E O LITERÁRIO (maiúsculas no original).

E continua assim: o estado tem “florestas grandiosas, montanhas gigantescas... De tudo temos... o estado fica no coração do Brasil” (*Vida Capichaba*, I, 7, 1923).

Outro texto de Pimentel é também da mesma revista e do mesmo ano:

Um governo do povo pelo povo [...] é forma da mais desatada anarchia, merecedora dos sarcasmos pungentes de todos os Aristophanes collegiados. Entendemos que o governo ficará sempre bem em mãos de uma elite honesta, instruída, patriótica, que esteja, pelos seus sentimentos e pela sua cultura, nas condições de bem governar os destinos públicos (*Vida Capichaba*, 10 nov. 1923).

Para o progresso do país, a Instrução Pública é necessária “si querem que, dentro de poucas décadas, o Brasil seja, no conceito de todos os povos, sem guerras, sem violencias, sem extorções, A PRIMEIRA NAÇÃO DO OCCIDENTE” (maiúsculas no original).¹⁹

Nesses textos há elementos importantes. Primeiro, a abundância da natureza é parte do imaginário brasileiro, já bem estabelecido desde o tempo colonial; temos de ligá-la com a expressão “de tudo temos”, uma variação de “em se plantando, tudo dá”. Segundo, uma ligação com a geopolítica. Apesar de argumentar que “o lugar proeminente” do estado está vinculado também com a sua história, sua

¹⁹ O Ocidente é um termo do positivismo comtiano (ver Banck, 2011b:352).

economia e literatura, acho que “o ponto de vista physico” destacado em letras maiúsculas deve ser relacionado com a frase, citada depois: o Espírito Santo “fica no coração do Brasil”. Isso invoca a ideia de ter o estado um lugar privilegiado e legítimo no progresso do Brasil. Terceiro, ambos os textos citados sustentam a tese de o Espírito Santo e o Brasil terem um futuro promissor, até inclusive o de chegar a ser “a primeira nação do occidente” em poucas décadas. Esse otimismo repete-se, como veremos, nos outros textos. Quarto, Elpídio Pimentel indica a educação pública como fundamental para o progresso do Brasil, talvez um eco do lema do pensador argentino Sarmiento: *gobernar es educar*. Mas temos de entender a ênfase na educação também como uma influência ainda existente entre os intelectuais dos anos vinte, da herança do positivismo de Auguste Comte. Prova disso é a ligação com a importância do papel da “*élite honesta, instruída, patriótica [...] no governo dos destinos públicos*”, contra o anarquismo do “governo do povo pelo povo”. O tema voltará também nos outros textos.

B. Uma oração cívica: a Pátria e a questão militar

O texto seguinte é de Arquimimo Mattos. Segundo Renato Pacheco, numa entrevista comigo, ele era um médico muito patriota, chegando a dar nomes de heróis capixabas aos seus descendentes, como o de Domingos Martins ao filho.²⁰ Esse posicionamento se reflete na Oração Cívica, distribuída por ocasião do regresso das forças capixabas que foram combater a revolta de 1924 em São Paulo, reproduzida em relatório apresentado na sessão solene do IHGES de 12 de junho de 1925, e dedicada ao Soldado Espírito-Santense. De fato, é mais em louvor à Pátria do que ao soldado:

²⁰ E o de Maria Ortiz à filha, que faleceu jovem, segundo Fernando Achiamé, parente afim de Mattos.

Dá-nos, oh! Pátria amada, coragem e bravura para te defender dos inimigos externos e animo resoluto e firme para castigar, com serenidade e justiça, os transviados do dever para contigo. [...] Que dos nossos lares onde ficam os entes queridos a orar por nós, partam as mais fervorosas orações em benefício do teu nome e da tua honra; que, em teu sagrado nome, em nome das nossas famílias, com a mão no coração e o espírito voltado para o Todo Poderoso, juremos todos, a uma vez, te servir, te amar, sincera e devotamente por todos os seculos dos seculos (*Revista do IHGES*, V, 5, 1926, p. 95-96).

O que podemos concluir desse texto? É evidente que a Pátria fica no altar da veneração. As orações são ao seu “sagrado nome”, a mão sobre o coração é para com a Pátria. Há duas referências a Deus, mas fazem parte do ritual, quase como um acessório, um *afterthought*, como dizem os ingleses. A Pátria realmente é “maior que os laços que nos prendem aos nossos entes queridos” (*Revista do IHGES*, V, V, 1926, p. 95). O “nós” no texto são os soldados, os defensores legais da Pátria. Primeiro, o orador, como vimos, tinha laços fortes com a Força Pública e assim não é de admirar ele ter escolhido o tema. Segundo, a retórica soa bastante gratuita para os dias de hoje, mas era comum também na Holanda. Soa também um pouco vazia quanto aos inimigos externos, mas temos de lembrar que os transtornos da Guerra Mundial, a desintegração de impérios como o Austro-húngaro, o Otomano, e a revolução na Rússia ainda repercutiam bastante. E certamente “os transviados” internos, especialmente dentro das forças armadas, eram bem visíveis em 1925: o movimento do tenentismo, as reclamações dos subalternos, cabos, marinheiros e soldados rasos. Mas, como bom brasileiro, o orador somente faz referências veladas: os inimigos de hoje podem ser os amigos de amanhã. Finalmente, acho que o orador não fala real-

mente em nome do soldado, mas como representante do poder e da sua classe social. Acho que o juramento à Pátria (“juremos todos de uma vez, te servir, te amar...”) realmente é uma tentativa de assegurar a lealdade da Força Pública local e dos militares brasileiros em geral aos poderes estabelecidos, aos membros da elite eles mesmos. Tema que Elpídio Pimentel tocou também no segundo texto dele.

C. O Primeiro de Maio

O terceiro texto é um discurso de Aristóteles da Silva Santos, registrado na ata da sessão solene de 1º de maio de 1926 do IHGES, conforme consta em sua *Revista* publicada no ano seguinte. A banda da Força Pública tocou até o início da sessão, “com que o Instituto Histórico comemorou a data consagrada às classes trabalhadoras”. O desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, depois de abrir a sessão “produziu brilhante discurso allusivo a data. [...] Disse a data pertencer a todos nós porquanto operarios não são somente os humildes, e sim todos que labutam em pról do engrandecimento economico do paiz”. Depois de “prolongadas palmas” o Dr. Aristóteles da Silva Santos pronunciou um discurso. Comemorou a origem da data: “a scena sanguinolenta e selvatica desenrolada em Chicago, enchendo de colera e constrangimento a classe proletaria”. Ele se referia às greves e manifestações que começaram no dia 1º de maio em diversas cidades dos Estados Unidos e culminaram com o “massacre de Haymarket”, de 4 de maio de 1886, em Chicago.²¹ Nesta cidade ocorreram demonstrações de trabalhadores para redução da jornada de trabalho e, nessa última data, houve um ataque com bomba de dinamite, e, no final das contas, sete policiais

²¹ Convém notar que, nos anos vinte, havia uma mobilização internacional contra a pena de morte de dois anarquistas, Sacco e Vanzetti, condenados por terem roubado dinheiro numa fábrica, matando um gerente e um guarda, em 1920, também em Chicago.

e quatro civis foram mortos. Oito anarquistas foram presos e sete condenados à morte. Mas imediatamente o orador do IHGES muda de tom. Depois de descrever as riquezas do solo brasileiro e de seus sertões inexplorados as compara de modo favorável com “as velhas terras pisadas e repisadas”, onde os horrores da neve (“que cáe do céo como punhados de algodão batidos pelos ventos,” trazem “aos lares pobres o desconforto, a tristeza e a morte”). E continua: “Tão disparatado seria um movimento subversivo das classes proletarias das terras de Santa Cruz, quanto irrisório seria voltassemos ao império” (*Revista do IHGES*, V, 6, 1927, p. 181-2).

Depois cita trecho de um discurso do então famoso jurista de direito internacional estadunidense James Brown Scott; a longa citação começa assim: “Nenhum povo pode escapar ao seu destino geographico. É a geographia quem lhe determina a finalidade política, no contacto das outras nações”. Aparentemente Aristóteles Santos era adepto da suposta teoria da geopolítica, principalmente desenvolvida pelos alemães nos anos vinte.²² E continua:

Não avançarei a dizer que o operariado brasileiro seja bem pago, mas não poderei negar que elle desconhece os principios de economia, não levando por isso melhor conforto a seu lar... [...] Vêde, operarios de minha terra, columnas do nosso progresso, que só ha uma hierarchia e essa hierarchia é a do trabalho honrado, perseverante, intelligente. [...] Não deveis, ó operarios de minha terra, vos escravisar pelo desanimo quando elle vos invadir o cérebro [...]. Lembrai-vos de que sois filhos de uma Pátria grande, feita por Deus para gerar titans. (*Revista do IHGES*, V, 6, 1927, p. 184-185)

²² Encontrei num outro texto capixaba o nome de Otto Maull, um dos integrantes do projeto da geografia política e da geopolítica na Alemanha e Áustria. Viajou até o Brasil: *Von Itataiaya zum Paraguay* (1930).

Isso tudo na presença, como consta na última frase da ata da sessão, de uma delegação da sociedade União dos Estivadores composta dos Srs. Alcebiades Romão Garrido, José Pereira de Souza, Arthur José da Silva, Elpidio Pinto de Freitas e Juvenal Neto (*Revista do IHGES*, V, 6, 1927, p. 185).

A grande surpresa, claro, é essa presença dos estivadores: havia, então, uma tentativa de estabelecer um sindicato em Vitória, mas a instituição é identificada como uma sociedade. Em si é fato interessante de o Instituto ter convidado operários, mas era para receberem uma mensagem bem clara dos dois oradores, feita de uma maneira que hoje soa muito patriarcal, arcaica: “você operários, ‘columnas do nosso progresso’, você têm de entender que a hierarquia é do trabalho honesto, perseverante, inteligente...”. E isso depois de o primeiro orador ter afirmado que “operários não são somente os humildes, e sim todos que labutam em prol do engrandecimento econômico do país”, incluindo assim também os membros da elite eles mesmos, claro como topo da hierarquia. É realmente uma repetição dos textos anteriores: nós somos o poder legítimo. Há também elementos do pensamento geopolítico na citação do Scott, há o clima favorável ao *status quo*: não há neve, frio, fome como lá na Rússia, ou nos países nórdicos em geral. Um movimento subversivo é tão improvável como a volta do Império. E, afinal de contas, têm de lembrar que são “filhos duma Pátria grande, feita por Deus²³ para gerar titãs”. De novo, a Pátria grande surge como o centro mágico, certamente no futuro de “titãs”.

Os três casos analisados até agora falam ou da grandeza, especialmente no futuro, do estado e do país, a Pátria amada, ou gentilmente mostram que com eles no topo do poder há harmonia em vez de

²³ Há um trecho longo no texto, baseado em Ernest Renan, sobre o papel do Cristianismo.

anarquia. É quase um mantra: um lugar para todos, mas com todos no seu devido lugar. Mas os Vadinhos²⁴ desse mundo sabem sempre fazer uma confusãozinha na vida real... O último caso, porém, é mais existencial, toca no corpo e na alma deles mesmos. Será que o nosso corpo é branco, branco mesmo e a nossa alma sabe resistir aos perigos da presença africana e indígena, ainda mais nesse país tropical em que a vegetação poderia ser abundante, mas contendo as sementes da degeneração feroz, “provadas” cientificamente nas teorias europeias?

D. Raça e identidade

Acima citei Elpídio Pimentel: “De tudo temos... o estado fica no coração do Brasil...”, mas ele continua assim: “também tivemos a nossa Troya negra com os inditosos quilombolas do Queimado” (*Vida Capichaba*, I, 7, 1923). De repente, temos uma reflexão sobre a presença da África no Brasil, e a questão da identidade nacional e da raça. Acho que não é meramente uma retórica vazia. Por um lado, a Europa dominava bastante as ideias nos círculos dos membros da elite: os perigos “definidos pelas ciências”, em especial, o da “contaminação” pela mistura racial do país e o do clima tropical para a “salubridade” da nação brasileira. Já indiquei que os membros da elite em geral provavelmente sentiam um desconforto para com os imigrantes, os estrangeiros europeus brancos, ameaçando mais e mais dominar o comércio. Quem somos nós, qual “o nosso sangue”? A “pureza” deles e a “contaminação” nossa. E depois de tantas gerações nos trópicos, não haveria degeneração do nosso “sangue”? Mas seria realmente a verdade? A herança africana não estava somente nas ruas, na música, na dança, na medicina popular com os seus macumbeiros, nas crenças, talvez negadas em discursos e artigos, nas conversas de mesa. Estava não somente muito pró-

²⁴ Personagem do romance *Dona Flor e seus dois maridos* de Jorge Amado.

xima, do ponto de vista físico, numa cidade pequena como era Vitória, mas também presente como substrato na cultura e psicologia da “alta sociedade”: quem “entre nós” sabia ao certo se não haveria “sangue negro” nas veias da família? Significava mesmo degeneração para a nossa família, para a nossa nação, como pregavam as ciências europeias? Havia dúvidas racionais e emocionais, em que a inclusão do negro na ideia da Pátria era uma questão central. A referência à “Troia negra” pode ser interpretada como uma tentativa de fazer o que os antropólogos chamam de inversão simbólica. Em nível nacional, Pernambuco e o seu Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico ofereceram um herói negro, Henrique Dias, herói militar negro da guerra contra os holandeses, que se juntou ao branco e ao índio, os outros heróis. O índio, na sua ausência quase total nas cidades brasileiras, foi canonizado como herói no século XIX. Ao ligar os negros inditosos de Queimado com o imaginário de Troia, o texto dá a entender que o massacre era como o de Troia, a cidade de heróis vencidos por outros heróis, os de Atenas e os seus aliados, como Homero contava no clássico dos clássicos, a *Iliada*. A nossa “Troia negra” pertence à nossa história, talvez negros inditosos, mas heroicamente lutando contra uma força maior.

Porque estou enfatizando o papel do herói, dos “heróis”, ou dos “titans”, nas palavras de Aristóteles da Silva Santos citadas anteriormente? Vamos ver a questão mais em detalhe.

A *Revista do IHGES* trazia na capa, pelo menos nos números que consultei, o lema seguinte, de Natividade Saldanha:

*Ó, Jovens Brasileiros,
 descendentes de heróis, heróis vós mesmos.
 Pois a raça de heróis não degenera;

 Imitai-os, para que elles do sepulchro,
 Vos chamem com prazer seus caros filhos.*

Soa agora um pouco bombástico, mas quero comparar com o texto do então hino nacional da Holanda, que agora é também considerado bombástico: *Em quem corre o sangue holandês nas veias, livre de manchas alheias*. Na Holanda, o *sangue holandês* significa sangue puro, raça pura. O equivalente mais usado era *volbloed* como em inglês *full-breaded*, literalmente sangue “completo”. Até o dia de hoje é corriqueiro em expressões como “Ele é um técnico *volbloed*, um atleta *volbloed*”, como no Brasil “ele tem raça” ou desde os anos oitenta do século passado, “ele tem axé”. O texto gerou, porém, problemas com as palavras “manchas alheias”. Nas colônias, especialmente na atual Indonésia, havia bastantes descendentes de uniões de europeus com mulheres locais: eram os *halfbloeden*, os “meios-sangues”, uma expressão corriqueira daquele tempo. Por isso, na versão que eu ainda aprendi na escola nos anos cinquenta,²⁵ cantava-se *Em quem corre o sangue holandês, de quem o coração bate com orgulho...*

Talvez seja uma comparação precipitada, mas no nosso país se pensou abertamente a nação e a sua raça em termos do sangue, da herança dum “sangue puro”. Isso seria impossível no Brasil onde, como no moto da *Revista do IHGES*, somente heróis puderam garantir uma raça sem degeneração. A adaptação do nosso hino nacional daquele tempo era, não por acaso, ligada com o fato da miscigenação nas colônias. Mas era ambivalente, mantivemos com convicção o “sangue holandês”, mas o orgulho patriótico tirou um ponto nervrágico do hino sem, porém, mudar o sentimento de superioridade. A meu ver, o mecanismo na adaptação do texto do nosso hino, de uma referência ao “sangue alheio” a uma patriótica, pode ser comparado com o do Brasil em que a ênfase nos heróis esconde os an-

²⁵ Em 1933 deixou de ser o hino nacional e foi escolhida uma canção do século XVI com o texto original de um poema de louvor ao príncipe de Orange-Nassau, Guilherme o Taciturno, “o pai da pátria”. Para complicar as coisas, o primeiro verso diz assim: “Wilhelmus van Nassau, sou eu de sangue alemão”.

seios sobre a “pureza racial”. Anseios bastante preocupantes, porque a ameaça da degeneração foi vista como um fato científico. O moto da *Revista*, nesse sentido, é quase um mantra. Mas, como no texto sobre a “Troya negra”, havia tentativas para se livrar, por assim dizer, da ameaça da degeneração e da fatalidade da “impureza do sangue”. Uma reflexão nesse sentido é de novo de Arquimimo Mattos.

Num discurso de 1925, comemorando o centenário do nascimento de Dom Pedro II, ele fala sobre o problema da nacionalidade e da raça. Havia sempre a ameaça da degeneração de povos por razões “ethnológicas, biológicas, económicas, psicológicas e sociais”. Refere-se às opiniões de “Gobineau, Lapouge, Ammom (?) etc.”, partilhadas “por Nietsche”, de que “a decadência e o desaparecimento dos povos são apenas devidos ao esgotamento dos elementos ethnicos superiores”. Mas Arquimimo acha isso uma ideia superada. E, para minha surpresa, ele cita o sociólogo e criminologista francês Gabriel Tarde (1843-1904). Segundo a Wikipédia, era um dos sociólogos mais importantes do seu tempo, mas foi quase esquecido pela predominância do modelo estrutural de Durkheim. Gabriel Tarde, em vez de enfatizar o grupo social como fundamental para o processo social, escolheu a interação entre indivíduos como a base da sociedade, com a imitação e a inovação como forças fundamentais. Não era a superestrutura do grupo social que movimentava a sociedade, mas os contatos entre indivíduos. Como Le Bon, estava interessado na dinâmica do condutor de massas. Onde Le Bon enfatizava o retrocesso, se não a degeneração na dinâmica das massas, Tarde entendeu-a como fonte de inovação. Creio que essa oposição entre os dois também se reflete nas suas opiniões sobre raça. Le Bon apontava os perigos da degeneração como resultado da miscigenação; e Tarde, citado por Arquimimo Mattos, acreditava que “a mistura das raças favorece o desenvolvimento da faculdade inventiva”. Segundo Tarde, antigamente “cada raça nacional” desenvolvia a sua

civilização, mas agora “a civilização moderna se esforça para fazer a sua raça, por elaborar pela fusão de muitas raças distintas, novas raças melhor adaptadas ao seu desenvolvimento”. E a conclusão é: “Assim a Panmixia antes de ser causa de degenerencia o é de evolução, de aperfeiçoamento” (*Revista do IHGES*, V, 5, 1926, p. 118-119). Não pude controlar que livro de Tarde o Mattos estava citando, e se realmente são citações ou interpretações de palestrante, mas o importante é que numa cidade pequena como Vitória uma ideia como essa apareceu e foi divulgada. Claro que já havia em nível nacional discussões sobre o problema racial e movimentos para livrar o Brasil do peso da inferioridade. No nível dos intelectuais e artistas, por exemplo, a Semana de Arte Moderna de 1922; ou, num patamar diferente, o das classes “modestas”, o crescimento da umbanda, unindo as “raças” do Brasil nos seus altares e integrando também elementos do kardecismo europeu. Mas certamente não era um discurso meramente retórico, era bem pensado. Abriu as portas para a “construção” de um novo Brasil, de um brasileiro novo.

Claro que havia ideias científicas, que hoje nós consideramos erradas, como a eugenia. Mas dava para ver o futuro com um novo otimismo, como na última citação, agora da *Vida Capichaba* (23 maio 1927) sobre Moacir Avidos, o filho do então governador Floriano Avidos, “seu ilustre genitor. Muito moço ainda, possuindo essa organização complexa, que distingue o novo homem do Brasil, em toda a sua riqueza eugénética, o Dr. Moacyr Avidos faz do trabalho constante a sua maior finalidade”. Construir um novo Brasil, construir o novo homem do Brasil: essa seria a missão. Havia um otimismo; e a Vitória, a cidade ela mesma? Uma visão de 1929 é de ter arranha-céus. Numa estatística da Prefeitura Municipal de 1929, a construção de prédios por ano é visualmente representada por arranha-céus norte-americanos: já havia influência da cultura dos Estados Unidos nas ruas e escritórios, pois o sonho era de viver

numa cidade como a do gigante do Norte (conforme informa a revista *Vida Capichaba* naquele ano).

Mas gostaria de finalizar com uma citação de uma mulher, a ausente neste ensaio, porque é uma expressão de nostalgia antecipada, que nos toca o coração, nós que conhecemos a cidade de hoje, olhando para as fotos antigas. São versos de Haydée Nicolussi, citados por Elmo Elton (1985:14):

*Que pena imaginar
que a cidade-teteia
um dia há de crescer
e há de ter
torres, arranha-céus, ousados, atrevidos,
para cravar
as unhas de aço contra os céus polidos.*

Referências

- ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2010.
- BANCK, Geert A. *Caçar com gato. Escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo*. Tradução do original holandês de 1977. No site www.estacaocapixaba.com.br, 2011(a).
- _____. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: EDUFES, 2011(b).
- BETHELL, Leslie. “Brazil and Latin America”, in: *Latin American Research Review*, 42. 2007.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo: a Indústria de Energia Elétrica, 1889/1978*. 2. ed. Vitória: IHGES, 1984.
- _____. *Historiografia capixaba & imprensa no Espírito Santo*. Vitória: EDIT. 1998.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. Vitória: FCAA/UFES; Secretaria de Educação e Cultura do Espírito Santo, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DEAN, Warren. Economy. In: Leslie Bethell (org.): *Brazil. Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 217-256.

ELTON, Elmo. *Tipos populares de Vitória*. Vitória: FCAA, 1985.

HALLEWELL, Laurence. *Books in Brazil. A history of the publishing trade*. Methuen e London: Scarecrow Press, 1982.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: Boris Fausto (org.): *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III, *O Brasil Republicano*, vol. 2, *Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, p. 344-374.

LESSA, Mônica Leite. “O papel do livro francês no Brasil (1890-1940): aspectos de uma política cultural”. Comunicação Conferência CEISAL, Amsterdam, 3-6 jul. 2002.

MARTINS, Janes de Biase. A cidade reconstruída. In: João Gualberto Vasconcellos (Org.): *Vitória. Trajetórias de uma cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, p. 61-102.

MONTEIRO, Peter Ribon. *Vitória: cidade e presépio. Os vazios visíveis da capital capixaba*. São Paulo: Anablume/FAPESP; Vitória: FACITEC, 2008.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1971.

_____. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Edufes; IHGES; Semec, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

RIBEIRO, Francisco Aurélio (org.). *Dicionário de escritores e escritoras do Espírito Santo*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

_____. *Patronos & Acadêmicos*. 3 ed. Serra: Formar; Academia Espírito-santense de Letras, 2010.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Américo Buaiz. Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo*, vol. 2. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011.

ZANANDREA, Andressa; FRIZZERA, Luciano. Os primórdios da imprensa no Espírito Santo. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.): *Impressões Capixabas. 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, texto online, sem paginação.

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

COMENDA JERÔNIMO MONTEIRO*

Senhor governador,
Demais autoridades aqui presentes,
Senhoras e senhores.

É com grande emoção que agradeço a distinção recebida do Estado do Espírito Santo, e agradeço de todo o meu coração ao senhor, governador Renato Casagrande, como representante de todos os capixabas, pela gentileza de oferecer-me a



foto: padre Josemar Stein.

Comenda Jerônimo Monteiro, ligada a um dos nomes mais ilustres da nossa história capixaba. “Nossa” sim, porque a minha esposa e eu nos consideramos também capixabas. Já são 42 anos da nossa vida em que compartilhamos com vocês tantas experiências e emoções, que realmente sentimo-nos holandeses, sim, sem dúvida, mas certamente também capixabas de coração.

Experiências e emoções nós temos até com o palácio onde estamos agora... No primeiro dia de janeiro de 1995 assistimos à posse de Vitor Buaiz com governador e do senhor como vice. Depois, numa outra estadia em Vitória, minha esposa Cosima tocava o piano de cauda neste salão, com os pardais entrando e saindo pelas janelas abertas.

Mas também os nossos primeiros passos no solo espírito-santense estão ligados ao palácio. Chegamos a Vitória em abril de 1970,

* Discurso pronunciado pelo antropólogo Geert Arent Banck, sócio correspondente do IHGES, em 12 de setembro de 2012, no Salão Nobre do Palácio Anchieta, após receber a Comenda Jerônimo Monteiro.

vindo do Rio de Janeiro em um avião japonês, o Samurai. Chegando ao Centro, vimos o palácio lá em cima. Não subimos a Escadaria do Palácio, mas outra, a da Misericórdia, meio escondida, e situada após a Casa Hilal de artigos de pesca e caça, para alcançar o Hotel Prata, onde ficamos uns quinze dias. Mais tarde, tivemos de subir a Escadaria Maria Ortiz, perto da então famosa Lojas Helal Magazine. Não recebemos das mãos da heroína um banho de óleo ou urina de mula fervida, como meus compatriotas quatrocentos anos atrás. Foi simplesmente para jantar no restaurante Panela de Barro, praticamente o único nas redondezas. Indo um dia para o hotel pela Rua Nestor Gomes, descobri a Livraria Âncora, onde depois me reuni semanalmente com um grupo de devoradores de livros, entre eles os saudosos Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco. As reuniões continuam até os dias de hoje, agora na Livraria Logos, ali na Praia do Suá.

Numa outra vez, saímos do hotel e fomos conhecer o Parque Moscoso, hoje centenário, naquele tempo ainda sem grades e com vários lambe-lambes e, bem perto, a antiga rodoviária. Na pracinha em frente a ela, e no próprio parque, muita gente pobre, totalmente desorientada, sentada no chão, recém-chegada à cidade, expulsa do campo por causa da erradicação do café. Só uns anos depois, chegaram as grades e a catraca na entrada do parque. Mas a minha memória dele ainda guarda também o som da corneta do antigo Quartel de Bombeiros, de manhã bem cedo, ao meio-dia e, creio eu, às quatro da tarde. Como mudou tudo nestes 42 anos!

Mas, por que o Espírito Santo? Sorte mesmo... Hoje é difícil entender como era difícil nos anos sessenta preparar na Holanda uma pesquisa sobre o Brasil e manter contatos com outros pesquisadores e instituições. Desde 1965, estou trabalhando no Centro de Estudos e Documentação Latino-americanos de Amsterdam, agora como professor emérito. Sempre fui o responsável pelo acervo de

livros sobre o Brasil da biblioteca. Nos fins dos anos sessenta, havia somente uns 800 livros sobre esse tema, uma diferença total com os atuais 16 mil volumes, todos de ciências sociais, um dos acervos mais ricos da Europa. Telefonar nem pensar, o fax ainda não existia e a gente dependia do correio, algumas semanas para mandar uma carta, outras tantas para ter uma resposta. Por acaso, ganhei um exemplar da revista *O Cruzeiro* com uma reportagem sobre Vitória, intitulada “De Anchieta a Tubarão”. Descobri, na nossa biblioteca, um só artigo de cinco páginas sobre macumba em Vitória e nada mais. Era do colega de Renato Pacheco no curso de pós-graduação em São Paulo, o depois famoso antropólogo Douglas Monteiro.

Topei o desafio, e um dos resultados mais importantes é o meu livro *Dilemas e Símbolos*, cuja segunda edição ampliada, editada pela EDUFES, terá o seu relançamento amanhã na Biblioteca Pública Estadual. Nesta biblioteca, há também o “Dossiê Banck”, que contém todas as minhas publicações e cadernos de recortes. A tradução em português da minha tese de doutorado de 1977, originalmente publicada em holandês, agora está online no site importantíssimo para a cultura capixaba, Estação Capixaba (www.estacaocapixaba.com.br). E, no mesmo site, há também uma exposição de 180 fotos dos primeiros anos do bairro São Pedro em Vitória, hoje já fazendo 40 anos.

Aqui não é o lugar para falar sobre meus estudos. Somente quero mencionar um tema, que acho importante: os direitos humanos. Vou dar uns exemplos das minhas pesquisas. Primeiro, uma citação da minha tese. Na Praia da Costa, um pescador pobre se queixou: “O senhor tem documentos, uma família; contra o senhor ninguém faz nada. Comigo é diferente. Se o senhor soubesse como nós, às vezes, apanhamos somente porque estamos na rua de noite. Botam você na cadeia, espancam... Por nós ninguém tem respeito...”. Não sei nada mais da vida dele. Pode ser que, de vez em quando, tenha feito besteiras, e assim apanhou da polícia. Quem sabe... Mas a pa-

lavra chave para mim é “respeito”, ligada normalmente a uma outra palavra, “dignidade”.

Outro exemplo é a pergunta de uma vizinha muito querida: ela me indagou num tom incerto e até doloroso: “Mas eu também sou gente, não é...?” Uma pessoa honesta que está em dúvida quanto ao lugar dela neste mundo, no fundo esse fato tem a ver com os direitos humanos. Não numa maneira abstrata, não na declaração das Nações Unidas ou em leis nacionais, mas os direitos humanos inseridos no dia a dia das pessoas. A antropologia não oferece soluções, não escreve textos de leis, mas somente pode sensibilizar, por assim dizer, uma sociedade para os dilemas com que se vê confrontada. Daí a palavra “dilemas” no título do meu livro.

A outra palavra do título, “símbolos”, também explicarei com um exemplo do dia a dia. Faz anos, o saudoso compatriota e amigo nosso, padre Antônio Lute, nos levou para um terreno enorme em Cariacica, onde está agora o bairro Rosa da Penha. Nessa imensidão havia somente barraquinhas improvisadas com estacas e lonas de plástico. Um homem negro e forte andava com a sua mulher numa rua provisória, com uma muda de bananeira na mão. Ele nos cumprimentou, sorrindo alegremente, e com um gesto de braço exclamou: “Aqui vai ser uma cidade bonita!” Em meio à miséria e aos problemas como, já naquele tempo, o tráfico de drogas, havia a esperança. Não sei, obviamente, como a sua visão se realizou ou não, mas o símbolo da “cidade bonita” é forte, pode trazer conforto: sonhar com um futuro melhor, ter a esperança de uma vida melhor, mais digna. Pode ser a Cidade de Deus de Santo Agostinho, pode ser a cidade de Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ou do homem ali em Rosa da Penha. O ser humano tem o dom de sonhar com o futuro, mas sabemos também que na realidade do dia a dia, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, até um bairro chamado Cidade de Deus pode se tornar um pesadelo.

Para finalizar, gostaria de mencionar aqui, em destaque, os esforços que o meu amigo João Gualberto Moreira Vasconcellos fez em prol da segunda edição do meu livro *Dilemas e símbolos* e de todos os acontecimentos desta semana. Não sei como agradecer, mas foi um empreendimento quase heroico. Poderia ter uma lista longa de outras pessoas, mas aqui somente quero mencionar duas. Primeiro, o meu amigo desde 1970, Reinaldo Santos Neves; ele traduziu do inglês grande parte dos capítulos e, sem ele, nunca teria existido o livro e, assim, seria difícil o acesso aos meus estudos aqui na terra capixaba. O outro é o meu conterrâneo holandês, o saudoso padre Antônio Lute. Ele me levou não somente para Rosa da Penha, mas também para o bairro de São Pedro e tantos outros lugares. Guardamos no nosso coração a memória dele com muito carinho; homem exemplar, holandês nato, mas também capixaba cem por cento.

Senhor governador, mais uma vez, agradeço de todo o meu coração pela honra recebida e peço ao senhor me permitir uma quebra de protocolo:

Caras amigas, caros amigos capixabas; muito obrigado!

PROCESSO HISTÓRICO E CONFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS*

Descobertas em 1500, apenas em 1530 começou a se pensar em colonizar as terras descobertas, já sob o reinado de D. João III (1521-1557). Após a expedição de Martim Afonso de Souza (1500(?)-1571), realizada em 1531, e baseado no sucesso que ocorrera da região insular portuguesa (Madeira e Açores), a coroa resolveu implantar, em 1532, também no Brasil, o sistema de Capitânicas Hereditárias. É assim que, em 1534, foi passada a Carta Foral, doando a Vasco Fernandes Coutinho (1485(?)-1561), 50 léguas da faixa costeira, compreendida entre os rios Mucuri e Itabapoana.

A princípio, a penetração européia ficou restrita à orla marítima (ou muito próximo a ela), concentrando-se em São Mateus, Santa Cruz, Nova Almeida, Serra, Vitória, Vila Velha, Guarapari, Anchieta e Itapemirim.

O interior capixaba, que se prolongava pelo hoje interior mineiro e interior norte paulista, ficou sem exploração. Há poucas notícias de “andanças” pelo interior do hoje estado, andanças essas que foram expressamente proibidas a partir da segunda década do século XVIII, sob o reinado de D. João V (1706-1750), sob o pretexto de proteger as minas recém descobertas. Há uma tese atual, que diz que, graças a esse impedimento de expansão é que o Espírito Santo existe, ainda hoje. A sua estagnação foi uma forma de “resistência”, expressão muito usada, nos dias de hoje. Assim, durante um século, ficou a Capitania, além de subordinada à Bahia (1718-1812), impedida de expandir a penetração por suas terras. O início

* Pronunciamento efetuado pelo historiador, genealogista e vice-presidente do IHGES, Paulo Stuck Moraes, na abertura do quarto dia do seminário *Espírito Santo – Um painel da Nossa História II* (24.11.2011), realizado na Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio Rocha e não incluído na publicação dos anais do referido seminário.

do século XIX traz, além da independência da Bahia, com a posse de Francisco Alberto Rubim (1768-1842), ocorrida a 5 de Outubro de 1812, o início da interiorização da colonização. No ano seguinte a sua posse (1813) já inicia a colônia de Santo Agostinho, com imigrantes açorianos, colônia essa que veio gerar a Viana de hoje, primeira experiência de imigração em nosso insipiente país.

O entorno de Viana, que se estende até a hoje Santa Leopoldina já vinha sendo ocupado, paulatinamente, por fazendeiros e seus latifúndios. Assim é que, já desde o século XVIII (ou XVII, como querem alguns) haviam fazendas nessa faixa da capitania, sem, no entanto, o estabelecimento de aldeias ou vilas efetivas.

O sul capixaba, nessa época, era propriedade quase exclusiva do futuro Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima (1779-1860), possuidor de terras que iam do mar até as cercanias do Caparaó, seguindo o Itapemirim. É quando se inicia a colonização da região, graças à expedição de Manoel José Esteves de Lima (1778-1855), efetuada em 1820, que, saindo de Mariana e descendo o Itapemirim até sua foz, dispara o processo colonizador. Já no retorno, diversos membros da expedição vão se estabelecendo com fazendas em locais nos quais surgiriam vilas e cidades, hoje prósperos municípios. A esses mineiros pioneiros juntaram-se fluminenses filhos de abastadas famílias, que, ao criarem suas fazendas, reforçam a expansão e vão dar origem a diversos municípios do estado, já na República.

A região central, partindo de Vitória rumo Oeste/Noroeste, teve seu desbravamento iniciado a partir de Viana, com a chegada de uma leva de imigrante germânicos, que foram fixados, a princípio, na colônia de Santa Isabel, em 1847, depois ampliando-se para Campinho, hoje Domingos Martins, e, mais tarde, já na região de Santa Leopoldina, por volta de 1858, com novas levas de imigrantes germânicos. A partir de 1874, passamos a ter a presença maciça de

italianos em terras capixabas, primeiramente na fundação de Santa Teresa, e, a seguir, espalhando-se por diversos pontos do território capixaba (Ibiraçu, João Neiva, Alfredo Chaves, a princípio, depois Castelo, Venda Nova, etc), contribuindo para a fixação e expansão da colonização em terras por tanto tempo deixadas abandonadas. Por essa época (início da segunda metade do século XIX), também temos entradas de mineiros pela região do Rio Doce, atuais municípios de Baixo Guandu, e, mais ao sul, Afonso Cláudio.

O norte capixaba, inóspito até meados do século passado, e que tinha, até princípios do século XIX, apenas São Mateus e Barra de São Mateus (atual Conceição da Barra), começou uma tímida colonização ainda no governo Tovar (1804-1811), em 1809, com a criação de diversos quartéis ao longo do Rio Doce, um dos quais seria Linhares, já elevado a município em 1833. A expansão rumo norte, para sacramentar a posse capixaba, só se efetivaria mesmo, no início do século XX, com a dominação (e quase extinção) dos Aimorés, aborígenes que dominavam a região. A intenção mineira, na questão do Contestado (1903-1963), de se apossar de parte do território norte capixaba (a pretensão chegava à portas de Nova Venécia) intensificou a colonização e, após o fim dos conflitos, pode o Espírito Santo consolidar sua dominação no norte, criando uma série de novos municípios e completando a integração de um território que muito mais vasto seria, mas que é, hoje, o que toca ao nobre povo espírito-santense.

BRÁS DA COSTA RUBIM E A HISTORIOGRAFIA DO ESPÍRITO SANTO*

Para mim é difícil expressar o sentimento que me assalta neste momento, falando desta tribuna pela primeira vez como associado empossado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Casa que é o baluarte da inteligência brasileira, por onde passaram, desde 1838, os expoentes da cultura nacional. Devo esta honra sem dúvida à condescendência dos meus ilustres consócios, que ousaram sufragar o meu nome, certamente confiando em que não medirei esforços para estar à altura das honrosas tradições desta Casa.

Agradeço, na pessoa do presidente Arno Wehling, a confiança que a assembleia geral me depositou. E ao amigo, posso chama-lo assim, professor Arno Wehling, que tão bem dirige os destinos do nosso Instituto, digno sucessor do Visconde de São Leopoldo nesse pesado encargo, dirijo um agradecimento especial pelas gentis palavras que me dedicou nesta tarde, e que não procurarei modestamente rechaçar porque seria desdourar a Casa que hoje me acolhe, e que o faz confiante na minha capacidade de, em alguma medida, somar meus esforços à sua força de trabalho. Aos meus caros consócios asseguro que jamais me descuidarei das solenes responsabilidades que esta investidura doravante me coloca sobre os ombros.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de onde sou egresso, orgulho-me de homenagear hoje como o quinto dentre nossos associados, nestes noventa e seis anos de existência da Casa do Espírito Santo, a tomar assento nesta que é a Casa da Memória Nacional. Está um deles aqui presente, o presidente de honra do IHGES Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, meu presidente na Academia

* Discurso de posse do associado Getúlio Marcos Pereira Neves, presidente do IHGES, como sócio correspondente brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no dia 15 de agosto de 2012.

Espírito-santense de Letras. Estão aqui presentes integrantes da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a quem saúdo na pessoa do desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, em cujo nome saúdo, também, o meu Tribunal de Justiça, que ele hoje aqui representa.

Mas minha atenção nesta tarde se concentra sobre um outro capixaba, que em sua época também veio a se juntar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brás da Costa Rubim, que demonstrou, por sua atuação, um alto sentido de pertencimento a esta Casa, a que nos exorta sempre o presidente Arno Wehling, participando da vida da Casa, integrando Comissões e produzindo para a sua Revista.

Inicialmente por encomenda da direção da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo passei a dedicar algum esforço no levantamento do legado do nosso consócio Brás da Costa Rubim, admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1859. É que a Brás Rubim, filho de um ilustre governador da então capitania, Francisco Alberto Rubim, coube a iniciativa de dotar o Espírito Santo de sua Biblioteca Pública: entre os anos de 1854 e 1855 chegaram a Vitória quatrocentos volumes de sua doação para dar início à instituição que, instalada a 16 de julho de 1855, passava a ser a quinta biblioteca pública provincial do Brasil.

Mas Brás da Costa Rubim é lembrado também por ter inscrito seu nome na historiografia capixaba do século XIX, produzindo trabalhos publicados na *Revista do IHGB* sobre topografia, Geografia e História da sua província natal. Também escreveu sobre a província do Ceará, cuja presidência seu pai exerceu por breve período; notabilizou-se, ainda, como autoridade no estudo das línguas indígenas brasileiras, área onde é referido ainda hoje em dia.

Reveste-se de interesse a investigação da obra de Brás Rubim no contexto da historiografia capixaba, que pretendemos fazer mui-

to brevemente, situando-a, referindo a influência que exerceu entre os contemporâneos e avançando hipóteses que possam servir de instigação a possíveis pesquisadores.

Inicialmente situemos nossa personagem, referindo-lhe brevemente os traços biográficos mais marcantes. Impõe-me dever de justiça o não poder deixar de registrar que grande parte do que sobre ele apurei o fiz no acervo desta Casa, graças à gentileza dos funcionários da secretaria, da biblioteca e do arquivo, dados de que me utilizei na conferência que proferi por ocasião dos cento e cinquenta e cinco anos de fundação da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo.

Da ficha de filiação de Brás da Costa Rubim ao IHGB consta ter ele nascido a 1º de janeiro de 1817, em Vitória, capital da então capitania do Espírito Santo. Com o fim do governo de seu pai no Espírito Santo, em 1819, viveu por dois anos na capitania do Ceará, seguindo com cinco anos de idade, como informa Sacramento Blake no *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, para Lisboa (provavelmente por conta da Independência do Brasil, já que o pai, capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, era comandante da Armada Real). De Lisboa retornou ao Brasil depois de 1840, ingressando no funcionalismo público, onde serviu por muitos anos como serventuário do Tesouro, sendo a sua última colocação a de 1º Escriturário da Diretoria Geral de Contabilidade.

Rubim publicou na *Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, valendo destacar escritos seus sobre árvores úteis, cultura de árvores frutíferas e aproveitamento de terrenos porosos e secos, que são referidos por Sacramento Blake. Em 1853 publicou o volume *Vocabulário Brasileiro*, na oficina de Paula Brito, e em 1856 publicou seu primeiro trabalho na Revista do IHGB (nº XIX), *Notícias Cronológicas dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisó-*

rio. Em 1857 propôs-se a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para tanto oferecendo à Casa uma segunda edição, aumentada, do *Vocabulário*; finalmente logrou ingressar no quadro de associados em 3 de junho de 1859. Já no ano seguinte, 1860, fez publicar no nº XXIII da *Revista* uma *Memória sobre os limites da província do Espírito Santo*, imiscuindo-se no longo debate sobre a linha divisória com Minas Gerais, disputa que só se iria resolver no ano de 1963 com a assinatura de um tratado de limites entre os dois Estados. Em 1861 publicou na *Revista* o texto que constitui sua obra máxima sobre a História da província do Espírito Santo, intitulado *Memórias Históricas e documentadas da província do Espírito Santo*.

Deve-se a Brás da Costa Rubim o ter dado à publicação, em 1840, a *Memórias para servir à história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino Unido do Brasil, escrita em 1818 e publicada em 1840 por um capixaba*, na Imprensa Nevesiana, de Lisboa, texto de autoria de seu pai, o governador Francisco Alberto Rubim. Este texto foi também publicado no nº XIX da *Revista do IHGB*, de 1856, sob o título *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no anno de 1817, por Francisco Alberto Rubim*, seguido por *Notas, Apontamentos e Notícias para a História da Província do Espírito Santo*, conjunto de documentos coletados por José Joaquim Machado de Oliveira, associado ao IHGB e que presidiu a província do Espírito Santo entre 1840 e 1841. Esse trabalho de Francisco Alberto Rubim foi, por muito tempo, tido como o primeiro texto de caráter historiográfico sobre a capitania do Espírito Santo.

Abstraídas as cartas jesuíticas, as menções na *História* de Frei Vicente de Salvador, na *Nova Lusitânia*, de Francisco de Brito Freire, no *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, de Jaboatão, em Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza, considera-se atualmente o primeiro texto da historiografia espírito-santense a

Informação do capitão-mor Inácio João Mongiardino ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo (é que até 1812 respondia o Espírito Santo, em matéria de administração pública, a Salvador), texto datado de 1790. A este texto segue-se, cronologicamente, a *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo, em 1811*, vindo em seguida a *Memória de Francisco Alberto Rubim*, de que nos ocupamos.

Comprovadamente publicada, no entanto, era apenas a *Memória* de Francisco Alberto Rubim quando se deu à luz, em Vitória, o *Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo*, em 1858, de autoria de José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Impresso na Tipografia de P. A. de Azeredo, este trabalho tem sido ligado ao longo dos anos aos textos dos Rubim, pai e filho, por acusações de plágio na sua composição. Esmiucemos, pois, a questão.

José Marcelino Pereira de Vasconcelos foi prolífico escritor. Diretor de oficina da primeira tipografia a tentar editar um periódico no Espírito Santo, em 1840, tornou-se posteriormente diretor do *Correio da Vitória*, o primeiro periódico a circular regularmente na então província, a partir de janeiro de 1849. Já em 1856 publicou o *Jardim Poético*, em dois volumes, compilação de trabalhos em versos de seus conterrâneos e em 1858, quando da publicação do *Ensaio*, era deputado à Assembleia Legislativa, Oficial Maior da Secretaria da Presidência da Província e Advogado provisionado pela Relação da Corte.

O cronista Basílio de Carvalho Daemon, em seu *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*, publicado em Vitória, em 1879, registra o lançamento da obra de José Marcelino nos seguintes termos:

“Neste ano o notável escritor espírito-santense José Marcelino Pereira de Vasconcelos publica o seu *Ensaio sobre a história e estatística da pro-*

víncia do Espírito Santo; foi a primeira obra publicada sobre estas bases, e, embora resumida, é este trabalho histórico o que há servido a muitas compilações, como tem sido o de Brás Rubim, embora não muito exato. O *Ensaio* do inteligente e talentoso escritor mereceu do advogado Rebouças, e do lexicógrafo Inocêncio e Silva e de muitos escritores e publicistas os maiores encômios, apelidando[-o] o mais fecundo escritor do Brasil, não só por esta obra como pelos publicados sobre matéria de Jurisprudência. Tem aquele *Ensaio* lacunas e anacronismos, é verdade, mas se atendermos à falta de dados e documentos que na ocasião faltou ao talentoso escritor, devem estes senões ser desculpados, pois muito fez ele”.

José Marcelino foi autor de catorze roteiros, manuais e consultores em matéria jurídica, dirigidos a leigos e a profissionais, destacando-se, nesta área, o *Roteiro dos delegados e subdelegados de polícia* e o *Manual dos Juizes de Direito*, trabalhos publicados na Corte.

Contra essa boa opinião geral de que gozava José Marcelino insurgiu-se Joaquim José Gomes da Silva Neto, autor de *Maravilhas da Penha ou Lendas e História da Santa e do virtuoso Frei Pedro de Palácios*, publicado no Rio de Janeiro em 1888, que o tachou de plagiário, acusando-o de apoderar-se da obra de Francisco Alberto Rubim e Machado de Oliveira. E aqui têm início as controvérsias.

O fato é que o desembargador Afonso Cláudio, em sua *História da Literatura Espírito-santese*, publicada em 1912 na cidade do Porto, interpretou esse trecho de Gomes da Silva Neto como se a acusação sobre José Marcelino fosse de plágio não a Francisco Alberto, o pai, mas a Brás da Costa Rubim, e à guisa de correção ao autor das *Maravilhas da Penha*, lembra que as *Memórias Documentadas* de Brás Rubim só seriam publicadas em 1861. Num parêntese, essa argumentação de Afonso Cláudio deu origem a uma discussão sobre a autoria das *Memórias* de Francisco Alberto Rubim — repito

— por muito tempo, tidas como o primeiro texto de caráter historiográfico sobre o Espírito Santo. Esse problema de autoria só foi resolvido no final do século XX, pelo pesquisador Renato Pacheco, em texto publicado na *Revista de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo*, nº 31, de 1985.

E Brás Rubim? Sobre suas *Memórias Documentadas*, o cronista Basílio Carvalho Daemon dá notícia nas suas notas referentes ao ano de 1861, nos termos seguintes:

“Publica-se neste ano na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* uma notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província, pelos documentos fornecidos pelo Tenente Manoel Augusto da Silveira a Brás da Costa Rubim, natural desta província, que também possuía outros, que foram de seu pai”.

As *Memórias Documentadas* de Brás Rubim tratam-se, em termos físicos, de um grande acréscimo ao pioneiro trabalho do pai: enquanto este ocupa da página 161 à página 184 do nº XIX da *Revista do IHGB*, de 1856, o trabalho de Brás Rubim ocupa da página 171 à página 317 do nº XXIV, de 1861; da página 317 à 327 lista e comenta quatro cartas geográficas gerais e vinte e nove cartas parciais da província; da página 336 à página 351 traz, em forma de notas, alguns comentários e menção pormenorizada às fontes primárias utilizadas no texto. É, sem dúvida, trabalho de fôlego.

Prossigamos ainda um pouco mais. Em 1862, no nº XXV da *Revista*, saiu publicado o último texto de Brás da Costa Rubim especificamente sobre a sua província natal, o *Dicionário Topográfico da província do Espírito Santo*. Também este trabalho se viu enredado, após a morte do autor, em 1871, numa disputa que envolveu um outro associado do IHGB, o médico maranhense César Augusto Marques, que em 1878 publicou o *Dicionário Histórico, Geográfico*

e *Estatístico da Província do Espírito Santo*, mediante contrato com o governo da província. O cronista Basílio Daemon assim registra a publicação do *Dicionário*, nas notas relativas ao ano de 1878:

“É publicado e distribuído neste ano, no mês de julho, o Dicionário Histórico e Geográfico da província, confeccionado pelo Dr. César Augusto Marques, conforme autorização concedida pela lei provincial nº 5, de 6 de outubro de 1875. Esta obra contém muitos defeitos que podiam ser sanados e que ali existem em consequência de ter-se o seu autor, que aliás é um dos grandes talentos do nosso país, cingido unicamente a compulsar algumas crônicas errôneas e crônicas apócrifas, não tendo visitado a província, nem ido aos próprios lugares de que teve de tratar, recorrido ao arquivo das câmaras municipais e outros, tampouco consultado pessoas habilitadas e práticas, pois se assim fizesse não veríamos essa obra tão eivada de erros e anacronismos graves, tanto na sua parte histórica como na física, política e topográfica. Todavia, em uma segunda edição, desde que sejam corrigidos os muitos erros e defeitos contidos, servirá de grande auxiliar a quem da província se queira ocupar. Custou este dicionário à província para mais de 20:000\$000, sendo seis contos de confecção e o restante de impressão e encadernação”.

O valor do contrato, se é que foi este mesmo, terá sido elevado; sendo César Marques “estrangeiro”, e amealhando semelhante valor dos cofres da província, a má vontade dos contemporâneos deve ter sido flagrante. Assim é que na sessão do IHGB de 10 de Maio de 1889, César Augusto Marques leu uma Memória em que se defende da acusação de plágio em relação ao *Dicionário Topográfico* de Brás Rubim, esclarecendo que ataques ao seu trabalho na imprensa do Espírito Santo passaram a ser reproduzidos ultimamente também fora da província. Relembremos que, na notícia sobre o *Ensaio*, de

José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Daemon já registrava que ambos os trabalhos, o de José Marcelino e o de Brás Rubim têm “servido a muitas compilações”.

O manuscrito do texto lido por César Marques na ocasião, *Estudo comparativo dos Dicionários históricos e geográficos da província do Espírito Santo, composto um por Braz da Costa Rubim e outro por César Augusto Marques* está catalogado no arquivo do IHGB sob a cota DL. 742.85. Ali, após fazer uma recensão aos verbetes cujo conteúdo acresceu e listar vários verbetes novos que acrescentou ao seu trabalho, defende-se da acusação sob os argumentos de que não ofereceria ao Imperador, a quem o trabalho é dedicado, uma obra que fosse produto de plágio; ainda, que não há como descrever determinados acidentes geográficos e outros fatos relevantes de outra maneira, sem falsear a verdade. Em seu favor, diga-se que em nenhum momento nega ter-se utilizado de Brás Rubim: pelo contrário, no verbete “crônicas e cronistas” do seu *Dicionário*, o autor lista as obras que consultou, constando ali tanto o trabalho de José Marcelino como ambos os de Brás Rubim. O que é natural.

O fato é que, ainda hoje, ao trabalho de César Augusto Marques são feitas as mesmas ressalvas que lhe fez Basílio Daemon em 1879, principalmente quanto à superficialidade na redação dos verbetes.

Muito bem. De toda essa celeuma, o interessante é que não constam maiores ressalvas à obra de Brás da Costa Rubim. Pelo contrário. É de registrar que o próprio Afonso Cláudio, historiador da literatura capixaba forjado na mesma escola do Recife que formara Sílvio Romero, faz-lhe justiça registrando na sua *História da Literatura* que “quanto deu a lume [...] sobre sua terra tem o mérito de ser acompanhado da respectiva prova”.

Aliás, como já foi referido acima do breve exame das *Memórias Documentadas*. O próprio Brás Rubim, na introdução àquele texto, registra que:

“Com algum cuidado, aplicação e diligência na busca dos documentos necessários, esforçamo-nos por descobrir a verdade no meio de um tecido de fábulas, contradições e absurdos que tem passado de geração em geração; compulsamos os autores antigos e os contemporâneos, e colhemos deles não pequena cópia de fatos que, depois de averiguados e confrontados com os documentos, constituem este escrito”.

Adiante, agora, uma hipótese: abstraído o fato de que Brás da Costa Rubim, por residir na Corte, não estava envolvido no cotidiano de disputas políticas, muitas vezes mesquinhas, da província, o que preservou seu trabalho das críticas destrutivas foi o fato de estar afinado com a forma contemporânea de produzir nos domínios da História — o que era, digamos assim, ditado de dentro dos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Da mesma introdução às *Memórias Documentadas* colhe-se considerando do autor no sentido de que:

“A história particular de uma província, é de preceito que contenha na íntegra documentos de maior importância, mencione circunstâncias minuciosas, que a muitos parecerão supérfluas; fatos isolados que demora a narração, e pequenos detalhes”.

A preocupação com a coleta das fontes era um dos propósitos do IHGB, recordemos, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover o conhecimento desses dois ramos científicos” (art. 1º do Estatuto). Ora, Brás Rubim passou da história cronológica do primeiro trabalho, de 1856, à coleta e sistematização de fontes, sua apreciação e análise, no trabalho de 1861.

Quanto a José Marcelino Pereira de Vasconcelos e César Augusto Marques, o estudo da História não pode prescindir de qualquer contri-

buição, numa visão intersubjetiva. O trabalho de elaboração da ciência histórica há de sempre contemplar a crítica a métodos e a conclusões.

Constatada a conformação de Brás da Costa Rubim aos propósitos da Casa onde atuava, avanço uma segunda hipótese: estando seu trabalho acorde com o “estado da arte” contemporâneo, acabou por ser naturalmente integrado, e sem maiores sobressaltos, à evolução da escrita da História regional do Espírito Santo.

Interessante seria, no âmbito dos estudos de história da História nacional — e porque não, da própria metodologia da História — a investigação deste ponto, o do grau de influência daqueles primeiros trabalhadores da História regional dos quadros do IHGB na escrita da História de suas regiões; por outro lado, também a forma como essa escrita foi sendo incorporada às realizações dos continuadores, consideradas as vertentes possíveis e as formas de abordagem usuais na atividade de escrita da História como é feita hoje em dia.

Se esta exposição superficial do exemplo de Brás da Costa Rubim e da importância da sua obra para a historiografia da província do Espírito Santo puder servir, de alguma maneira, como hipótese de trabalho, ou mesmo na indução a uma qualquer conclusão a respeito do tema, penso que ficará plenamente justificada a ousadia de minha parte no pretender reter a atenção dos senhores até este ponto.

Muito obrigado a todos pela gentileza.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Dezembro de 2012.

Tiragem: 300 exemplares.